

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Patrícia Franck Pichler

**COMUNICAÇÃO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO:
EMPODERAMENTO ENTRE ESTRATÉGIAS DE
BIOPODER E PRÁTICAS DE BIOPOLÍTICA**

Santa Maria, RS
2017

Patrícia Franck Pichler

**COMUNICAÇÃO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO: EMPODERAMENTO
ENTRE ESTRATÉGIAS DE BIOPODER E PRÁTICAS DE BIOPOLÍTICA**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), área de concentração Comunicação Midiática, como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Ivete Trevisan Fossá

Santa Maria, RS
2017

Patrícia Franck Pichler

**COMUNICAÇÃO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO: EMPODERAMENTO
ENTRE ESTRATÉGIAS DE BIOPODER E PRÁTICAS DE BIOPOLÍTICA**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), área de concentração Comunicação Midiática, como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Comunicação**.

Aprovada em 22 de março de 2017:

Maria Ivete Trevisan Fossá, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Cicilia Maria Krohling Peruzzo, Dra. (UMESP)

Juciano de Sousa Lacerda, Dr. (UFRN)

Aline Roes Dalmolin, Dra. (UFSM)

Sandra Rubia da Silva, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

O conhecimento sempre foi para mim o caminho para o sucesso. Não o sucesso que muitos almejam com foco no mostrar aos outros, mas aquele que provém da autovalorização e do reconhecimento. Este trabalho demarca mais uma etapa que vivenciei e superei em busca do conhecimento, do meu crescimento acadêmico e profissional, mas acima de tudo pessoal. E assim como apresento nas análises e reflexões que compõem esta tese, acredito fortemente no poder das pessoas, naquela força que não podemos ver, nem tocar, mas que nos movimenta.

Nessa trajetória de estudos, o meu conhecimento foi construído também pelo poder que muitas pessoas amadas me transferiram. Assim, fica aqui meu sincero agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta etapa. Em especial:

- à minha professora e amiga, Maria Ivete Trevisan Fossá, pela confiança que sempre depositou em mim e segurança que repassou de forma carinhosa;

- a meu amoroso e amado marido, Matias, pela sua companhia e compreensão em toda esta minha jornada de conhecimento;

- à minha família; meus pais, Rosa Maria e Silmar, pelo apoio às minhas escolhas e pela motivação em persistir e meus irmãos, Rosimeri e Carlos Eduardo, pela coragem que transmitem através do seu amor;

- à Universidade pública, gratuita e de qualidade, pela oportunidade de desenvolver e concretizar meu estudo;

- ao Projeto Viva Favela e seus correspondentes comunitários, pela recepção carinhosa e ajuda com minha pesquisa;

- aos meus mestres, pela sabedoria compartilhada;

- às colegas do grupo de pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional, pelos bons momentos, companheirismo e compartilhamento;

- aos meus amigos, que com suas conversas, dicas, risadas, tornaram esses anos de estudos mais prazerosos;

A todos, com carinho, muito obrigada!

RESUMO

COMUNICAÇÃO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO: EMPODERAMENTO ENTRE ESTRATÉGIAS DE BIOPODER E PRÁTICAS DE BIOPOLÍTICA

AUTORA: Patrícia Franck Pichler
ORIENTADORA: Maria Ivete Trevisan Fossá

Este trabalho está orientado pela perspectiva comunitária da comunicação, compreendendo a relevância da participação crítica e ativa das pessoas no processo comunicativo. Sob esse viés, as pessoas e as coletividades são percebidas em primeiro plano, sendo as responsáveis pelas transformações sociais e culturais desejadas e por vezes necessárias. Para tanto, é preciso que estejam cientes de quem são e de sua realidade, empoderadas e conscientizadas, ou seja, capacitadas a refletir e agir em direção às mudanças, conforme propõe Paulo Freire. Seguindo por esta linha de pensamento, articulamos teoricamente a comunicação comunitária e o empoderamento. Apresentamos os estudos sobre biopotência e multidão, propostos pelos autores Peter Pelbart, Antonio Negri e Michael Hardt. Completamos o estudo de revisão bibliográfica com os conceitos de biopoder e biopolítica, cunhados por Michel Foucault. Por meio do estudo e da apreensão acerca do contexto teórico e prático exposto, buscamos refletir e analisar a seguinte problemática: como um ambiente midiático comunitário, em meio a estratégias de biopoder e práticas de biopolítica, oportuniza o empoderamento das pessoas envolvidas? Para tanto, a pesquisa investiga a questão por meio da observação do projeto Viva Favela (VF), do Rio de Janeiro – RJ, iniciativa que busca a participação ativa e continuada dos moradores dos locais nos quais atua, como forma de mostrar a eles o lugar no qual habitam e também repassar à sociedade e à imprensa uma visão real desses espaços. O percurso metodológico e a pesquisa empírica são orientados pela abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso proposta por Norman Fairclough. A análise inicia com a verificação da presença de dispositivos de biopoder e práticas de biopolítica no site do projeto VF, com a análise das páginas e dos links do portal. Na sequência, é feito o estudo das estratégias discursivas nos textos dos correspondentes comunitários, sendo verificadas marcas discursivas para inferir como o biopoder e a biopolítica se apresentam na forma de atuar das pessoas participantes do projeto. Dessa análise, observamos que o caso estudado apresenta-se fortemente envolvido a sistemas que imbricam dispositivos de biopoder, porém são percebidas também práticas biopolíticas por meio do compartilhamento de conhecimento, amplificando as realidades, experiências, conquistas e dificuldades que vivenciam os brasileiros moradores das comunidades e periferias do país. Vislumbramos a força que compreendemos obrigatória à prática da comunicação comunitária, ou seja, as pessoas que ali perpetuam o projeto, sua biopotência. Concluímos compreendendo que um ambiente midiático comunitário, em meio a estratégias de biopoder e práticas de biopolítica, oportuniza o empoderamento quando sua atuação está baseada em uma biopotência, no poder de vida dos sujeitos, fazendo com esta força vital transforme-se e reinvente sua forma de atuar, recrie caminhos e modos de se enunciar. Assim, não importam as relações de força, os tensionamentos de poder, pois atuando amparados na ação do comum, permitem sua ação, empoderam-se e se tornam “biopotentes”.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária. Biopoder. Biopolítica. Empoderamento. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

COMMUNICATION AND MULTITUDE BIOPOTENCY: EMPOWERMENT BETWEEN BIOWPOWER DEVICES AND BIOPOLITICS PRACTICES

AUTHOR: Patrícia Franck Pichler
ADVISOR: Maria Ivete Trevisan Fossá

This work is oriented by the communitarian perspective of communication, comprising the relevance of the critical and active participation of the people in the communicative process. Under this bias, people and collectivities are perceived in the foreground, being responsible for the desired and sometimes necessary social and cultural transformations. For this purpose, they must be aware of who they are and of their reality, empowered and conscious, that is, capable of reflecting and acting towards change, as Paulo Freire proposes. Following this line of thought, we theoretically articulate community communication and empowerment. We present the studies on biopower and crowd, proposed by the authors Peter Pelbart, Antonio Negri and Michael Hardt. We complete the study of bibliographical revision with the concepts of biopower and biopolitics, coined by Michel Foucault. Through the study and the apprehension about the theoretical and practical context exposed, we seek to reflect and analyze the following problem: how does a community media environment, amid biopower strategies and biopolitical practices, allow the empowerment of the people involved? Therefore, the research investigates the issue through the observation of the Viva Favela (VF) project, in Rio de Janeiro – RJ, an initiative that seeks the active and continuous participation of the residents of the places in which it operates, as a way of showing them the place where they inhabit, and also pass on to the society and to the press a real vision of these spaces. The analysis begins with the verification of the presence of biopower devices and biopolitical practices on the VF project site, with the study of the pages and the portal links. Following, there is analyzed the discursive strategies in the texts of the community correspondents, guided by the theoretical-methodological approach of the Critical Discourse Analysis proposed by Norman Fairclough. Discursive marks are verified to infer how biopower and biopolitics present themselves in the way the people participating in the project act. From this analysis, there is observed that the case studied is strongly involved in systems that overlap biopower devices, but biopolitical practices are also perceived through the sharing of knowledge, amplifying the realities, experiences, achievements, and difficulties experienced by Brazilians living in the communities and peripheries of the country. We glimpse the force that we understand mandatory to the practice of communitarian communication, that is, the people that perpetuate the project there, their biopower. We conclude by understanding that a community media environment, in the midst of biopower strategies and biopolitical practices, allows empowerment when its performance is based on a biopower, on the life power of the subjects, causing this life force to transform and reinvent its way of acting, recreating paths, and ways of enunciating. Thus, relations of force and tensions of power do not prevail, because acting supported in the common action, people allow their performance, empower themselves and become "biopotent".

Keywords: Community Communication. Biopower. Biopolitic. Empowerment. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquematização da análise tridimensional de Fairclough (2001)	26
Figura 2 – Espaço “Blogs” com postagens independentes dos CC em 2014	32
Figura 3 – Espaço “Blog” com postagens independentes dos CC em 2016	33
Figura 4 – Página inicial do site com reportagens pagas, em 2014	34
Figura 5 – Página da sessão “Reportagem”, em 2016	35
Figura 6 – Página “Acervo” do site em 2014	37
Figura 7 – Parte do cadastro no portal VF entre 2010-2013	86
Figura 8 – Cadastro completo no portal VF 2010-2013	87
Figura 9 – Formulário para contato pessoal entre integrantes do projeto	89
Figura 10 – Discussão no espaço “Fórum” entre integrantes do projeto	90
Figura 11 – Página com matéria e número de votos no portal VF versão 2011-2013	91
Figura 12 – Topo da página inicial do VF versão 2011-2013, com sequência do texto do <i>banner</i>	95
Figura 13 – Topo da página inicial do VF versão 2013-2016	95
Figura 14 – Página inicial do site do projeto VF 2013-2016	96
Figura 15 – Página de cadastro como Correspondente Comunitário do projeto VF 2013-2016	99
Figura 16 – Comentário reportagem: “Santa Marta rejeita título de favela modelo”	114
Figura 17 – Comentário reportagem: “História de líder comunitário da Maré vira livro”	114
Figura 18 – Comentários reportagem: “Encontro mensal presta tributo a Dj na Rocinha”	115
Figura 19 – Comentários reportagem: “Os Descolados dão vida nova ao Fumacê”	116
Figura 20 – <i>Fanpage</i> do Viva Favela na rede social Facebook, 2016	118
Figura 21 – Publicações na <i>fanpage</i> do VF na rede social Facebook, 2016	121
Figura 22 – Patrocinadores e apoiadores do projeto VF 2013-2016	123
Figura 23 – Relato no Facebook, utilizado no texto do CC1	158
Figura 24 - Biopoder, biopolítica e empoderamento no ambiente comunitário	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de publicações e cadastros do Portal VF versões 2.0 e 3.0	93
Tabela 2 – Número de publicações mensais em 2015 no <i>link</i> Reportagens	103
Tabela 3 – Publicações na <i>fanpage</i> do VF no Facebook	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sintetização do percurso e método da pesquisa	24
Quadro 2 – Síntese do estudo sobre Biopoder e Biopolítica	59
Quadro 3 – Síntese dos estudos sobre Empoderamento e Biopotência da Multidão	82
Quadro 4 – Textos dos CC analisados discursivamente	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CC – Correspondente(s) Comunitário(s)

C4C – Communication for development (comunicação para o desenvolvimento)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PVD – Países em vias de desenvolvimento

PVF – Portal Viva Favela

RJ – Rio de Janeiro

TB-CC – Texto da seção *Blog* do Correspondente Comunitário

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TR-CC – Texto da seção Reportagem do Correspondente Comunitário

VF – Viva Favela

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1 – O PERCURSO E A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICOS	21
1.1 O percurso e o método de pesquisa	21
1.2 A abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso de Fairclough	25
1.3 A unidade de observação: projeto Viva Favela	30
1.3.1 Breve apresentação do contexto de vida do projeto Viva Favela e de seus correspondentes comunitários	38
CAPÍTULO 2 – BIOPODER E BIOPOLÍTICA: (RE)PENSANDO OS CONCEITOS NA PERSPECTIVA COMUNICACIONAL COMUNITÁRIA NO CIBERESPAÇO	42
2.1 Os dispositivos de biopoder e a <i>práxis</i> da biopolítica	43
2.2 Biopoder e biopolítica na rede: relações de poder e transformações no ciberespaço	50
CAPÍTULO 3 – COMUNICAÇÃO, EMPODERAMENTO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO	60
3.1 A comunicação em sua perspectiva Comunitária	63
3.2 Empoderamento e Biopotência da multidão: a conscientização dos sujeitos e o “corpo vital coletivo”	71
CAPÍTULO 4 – COMUNICAÇÃO, BIOPODER E BIOPOLÍTICA: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE BIOPOTÊNCIA COMUNITÁRIA	83
4.1 Estudo do biopoder e da biopolítica no portal Viva Favela	83
4.2. Estudo da ação do tensionamento entre biopoder e biopolítica no portal Viva Favela a partir das estratégias discursivas nas publicações dos Correspondentes Comunitários	130
4.2.1 Estudo das estratégias discursivas na seção “Reportagem”	133
4.2.2 Estudo das estratégias discursivas na seção “Blog”	151
4.3 Reflexões acerca de uma biopotência comunitária a partir das práticas e estratégias no Viva Favela	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	176
ANEXOS	183

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste estudo, pautamos nossa investigação teórica e empírica a partir de um olhar participativo da comunicação, ancorado na problematização da realidade das minorias, daqueles esquecidos às margens (marginalizados), como meio de compreensão e de atuação para a possibilidade de mudança social. Adotamos, pois, a perspectiva da comunicação comunitária, ou seja, os comunicadores e os meios de comunicação comunitários com ênfase na circulação do conhecimento para a emancipação do sujeito e/ou das coletividades (MANYOZO, 2006).

Conforme expõe Isabel Silveira, para o filósofo e político-educador Paulo Freire a comunicação é compreendida como um ‘diálogo amoroso’ e “como direito fundamental dos seres humanos, possível, por meio da ação cultural que leva o indivíduo a uma conscientização de sujeito social com igualdade de oportunidades, direitos e deveres, mas especialmente como sujeito da inventividade da sua própria história” (SILVEIRA, 2012, p. 238). Esta relação entre os sujeitos e o reconhecimento de seus espaços, o entendimento de sua realidade com vistas à transformação, aproxima os objetivos de transformação social e político-cultural dos conceitos de comunicação comunitária e biopotência da multidão, iluminando uma possibilidade investigativa às pesquisas em comunicação.

Partindo dos estudos teóricos e empíricos sobre a conformação brasileira das “comunidades favelas”, realizados durante o curso de mestrado em Comunicação, nos anos de 2011 e 2012, chegamos à necessidade de uma compreensão renovada, contemporânea e contextualizada do conceito de comunidade¹. Dessa forma, após pesquisas teóricas e estudos aplicados, compreendemos que a comunidade precisa ser percebida primeiramente pelas suas pessoas, ou seja, pela coletividade que a compõe, do que pelos valores de união e de cooperação que sustentam epistemologicamente o conceito, não os esquecendo. Para isso, a coletividade precisa ser empoderada a partir da participação de sujeitos politizados, conscientes da realidade que enfrentam.

Avançando em nossa compreensão e alinhando-a ao estudo aqui proposto, circundamos esta investigação com o questionado conceito de Multidão, relido por Antonio Negri e Michael Hardt (2005)² e que corrobora nosso entendimento contemporâneo ao fortalecimento das

¹ PICHLER, P.F.. **De que comunidade se está falando?** O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

² Michael Hardt (1960) é teórico literário e filósofo político estadunidense; atualmente leciona na Duke University. É autor de “*Gilles Deleuze: an Apprenticeship in Philosophy*” e outras obras em co-autoria com Antonio Negri,

“comunidades”, das minorias periféricas no contexto brasileiro. Para os autores, multidão nada tem a ver com o sentido pejorativo entendido, ultrapassando a ideia de um conjunto desconexo e desorganizado. Em sua perspectiva, a multidão é um coletivo de singularidades; sujeitos que se mantêm diferentes, mas que têm algo em comum, sendo este o seu grande desafio: “[...] fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 13). Para os autores, a multidão é o projeto humano capaz de sobreviver ao Império contemporâneo, o qual “depende da circulação de fluxos de toda ordem a alta velocidade, fluxos de capital, de informação, de imagem, de bens, mesmo e sobretudo de pessoas” (PELBART, 2006, p. 01), cuja circulação é desigual e excludente.

O cenário econômico e político vivenciado, do qual a globalização é protagonista, ao lado do rápido avanço das redes e conexões virtuais (online), organiza sistematicamente um processo que, ao mesmo tempo em que precisa incluir para o funcionamento de sua lógica, termina por excluir. Esse processo ocorre devido ao estabelecimento do capitalismo em rede, pois a teia de conexões estabelecida não permanece no âmbito social, migrando para o comercial (PELBART, 2006). Com isso, é configurado um contexto no qual para se ganhar, é preciso perder. Para os sujeitos que já se encontram no “lado baixo da balança”, perde-se muito e se ganha pouco, ou nada.

Para que seja possível reverter esta ordem, é necessária outra força capaz de romper as barreiras do poder dominante e determinante. Para Negri, Hardt, Pelbart, Lazzarato e outros, este contrapoder provém da vida como força, da biopotência do coletivo, da riqueza biopolítica da “multidão”, do poder inventivo dos sujeitos comuns que oportuniza novas associações e novas formas de cooperação. “Nesse contexto, as **forças vivas presentes por toda parte na rede social** deixam de ser apenas reservas passivas à mercê de um capital insaciável, e **passam a ser consideradas elas mesmas um capital**, ensejando uma comunalidade de autovalorização” (PELBART, 2006, p. 02. Grifo nosso).

Ao encontro do que trazemos para o debate, podemos dissertar também acerca da comunicação comunitária, que prevê um espaço estratégico para o desenvolvimento dos sujeitos, inserindo desta maneira, conforme apresenta Cicilia Peruzzo, a pessoa “num processo de comunicação, onde ela pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, onde ela

sendo Império considerada uma das mais importantes. Antonio Negri (1933), também é filósofo político, com viés marxista italiano. É especialista em Descartes, Kant, Espinosa, Leopardi, Marx e Dilthey, com sua linha acadêmica sempre intimamente ligada à atividade política (informações retiradas de Wikipedia).

pode educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas” (PERUZZO, 2000, p. 660).

Nesse processo de subjetivação, conhecimento e empoderamento, auxiliado pela comunicação (em seu viés comunitário, popular, educativo), as pessoas participantes tornam-se sujeitos, que são, pois, atuantes frente à sua realidade e dotados de conhecimento para desenvolver e transformar social e culturalmente seu espaço de vivência e convivência. Falamos, então, de sujeitos politizados e que reunidos a partir desta perspectiva, constroem uma coletividade forte, coesa e atuante, um grupo de pessoas que se tornaram Sujeitos, que refletem sobre sua realidade e participam dos movimentos que conduzem a mudanças significativas em sua forma de gerir a vida em sociedade. São grupos compostos por pessoas autônomas e livres, que têm a comunidade como um espaço de compartilhamento e cooperação, mas não se limitam a ele (PICHLER, 2012).

Essas comunidades — a partir do momento que são integradas por Sujeitos que ali estão por livre-escolha — estão abertas a diferentes realidades, vivenciam novas possibilidades provenientes da alteridade e, segundo a concepção de Santos (2008), adotam a ecologia dos saberes, ampliando o seu presente através de novas experiências e gerando alternativas para o futuro. Ao reconhecerem outros saberes, expandem sua própria experiência, o que as fortalece. Fortalecidas internamente por sujeitos que aceitam as diferenças e negam a hierarquização, e externamente pelo reconhecimento de outros saberes e pela articulação de realidades, tornam-se credíveis e um movimento contra hegemônico.

Para realizarem este movimento, está presente a força de vida dos sujeitos, denominada por Pelbart como biopotência, que “nos seus poderes de afetar e de ser afetado e de constituir para si uma comunialidade expansiva, desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica” (PELBART, 2006, p. 02). Tornam-se um coletivo e corpo social ativo apto ao empoderamento, “um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual” (SCHIAVO e MOREIRA, 2004), transformando as pessoas em sujeitos ativos do processo, que realizam as ações que geram o desenvolvimento.

Sob essas perspectivas, entendemos a existência do circuito “Comunicação – Biopotência – Sujeitos – Empoderamento – Comunicação”, que está presente em muitos casos de meios de comunicação que têm em sua missão promover o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos, como os exemplos de rádios comunitárias, jornais e revistas impressos produzidos por associações locais, sites e *blogs* de movimentos, projetos e organizações sociais, além das redes sociais na internet, que constituem relevante espaço que oportuniza o compartilhamento livre de informações e a troca de opiniões através dos comentários e das mensagens (fazendo-

se as ressalvas necessárias quanto à circulação de assuntos banais, que não promovem a discussão acerca de temas importantes à sociedade e aos sujeitos).

Mudanças significativas na internet ocorreram e favoreceram as dinâmicas ativistas e os movimentos sociais, que fizeram com que ela tivesse um novo uso a partir da disseminação das tecnologias da informação e comunicação (TICs). “A atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor da rede” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 1). E são estes mesmos valores que atuam também sobre a necessidade dos usuários em participar, em criar e deixar a sua versão a respeito de assuntos de seu interesse. E isso tudo é motivado pelas ferramentas e pelos aplicativos disponibilizados para a inserção dos então “receptores” no espaço dos “produtores”. “Mesmo quando assistem a vídeos on-line, aparentemente uma mera variação da TV, eles têm oportunidades de comentar o material, compartilhá-lo com os amigos, rotulá-lo, avaliá-lo ou classificá-lo e, é claro, discuti-lo com outros espectadores por todo o mundo” (SHIRKY, 2011, p. 15).

Nessa conjuntura, os *sites* da internet tornam-se também meios de comunicação, constituintes da comunicação midiática, de onde emergem narrativas cotidianas que surgem de diversos pontos de produção, com as mais diversificadas estratégias discursivas. Ocorre, pois, “a passagem do modelo informacional das mídias, que privilegia a acumulação quantitativa proprietária de elementos, para o modelo comunicacional das multimídias, que privilegia a coordenação da ação coletiva” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 2). Tudo isso se configura sob específicas condições econômicas, sociais e políticas, que por tratar do contexto das sociedades pós-industriais, posiciona a comunicação midiática (considerando-se aqui o caso brasileiro) como um mercado, onde o conteúdo e as mensagens são os produtos ofertados, inseridos na ordem mercantil de produção.

Quanto à ordem mercantil no ciberespaço, vincula-se a questão da liberdade. Para Antoun e Malini, “o cerne do debate sobre liberdade está no direito de produção autônoma de formas de vida, que não sejam atravessadas pela força estatal nem pela mercantilização do capital, mas por “direitos comuns” que as protejam e as liberem ao mesmo tempo” (2010, p. 3). Os autores fazem um destaque para a ideia de que atualmente vivemos na internet “um império da liberdade mercantilizada na rede” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 3), concordando com o cenário exposto por Pelbart (2006), e que também ocorre em outros espaços midiáticos. Assim, os dispositivos da *web* tornam-se instrumentos de “negócios com a estratégia da mercantilização da liberdade”, vendendo às pessoas o “acesso livre” às redes em troca da sua privacidade, tornando-os alvos da publicidade.

Nesse sentido, surge o debate acerca do biopoder no contexto problematizado, “uma nova arte de governar a liberdade dos sujeitos”, operando com mecanismos para “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um ‘a mais’ de liberdade por meio de um ‘a mais’ de controle e de intervenção” (FOUCAULT, 1977 apud ANTOUN e MALINI, 2010, p. 03). Em contra partida, temos a biopolítica, um “conjunto de atos de resistência e de contra insurgência de vidas que não deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público [...]” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 6).

Em meio a estas duas forças acima citadas, o biopoder e a biopolítica, está a comunicação e os *media*, permeados pela atual cultura da participação e milhões de leitores/internautas/produtores, atentos às informações e preparados para criar suas versões, e assim, contribuir a partir do que Antoun e Malini descrevem como uma comunicação partilhada. Para os autores, esta comunicação em interfaces coletivas “reposiciona o tipo de passado que importa na decisão de ação. [...] A questão deixa de ser a eliminação do que nos ameaça para se tornar a construção ou invenção do que nos interessa” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 7).

Contudo, apesar da atual lógica do ciberespaço estar marcada pela atuação dos internautas, muitos espaços mantêm a liberdade controlada por meio de estratégias que pautam esta participação, direcionando o modo de “falar sobre” determinadas temáticas. Dessa forma, os espaços oportunizados pelos meios de comunicação na perspectiva comunitária e alternativa, com foco atual nas Tecnologias de Informação e Comunicação, atuam permeando na tensão entre os dispositivos de biopoder e a *práxis* da biopolítica, pois se constituem como espaços de expressão livre e de criação e representação autônoma, ao passo que apresentam regras de participação e estão ancorados, por vezes, a instituições que condicionam sua atuação e manutenção.

A partir do contexto apresentado, propomos conduzir este estudo de forma a responder como um ambiente midiático comunitário, em meio a estratégias de biopoder e práticas de biopolítica, oportuniza o empoderamento das pessoas envolvidas? Inserimo-nos na linha investigativa da mídia e suas estratégias, corroborando estudos feitos anteriormente e a atuação comunitária. Para nós, contribuir com caminhos à comunicação comunitária por meio do reconhecimento de espaços de empoderamento, cientes de serem ambientes de tensionamento de poderes, responde à intenção de colaborar aos estudos em comunicação atentos às mídias que valorizam a ação coletiva.

Nesse sentido, intentamos verificar nossa hipótese de que para que seja possível o empoderamento no contexto proposto, é necessário que todos os envolvidos na iniciativa comunitária, promotores e público da ação, transformem-se e atuem como “multidão”, conforme o conceito de Hardt e Negri, pois assim possibilitam se posicionar frente ao “poder soberano” através das redes que constituem e das determinações estratégicas que produzem. Como multidão, atuam como sujeitos sociais ativos, penetrando mais ativamente na realidade enfrentada, conscientizando-se de maneira crítica sobre sua existência e papel na sociedade. “Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos” (FREIRE, 1979, p. 28).

O objeto de investigação proposto é o Viva Favela (VF), projeto da Organização Não-Governamental Viva Rio, do Rio de Janeiro - RJ. Essa iniciativa social busca a participação ativa e continuada dos moradores dos locais nos quais atua, como forma de mostrar o lugar que habitam e repassar à sociedade e à imprensa uma visão real desses espaços, muitas vezes mal interpretados e divulgados. Reportagens sobre sua gente e sua rotina são postadas diariamente no *blog* e no site do projeto pelos correspondentes comunitários.

A pesquisa tem em seu percurso metodológico, que inicia com revisão bibliográfica, a análise da ação do objeto de estudo selecionado, com a observação de sua prática e estudo da ação de seus usuários a partir da análise das estratégias discursivas em suas produções ao projeto. São utilizadas também as técnicas de observação não participante e aplicação de entrevistas, como forma de complementar informações necessárias à melhor compreensão do problema investigado.

O funcionamento do projeto Viva Favela está pautado pela dinâmica virtual e pela ação coletiva. Todos os participantes são denominados “correspondentes comunitários” (CC), pela sua atuação com o envio de conteúdos informativos sobre as favelas e periferias nas quais vivem. Contudo, há também a participação de editores e jornalistas convidados que auxiliam e orientam na construção de pauta, na busca por informações e na elaboração dos textos/matérias.

Devido a esta configuração, – com a inserção de um jornalista, que carrega o peso do convencional (biopoder) em sua atuação, em meio à possibilidade de expressão alternativa (biopolítica) dos internautas – questionamo-nos quanto à liberdade e/ou possibilidade de “construir e inventar o que interessa” aos correspondentes com relação às suas comunidades e sobre o quanto estas podem realizar, por si mesmas, transformações que as conduzam a se desenvolver e fortalecer.

O estudo por meio da observação do caso do projeto Viva Favela evidencia diversas facetas de uma atuação comunitária no contexto entre as forças do biopoder e da biopolítica, pois o mesmo já passou por diversas mudanças estruturais e de ação, em seus 15 anos de existência. Iniciou com uma proposta extremamente aberta de participação e interação dos internautas, transitou para uma estrutura mais formalizada e de atuação controlada dos correspondentes comunitários e, desde início de 2016, enfrenta o desafio de não saber até quando se manterá atuante, uma vez que perdeu suas principais fontes de recurso financeiro³. Estas transformações nos suscitam um ambiente fértil para a análise objetivada.

A motivação para esta investigação provém da sensibilização pessoal com as realidades marginalizadas em nosso país, deixadas à margem tanto física como comunicacionalmente, interesse de pesquisa desde a graduação, revelando-se com mais propriedade nos estudos durante o Mestrado (2012). Acreditamos incondicionalmente no papel mobilizador, articulador e socialmente transformador da comunicação. A comunicação é feita por pessoas e deve ser a elas retribuída.

Nessa perspectiva, encontramos inspiração na temática da comunicação comunitária e em autores que construíram e constroem seus percursos acadêmicos e científicos discutindo e propondo visões e revisões críticas acerca da área e sua atuação transformadora no Brasil e no mundo. Citamos como exemplo Paulo Freire, Mario Kaplún, Cicilia Peruzzo, Raquel Paiva e outros, que serão base de conhecimento e de auxílio à problematização e à reflexão aqui propostas.

No Brasil, os estudos sobre comunicação e comunidades vêm tomando força, o que fica ratificado com a fundação do Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (INPECC), em 2013. O Instituto, coordenado pelos professores doutores Raquel Paiva (UFRJ), Juciano Lacerda (UFRN) e Patrícia Saldanha (UFF), reúne pesquisadores do país e baseia-se na premissa de que “a perspectiva comunitária firmou-se no campo comunicacional não apenas como objeto empírico, mas principalmente como demanda de parceria com os novos sujeitos coletivos e minoritários que se fazem progressivamente visíveis no espaço público nacional” (LECC-UFRJ, 2013).

Fazendo uma revisão a respeito do estado da arte sobre comunicação, poder (biopoder e biopolítica) e empoderamento comunitário, encontramos muitos incentivos a esta pesquisa,

³ Entre 2015 e 2016 houve a saída do principal financiador, a AIN (Ajuda da Igreja Norueguesa), que não renovou o contrato, pois mudou seu foco de ação do Brasil para países da África. Outra fonte mantenedora vinha de contrato com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que em 2015 fez uma série de cortes de gastos, atingindo diretamente o Viva Favela.

pois percebemos a quantidade de pesquisadores que trilham esforço paralelo a nosso intuito. Para além de perceber que estamos longe de caminhar sozinhos, também notamos (e vibramos) poder contribuir dentro da temática, uma vez que nossa intenção de investigação é inédita na forma de abordar, questionar e investigar.

Uma parcela dos trabalhos encontrados no estado da arte, buscando por “comunicação e empoderamento”, são da área da saúde, das ciências sociais ou da educação, conformando-se basicamente como pesquisas aplicadas sobre grupos minoritários. Ocorre também, uma forte relação entre empoderamento e Tecnologias de Informação e Comunicação, com trabalhos que objetivam compreender como as TICs podem auxiliar, ou auxiliam, nos processos de empoderamento de grupos desfavorecidos, sendo trabalhos provenientes de diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, são também localizados estudos que investigam acerca do empoderamento facilitado e/ou permitido pelo avanço do ciberespaço e das ferramentas e aplicativos digitais, ficando o destaque da investigação às mídias sociais e não tanto ao desenvolvimento e envolvimento das comunidades.

Destacamos o trabalho de dissertação de Juliana César Nunes (PPGCOM/UnB), defendido em 2013, com orientação da professora Dra. Dione Oliveira Moura, intitulado “Comunicação Quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento”. O trabalho objetiva verificar se e como comunidades quilombolas utilizam processos comunicacionais articulados com ações de mobilização, visibilidade e empoderamento. Outra pesquisa que vai ao encontro desta mesma tendência, é a dissertação de Letícia Beatriz Abella (PPG em Estudos da Linguagem/UFRN), “O Discurso dos Tuiteiros: uma análise crítica da construção identitária coletiva e do empoderamento cidadão”, sob orientação da professora Dra. Cleide Faye Pedrosa, com o objetivo de refletir sobre o empoderamento cidadão através do fortalecimento de suas identidades coletivas dentro do contexto local do movimento Forá Micarla como decorrência das mudanças sociais e culturais que as novas TICs representam.

Como uma crítica à maioria dos textos pesquisados, relatamos que apresentam uma revisão teórica breve, por vezes rasa, sobre o conceito de empoderamento, não sendo aprofundado seu significado e explicitada a relevância do conceito perante a problemática investigada e frente à comunicação. Os trabalhos revisados, circundando a temática que envolve comunicação e empoderamento, trazem a análise das TICs, apresentando como objetos empíricos mídias sociais digitais como, Facebook, Twitter, *blogs*, entre outros. Além disso, percebemos uma compreensão por vezes muito otimista e romântica acerca destes ambientes do ciberespaço, sendo entendidos como livres do controle e da presença das mídias tradicionais e dos conglomerados de comunicação.

Quanto a trabalhos acerca dos conceitos de biopoder e biopolítica, novamente são localizados estudos em diferentes áreas como Saúde, Educação Física, Direito e Filosofia. Isso se deve pela utilização dos estudos de Foucault como base, pensador que utilizou, a partir de suas reflexões sobre poder e as relações de força, o corpo, a vida e a morte como objetos de observação dos fenômenos por ele ensaiados. Alguns dos textos encontrados, principalmente os provenientes da Filosofia, servirão como base teórica para a compreensão a respeito do biopoder e da biopolítica. É o caso do trabalho de Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006), “O conceito de biopoder hoje”, que além de apresentar uma explanação sobre os conceitos de biopolítica e biopoder, traz argumentos acerca da sua utilidade em investigações contemporâneas. Embora referenciem seu estudo sobre biopoder às temáticas da raça, população e reprodução e medicina genômica, sua revisão teórica vem ao encontro da nossa, aproximando-a do entendimento de Negri.

Ao se fazer uma busca utilizando as palavras-chaves Comunicação e Biopoder/Biopolítica, são encontradas mais pesquisas que vinculam as análises em comunicação com o conceito de biopolítica, por sua relação com a resistência e com a luta. Assim, esses trabalhos, também em sua maioria, giram em torno de análises que observam a comunicação no ciberespaço, de um modo geral. Nesse circuito, duas fortes referências são Henrique Antoun e Fábio Malini, que estudam as narrativas coletivas no modelo comunicacional multimídias, construindo relevante aporte teórico sobre os estudos do biopoder e da biopolítica em um contexto social e comunicacional próximo ao de nossa proposta investigativa. Os dois autores já publicaram inclusive, uma obra no ano de 2013, intitulada “A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais”.

Outro autor que investe suas pesquisas com os conceitos de biopoder e biopolítica é Alexandre Barbalho, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Em um de seus trabalhos, “Minorias, Biopolítica e Mídia”, o autor discute “como as minorias, ao atuarem na esfera da produção imaterial e da biopolítica, podem criar linhas de fuga aos poderes hegemônicos no campo midiático” (BARBALHO, 2004, p. 01). Para o autor, concordando com nossa proposta, a biopolítica pode ser compreendida como uma alternativa possível a ações afirmativas das minorias e outras realidades na contemporaneidade.

Em vista deste panorama da pesquisa no que tange à temática da comunicação, do poder e do empoderamento comunitário, percebemos incentivos à pesquisa proposta. Para o cumprimento deste estudo, orientamos a investigação de modo a analisar como projetos comunitários no ambiente midiático que tensiona dispositivos de biopoder e práticas da biopolítica, podem oportunizar o empoderamento. Organizamos a pesquisa a partir dos

seguintes objetivos específicos: caracterizar os dispositivos de biopoder e as práticas de biopolítica presentes nas estratégias comunicacionais no ciberespaço; articular teórica e criticamente os conceitos de comunicação, empoderamento e biopotência da multidão; e, reconhecer o papel da comunicação comunitária na oportunização de espaços de empoderamento perante os tensionamentos entre biopolítica e biopoder.

A partir desses objetivos, organizamos estruturalmente a tese em quatro capítulos. De imediato, iniciamos com “O percurso e a abordagem teórico-metodológica”, capítulo no qual apresentamos os caminhos metodológicos pelos quais nos guiamos na tarefa de completar o estudo proposto, bem como a abordagem teórico-metodológica que delineia o percurso investigativo. Tudo isso, amparado pelo acompanhamento e a observação do objeto empírico que nos serve de modelo à articulação teórico-prática em construção.

Em nosso segundo capítulo, “Biopoder e Biopolítica: (re)pensando os conceitos na perspectiva comunicacional comunitária no ciberespaço”, caracterizamos os dispositivos de biopoder e as práticas de biopolítica, com base em Michel Foucault e seguindo com as revisões conceituais de Deleuze, Antonio Negri e Michael Hardt. Com o apoio de Henrique Antoun e Fábio Malini, verificamos como se conforma o processo de desenvolvimento e empoderamento no ambiente midiático online perante os tensionamentos entre biopolítica e biopoder.

Na sequência, temos o capítulo terceiro intitulado “Comunicação, Empoderamento e Biopotência da Multidão”, no qual articulamos teórica e criticamente esses três conceitos. Revisamos os estudos acerca da comunicação comunitária, com foco nos textos de Cicilia Peruzzo, definindo a perspectiva sob a qual encaixamos nosso intuito investigativo. Propomos também a entender o empoderamento na abordagem de Paulo Freire, a biopotência da vida, termo trabalhado por Peter Pelbart, e o conceito de multidão, proposto por Antonio Negri e Michael Hardt. Dessa forma, buscamos definir teoricamente o processo de empoderamento, apontando como o percebemos sob o ponto de vista da comunicação comunitária.

Na etapa final da tese, temos o capítulo quatro, “Comunicação, biopoder e biopolítica: estratégias e práticas de biopotência comunitária”. Neste momento, investigamos a sistemática e atuação do projeto Viva Favela ao longo dos anos de sua execução e analisamos as estratégias discursivas no projeto. Concomitantemente, buscamos acrescentar dados obtidos com entrevistas com os correspondentes comunitários do Viva Favela e representantes do projeto, além de observações não participante das rotinas do objeto empírico.

Ao final deste percurso teórico, prático, crítico e reflexivo, objetivamos sintetizar a ação de comunicação junto a processos de empoderamento, propondo uma revisão e uma contribuição pontual a respeito da prática da comunicação na superação dos limites e no

desenvolvimento autônomo dos sujeitos, para que compreendam os mecanismos de poder presentes e assim, os superem e possibilitem empoderar-se. Iniciemos, pois, a compreender este contexto, e organizemos a atuação da comunicação, de acordo com os pressupostos de um paradigma comunitário. Assim, rumamos à objetivação da participação autorizada e reconhecida da comunicação comunitária, em busca de novos modelos, do empoderamento dos sujeitos que desejam lutar e falar para todo mundo sob diferentes perspectivas.

CAPÍTULO 1 – O PERCURSO E A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICOS

De forma a deixar evidenciado os caminhos metodológicos adotados para cumprimento da presente proposta de tese ao doutorado em comunicação, apresentamos inicialmente o delineamento do percurso metodológico e a abordagem considerada para tal, bem como o objeto empírico no qual estão investidos os esforços investigativos. Feito isso, entendemos mais profícuo o avanço à apresentação das etapas de revisão teórica e análise empírica.

Esta pesquisa, que está ancorada na comunicação comunitária, viés comunicacional que prima pela participação e pelo desenvolvimento social, permitirá compreender melhor a problemática levantada através do auxílio de nosso objeto empírico, o projeto comunitário e portal virtual Viva Favela, apresentado na sequência. Além disso, entendemos a abordagem crítica de Norman Fairclough como adequada à verificação empírica e aos apontamentos críticos sugeridos em nossa indicação de discussão, conforme se segue no percurso descrito.

1.1 O percurso e o método de pesquisa

O percurso investigativo inicia com a aplicação de pesquisa bibliográfica, a partir da articulação crítica entre os conceitos base para o estudo da tese. Amparados nas leituras e entendimentos provenientes, definimos palavras, ações e características correlacionadas para a compreensão do processo de empoderamento, de autovalorização e consciência em comunidades/coletividades, ações de produção biopolítica, através da comunicação. Desse exercício, delineamos a perspectiva teórica que conduz as demais etapas da pesquisa, ou seja, o exame da dinâmica do portal e da ação do projeto VF e a análise discursiva nas matérias publicadas no *site* do projeto (Reportagem e *Blog*).

Nossa análise inicia com a verificação da presença dos dispositivos de biopoder e das práticas de biopolítica no site do projeto VF. Para isso, fazemos a observação crítica e detalhada das páginas e *links* do portal no período de 2012 a 2016, permitindo-nos inferir e reconhecer como se dá o contexto de poder no ambiente comunitário estudado do projeto, o portal que o coloca em contato com a sociedade, que o liga às comunidades, por meio dos CC.

Articulamos a observação do Portal VF à revisão teórica, condensada nos quadros desenvolvidos no fechamento dos capítulos teóricos 2 e 3 (Quadro 2, p. 59 e Quadro 3, p. 82), que apontam um guia dentro da perspectiva teórica proposta. De forma similar, utilizamos os quadros síntese no estudo das estratégias discursivas nos textos dos correspondentes

comunitários. Nesse momento, verificamos, pois, marcas discursivas para inferir como o biopoder e a biopolítica estão também presentes nos sujeitos participantes do projeto e em que medida são verificadas mais ações de conscientização ou de submissão, fazendo uma comparação entre as matérias postadas na página inicial do site (que passa por orientação e revisão da redação do VF) e nos *blogs* pessoais dos CC no portal (postagem independente).

São utilizadas também as técnicas de entrevista, questionário e observação não participante como reforço à compreensão pretendida, cujas informações obtidas servem de ancoragem ao entrecruzamento da teoria com a prática. Optamos pela articulação da análise com os dados obtidos da experiência física (entrevistas), porque assim como expõe Minayo, entendemos que o trabalho interacional, que põe em relação o pesquisador com seus pesquisados é

um instrumento privilegiado de coleta de informações, para as pessoas é a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (MINAYO, 2011, p. 63).

Seguindo as orientações da autora, as entrevistas foram utilizadas para a busca de dados subjetivos, que trazem informações diretamente da pessoa entrevistada, que vive a situação investigada e expõe uma reflexão própria da realidade (MINAYO, 2011), constituindo uma representação dessa. Optamos pela utilização da entrevista semiestrutura, que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2011, p. 65). Completando esta etapa metodológica, realizamos em paralelo às entrevistas, a observação não participante, pois é relevante técnica que corrobora a contextualização de produção das falas, complementando-as (MINAYO, 2011).

Foram feitas cinco entrevistas (vide roteiro nos Anexos 10 e 11), sendo quatro com correspondentes comunitários e uma com representante do projeto VF⁴, todas realizadas na sede do VF. Os quatro CC entrevistados tinham entre 15 e 43 anos de idade, sendo um homem e três mulheres, todos nascidos e moradores de favelas cariocas. O CC mais jovem era estudante do Ensino Médio na rede pública de escolas da cidade do Rio de Janeiro e participante de outros projetos sociais com foco em produção cultural e artes. Os demais CC entrevistados eram pais/mães e dividiam a participação no VF com suas profissões. Por sua vez, o representante do projeto era formado em Jornalismo, com experiência e atuação em veículos de comunicação

⁴ As entrevistas foram gravadas com a utilização de gravador de voz mp3, de acordo com a permissão de cada entrevistado, sendo que cada um assinou Termo de Consentimento.

no Rio de Janeiro e diferentes atuações em organizações sociais e projetos com comunidades, atuando há dois anos no Viva Favela. Essas entrevistas foram realizadas em 2014, quando o projeto ainda estava operando normalmente.

Com a suspensão das atividades do VF, em 2016 fizemos uso de questionários (vide questões no Anexo 12). Os mesmos foram enviados via e-mail a representantes do Viva Favela, dois ainda atuantes no projeto e um fora das atividades. Obtivemos retorno de dois, incluindo o do funcionário demitido. Os questionários serviram para a compreensão da situação atual vivenciada pelo projeto e complementação de informações acerca de sua história e dados de produção desde 2012.

Visitas à sede do projeto foram feitas, no Rio de Janeiro-RJ, em outubro de 2014, sendo vivenciados dois dias junto à rotina administrativa do Viva Favela. No primeiro dia, foi apresentada a proposta de estudo e explicada a forma de abordagem para a busca dos resultados. Os membros da equipe do VF apresentaram inicialmente o que consiste o mesmo, explicando informalmente seu funcionamento. A partir daí, foi-nos permitido acompanhar naturalmente o trabalho na redação do projeto, percebendo melhor detalhes de seu processo.

A equipe administrativa do projeto organizava-se em uma única sala grande, compartilhada com funcionários de outros projetos e próxima à assessoria de comunicação da ONG Viva Rio. Nesta sala, estavam dispostos, lado a lado, computadores utilizados pelos programadores, designers, editores, coordenadores e estagiários do VF. Todos trabalhavam em contato uns com os outros, conversando sobre ideias e dúvidas no transcorrer das atividades. Nos dois dias acompanhados, o ambiente demonstrou um clima amigável e leve de trabalho, intercalado por momentos de descontração.

No segundo dia pela manhã, foi possível acompanhar o trabalho de revisão de um dos editores no momento de publicação de reportagem de um CC. O editor recebeu o texto por e-mail, fez a revisão geral, corrigindo questões de ortografia. Verificou também as fotografias anexas, editando-as com relação a cortes e brilho das imagens. A legenda das fotos foi elaborada pela mesma pessoa, sendo o texto de apresentação da reportagem solicitado a outro membro da equipe. Assim como este momento relatado, foram acompanhados os processos de produção do VF, sendo feitas anotações no decorrer e após à observação. Dessa forma, entendemos elaborar com mais exatidão a verificação dos processos e da estrutura de ação do projeto, bem como apoiar o que foi inferido na completude do estudo.

Na sequência, apresentamos um quadro que delinea a estrutura da proposta metodológica selecionada:

Quadro 1 – Sintetização do percurso e método da pesquisa.

OBJETIVO GERAL		
<p>Analisar como projetos comunitários no ambiente midiático que tensiona dispositivos de biopoder e práticas da biopolítica podem oportunizar o empoderamento.</p>		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ETAPAS DO ESTUDO	MÉTODOS E TÉCNICAS
<p>Caracterizar os dispositivos de biopoder e as práticas de biopolítica presentes nas estratégias comunicacionais no ciberespaço.</p>	<p>Estudo dos conceitos base e sua articulação teórico-crítica.</p> <p>Elaboração de quadros teóricos que sintetizam a perspectiva teórico-prática que conduz a análise empírica.</p>	<p>Análise Bibliográfica</p>
<p>Articular teórica e criticamente os conceitos de comunicação, empoderamento e biopotência da multidão.</p>		
<p>Reconhecer o papel da comunicação comunitária na oportunidade de espaços de empoderamento perante os tensionamentos entre biopolítica e biopoder</p>	<p>Estudo do objeto empírico</p>	<p>Análise Bibliográfica</p> <p>Análise Documental</p> <p>Entrevista semiestruturada e questionários com representantes do projeto</p> <p>Observação não participante das rotinas do projeto</p>
	<p>Verificação da presença do biopoder e da biopolítica na dinâmica e estrutura do projeto Viva Favela</p>	<p>Observação crítica da estrutura do portal VF e sua sistemática de ação</p> <p>Entrevistas semiestruturadas com representantes do projeto e CC</p> <p>Observação não participante das rotinas do projeto</p>
	<p>Verificação da presença do biopoder e da biopolítica e sua interferência na ação dos correspondentes comunitários do VF</p>	<p>Análise Crítica do Discurso</p> <p>Estudo das estratégias discursivas nos textos elaborados pelos CC</p> <p>Entrevistas com CC</p>

Fonte: Elaborado pela autora

1.2 A abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso de Fairclough

Como apoio na compreensão proposta, lançamos nosso olhar analítico ao discurso a partir da abordagem da Análise Crítica do Discurso. A ACD tem suas propostas analíticas referenciadas à gramática sistêmica funcional de Halliday, que em seus estudos destaca o imbricado entre sistema gramatical e necessidades sociais que a linguagem deve atender.

Analisar o discurso pela perspectiva crítica, suscita percebê-lo “como instrumento de construção social da realidade” (VAN LEEUWEN, 1993 apud WODAK, 2004, p. 234). Nessa mesma linha, Fairclough considera o uso da linguagem ser uma forma de prática social, implicando assim, ser o discurso uma forma de ação das pessoas e de representação. O autor vai além, quando acrescenta que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Assim, por meio do discurso, são estabelecidas também as “identidades sociais” e “posições de sujeito”, as relações sociais entre as pessoas e os sistemas de conhecimento e crença.

Compreendemos que as práticas discursivas transformam-se e, através das estratégias linguageiras, modificam também as relações sociais, as identidades sociais e o conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001). A análise do discurso do ponto de vista crítico preocupa-se com as relações que existem entre os sujeitos sociais e entre/com suas práticas sociais, o que está totalmente imbricado com as práticas discursivas e vice-versa. O que esta linha de análise (ACD) traz é que o sentido dado e obtido através das práticas discursivas acionadas é totalmente dependente da relação com suas práticas sociais e culturais, num ciclo de interdependência contínuo.

Entretanto, argumentaria que, ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, **de forma inconsciente**, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. [...] Argumentaria também que a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100. Grifo nosso).

Façamos um destaque quanto à observação do autor sobre a ação inconsciente nesse contexto abordado. De fato, na maioria das vezes os sujeitos presentes no discurso não têm ciência do resultado de suas práticas discursivas, pois não estão preocupados com os sentidos gerados, mas sim com a prática social do comunicar-se, relacionar-se uns com os outros. Contudo, é sob esta perspectiva que conjugamos nossa hipótese de que a conscientização é

passo decisivo às transformações na esfera de atuação de projetos e sujeitos comunitários frente a poderes e estruturas sociais impostos. Tornando suas estratégias discursivas conscientes, através de operações linguísticas críticas, modificam sua ação reativa aos fatos cotidianos em práticas sociais estratégicas, amplificando a força biopolítica presente em sua força de vida e podendo resistir aos dispositivos de biopoder impostos.

A proposta crítica de análise do discurso nesta investigação é apoiada na análise tridimensional de Fairclough (2001), atenta às práticas sociais associadas às práticas discursivas, principalmente nas transformações ocorridas em ambas (Figura 1). Trata da soma de três tradições analíticas: a análise textual, a análise das práticas discursivas e a análise das práticas sociais. A análise textual está localizada em uma dimensão descritiva, trazendo aspectos práticos e estruturais da análise linguística. Por sua vez, as práticas discursivas e as práticas sociais são incluídas em um nível interpretativo, sempre relacionado à etapa analítica textual.

Figura 1 - Esquematisação da análise tridimensional de Fairclough (2001).



Fonte: (PICHLER, 2012)

O modelo tridimensional trabalhado por Fairclough fica completo em dois níveis, um descritivo (análise textual) e um interpretativo (análise das práticas discursivas e das práticas sociais). Os dois níveis devem ser percebidos, sempre que possível, de maneira conjunta, pois se complementam reciprocamente. Contudo, Fairclough (2001) afirma não haver uma metodologia definida, ficando a cargo do analista optar pelos caminhos metodológicos que achar mais adequados aos objetivos de pesquisa. “A seleção desses tópicos particulares para discussão não é arbitrária: cada um deles é uma rica base para a percepção dos aspectos sociais culturalmente significantes de mudança nas funções relacional e de identidade do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 176).

Em nossa investigação, julgamos adequada a análise do texto, pois nos permite capturar marcas linguísticas que nos aproximam do sujeito enunciador, deixando transparecer sua identidade e sua intenção de ação, sempre sob certa pressão contextual que deve ser conjugada em paralelo à interpretação textual. A análise do texto é etapa constitutiva também das práticas discursivas, composta por micro aspectos que juntos representam relevantes dados à análise implicada com as práticas e mudanças sociais e culturais.

Faremos uso do segundo nível textual, a gramática, tendo como foco as orações constituídas/enunciadas, ao passo que “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, de relações sociais e de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104). Assim, compreendemos que todos, ao escolher as palavras e elaborar as frases, fazem escolhas que estão vinculadas a seus significados ideais e identitários.

O corpus de análise é constituído pelos textos selecionados dos “*Blogs*” (publicação independente de cada CC) e das matérias postadas na página inicial (revisadas e publicadas pela redação do VF e remuneradas), seções integrantes do Portal VF. No decorrer da análise, são apresentados trechos das reportagens elaboradas pelos moradores das “comunidades favelas” e publicadas no portal Viva Favela, pelos então correspondentes comunitários. Cada trecho destacado, denominados sequencialmente como “exemplos”, têm a função de auxiliar a construção da análise e demonstrar a relação crítica que vai se desenvolvendo entre os apontamentos teóricos e empíricos.

Com a análise guiada pela etapa gramatical da proposta de Norman Fairclough, observamos os tipos de processos escolhidos pelos enunciadores para significar um processo real, o qual pode apresentar significações culturais, políticas e/ou ideológicas. No conjunto de estratégias discursivas postas em prática, os correspondentes comunitários podem representar “inabilidade” para construir um sentido das ações da comunidade, de acordo com o tipo de

“ação” utilizada em seu discurso, o que pode dar um sentido de falta de criticidade, autovalorização e conhecimento, ou seja, pouco empoderamento; ou o processo inverso. Olhando pelos aspectos analíticos orientados pela **transitividade** (escolha do tipo de processo de ação), encontramos indícios da orientação política, social, cultural e ideológica de cada pessoa, ou no caso, do meio de comunicação, neste estudo, do Portal Viva Favela e seus correspondentes comunitários.

Ainda, a análise dará pistas à percepção da variável “voz”, a qual pode ser ativa ou passiva. De acordo com essa estratégia discursiva, o discurso enunciado pode omitir o agente ou, simplesmente, tentar ofuscá-lo e, assim, tirar a atenção da causalidade e da responsabilidade a ele implicadas. Com essa operação linguística, o enunciador transforma o agente da ação em objeto, tornando-o uma entidade abstrata, característica da nominalização, que tem considerável importância cultural e ideológica. A forma como se nominaliza, como se refere e se denomina algo, pode se tornar foco da atenção cultural e da manipulação, entre outros resultados linguísticos.

Nesta proposta, intentamos verificar em que medida a voz enunciada é colocada em posição de atividade ou de passividade; se trata de ações e sujeitos vivos e com produção biopolítica ou participantes isolados, sem força de ação revolucionária. Buscaremos assim, compreender se a realidade social construída através do Portal Viva Favela é de autovalorização e de empoderamento dos correspondentes comunitários e, por conseguinte, da coletividade de moradores, através da representação feita.

[...] um processo real pode ser significado linguisticamente numa variedade de formas, de acordo com a perspectiva em que ele é interpretado. [...] Uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou num texto particular (FAIRCLOUGH, 2001, p. 223).

Ao olharmos para o **tema**, aspecto analítico ideacional no discurso, compreendemos o ponto de partida e final dado pelo produtor. Examinar o tema indica pistas sobre “pressupostos de senso comum a respeito da ordem social e das estratégias retóricas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 228), pois a tematização no início da frase dá indícios de “informação dada”, já conhecida ou estabelecida para os enunciadores, e até mesmo, enunciatários. A compreensão da sequência de temas configura a “estrutura temática” organizada estrategicamente, o que conforma uma significação a respeito do que o discurso trata.

Olhar para o tema, para as palavras escolhidas como abertura de orações, é perceber preocupações retóricas que os autores têm ao construir seus enunciados, buscando seguir uma

linha de coesão dentro de seu ideacional. Assim, “sempre vale a pena observar o que é posto inicialmente nas orações e nos períodos, porque isso pode jogar luz sobre pressupostos e estratégias que não são tornados explícitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 228).

Por fim, completando a verificação acerca da etapa textual da análise, estenderemos nosso olhar sobre as marcas de sentido deixadas pela **modalidade**, que pertence a uma concepção de gramática orientada para o significado. A modalidade tem relação com a função interpessoal da linguagem e todo enunciado é modalizado. Conforme Hodge e Kress (1988 apud FAIRCLOUGH, 2001), o autor de um discurso deve indicar qual o grau de afinidade com a proposição enunciada. As reportagens postadas no PFV são enunciados proposicionais, isso quer dizer que são elaborados e divulgados conscientemente, contendo traços da afinidade entre o enunciador e a proposição.

Ao observarmos os aspectos gramaticais que indicam o grau de modalidade das orações, percebemos qual o comprometimento do enunciador com a afirmação feita. Isso está vinculado a seus pressupostos ideológicos, confirmando ou refutando um posicionamento. Idealizando esta questão a partir de nossa discussão, podemos ter indícios sobre os posicionamentos e ações dos idealizadores do projeto e dos correspondentes comunitários, percebendo se aproximam-se do potencial de empoderamento e prática de biopolítica, conforme o ideacional do projeto e os espaços constituídos para a expressão dos CC. Isso demarca se suas práticas discursivas condizem ou não com o *ethos* que é construído e que modaliza.

Dentre algumas marcas textuais que demonstram a modalidade, temos os verbos auxiliares modais, como dever (obrigação) e poder (permissão e/ou capacidade); o tempo verbal, realizando uma “modalidade categórica”; o conjunto de advérbios modais (possivelmente, provavelmente, definitivamente, entre outros); as indeterminações (um pouco, um tipo de, algo assim) (FAIRCLOUGH, 2001). Além dessas, ainda podemos perceber os diferentes graus de afinidade do falante com o enunciado, a partir da entonação dada e de falas que deixam transparecer certa hesitação.

A modalidade dá mais do que indícios sobre o comprometimento do enunciador com as proposições, mas também com os interagentes marcados no discurso, sendo possível demonstrar afinidade, proximidade ou solidariedade. Assim, expressar alta afinidade com a afirmação enunciada pode representar comprometimento com as pessoas relacionadas ou desejo de solidariedade, cooperação, ou mesmo, repúdio e reprovação. Por sua vez, a baixa afinidade deve ser analisada com cuidado, pois pode representar falta de poder do enunciador e não, necessariamente, falta de convicção ou conhecimento. Por isso, a modalidade é “um

ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 201).

Por estas percepções muitas vezes implícitas no discurso analisado, é que se fazem relevantes as entrevistas. Com o cruzamento destas informações, os sentidos e significados inferidos poderão ser mais bem interpretados, conjugando uma resposta à atuação da comunicação frente a processos de empoderamento de sujeitos e ao desenvolvimento coletivo dos mesmos.

Ao analisarmos discursivamente os textos produzidos pelos correspondentes comunitários do VF, destacamos marcas que demonstram como se configuram suas práticas sociais, expondo como as relações de poder e as forças implicadas nos ambientes “Reportagem” e “*Blog*” atuam em suas produções; desvendando traços sobre como influenciam suas ações de criar e participar. Dessa forma, reforçamos a etapa primeira de análise, quando observamos, descrevemos e analisamos o modelo e sistemática de ação do projeto em vistas de nossa articulação teórica crítica sobre comunicação comunitária, biopoder e biopolítica.

1.3 A unidade de observação: projeto Viva Favela

Criado em julho de 2001, pela Organização Não-Governamental Viva Rio⁵, com sede física localizada no estado e na cidade do Rio de Janeiro, o Viva Favela atua principalmente através do site disponibilizado no endereço eletrônico <www.vivafavela.com.br>, definido por seus idealizadores como “Portal Viva Favela”. Há quinze anos em funcionamento, já está em sua terceira versão, denominando-se Portal Viva Favela 3.0 e propondo um espaço mais colorido, dinâmico e melhor organizado.

Para o membro-fundador e um dos primeiros coordenadores Editoriais do portal, Xico Vargas, que faleceu em dezembro de 2015, esta mudança propõe uma nova relação entre o Viva Favela e seus colaboradores. “Queremos enriquecer o conjunto de informações sobre as favelas e periferias do país. Desde a criação do portal, as favelas e o asfalto mudaram muito. Nesse cenário, nada mais razoável que o VF também mude, mais uma vez, para continuar íntimo do seu público” (VARGAS apud VIVA RIO, 2013).

⁵“Instituição fundada em dezembro de 1993, por representantes de vários setores da sociedade civil, como resposta à crescente violência que assolava o Rio de Janeiro. [...] O Viva Rio é uma organização comprometida com a pesquisa, o trabalho de campo e a formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e a inclusão social” (VIVA RIO, 2014). Para mais informações sobre a ONG Viva Rio, acesse <vivario.org.br>.

Ao passar algumas atualizações, o Viva Favela também modificou um pouco sua definição, que anteriormente tinha o foco mais voltado à livre participação dos correspondentes comunitários como moradores das favelas e periferias⁶. Atualmente, ao lermos as definições e explicações de funcionamento, percebemos a preocupação e o interesse do projeto na formação e preparação destes correspondentes para suas publicações nos espaços oportunizados pelo Viva Favela, conforme abaixo.

Na internet, é um site cujo conteúdo é **produzido por jornalistas e correspondentes comunitários**, que são comunicadores moradores de favelas e periferias urbanas. Além do resultado de sua produção na web, o projeto oferece também **oficinas para a formação** de correspondentes. [...] O Viva Favela é um portal de notícias voltado para o universo das comunidades de baixa renda e periferias urbanas, cujo conteúdo é produzido por correspondentes comunitários, moradores destas áreas. Além do site, o projeto oferece um **programa de formação** de correspondentes comunitários através de **oficinas de capacitação para o trabalho**, com diferentes ferramentas de mídia (PORTAL VF, 2014. Grifos nossos).

Neste novo formato, sua proposta central visa à integração social, à inclusão digital e a reflexão sobre a vida das populações do universo das favelas. O projeto é aberto a todos que tenham interesse em participar e produzir conteúdo informativo a respeito de localidades periféricas, que necessitam de uma “voz” para que sejam percebidas pela sociedade brasileira. “Os correspondentes, mesmo sem formação em jornalismo, podem participar de duas formas: na seção de *blogs*, com conteúdos independentes, ou em parceria com a Redação, realizando reportagens remuneradas” (PORTAL VF, 2014).

Desde janeiro de 2016, com a saída de um dos principais patrocinadores, a AIN (Ajuda da Igreja Norueguesa), que auxiliava o pagamento de salários dos integrantes da administração e dos valores referente à publicação de reportagem pelos correspondentes comunitários, o projeto está trabalhando somente com algumas iniciativas e precisou realocar seus funcionários entre setores e vagas da ONG Viva Rio. Conforme informações repassadas pelo próprio projeto, a AIN não “deixou de patrocinar”, mas não renovou o contrato após o período de cinco anos por mudanças em seu próprio foco de atuação, voltado agora para financiamento de recursos a países da África.

Outro cenário que contribuiu para a paralização da ação do VF relaciona-se à situação econômica e política vivenciada no Brasil. Devido à crise que afetou o país associada à organização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Saúde da cidade necessitou fazer cortes de gastos, o que atingiu diretamente o projeto. Dessa forma,

⁶ Portal Viva Favela versão 1.0 de 2001 a 2010; versão 2.0 de 2010 a 2013; versão 3.0 a partir de 2013 (PORTAL VF, 2014). Em 2016, em função da desvinculação de patrocinador e do cenário econômico enfrentado pelo Brasil, o projeto passou por novas alterações, descritas na sequência deste estudo.

sem fontes de recursos para manter a estrutura pessoal e física que o projeto exige, as suas principais atividades foram encerradas, mantendo apenas o site em funcionamento, embora sem o mesmo ritmo de publicações. Alguns funcionários foram demitidos e outros foram realocados junto à equipe de comunicação da ONG Viva Rio. Contudo, apesar da situação vivenciada desde início de 2016, o Viva Favela mantém disponíveis em seu portal *online* os conteúdos produzidos nos dois espaços oportunizados por sua sistemática de ação. Independente da atual situação e dentro do que o projeto propunha em sua ação, buscando a participação ativa de moradores de comunidades e periferias brasileiras, entendemos constituir relevante objeto de observação às relações de poder no âmbito da comunicação comunitária e sua influência na atuação e no empoderamento dos sujeitos.

Assim, apresentando inicialmente sua forma de atuar, ao acessar o site e se cadastrar, o internauta cria o que o projeto define como um “blog pessoal” (Figura 2), no qual vão constar as matérias e demais produtos criados pelo então correspondente comunitário. Para a publicação de conteúdo neste espaço “*Blogs*” não é necessária a participação nas oficinas de formação. Além disso, o conteúdo é automaticamente postado no site do projeto, não passa por revisão e não é remunerada.

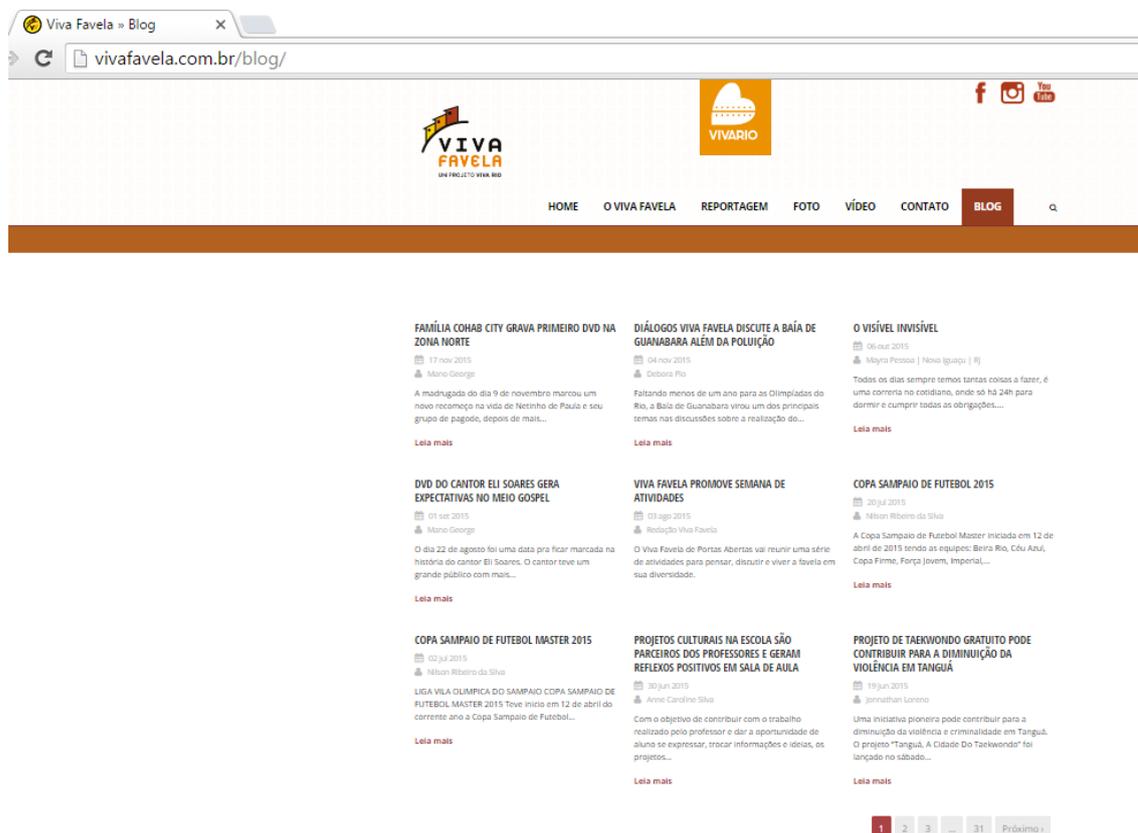
Figura 2 – Espaço “*Blogs*” com postagens independentes dos CC em 2014.



Fonte: Acervo pessoal.

Em 2016, o *website* do VF passou por alterações de *layout* e estrutura, o que acarretou também em mudanças no espaço citado, conforme Figura 3 em comparação com Figura 2.

Figura 3 – Espaço “Blog” com postagens independentes dos CC em 2016.



Fonte: (Portal VF, 2016).

Na sessão “Reportagens” estão reunidas as matérias pagas produzidas pelos CC, dinâmica que iniciou com a versão 3.0 do projeto e vem associada ao desenvolvimento mais ativo de oficinas e cursos para ensinar aos correspondentes sem formação em Comunicação, na apuração de dados, elaboração e redação de suas reportagens. Dessa forma, o VF “capacita esses correspondentes em oficinas desenvolvidas pelo próprio projeto ou em parceria com outros projetos e organizações sociais, pontos de cultura, cursos e escolas de formação na área de comunicação, ou ainda através do trabalho voluntário de profissionais da área” (PORTAL VF, 2014).

As matérias pagas são elaboradas por correspondentes comunitários que participaram do Programa de Formação de Correspondentes do Viva Favela. A elaboração dessas matérias

inicia com a participação do CC na reunião de pauta, quando este apresentará suas sugestões de assunto para escrever, o que ficará decidido a partir da opinião da equipe do projeto. O CC busca as informações, elabora o texto e tira as fotos de apoio (quando necessário). A equipe administrativa do VF faz a revisão gramatical e posta a matéria, que vai para a página inicial do site (Figura 4).

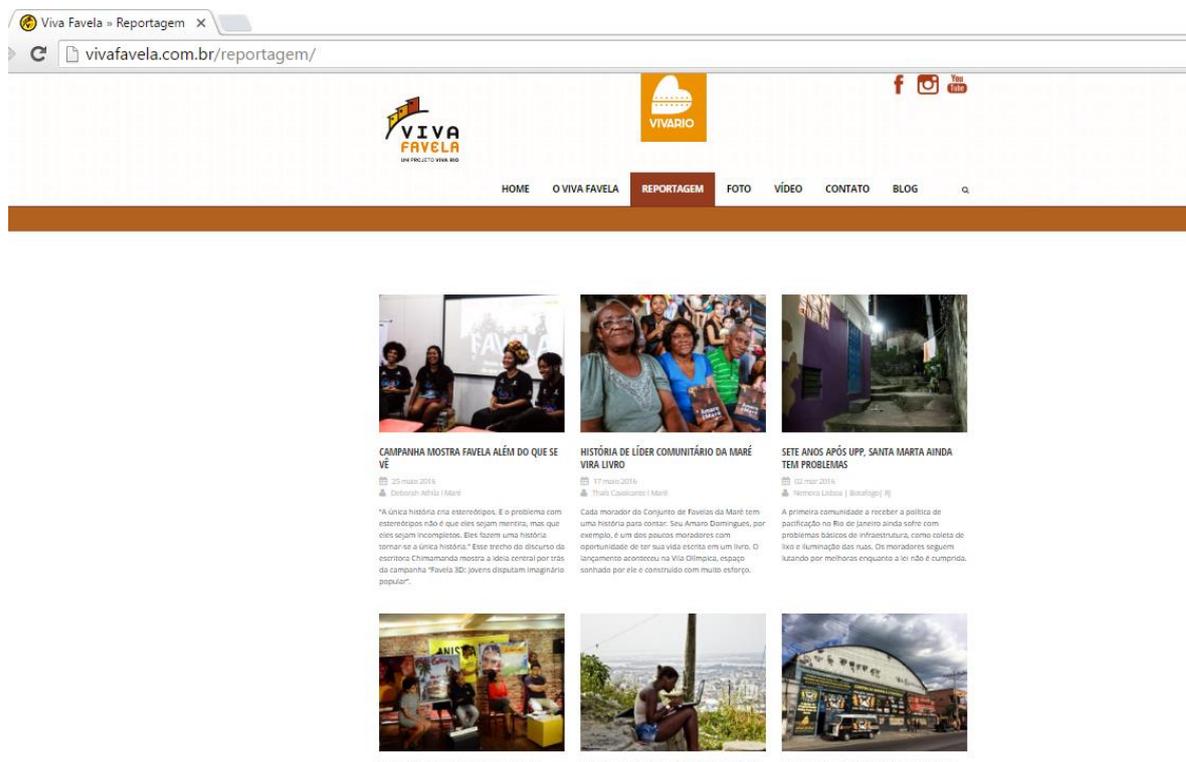
Figura 4 – Página inicial do site com reportagens pagas, em 2014.



Fonte: Acervo pessoal.

Com as mudanças ocorridas no ano de 2016, demanda que surgiu dos próprios CC, a página inicial do portal e de reportagens também foram alteradas, apesar do formato das matérias ser mantido. Na Figura 5 é possível observar a *layout* da sessão “Reportagem” em 2016, que é bem similar à sessão “Blog”, trazendo a mais o detalhe de fotos para cada nova matéria.

Figura 5 – Página da sessão “Reportagem”, em 2016.



Fonte: (Portal VF, 2016).

O Programa de Formação de Correspondentes do Viva Favela, com foco nas tecnologias multimídia, tem por objetivo “formar comunicadores aptos a se expressarem livremente sobre temas de seu interesse e a utilizarem ferramentas como câmeras compactas de vídeo, telefones celulares, câmeras digitais de fotografia, gravadores digitais de áudio e software livre, além de explorarem o potencial das mídias sociais e da internet” (PORTAL VF, 2014). Conforme Débora Pio, Editora do site Viva Favela até 2015, coloca em sua entrevista, as oficinas são compostas por nove aulas, de 4 horas cada, totalizando 36 horas. “São seis aulas de conteúdo teórico de jornalismo, com a linha de fundo dos direitos humanos sempre, e três aulas de fotografia, que é mais educação do olhar do que fotografia técnica”. Pela atual conjuntura financeira do projeto, o programa de oficinas de formação está suspenso por período indeterminado.

No site do projeto há ainda os espaços “Ensaio” e “Vídeos”, que permanecem após a atualização, alterando as denominações para “Foto” e “Vídeo”, conforme visualizamos ao observar os menus das Figuras 4 e 5. Nesses, os CC podem divulgar fotos e vídeos que retratam o dia-a-dia da comunidade que vivem, constituindo um acervo com conteúdo artístico e

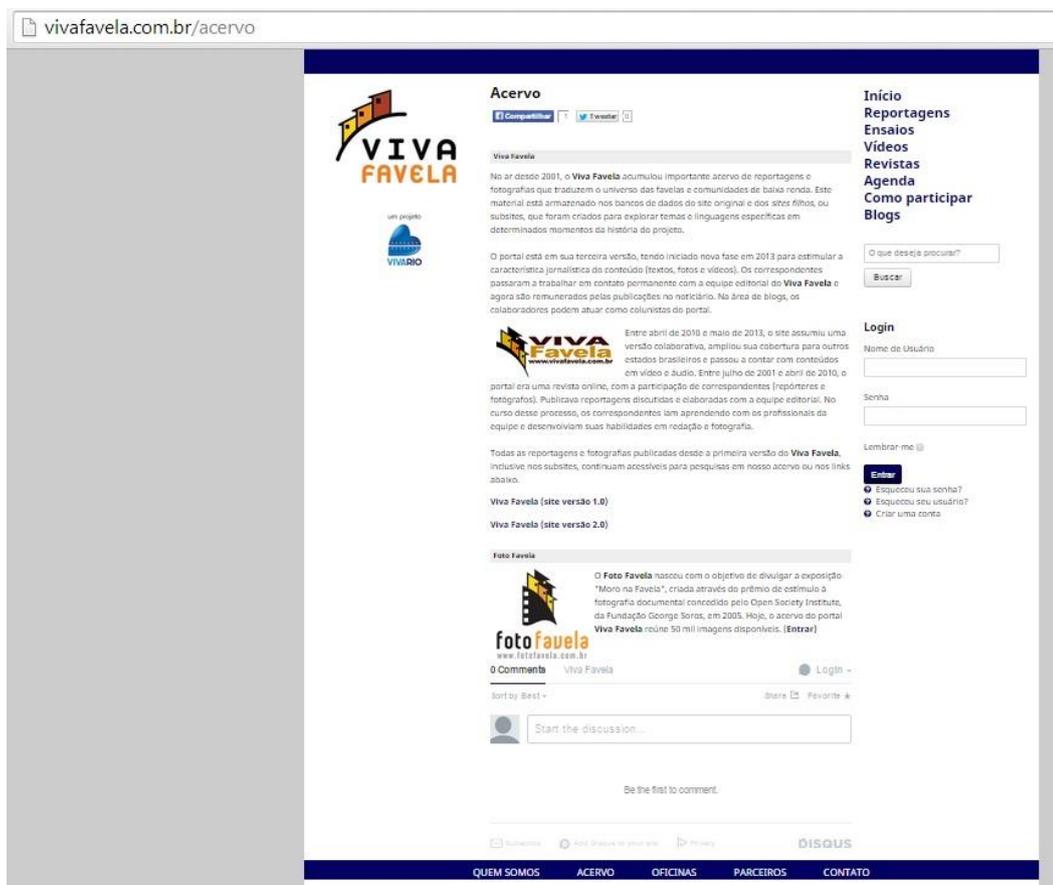
jornalístico. Os dois links são compostos por publicações tanto da Redação do VF, bem como dos correspondentes comunitários. São espaços que, segundo consta no site do projeto, estão abertos à participação de todos que residem ou que trabalhem “no universo das favelas e tenham interesse em ver divulgado seu trabalho” (PORTAL VF, 2014).

Outra forma de participação dos CC era com publicação na Revista Viva Favela, que em 2016 mudou para a realização do que definiram como “eventos” denominados Diálogos. A revista multimídia era uma publicação trimestral e elaborada em parceria com a redação do Viva Favela, os correspondentes comunitários e um editor convidado. A cada edição era debatido sobre qual tema a revista abordaria e eram dadas sugestões de pautas por parte de todos os interessados em participar. Essas eram apresentadas e discutidas em uma reunião virtual com a participação do editor convidado, ficando definidas as reportagens que constituiriam o produto final. Esta forma de participação também era remunerada, sempre após o lançamento de cada edição.

Com todas as mudanças ocorridas no projeto com a atualização da versão 2.0 a 3.0, não foram descartados os materiais até então produzidos pelos integrantes do VF, como reportagens e fotografias. Foi organizada uma seção acervo, na qual os conteúdos publicados entre 2010 e 2013 foram disponibilizados. Tratava-se de um conjunto de materiais “armazenado nos bancos de dados do site original e dos sites filhos, ou subsites, que foram criados para explorar temas e linguagens específicas em determinados momentos da história do projeto” (PORTAL VF, 2014). Contudo, como outras sessões e estruturas da proposta de ação do VF, este acervo não consta mais disponível para acesso no portal renovado em 2016.

Esses referidos “sites filhos” ou “subsites” (definição do VF), disponíveis até 2014, são o espaço Foto Favela, que surgiu como forma de divulgação da exposição “Moro na Favela” em 2005, contando com acervo de 50 mil fotografias; o site Beleza Pura, criado exclusivamente para mulheres moradoras de comunidades de baixa renda, que se mantém como fonte de resgate de informações; e, o Favela tem memória, site que surgiu do projeto que objetivou registrar as histórias dos moradores mais antigos das favelas, suas experiências e os acontecimentos que marcaram estes locais. Todo este acervo podia ser pesquisado através dos links disponíveis na seção “Acervo” (Figura 6).

Figura 6 – Página “Acervo” do site em 2014.



Fonte: Acervo pessoal.

Para os idealizadores do projeto e portal, integrantes da ONG Viva Rio, o VF é uma oportunidade aos moradores destas localidades, principalmente aos jovens, de ocuparem um espaço de divulgação sobre os locais nos quais vivem a partir de seus pontos de vista, e não do “asfalto” e de compartilharem as experiências, os acontecimentos, a sua identidade com todo o Brasil (e mundo) através do ciberespaço. “Criado antes mesmo do conceito de jornalismo cidadão ser associado a sites colaborativos na internet, para desenvolver metodologia própria para a formação de comunicadores locais” (VIVA RIO, 2013), o portal Viva Favela oportuniza conhecimento em uma via de mão dupla, levando saberes e novas oportunidades aos moradores das comunidades, e multiplicando a vivência destes com a sociedade.

Com os acontecimentos e transformações ocorridos em 2016 toda a estrutura do projeto e sua missão de ação foram colocados em cheque, o que exigiu um reposicionamento rápido que culminou na suspensão temporária da maior parte de suas atividades. Da equipe que atuava na administração e redação, somente os fotógrafos foram mantidos, atuando nas demandas da Viva Rio. Conforme aponta uma representante do projeto, “há um enorme desejo de que o

projeto volte nos moldes que era, mas a atual crise no Brasil e a falta de incentivos dificultam bastante para que esse passo seja dado” (ex-Redação do projeto em resposta à questionário, 2016). Em contrapartida a esta situação, surgiu um novo movimento a partir de duas pessoas oriundas do VF, o projeto “Di Favela”⁷ como uma tentativa de resgate do Viva Favela em seu primeiro modelo, mas totalmente independente, “sem uma ‘ong-mãe’ como o Viva Rio”, como destaca a entrevistada.

1.3.1 Breve apresentação do contexto de vida do projeto Viva Favela e de seus correspondentes comunitários

Como forma de melhor compreender o contexto histórico, social e cultural no qual está inserido nosso objeto de estudo, esboçamos uma apresentação do espaço que motiva a idealização do projeto investigado, as favelas. Apesar de ser aberto à participação de moradores de outras, e até mesmo distantes, periferias brasileiras, as favelas cariocas conformam quase que 100% dos cenários narrados nas reportagens e originários dos correspondentes comunitários no Portal. Estamos tratando de um ambiente habitacional que com o decorrer da sua história e desenvolvimento dos seus espaços, tornou-se um lugar peculiar, com uma área quase mágica, capaz de se transformar em relevante ponto de visitação para os turistas no Rio de Janeiro.

Consideradas um assentamento urbano precário pelos autores que buscam desvelar suas origens, as favelas apresentaram um crescimento rápido a partir da década de 1960, sendo consideradas um “grave e crescente problema urbano brasileiro” (QUEIROZ FILHO, 2011, p. 34). O avanço desses espaços é vinculado também à intensificação do processo de urbanização do Brasil, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, devido ao período de industrialização entre os anos de 1950 e 1970.

A concentração de populações pobres em aglomerações habitacionais frágeis e desorganizadas tem sua origem já com a chegada da Coroa portuguesa, quando se iniciam de fato os processos comerciais e de fragmentação social e cultural no Brasil. Porém, os assentamentos denominados hoje como favelas têm destaque na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, na época conhecidos como cortiços, vinculando-se ao histórico de transferência da capital do país a esta cidade (QUEIROZ FILHO, 2011). Sendo alvos de constantes ataques pelo

⁷ Para mais informações acessar: <<http://www.difavela.com.br>>.

poder público, devido a campanhas de higienização e combate a doenças, os moradores dos cortiços são forçados a fugir, mudando para o Morro da Providência, iniciando o processo de favelização em locais altos da cidade, ficando assim, fora do alcance dos olhos da elite (VAZ, 1994).

A denominação “favela” vem de longe, vinculada também a um passado de combates, o da Guerra de Canudos, conforme explica Henrique Dias da Cruz:

A favela tem sua toponímia ligada à chamada “guerra de Canudos”. Terminara a luta na Baía. Regressavam as tropas que haviam dado combate e extinguiram o fanatismo de Antônio Conselheiro. Muitos soldados solteiros vieram acompanhados de “cabrochas”. Elas queriam ver a Côrte... Êsses (sic.) soldados tiveram de arranjar moradas. Foram para o antigo morro de S. Diogo e, aí, armaram o seu lar. As “cabrochas” eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele Estado. Falavam muito, sempre da sua Baía, do seu morro. E aí ficou a Favela nas terras cariocas. Os barracões foram aparecendo, um a um. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois, foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nasceria a Favela (CRUZ, 1941 apud QUEIROZ FILHO, 2011, p. 38).

Dessa forma, o então Morro da Providência foi rebatizado pelos seus novos moradores, tornando-se o Morro da Favela, que com o transcorrer dos anos, tornou-se apenas “Favela”. Gradativamente, ocorreu a generalização do termo para outros assentamentos pobres, devido às relações de semelhança. Além disso, o nome do Morro da Favela começou a aparecer nos jornais e, de forma mais ampla, passou a caracterizar este tipo de ocupação no Rio de Janeiro, a partir da metade do século XX (VAZ, 1994).

Junto a este surgimento marcado desde o início pela exclusão, as favelas contemporâneas acabam por ser definidas, de maneira geral, por uma característica: a “ausência”. Apesar de constituídas por centenas/milhares de pessoas e comportarem, hoje, uma estrutura que as tornam, de certa maneira, autossuficientes (com casas, mercados, escolas, transporte, etc.), são majoritariamente lembradas como “[...] um espaço destituído de infraestrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos” (SILVA, 2009, p. 16).

Adicionada a este contexto de falta está a violência. Crescente como o número de moradores nestas localidades, a violência demarca cada vez mais estes espaços como territórios inacessíveis, que precisam ser mantidos distantes. Esta ausência de segurança é demarcada pelo domínio do tráfico de drogas, que encontrou nas “esquecidas” favelas o lugar adequado para se organizar. Quando foi percebido pelos poderes públicos e forças de segurança, já havia se estabelecido. Munido de fortes armamentos e dando, a sua maneira, “trabalho” aos renegados favelados, esta forma de crime organizado conseguiu dominar o ambiente.

Com esse panorama, as favelas acabam por concordar com a definição trazida acima, de constituírem “assentamentos urbanos precários” e um “grave e crescente problema urbano brasileiro”, o que as tornam um caso de relevância a iniciativas sociais, de interesse privado ou público, que passam a se inserir no seu cotidiano como forma de ajudar a reordenar estes espaços urbanos. Contudo, em meio a este cenário, não podem ser esquecidas as pessoas que ali vivem e que, de fato, fazem ele ser como é. Assim, o que se percebe na realidade é que esses locais populares “[...] são formados por diversas redes sociais, nas quais se fazem presentes diversas práticas e representações (SILVA, 2009, p. 17)”. Aliás, muito do que as favelas são hoje é devido a sua gente, que ao entendê-las como o ambiente no qual foram aceitas, passaram a chamá-las de lar, investindo trabalho e afeto em prol de se tornarem habitáveis, de passarem a constituir, além de um espaço de inclusão por natureza (estão abertas aos renegados), também um local de presença.

E é nesse emaranhado de ter e de perder; de expressar o caos, mas também o sossego de ter onde morar que o significado de favela vai se formando no imaginário brasileiro.

Nesse sentido é que se instala uma contradição no processo de apreensão, expressa em uma crise de representação no que diz respeito à correspondência entre o objeto representado e a imagem hegemônica que dele se tem. A percepção que se tem do objeto acaba por não traduzir os elementos materiais que o significam. Assim, a representação conceitual foi sendo, de forma progressiva, substituída por uma representação estereotipada. Nesta, os pré-conceitos e juízos generalizantes, desprovidos da relação direta com o núcleo do fenômeno, caracterizam o processo de apreensão dos sujeitos sociais em seus territórios de morada na cidade (SILVA, 2009, p. 17).

Na busca pela mudança da apreensão que se tem do “fenômeno” favela, é que projetos como o Observatório de Favelas e Viva Favela atuam, objetivando estabelecer novos modos de percepção a esse universo e aos favelados. Não podemos deixar de apontar o papel que a mídia de massa no Brasil assume em frente a este processo de estereotipação negativa. Como averiguamos na pesquisa ao Mestrado em Comunicação (PICHLER, 2012), os *media* corroboram a depreciação da imagem das favelas, ao investirem nas notícias que valorizam as faltas, o viés da ausência, concordando com o modelo que predomina.

Conforme afirma o Observatório de Favelas em documento que apresenta as favelas e propõe desmistificá-las, “[...] os pressupostos centrados em parâmetros negativos têm sido utilizados como referência hegemônica na representação social e na elaboração de definições mais concisas sobre o fenômeno” (SILVA, 2009, p. 21). E isso se reafirma quando verificamos a definição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao esboçar em suas pesquisas, do Censo Demográfico de 2010, informações acerca de recortes territoriais

classificados como “aglomerados subnormais [...], áreas conhecidas ao longo do País por diversos nomes, como: favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros” (IBGE, 2010, p. 09). De acordo com a classificação do IBGE, esses aglomerados consistem “em uma área ocupada irregularmente por certo número de domicílios, caracterizada, em diversos graus, por limitada oferta de serviços urbanos e irregularidade no padrão urbanístico” (IBGE, 2010, p. 27).

Ainda de acordo com esta pesquisa, a região sudeste, na qual se localiza o Rio de Janeiro e suas favelas, é a que apresenta o maior número de “setores subnormais”, ficando responsável por 55,5% dos 15.868 identificados pelo Instituto. No que tange à distribuição da população que vive nestes espaços, a cidade do Rio de Janeiro está na segunda posição (14,9%), ficando a maior parte desta população concentrada na região metropolitana, com 520.260 domicílios particulares ocupados, e sendo as favelas da Rocinha e do Vidigal as de maior extensão territorial.

Contudo, para além destes dados e do que se apreende como sendo as favelas cariocas, é a sua constituição social e cultural, além das construções verticalizadas com ruas e escadas estreitas, que configura sua “alma”. E ao voltarmos a ênfase às pessoas, lembramos do termo comunidade, utilizado como sinônimo de favela no contexto brasileiro, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Ao serem assim denominadas, suscitam a relevância das pessoas e suas relações no que se refere a compreender esses espaços.

Os moradores de comunidades, assim como qualquer cidadão, querem ter o direito a garantias mínimas. E para isso se mobilizam, trabalham e empreendem diariamente ideias e projetos. São inúmeros os exemplos de ações que partiram de “favelados”, com o objetivo de garantir oportunidades de se expressarem, se representarem, e assim, auxiliar uns aos outros no reconhecimento de sua realidade e fortalecimento de sua autoestima e luta por mudanças. Nesse sentido, além do Viva Favela, podemos citar iniciativas como “Voz das comunidades”, “Data Favela”, “Central Única das Favelas”, que, cada um à sua forma, organizam e sensibilizam os moradores a participar, refletir, externar e valorizar suas experiências.

Por meio dessas alternativas, atuam na direção de se fortalecerem, mostrarem sua realidade a partir do ponto de vista da vivência, conformando uma representação mais legitimada e desconstruindo “[...] alguns conceitos já consolidados, geralmente vinculados a uma abordagem conservadora e normatizante que permanecem como uma realidade nos dias de hoje [...]” (SILVA, 2009, p. 86). Assim, oportunizam meios de construir um outro entendimento sobre as favelas, que apesar de não apagar as mazelas que são por elas enfrentadas, disponibilizam um conjunto de informações que tensionam um outro panorama.

CAPÍTULO 2 – BIOPODER E BIOPOLÍTICA: (RE)PENSANDO OS CONCEITOS NA PERSPECTIVA COMUNICACIONAL COMUNITÁRIA NO CIBERESPAÇO

Acreditar no mundo [...] significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfícies ou volumes reduzidos.

(Gilles Deleuze)

Dando início ao aporte teórico-crítico que conduz epistemologicamente nosso estudo, desvendamos neste capítulo a compreensão acerca dos conceitos de biopoder e de biopolítica, trazidos à discussão sob o viés comunitário da comunicação. O entendimento desses constructos teóricos nos é muito caro, pois exige o “mergulho” nas obras e na “psicologia” de Michel Foucault, bem como a interpretação de estudos posteriores, para a compreensão e vinculação da teoria o mais próxima do tempo e da realidade investigados. Além disso, buscamos neste capítulo apresentar uma relação entre esses constructos teóricos com os estudos de comunicação comunitária, entendendo que esta tem uma proposta de prática biopolítica inserida em um contexto de luta em meio a relações de poder, justamente por promover uma perspectiva participativa e coletiva da comunicação, que por vezes está na contramão do almejado por muitos na sociedade contemporânea.

Vejamos, pois, como é possível articular teoricamente biopoder e biopolítica à comunicação comunitária e à ação crítica de Sujeitos, a fim de verificarmos na prática a ação comunicacional que busca empoderamento, conscientização e a formação de um corpo vital coletivo para a transformação de realidades oprimidas e/ou vulneráveis. Com base na compreensão articulada neste capítulo, iniciamos nosso percurso de entendimento do contexto de tensão entre forças opostas de libertação e de imposição e de liberdade em meio a diretrizes em espaços comunitários, que incentivam a conscientização e promovem a transformação social.

2.1 Os dispositivos de biopoder e a *práxis* da biopolítica

Abordar a questão do poder torna implícita a necessidade de explorar os textos de Michel Foucault, que deixou um legado teórico a respeito do controle da sociedade sobre os indivíduos. Dentre suas muitas contribuições, estão os conceitos de biopoder e de biopolítica, que resultam das sociedades disciplinar e de controle, que o autor discute em seus estudos. Esses conceitos surgem com mais força em suas reflexões a partir da década de 1970, com a obra “A ordem do discurso”, quando ele começa a questionar o envolvimento da exclusão como sistema presente na enunciação discursiva.

Foucault contesta o sistema, os aparelhos ideológicos do Estado como as instituições e seu papel repressivo, por meio das relações entre poder e saber. Na verdade, Foucault condena a ideia de sistema, não importando de que tipo e forma se trata. Para o autor, “as instituições contém e realizam a ideia de subordinação e encerramento do homem dentro de um certo esquema do qual ele não escapa” (BULIK, 2009, p. 03).

Outro ponto muito discutido por Foucault diz respeito à disciplina e à normatização, como formas de manipulação dos indivíduos por parte das instituições disciplinares, que se utilizam de mecanismos como a violência (muitas vezes psicológica e ideológica), para manter o poder e controlar a sociedade, o homem, através de regras que afetam, moldam e suavizam o seu “corpo”. “Se o ponto de partida da genealogia foucaultiana do poder foi a descoberta dos micro-poderes disciplinares que visavam à administração do corpo individual, seu ponto de chegada foi a descoberta do biopoder e da biopolítica” (DUARTE, 2009, p. 47).

As compreensões de Foucault acerca dos conceitos aqui abordados partem do poder soberano que institui a sociedade disciplinar. É a partir desta forma social que o autor chega ao biopoder, uma forma de ajuste dos corpos aos modos de produção determinados e dominantes, moldando o comportamento da população aos processos econômicos impostos (FOUCAULT, 2009). Dos “corpos” subjugados como dominados surge a resistência, “a realidade biopolítica do corpo”, uma nova forma de “gestão da vida” (FOUCAULT, 1981). Ocorre uma transição histórica das formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, que elabora um novo paradigma de poder, estudado por Foucault e que passa a ser reinterpretado por autores como Deleuze, Lazzarato, Pelbart, Hardt e Negri.

Na sociedade disciplinar, o paradigma de poder está baseado na disciplinaridade, através de instituições (escola, fábrica, prisão, hospital) que coordenam o que são comportamentos aceitáveis, normais ou inadequados, desviados, ocorrendo um domínio dos “corpos” dos indivíduos. Por sua vez, a sociedade de controle desenvolve-se no limiar entre a Modernidade

e a Pós-Modernidade, renovando o paradigma imposto. Os “mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 42) e o poder passa a ser exercido mediante “máquinas”, sistemas de comunicação e de informação.

E esse movimento de mutação do poder é constante. Para Hardt e Negri (2006), na contemporaneidade, a exemplo do que narra Foucault quanto à transição da modernidade à pós-modernidade, os Estados-nação estão enfrentando um declínio em sua soberania econômica e cultural, não mais dominando o poder de regular e impor sua autoridade sobre a economia. Esse movimento se dá em associação à globalização, que torna, a certa maneira, mais independentes os controles políticos e econômicos. Assim, para os autores, “a soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 12). É a essa nova forma global que Hardt e Negri denominam de Império.

Nesse novo contexto imperial, que não fixa barreiras e não tem um centro de poder estabelecido, os fluxos globais têm sido construídos e acompanhados

por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, com o resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro (HARDT e NEGRI, 2006, p. 13).

No enfoque de Hardt e Negri, Império é tido como conceito, cuja abordagem teórica (apoiada em Maurice Duverger, 1980) o caracteriza “pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. [...] postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 14). Contudo, ao considerarmos este contexto à análise, não podemos vê-lo unicamente pelo prisma otimista, embora sua definição suscita-nos libertação e uniformidade pacífica. Este atual Império também “exerce enormes poderes de opressão e destruição”, mas a proposta de Hardt e de Negri é demonstrar que é possível reorganizar e canalizar esses processos dominantes e gerar novos objetivos, não simplesmente resistindo a eles, numa ideia que se aproxima à perspectiva freiriana de conscientização.

Eis que surgem, neste contexto, as “forças criadoras da multidão”, como discutiremos no Capítulo 3, um Contra-império, “uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 15), ou produção biopolítica, que atua em

paralelo ao biopoder. Para uma profícua compreensão acerca do biopoder e da biopolítica, é preciso percorrer um trajeto que se inicia em Foucault, porém deve-se ir além da compreensão do autor, pois seu olhar estruturalista limita os conceitos e “sacrifica a dinâmica do sistema, a temporalidade criativa de seus movimentos, e a substância ontológica de reprodução cultural e social” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 47).

Para Foucault, a biopolítica atua em paralelo à “disciplina”, conjugando-se também como uma técnica de poder junto ao capitalismo, vinculando-se a compreensão de vida dada pelo autor, que se alinha ao sentido biológico (homem-espécie) de dominação dos corpos. Dessa forma, seu conceito de vida refere-se não somente ao indivíduo, sendo coordenado pelos poderes disciplinares, mas ao orgânico, ao grupo (população, público) e seus processos biológicos, que vive sob políticas de controle das práticas subversivas. Assim, para Foucault, “os mecanismos ‘reguladores’ instaurados pela bio-política são radicalmente diversos dos mecanismos disciplinares e remetem, ao contrário, de modo surpreendente, aos mecanismos de regulação e de produção do público” (LAZZARATO, 2003, p. 83).

Sob este prisma foucaultiano, a biopolítica se dá através dos “mecanismos reguladores que, no interior de uma população global, estejam em condições de determinar um equilíbrio, conservar uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações” (FOUCAULT, 1999, p. 162). Configura-se, a biopolítica, como uma forma de segurança do conjunto, enquanto o biopoder trata de uma “tecnologia” de adestramento.

É por situar a biopolítica vinculada aos processos biológicos da população, que o conceito passa a ser revisto e repensado por outros autores em novos contextos, dando uma nova roupagem às compreensões foucaultianas. Este percurso se dá justamente pela vinculação da biopolítica à ideia de grupo, à população, pois “o corpo pode ser reduzido a organismo através do ‘enfermement’ e da disciplina, mas não o público. O público não é um fato social estático e redutível a organismo, mas uma variação, uma tendência, um tornar-se” (LAZZARATO, 2003, p. 85).

Gilles Deleuze e Félix Guattari propõem um redimensionamento das reflexões foucaultianas, apoiando-se mais na questão produtiva do ser social, contudo ainda reduzido e em um contexto que permanece encaixando a vida e os corpos dos indivíduos sobre uma perspectiva limitada do poder e do “bios” (HARDT e NEGRI, 2006). Outra linha de pensamento ao se tratar sobre estas relações de poder, as forças produtivas e os indivíduos, vem de um grupo de autores marxistas italianos, que apresentam em suas reflexões outra natureza do trabalho produtivo, o trabalho imaterial; uma força de trabalho que se constitui como intelectual, imaterial e comunicativa (HARDT e NEGRI, 2006). Entretanto, esta escola trata as

“práticas trabalhistas na sociedade biopolítica apenas em seus aspectos intelectuais e incorpóreos” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 49), não dando a devida atenção aos “corpos”, à materialidade.

Feitas estas revisões, percebemos a existência de duas tendências nos estudos apresentados; ou vinculam a questão do “poder sobre a vida” demasiado próximo ao material, ao corpo, ou extrapolam na imaterialidade, dando ênfase extrema ao intelectual. O que Michael Hardt e Antônio Negri apresentam, então, é seguir por outro caminho, que podemos chamar de uma terceira linha, permitindo assim, com mais efetividade, ser compreendido e reconhecido o potencial de produção biopolítica, a biopotência (HARDT e NEGRI, 2006); uma visão biopolítica expandida.

Tratamos de uma forma de potência que é capaz de transformar a vida, justamente pela ação das próprias pessoas, que deixam de se sujeitar a regulações e passam a reivindicar uma vivência democrática. Essa biopotência é constituída e constituidora de um corpo vital coletivo, fundamentado no poder de vida e na formação de um comum que se expande e projeta novas possibilidades. A partir desse entendimento, não se trata mais da biopolítica como forjou Foucault, mas como um poder que transforma e é ativado pela multidão.

Esse transcorrer dos poderes ocorre porque o biopoder expande e passa a atuar como a sociedade de controle, incentivando “internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 42-43). Com isso, torna-se difuso e internalizado o poder disciplinador (atitudes, condutas e comportamentos), de certo modo, natural, não se apresentando mais tão hierarquicamente, mas também de baixo para cima.

O próprio indivíduo e a população começam a se autocontrolar, ocorre uma “transferência de responsabilidades” (SANSON, 2009). Dessa forma, os próprios sujeitos passam a se exigir e a se monitorar, ou seja, já internalizaram o que se espera deles e o que devem fazer. Seu funcionamento se dá como um processo de autonomia que não necessariamente foi dada, mas que foi aceita e é autossupervisionada. Contudo, em resposta a este movimento gerado pela sociedade de controle, surge a biopolítica, gerando-se um poder de resistência com base no poder exercido (SANSON, 2009).

Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder. Contrariamente, fala-se em biopolítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é de baixo (NEGRI, 2003, p. 107).

Sob esse viés aqui considerado, a produção de biopolítica é produção da vida social. Os mesmos recursos que são utilizados para fazer com que as pessoas sigam regras e vivam dentro de uma normatização imposta, são os que as impelem para o “poder de vida”, para o seu crescimento e para o desenvolvimento das relações sociais. São, pois, recursos imateriais, considerados por Negri e Hardt como o conhecimento, a cooperação e a comunicação, que remetem ao comum e à partilha; está em cada um, mas também pertence a todos, localizando, assim, a potência da biopolítica na coletividade.

A biopolítica, então, investe na vida, na completude do indivíduo (corpo e mente, físico e intelectual) e é dela que retira sua energia, ao contrário do biopoder, que “suga suas forças”. Seguindo pelo curso biopolítico, os indivíduos quando coletivizados, transformam-se em “multidão” (conceito mais bem trabalhado no Capítulo 3) e possibilitam tornarem-se um todo comum e trabalhar em um projeto coletivo. Esse fornece meios e poder de encontrar um resultado emancipador, que poderá refletir em mudanças positivas em seus espaços e em suas vidas.

Deste entendimento, chegamos à compreensão de que o Biopoder é constituidor de mecanismos e tecnologias de controle, que vão garantir a disciplina e a ordem, por isso tratam-se dos dispositivos de biopoder. Já a biopolítica representa o terreno das lutas e das resistências produtivas, são práticas sociais, ou seja, a práxis da biopolítica. Assim, reconhecer a presença do biopoder e da prática da biopolítica é entender que o poder permanece, pois é uma prática social intrínseca à sociedade que é permeada por relações de força (FOUCAULT, 1981), contudo se trata “não mais como poder sobre a vida, mas como potência da vida” (PELBART, 2003, p. 25), potência transformadora da vida através dos indivíduos, uma “forma de resistência às ações controladoras e modeladoras do biopoder” (LEÃO, 2010, p. 106).

Vivemos e convivemos em um contexto imperial, ou seja, um capitalismo mundial integrado (GUATTARI e ROLNIK, 1999), globalizado, uma ordem global com novas estruturas e lógicas de comando (BARBALHO, 2004). Um capitalismo diferente daquele que é cenário dos estudos de Foucault. O que Foucault aponta ao observar os movimentos do poder principalmente nos séculos XVII a XX, é o despertar de inúmeras tecnologias de poder, que agem como “diversas e sucessivas técnicas de controle da subjetividade e das populações” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 73). Entram aí tanto o biopoder, quanto a biopolítica, sendo que esta última apesar de surgir de um movimento diferente do poder da soberania, ainda atua na regulação da população.

Em nossa conjuntura, propomos pensar acerca dessas relações de poder e das subjetividades que vivem em meio a este contexto e sobre como se dá sua atuação frente a

experiências cotidianas do poder dominante, que subjuga e exclui aqueles que não conseguem se inserir na normatização e regulamentação impostas, como as comunidades pobres no Brasil, diariamente presentes na comunicação midiática brasileira, hegemônica ou não. Seguimos então, a perspectiva do próprio Foucault, de se fascinar pelas personagens das margens. Com inspiração no que o autor buscou, propomos “esse deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central, nuclear, essencial para se entender o funcionamento da sociedade e das instituições, para aquilo que era descrito como periférico, marginal, menor, fronteiro” (ALBUQUERQUE JR., VEIGA-NETO, SOUZA FILHO, 2008, p. 9).

Intentamos, pois, um estudo da comunicação midiática e suas estratégias comunicacionais em associação ao conceito de biopolítica. Não como um poder regulamentador junto ao disciplinar do biopoder, mas sim como uma biopotência criadora e revolucionária. Nesse sentido, compreendemos o conceito de empoderamento, a conscientização dos sujeitos e a perspectiva da comunicação comunitária como ajustados à abordagem teórica da biopolítica de Hardt e Negri e de Pelbart, ao a compreenderem como potência transformadora, que se dá na coletividade da “multidão” e que possibilita que as diferenças sejam “pensadas em toda a sua potência criadora” (BARBALHO, 2004, p. 8).

E tratar deste espaço biopolítico torna-se interessante e relevante à comunicação comunitária e a projetos desta perspectiva, como o Viva Favela, uma vez que é neste espaço que “se misturam o político, o social, o econômico, o afetivo; é ele que reúne o ponto de vista do desejo. Da produção concreta, da coletividade humana em ação [...]” (PELBART, 2011, p. 87), a união do material e do imaterial, e do intelectual com o afetivo, características que fazem dos humanos a espécie que delibera sobre o poder e o julga, sendo a única capaz de lutar contra ele dentro de seu próprio “clã”, não aceitando sempre ser passiva a ele, às hierarquias.

Ou seja, “existe no corpo social movimentos de resistência ao biopoder sob a forma de lutas pelo direito à vida, à saúde, ao corpo, à higiene, ao bem-estar e à satisfação das necessidades” (BULIK, 2009, p. 14). É nesse sentido que tratamos sobre a vida e seu desenvolvimento e, assim, sobre a ação das pessoas, o que gera um movimento de produção e de reprodução de poderes, que Peter Pelbart aponta como o processo do qual surgem também os contrapoderes e as resistências. Essas, por sua vez, são as únicas capazes de gerar movimento e mudança. É quando lutamos contra, questionamos regras apresentando a elas novas regras, que fazemos algo acontecer, geramos algo novo e tornamos algo diferente.

Assim, a organização de grupos que trabalham orientados a alguma forma de resistência, a exemplo de muitos casos de comunicação comunitária, “sinaliza uma consciência dos cidadãos que se rebelam contra a imposição de uma ideologia que os marginaliza, os despreza,

e ao mesmo tempo a organização desses grupos constitui em si mesmo uma manifestação de resistência” (BULIK, 2009, p. 14). E é por todo este movimento, que envolve pessoas que produzem e reproduzem, que estamos tratando de vida e de poder, de transformação de vidas, de biopotência. Conforme nos esclarece Pelbart, por isso da utilização do prefixo “bio”:
“*biopoder* como um **regime geral de dominação da vida**, *biopolítica* como uma forma de dominação da vida que pode também significar, no seu avesso, uma **resistência ativa**” (PELBART, 2011, p. 86. Grifo nosso).

É importante à nossa compreensão evidenciar que os autores aqui utilizados, com destaque a Michel Foucault, concordam que o poder em suas estruturas não é algo estático, imutável, mas sim que, por se consolidar através da ação dos sujeitos pode ser modificado por meio das resistências, a partir do afrontamento que gera mudanças nas relações de força. Este posicionamento é possível quando tratamos do poder em um contexto macro, mas também, nos micro espaços da vida cotidiana, das experiências coletivas nas quais encontramos os casos de projetos sociais, de ações de comunicação comunitária. Conforme expõe Castelo Branco, “[...] são nos pequenos, insignificantes e não menos importantes campos micropolíticos do poder que se fazem as práticas efetivas a partir das quais podemos observar e compreender os diversos exercícios de poder postos em prática em nossas sociedades” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 111).

Nas palavras de Foucault encontramos reforço acerca deste posicionamento dos pequenos espaços de poder em constantes lutas na dinâmica de suas relações, pois “[...] na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo” (FOUCAULT, 2012, p. 231). O autor ainda pontua que os grandes poderes, aqueles que comandam do alto, só existem por que há todo um jogo de relações de poderes na base elaborado e controlado pela própria sociedade, pelas próprias pessoas e suas imposições, crenças e dominações, que Foucault descreve como “[...] pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um entre nós” (FOUCAULT, 2012, p. 232).

E é “caminhando” ao lado das ideias dos autores apresentados, que auxiliam na compreensão a respeito dos poderes imbricados na sociedade, principalmente permeando os sujeitos, que vamos revelando pensamentos similares, que nos aproximam do viés teórico que busca deixar um caminho ao entendimento de como, a partir do desvelamento das relações de poder e das marcas de determinações e assujeitamentos, podemos “criar novas formas de subjetividade e de experimentações” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 46). Transformações que “[...] podem ser tanto individuais quanto coletivas ou comunitárias, pois esses são agentes em

relações de poder com forças para transformarem e ultrapassarem limites sempre que se apresentarem situações oportunas” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 46). Assim, devemos conceber que, toda a ação de liberdade é resultado do nosso próprio trabalho para com nós mesmos enquanto sujeitos que se entendem livres (FOUCAULT, 2012).

No trabalho de pensar e entender o papel do poder frente às experiências e relações sociais, chegamos a um resumo exposto por Guilherme Castelo Branco, que desvela com simples palavras o conceito essencial para Foucault e que assim se define também neste estudo, sobre as relações de poder:

[...] os exercícios de poder são feitos nos pequenos acontecimentos, apresentam-se no plural, nas diferentes faces da vida cotidiana, ocorrem nas grandes decisões macropolíticas e também estão nos quase infinitos aspectos das relações sociais nos quais as pessoas agem e se interferem de modo voluntário ou não, a cada dia de suas vidas, consciente ou inconscientemente, constituindo complexas redes de relações de poder (CASTELO BRANCO, 2015, p. 111).

Ao concebermos que estes poderes são dinâmicos e mutáveis, e que todos exercem sua parcela de interferência nessas relações, precisamos ponderar também que ao tratarmos sobre o biopoder e a biopolítica como forças desiguais, não os colocamos em posição de poderes exclusivamente opostos. Apesar do entendimento encaminhar a uma noção de binarismo, principalmente quando do olhar prático, desvelamos conformações e transformações a partir de ambas, ainda mais quando estamos cientes que “[...] todos praticam alguma forma de poder nas relações que estabelecem com as outras pessoas e consigo mesmos” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 112).

Objetivamos, então, a partir deste viés teórico, olhar para a comunicação comunitária e compreender, a partir do estudo do Viva Favela, onde se localizam e quais são as marcas desse “regime geral de dominação da vida” e onde se localizam e quais são as marcas de “resistência ativa”. Por falarmos sobre a perspectiva comunitária, idealizamos verificar muito mais resistência e ação livre do que dominação e regras. Porém, caso o contrário se apresente, poderemos, quem sabe, apontar as diretrizes do poder e dos contrapoderes e lançar novos pontos de vista à pesquisa em comunicação social e comunitária.

2.2 Biopoder e biopolítica na rede: relações de poder e transformações no ciberespaço

Nossa investigação tem como aporte empírico de comunicação midiática o projeto Viva Favela, que reúne em um portal na internet, notícias e reportagens sobre o dia-a-dia dos

moradores das favelas cariocas e demais periferias urbanas no Brasil. Estamos tratando, assim, de um objeto localizado no espaço e no tempo do ciberespaço, que apresenta características e desafios próprios da sua organização. Entendido pela perspectiva de Pierre Lévy, estamos nos referindo a um “meio de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores” (LÉVY, 1998, p. 49). Essa compreensão parte do cenário da midiatização e da sociedade em rede, que impõe e exige lógicas revisadas e atualizadas à velocidade e ao estilo do criar e participar coletivos.

O surgimento da internet e, principalmente, da configuração da rede mundial *www* causou implicações, dando possibilidade de multiplicar os espaços de expressão à multidão e trazendo à internet novas configurações e às instituições midiáticas novas possibilidades. Não há uma data definitiva para o surgimento deste espaço virtual e interconectado, mas é na década de 1980 que se localizam os principais registros de movimentos sociais e virtuais e de grupos que lançam a noção de ciberespaço, “esse território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens [...]”, ambiente que também se define como a “subjativação informacional trazida pelo povoamento da Internet através dos grupos de discussão” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 19).

Já nos primeiros anos da década de 1990, projetos industriais passam a se orientar pela vontade de tirar proveito dos avanços feitos pelo ciberespaço, iniciando o desenvolvimento de produtos multimídias na interface computacional. Desses, o caso mais exitoso é o desenvolvido pelos Estados Unidos, denominado *information superhighways* que, por meio da comunicação transmitida por fibra óptica, transformou as empresas em redes, a partir da mudança para uma melhor interação com outras empresas e com os clientes. Porém, essa interferência vai influenciar não só um avanço em âmbito industrial e comunicacional das multimídias, como uma nova forma de produção vinculada à conformação do trabalho imaterial, permeando todo o conjunto de atividades econômicas.

Essas transformações não só consolidam a emergência da indústria multimídia e das superestradas da informação, mas também determinam um novo regime de produção, denominado pelos teóricos italianos de capitalismo cognitivo, uma nova fase produtiva marcada pela informatização da produção. Nesse regime, a lógica de reprodução é substituída pela lógica da inovação, e o regime da repetição, pelo da invenção (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 48).

Nesta esteira de progressos, logo são postos em prática códigos (*html*) e protocolos (*http* e *www*) e organizada a informação multimídia em *sites* apresentados como *páginas*, mudanças que facilitam o acesso dos usuários às redes de cooperação e troca de conhecimento, mas iniciam uma etapa de controle. Assim, o ciberespaço demonstra sua contradição, justamente

pela pressão dos poderes de deter o controle ou conseguir manter a lógica autônoma. “A tentativa de retomada capitalista da Internet no começo dos anos 90 [...] se antagoniza com essa Internet dos usuários, baseados em processos de trabalho imaterial [...]” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 51).

Então, este ambiente virtual de relações sociais depara-se com “[...] sua primeira contrarreforma articulada por corporações em busca da transformação da Internet num megapanóptico, onde os dados, sujeitos, relações estariam todos imersos em uma vigilância irrestrita com objetivos de produção de um mercado digital” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 54). E é neste momento que iniciam certas relações de força que vão conduzir a interpretação da situação a espaços que mediam liberdades, por vezes “liberdades livres”, outras vezes “liberdades condicionadas”, em uma reinterpretação à forma apresentada por Antoun e Malini em seus estudos.

No transcorrer das mudanças no ciberespaço, com a evolução dos modos de compartilhamento, vão surgindo movimentos no âmbito da comunicação, como o apresentado por Dan Gillmor (2005) como a tendência do “repórter cidadão” ou “jornalismo cidadão”. Este espaço de ação é, em grande medida, motivado pela vontade dos internautas de participação na produção de informações, por uma demanda social de fazer parte do que é veiculado e de querer dizer o que é do seu interesse, muito mais que pelo aumento da oferta de meios sociais online (MALINI e ANTOUN, 2013). Esse movimento, resultado do desejo dos usuários da internet em seus espaços de compartilhamento, remete-nos à circulação das práticas da biopolítica, que se fortalecem na vontade genuína das pessoas de contribuir com seus conhecimentos, não se confortando com a posição única de somente estar lá, mas também “estar com”.

As grandes corporações midiáticas na medida que entenderam este interesse como possibilidade de vantagens, abriram uma brecha para esta participação, sendo que “constituiria um espaço mais elástico de visibilidade e diálogo público, pois agregaria as mais diversas notícias advindas da cobertura feita pelo cidadão e editada pelo jornalista” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 112). Porém, esta abertura, ao passo que possibilitou um certo envolvimento cidadão no fazer das notícias, também gerou uma cadeia de controle sobre o conteúdo, onde tudo o que os internautas enviavam estava sob a guarda dos direitos de uso exclusivo das empresas jornalísticas, num modelo denominado “tudo é meu” (MALINI e ANTOUN, 2013).

Esta situação demonstra, assim como em toda experiência do desenvolvimento do ciberespaço, como sua trajetória se constituiu demarcada por um jogo de forças; de um lado os usuários na busca pela autonomia na rede, de outro corporações tentando moldar a ação online.

O ciberespaço, desde os primórdios de sua definição e operacionalização, apresenta uma “alma” de contradições e de lutas, entre formas de regulação e meios de burlar o sistema, que era para ser controlado, fechado a usos restritos do militarismo e capitalismo. Malini e Antoun, sintetizam esta questão, expondo que

os hackers de narrativas fazem dos grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais; ao mesmo tempo, que peritos em programação computacional – os hackers de código – não param de inventar linhas de comando que tornam a Internet mais livre, num período em que a ideologia proprietária em torno dos direitos autorais se intensifica entre os desenvolvedores de tecnologia (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 21).

Percebemos, a partir deste breve relato histórico do ciberespaço, como este tem demarcado em suas raízes e em seus fazeres a briga constante pela ocupação de seu ambiente. Sua evolução é marcada, pois, pelas relações de poder, que configuramos neste estudo como o entendimento do biopoder e da biopolítica na rede.

Para além disso, estando na era da sociedade em rede e da sociedade midiaticizada, temos no discurso certa forma de dominação, a partir do qual são estabelecidas regras de integração e exclusão. Contudo, assim como a sociedade controla os discursos, esses também passam a controlar a sociedade, pela proporção que os meios de comunicação e os processos midiáticos assumem, devido aos avanços nas tecnologias de comunicação (SODRÉ, 2007).

Nesse sentido, Fausto Neto e Gomes propõem uma rearticulação do lugar no qual se percebe a mídia. Ao invés de posicionados como “instrumentos de poder” e respondentes a uma ordem social definida, os meios de comunicação passam a habitar outro espaço, como “novos operadores da inteligibilidade social” (GOMES, 2006 apud FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Não se trata mais da «era dos meios» em si, mas de uma outra estruturada pelas próprias noções de uma realidade de comunicação midiática. Nela, são organizados e dinamizados processos que reformulam as condições de enunciar a realidade, esta não mais como um fenômeno representável pela linguagem, mas **que se constitui no próprio agenciamento enunciativo dos novos modelos de interação** (FAUSTO NETO, 2008, p. 94. Grifo nosso).

Dessa transformação no posicionamento dos meios de comunicação ocorrem também relevantes mudanças nas relações de poder, não só na interação “homem — homem”, mas também “homem — meios de comunicação” (instituições). Surgem assim, os “novos modelos de interação”, que constituem a realidade, citados por Fausto Neto, e também novos poderes permeando essas interações.

Emerge, em meio a estas questões, um debate acerca da alienação gerada pelo tecnicismo, que pode estar moldando transformações culturais e sociais na sociedade,

reorganizando formas de relacionamento, de trocas, de comunicação. Para Francisco Rüdiger, “a cibercultura contemporânea [...] pode ser vista como expressão humana alienada sob a forma de mundo maquinístico” (RUDIGER, 2011, p. 266), ao passo que a construção dos sentimentos das pessoas está cada vez mais vinculada às narrativas da vida tecnológica.

Conforme Rüdiger (2011) coloca, um dos pioneiros a verificar que as tecnologias tendem a criar “um sentimento de alienação entre os seres humanos, a se rotinizarem mecanicamente sem que disso tomemos consciência (p. 268), foi Max Weber, que apontou certa ocultação dos fundamentos do racionalismo técnico moderno como uma das causas para os efeitos de alienação. O que evidenciamos ao nos referirmos ao ciberespaço, ou de forma mais abrangente, à cibercultura, é que esses fazem referência a um contexto que conjuga aspectos delicados como, controle tecnológico e ações não conscientizadas, podendo ser reduzida a criticidade pela rotinização, bem como pontos positivos como, o desenvolvimento de relações sociais por meio de trocas simbólicas.

Vendo bem, os computadores e tudo o mais, com efeito, não teriam se inserido na vida cotidiana, se interligado em redes e passado a ser objeto de prática ordinária, se não tivessem sido objeto, junto com seus eventuais sujeitos, de todo um trabalho de elaboração simbólica que junto com a revelação de seus benefícios práticos e funcionais, o associaram a sensações como poder e rapidez, mas também a representações de apelo simbólico como liberdade, prestígio, justiça e liderança, via os meios de comunicação e o exercício da indústria cultural (RUDIGER, 2011, p. 267).

Esses apontamentos de Rüdiger nos remetem à questão magna de nosso trabalho, as tensões de poder em um ambiente que deve ser de “comunicação partilhada”, local de criação e compartilhamento do que é de interesse das pessoas que ali interagem e agem (ANTOUN e MALINI, 2010). Nesse sentido, retomamos os conceitos de biopoder e biopolítica, porém propondo uma discussão no que tange às suas interferências/influências nas experiências do ciberespaço.

Como já desenvolvido, entendemos o biopoder como “uma nova arte de governar a liberdade dos sujeitos”, operando com mecanismos para “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um ‘a mais’ de liberdade por meio de um ‘a mais’ de controle e de intervenção” (FOUCAULT, 2008, p. 92). Já a biopolítica, refere-se a um “conjunto de atos de resistência e de contra insurgência de vidas que não deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público [...]” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 6).

Trazendo esses conceitos para o cenário do ciberespaço, precisamos fazer certas articulações e pensá-los em um contexto reduzido, se comparado ao considerado nos estudos

de Foucault. Enquanto este autor articulava suas ideias frente às transformações da sociedade, nossa tese esforça-se em compreendê-los nos meandros das relações sociais comunitárias, no ambiente da internet. Para isso, encontramos nas pesquisas de Fábio Malini e Henrique Antoun um fio condutor que nos auxilia nessa ligação proposta. Para esses autores, o ciberespaço é constitutivo de um campo social que remonta a inúmeras relações de poder na trajetória de sua configuração.

E ao falar de poder na internet, Antoun e Malini tencionam a questão da liberdade, pois é um valor que preconiza no ambiente da rede *online*, sendo por meio das lutas entre proibir e permitir de desenvolvedores e *hackers* que seu avanço se deu (MALINI e ANTOUN, 2013). Por sua vez, ao tratarem sobre a liberdade na rede, os autores referem-se também aos conceitos foucaultianos do biopoder e da biopolítica, pois para eles “[...] quando dizemos “liberdade” entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 160).

Assim, o biopoder passa a atuar como uma liberdade negativa, conforme propõem Antoun e Malini, muito devido pelo que é conhecido como monitoramento. Para estes autores, uma das estratégias que gera esta redução da liberdade é aquela que leva a um tipo de “cultura de fãs”, os quais repetem o que a mídia massiva dissemina, indo contra a criação e a liberdade preconizadas pela internet. Tem-se, dessa forma, a transformação da participação coletiva “[...] ‘em grande fábrica que monitora as atividades de todos *online*’ [...] ocupando a internet participativa com assuntos de momentos e uma agenda social efêmera e especular” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 4). Está ocorrendo na internet um “movimento de redução da oferta de liberdade”, que em grande medida está relacionado aos mecanismos de controle da informação, conformando um “império da liberdade mercantilizada na rede” (MALINI e ANTOUN, 2013).

“Na lógica do biopoder, já não se governa somente o corpo da população, mas todo o seu meio ambiente, a sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos, através da geração incessante de riscos” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 161-162). Por meio dos riscos limita-se a independência, ou seja, os mecanismos utilizados para controlar atuam a partir do medo da população. São elaboradas assim, estratégias no âmbito do ciberespaço que funcionam por meio de um discurso que demonstra muito mais as consequências dos atos, que as possibilidades de ação livre. É a proposta liberdade negativa, que na internet é mais bem exemplificada como sendo “regulada por leis de direitos autorais e propriedade intelectual” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 162).

Aos poucos, a liberdade de criar e colaborar através da rede vai sendo substituída pelo poder que determinadas corporações têm de pagar para que alguns poucos escolhidos criem de acordo com uma demanda imposta. Instala-se, assim, o que os autores definem como um “feudalismo digital” (ANTOUN e MALINI, 2010). Como exemplo disso, existem muitos ‘blogueiros’ que, após atingirem fama com seus *posts*, recebem convites para vincular seus *blogs* a portais, mantendo de certo modo sua linguagem, mas tendo provavelmente suas temáticas e opiniões pautadas pelo conteúdo institucional. “Na onda 2.0, dá-se com uma mão para se retirar com a outra” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 5).

Nesse sentido, a internet, na sua configuração econômica atual, veicula uma ideologia de liberdade desregulada, quando, na prática, é subsumida a arquiteturas e protocolos que mantêm a cultura sobre-determinada a um biopoder capaz de estimular a criação de subjetividades (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 5).

Porém, faz-se presente também no ambiente virtual a força da biopolítica no sentido de poder de vida, que atua através de projetos e espaços de colaboração e criação participativas. A biopolítica está presente também, na ruptura do medo frente aos riscos impostos, sendo que “a questão deixa de ser a eliminação do que nos ameaça para se tornar a construção ou invenção do que nos interessa” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 177). Assim, o processo de controle que permeia a ambiência da internet encontra um dificultador de suas ações e autoridade, a biopolítica, que atua como uma “liberdade positiva” (ANTOUN e MALINI, 2010).

Trazemos, pois, a ideia que Negri propõe vinculada à discussão acerca da biopolítica e da liberdade de criar e recriar, a de propriedade comum, ou seja, uma propriedade na qual “em lugar de ter padrões públicos ou donos públicos, é de sujeitos ativos naquele setor ou naquela realidade, é administrada por eles. A propriedade comum é esse ato, é essa atividade através da qual os sujeitos administram ou gerem [...]” (NEGRI, 2005, p. 5). Para o autor, na área da comunicação, a informática e a telemática vêm como possibilitadoras dessa propriedade, ao passo que permitem a conexão entre as singularidades da multidão (Capítulo 3), tornando palpável a propriedade comum e a presença da biopolítica.

Esse novo poder insurgente se dá por meio dos usuários-produtores que passam a participar ativamente, a partir de espaços constituídos com o objetivo da colaboração, conforme preconiza a cultura da participação da web 2.0. A internet e as mídias colaborativas “agem como uma força centrífuga, que libera essas potências. Possibilitar que qualquer um possa colaborar já cria uma tensão entre o discurso totalizador institucionalizado e esses discursos múltiplos e mais democráticos” (TRINDADE, 2008, p. 10). Percebe-se aí, a tensão entre o

controle e a cooperação, entre o instituído pela tradição e as novas alternativas, entre o biopoder e a biopolítica.

Sob esse cenário, que passa a desenvolver possibilidades de participação livre e de elaboração de conteúdo a partir dos usuários em rede, surgem espaços alternativos que contam o dia-a-dia através de um discurso próprio, com moderada censura quanto ao modo de narrar. Com isso, criam-se *sites*, comunidades virtuais, *blogs* e projetos sociais *online* que se utilizam da força de disseminação da informação pela rede *www* para propagar ideias, críticas, reivindicações.

Essas alternativas são, na grande maioria dos casos, administrados e atualizados por “pessoas comuns”, que se comunicam a seu modo, com suas regras de criação e redação, constituindo um novo formato de narrar o cotidiano, paralelo às instituições tradicionais de comunicação. Contudo, regras de participação e instruções quanto ao conteúdo estão sempre presentes nos cadastros para inserção na rede. Para poder participar, criar e compartilhar é preciso concordar com os “termos de uso” e respeitar as regras de “como participar”, que normalizam e coordenam a atuação. Percebemos com isso, que o biopoder, também nos espaços comunitários em rede online, permeia a biopolítica, tentando limitá-la e controlá-la, devido à força que esta tem quando compreendida pelas pessoas.

Nas afirmações acerca da história e trajetória do ciberespaço, o termo “parceria” surge com frequência, indo além do significado que provém de sua constituição técnica pelo desenvolvimento das redes de compartilhamentos P2P (*peer to peer*), que dependem da troca de informações, da parceria, para ocorrerem. Este valor faz-se presente também pela atuação das pessoas em rede, que desde que descobriram neste ambiente uma oportunidade de autonomia e de criação, vêm se unindo na luta por assim mantê-lo, autônomo e livre. Conforme expõem Antoun e Malini, “quanto mais as corporações realizam a fusão das redes procurando ampliar seu poder de negócios, mais elas integram e amplificam o valor das parcerias, exponencializando suas relações (2013, p. 132)”.

Percebemos assim, a relação biopoder e biopolítica, ou o jogo das liberdades no ciberespaço, a partir de um envolvimento menos opositivo, não sendo um totalmente negatividade e outro positividade. Justamente por estarmos tratando de compreender relações de poder, precisamos ponderar não se tratar de um movimento unilateral. Apesar de um lado sempre denominar mais força, por critérios que provém dos mais distintos motivos (histórico, cultural, político, econômico), o outro lado é também responsável pelo balizamento de poderes, pois em seu ato de resistir e lutar, gera uma nova força ao poder disputado.

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência (FOUCAULT, 2012, p. 232).

Buscaremos melhor compreensão a respeito desses tensionamentos de poder observando a sistemática do projeto social *online* da ONG Viva Rio, o Portal Viva Favela, e analisando as estratégias discursivas dos correspondentes comunitários, que narram o dia-a-dia, as belezas e as dificuldades das “comunidades favelas” cariocas por um discurso enunciado por seus próprios moradores e moradoras. Intentamos, assim, encontrar respostas às inquietações teórico-empíricas levantadas até aqui, ancorados na mesma crença de Foucault de que “a análise, a elaboração, a retomada da questão das relações de poder, e do ‘agonismo’ entre relações de poder e intransitividade da liberdade, é uma tarefa política incessante; e que é exatamente esta a tarefa política inerente a toda existência social” (FOUCAULT, 1995, p. 246).

Como forma de sintetizar nossa compreensão e orientar o entendimento a expressões chaves e norteadoras, organizamos um quadro (Quadro 2), que articula a teoria acerca do biopoder e da biopolítica (Foucault, Negri, Hardt) e sua relação ao contexto do ciberespaço (Antoun, Malini). Essa apreensão será ainda correlacionada ao estudo do empoderamento e da biopotência no âmbito da comunicação comunitária (Capítulo 3), cujo entrecruzamento objetiva linhas que conduzem nosso olhar investigativo crítico quanto às práticas no projeto social comunitário estudado (Capítulo 4).

Temos que o biopoder configura uma arte de impor **regras** e normatizar comportamentos, definindo-se como mecanismos de **controle** e de **formatação**, que impõem seu **domínio sobre** o que lhe é de interesse. Ao passo disso, mantém um sistema de **monitoramento**, cuja estratégia visa conhecer e prever ações, como forma de garantir manter-se no poder. Este contexto de forças de dominação, pode transformar o espaço de produção independente do ciberespaço em um conjunto de ações que são simplesmente repetidas, rotineiras, de maneira disfarçada em liberdade, a **liberdade negativa** colocada por Malini e Antoun.

Por sua vez, ao verificarmos as teorias acerca da biopolítica, encontramos referência à questão da **resistência** e de se constituir de ações mais **coletivas**, uma vez que é preciso força para superar o poder soberano. Dessa forma, trata-se mais de **gestão**, remetendo a gestionar, a providenciar meios de **luta** e de superação, não se vinculando ao poder de controlar, manipular. Com isso, oportuniza produzir novas realidades, ou seja, **produzir** e **transformar**, o que nos indicia uma **liberdade positiva** (ANTOUN e MALINI, 2010).

Quadro 2 – Síntese do estudo sobre Biopoder e Biopolítica.

DISPOSITIVOS DE BIOPODER

- Sociedade disciplinar e de controle;
- Ajuste dos corpos aos modos de produção determinados e dominantes;
- “Tecnologia” de adestramento;
- Pretende controlar, administrar e determinar o corpo social;
- Constituidor de mecanismos e tecnologias de controle;
- Garantir a disciplina e a ordem;
- Poder sobre a vida;
- Regime geral de dominação da vida;

- 
- Estabelecimento de regras de integração e exclusão;
 - Expressão humana alienada sob a forma de mundo maquínico;
 - Rotinização mecânica;
 - Controle tecnológico e ações não conscientizadas;
 - Monitoramento;
 - Arquitetura e protocolos que mantém a cultura sobre-determinada a um biopoder:



Monitoramento
Domínio sobre
Regras e Protocolos
Controle/Formatação
Ações automáticas
(não críticas)

**LIBERDADE
NEGATIVA**

PRÁTICAS DE BIOPOLÍTICA

- Sociedade de controle;
- Nova forma de gestão da vida;
- Poder de resistência com base no poder exercido;
- Produção biopolítica – produção da própria vida social;
- Potência de transformação da vida ativada pela multidão;
- Análise crítica do comando do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade;
- Utiliza como recursos conhecimento, cooperação e comunicação, que remetem à partilha e ao comum;
- Terreno das lutas e das resistências produtivas;

- 
- Ação de criar e participar coletivos;
 - Desenvolvimento de relações sociais por meio de trocas simbólicas;
 - Liberdade de criar e recriar;
 - Conexão entre as singularidades da multidão;
 - Usuários-produtores.



**LIBERDADE
POSITIVA**

Luta
Gestão/Administração
Produção/Transformação
Resistência
Coletividade

Fonte: Elaborado pela autora.

CAPÍTULO 3 – COMUNICAÇÃO, EMPODERAMENTO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO

A opressão só existe quando se constitui em um ato proibitivo do *ser mais* dos homens.

(Paulo Freire)

Este estudo de tese tem sua gênese no trabalho dissertativo desenvolvido no ano de 2012, que visou responder a problemática a respeito do entendimento do conceito de comunidade enunciado pelas estratégias discursivas no telejornalismo brasileiro⁸. Dessa pesquisa, chegamos ao entendimento de que, no contexto midiático do Brasil, comunidade refere-se em grande maneira às favelas cariocas, e em menor escala, a demais localidades e coletividades pobres do país, sendo pouca referência feita ao sentido conceitual do termo expressos por Tönnies (1957) e Buber (1987), bem como Esposito (2007) e Paiva (1998, 2007).

Como apontado nas considerações finais do citado trabalho, sabíamos que aquela investigação era um primeiro passo rumo a um campo da pesquisa que possibilita diversos olhares sobre o envolvimento da comunicação midiática com as práticas sociais. Nesse sentido, permanecemos pela linha condutora do conceito de comunidade, do coletivo. Nosso intuito permanece guiado pela busca de uma relação enriquecedora entre comunicação e comunidade, onde uma tem o papel de corroborar a outra, nas duas direções.

Comunicação e comunidade têm um vínculo etimológico pelo “ser-em-comum” (ESPOSITO, 2007; PAIVA, 2007) que ambos necessitam para sua realização. Não há comunicação sem o sentido proveniente do outro e não se constitui uma comunidade sem a alteridade, a soma das singularidades. Além disso, não há movimento de comunidade sem o “estar-em-comum”, possibilitado pela comunicação. Nesse sentido, comunicação e comunidade têm uma profícua relação, que se ratifica pela abordagem da comunicação comunitária, prevendo resultados positivos e experiências sociais e culturais em transformação a partir do trabalho conjunto de ambos os conceitos, das duas práticas.

⁸ Intitulado “De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros”, o trabalho apresenta uma coletânea de autores e estudos sobre o conceito de comunidade, junto a uma proposta de revisão do mesmo, desvelando empiricamente qual compreensão de comunidade é suscitada na experiência midiática no Brasil, com análise dos textos jornalísticos dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record.

Entendemos o conceito de comunidade como uma coletividade formada por Sujeitos, demonstrando a importância de na contemporaneidade termos pessoas politizadas. Esses sujeitos são livres e autônomos, optam por pertencer e manter laços de cooperação com outras coletividades por livre-escolha, o que fortalece o grupo, uma vez que é formado por pessoas que de fato querem ser e são pertencentes à comunidade (PICHLER, 2012). Um ponto relevante às comunidades na atualidade provém da contração entre características originais ao termo e concepções inovadoras. Assim, a coletividade deve manter características que provenham de sua tradição, seus hábitos e costumes, mas precisa automaticamente reconhecer o novo, adaptando-se aos contextos trazidos pelas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas. Elas precisam acompanhar o avanço que inevitavelmente a globalização trouxe, compreender alternativas possíveis e gerar soluções que se adaptem a realidade vivenciada.

Pelo panorama econômico que vivemos, as atuais comunidades tendem a uma segmentação, a um particularismo. Com isso, é necessário que estes grupos, quando constituídos por sujeitos, reconheçam as diferenças, não se comunitarizando, mas sim, organizando-se de maneira a lutar contra os poderes hegemônicos e elitistas, o que é possível através do reconhecimento das alteridades como alternativas. Compreendemos então, a concepção de comunidade como um grupo de pessoas que refletem sobre sua realidade e participam dos movimentos que conduzem a mudanças significativas em sua forma de gerir a vida em sociedade. São grupos compostos por pessoas que têm a comunidade como um espaço de compartilhamento e cooperação, mas não se limitam a ele (PICHLER, 2012).

Sob esta perspectiva, podemos dizer que se tem uma comunidade empoderada, plena de si, autorreconhecida e com possibilidade de reconhecimento frente à sociedade. Este empoderamento está alicerçado nos seus membros, que através de suas atitudes e seus saberes multiculturais, constituem-se como Sujeitos politizados, que conduzem as suas vidas. Possibilita, assim, a “participação do cidadão e de suas organizações coletivas na condição de protagonistas do processo de comunicação comunitária” (PERUZZO, 2005, p. 20), potencializando o processo de empoderamento.

É preciso então, que estas comunidades representem-se por si mesmas. “O exterior, enquanto tal, é incompatível com uma comunidade de tal maneira retraída sobre o seu próprio interior de modo a instituir uma transparência sem opacidade entre os seus membros [...]” (ESPOSITO, 2007, p. 22). É necessário que os sujeitos se posicionem frente ao discurso hegemônico e construam um discurso próprio, claro e não opaco; que surja de fato do interior da realidade comunal e que exteriorize o que realmente representa o “ser-em-comum” das

referidas comunidades. Aí está a essência da comunicação desejada pelos comunicólogos de viés essencialmente humanista.

Esse nosso entendimento de comunidade, baseado na articulação das compreensões e estudos de diferentes autores, converge com as ideias disseminadas por Antonio Negri e Michael Hardt acerca do conceito de “multidão”, trabalhado pelos autores no que ficou conhecido como sua trilogia, *Império* (2001), *Multidão* (2004) e *Comum* (2009). Para os autores, a multidão é um sujeito coletivo, único capaz de enfrentar as forças prevaletentes do Império, nossa conjuntura política, econômica e sociocultural, fortemente impulsionada pelo movimento de globalização (HARDT e NEGRI, 2006).

Para Antonio Negri, a multidão é um coletivo de singularidades que reunidas formam um poder tão expressivo que as forças de exploração precisam se reconstituir para dominá-las (2004). A multidão trata de “um agente ou sujeito coletivo que pode agir em comum, unitariamente, com a simultânea manutenção de suas diferenças internas” (SANTIAGO, [201-], p. 30). É, pois, um conjunto de agentes que tem consistência e que se constitui a partir da prática, da ação coletiva de luta e de reivindicação. É, assim como as comunidades formadas por sujeitos politizados, um “ser em comum”, ao mesmo tempo que uma “multiplicidade incomensurável” em um movimento contrapoder, contra-hegemônico.

Em sua interpretação dos escritos de Negri, Homero Santiago expõe uma explicação sobre multidão que nos remete às “comunidades favelas” brasileiras, que apesar de subjugadas e deixadas à margem, encontram movimento de vida em meio à pobreza.

Pelo conceito de multidão, busca-se conceber o sujeito coletivo em sua inteira positividade e amplitude; no limite, ele se refere a todos, **todos que são explorados**, que lutam pela construção de um mundo comum e que são, como multidão, responsáveis pela riqueza social, exatamente porque **portadores do trabalho vivo**, ou seja, de uma “**pobreza**” [...] que “não é simplesmente miséria, mas é **possibilidade de muitíssimas coisas**, que o desejo indica e o trabalho produz” (SANTIAGO, [201-], p. 30. Grifo nosso).

Ao lembrar a multidão associada a sujeitos “portadores do trabalho vivo”, Santiago faz referência à distinção que Antonio Negri esforça-se em empreender entre multidão, povo e massa. Para Negri, a multidão não é uma unidade como o Povo e é “algo organizado”, diferentemente da Massa. O povo é unicidade, a multidão é multiplicidade; a massa é uma “força social irracional e passiva”, a multidão é um “ator social ativo” (NEGRI, 2004).

Pensar as comunidades atuando como “multidão”, exhibe-nos uma possibilidade de desenvolvimento e sucesso comunitários, pois o conjunto torna-se “resultante de uma série de atividades singulares que **de fato se desenvolvem** a partir da **consistência subjetiva** dos

agentes” (FONSECA e COCCO, [201-], p. 38. Grifo nosso), o que se refere ao processo de empoderamento. Para além disso, sabemos que não sendo povo nem massa, a multidão não se constitui somente como um corpo social, mas sim, é a “carne da vida”, um “monstro revolucionário que [...] busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida” (NEGRI, 2004, p. 19), o que é biopolítica pura, movimento libertador e insurgente.

3.1 A comunicação em sua perspectiva Comunitária

Para entendermos a perspectiva da comunicação comunitária, é relevante o estudo antecipado do contexto histórico e social no qual esta se desenvolveu. Para isso, destacamos de forma resumida, o período que ficou conhecido como “as três décadas do desenvolvimento”, quando se começou a pautar de forma efetiva questões direcionadas ao bem-estar social, ao meio ambiente e às minorias. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem importante atuação, pois traçou diretrizes sociais e humanas e lançou questões que conduziram diversos projetos, ações e movimentos mundo a fora, que se ocuparam do que para muitos são somente os “pormenores” da sociedade.

Este período de desenvolvimento inicia na década de 1960, marcada por grande otimismo e crescimento econômico, devido aos processos de industrialização e de urbanização. Ocorre, assim, um significativo investimento de capital em tecnologia e sua transferência para o “Sul”, aos então conhecidos países em vias de desenvolvimento (PVD). Porém, é percebido que estes destinatários não tinham formação, bem como informação para receber e fazer o uso adequado e esperado destes recursos. Surge com isso, uma expressiva tendência pró-persuasão, ao se tentar convencer os países do “Sul” a aceitar a tecnologia e seus avanços, sendo-lhes simplesmente imposto. Dessa forma, é posto em prática um modelo de desenvolvimento que ignora as especificidades históricas, culturais, sociais e geográficas dos PVD. Deste movimento, surge a imagem global de países subdesenvolvidos.

Por sua vez, a década de 1970 inicia como um período pessimista, caracterizado pela exploração do 3º mundo, ou desenvolvimento do subdesenvolvimento. Sob este panorama, é lançado, pela UNESCO, o relatório McBride (*Many voices, One world*), que adverte sobre a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (1980). Neste estudo, ancorado pela temática “Comunicação e Sociedade hoje e amanhã”, é destacada a importância dos atores, da infraestrutura e dos *media* locais para que se tenha uma comunicação

para o desenvolvimento, sendo o marco do surgimento do conceito “C4D” (*communication for development*).

Sobre comunicação para o desenvolvimento, emergem neste período as pesquisas de Nora Quebral, autora reconhecida como a “mãe da C4D”, dando ênfase, em seus estudos, à comunicação e aos meios de comunicação comunitários para o desenvolvimento social local. Apesar dos significativos avanços no que tange às preocupações sociais em frente ao modelo econômico estabelecido e do reconhecimento da necessidade de mudanças e do papel da comunicação neste cenário, esse modelo inicial da C4D fracassa. Como algumas das causas desse insucesso, são destacadas a mera transmissão de informações, o foco voltado ao indivíduo e não no grupo e o controle da comunicação por grandes instituições.

Por tudo isso, a terceira década, 1980, inicia como “década perdida do desenvolvimento”. É um momento no qual os “países subdesenvolvidos” enfrentam dificuldades econômicas e ocorre a implementação do modelo neoliberal, o que gera o aumento da pobreza entre os já marginalizados. Nesse contexto, ressurgem a Comunicação para o Desenvolvimento, já na década de 1990, e com isso uma mobilização de recursos através de projetos governamentais e até mesmo, iniciativas privadas. Ganha força também, neste período, a campanha para a “sustentabilidade”, tornando-se tema pautado por muitas iniciativas, despontando como preocupação socioambiental internacional.

Neste período, são retomados e evidenciados muitos debates globais sobre bem-estar social, com foco em abordagens participativas. Assim, é desenvolvida uma atenção ao comunitário, sendo uma etapa de surgimento de discussões e projetos sobre o empoderamento das comunidades, o que fica ratificado pelo expressivo crescimento das rádios comunitárias. Nesse sentido, é promovido um discurso renovado, para o qual não basta mais somente interferir, mas é preciso envolver as pessoas no processo de mudança. Com este movimento, ocorre uma abertura maior à diversidade cultural, o que é acelerado pelo processo de globalização que se consolida durante os anos 1990.

De todo este movimento, que atravessou décadas e foi constituindo o viés comunitário da comunicação, entendemos estarmos tratando de algo dinâmico, que constantemente muda devido a transformações na sociedade e em suas condutas culturais, econômicas e sociais. Para Nora Quebral, citando um texto de 1980 em uma de suas palestras, esta forma de comunicação pode até ter seu nome alterado, sendo chamada de diferentes formas ao longo de seu percurso histórico, porém o que não mudará é

“[...] a ideia que carrega: que a arte da comunicação (humana), fundamentada pelos princípios da ciência social, pode ser conscientemente dirigida para melhorar a vida das pessoas. Esta é a essência da comunicação para o desenvolvimento, independentemente do rótulo que recebe ou do que mais lhe for atribuído⁹ ([---], 1980 apud QUEBRAL, 2011, p. 10. Tradução nossa).

Orientados por esta visão otimista como a colocada pela autora, algumas pessoas e instituições passaram a trabalhar em busca de maior igualdade, levando as questões do desenvolvimento social a um nível de discussão mais crítico, embasado em estudos e experiências. A comunicação comunitária, conforme a estudamos e praticamos no Brasil, parte deste histórico, sendo seriamente conduzida de acordo com as características e necessidades específicas de nosso país e nossa sociedade, que também se mantém em transformação, principalmente pelas condições econômicas que enfrentam.

Junto ao movimento econômico global, a população mundial e suas culturas passam por um processo de intercâmbio, o que representa relevantes transformações à sociedade contemporânea. “O processo global levou a uma universalização devido à promoção da queda de barreiras entre diferentes nações e culturas, ao mesmo tempo em que incentivou uma reorganização em âmbito local, o qual se fechou em certos aspectos, incorporou um processo de particularismo” (PICHLER, 2012, p. 33).

Nesse processo de globalização, de aberturas e de fechamentos social e cultural, a comunicação tem papel de destaque, por meio de suas mídias. É a partir das tecnologias de comunicação que a globalização está presente globalmente, seja pelo cinema, pela internet, pela televisão, pelo rádio. A comunicação tem importante atuação na expansão dos efeitos da globalização, ao passo que é o instrumento pelo qual ela se espalha pelo globo, levando consigo o desenvolvimento da sociedade.

Associado à globalização está a formação e consolidação do ciberespaço e das tecnologias de informação e comunicação – anos 1990 e 2000 –, que apresentam e organizam novas possibilidades, novos objetivos e novos dilemas. Em sua pesquisa, Gustavo Cardoso apresenta que “estamos na presença de uma nova noção de espaço, em que físico e virtual se influenciam um ao outro, lançando as bases para a emergência de novas formas de socialização, novos estilos de vida e novas formas de organização social” (CARDOSO, 1998 apud CASTELLS, 2003, p. 110).

⁹ “[...] the idea that underlies it: that the art of [human] communication, infused by social science principles, can be consciously directed towards improving people’s lives. This is the essence of development communication, regardless of how it is labeled or what else may be imputed to it”.

Com isso, assim como a organização social é “reformulada” e repensada, com todas estas transformações desde 1970, que se tornam mais expressivas a partir de 1990, antigas questões e discussões, sobre bem-estar social e a vida em sociedade, são também recolocadas em pauta e reorganizadas. Torna crescente uma abordagem de desenvolvimento centrada na autoconfiança, autonomia, capacitação e participação local, quando em se tratando de áreas como a saúde, a educação, a psicologia e a comunicação, entre outras, o que abre espaço para o estabelecimento dos estudos e estratégias de Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa.

Desse panorama do desenvolvimento social alinhado a mudanças políticas e econômicas na sociedade contemporânea, chegamos às ideias e aos estudos de Boaventura de Sousa Santos, principalmente em sua obra “A gramática do tempo”, onde o autor analisa a contradição que as sociedades modernas ocidentais passaram a viver a partir do desenvolvimento capitalista, quer seja, “a contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a inclusão social e os princípios da regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista” (SANTOS, 2008, p. 280).

Os posicionamentos e as conclusões do autor corroboram o fechamento da compreensão do percurso que levou à formação e ao “isolamento social” dos espaços marginalizados, no Brasil as “comunidades”, e aos atuais estudos em comunicação comunitária, participativa e sobre o empoderamento comunitário. Ao propor, ainda em seu título, “uma nova cultura política”, Santos já inicia com uma postura renovadora para tratar sobre desigualdade e exclusão, os dois movimentos que explicitam nossa realidade sociocultural e político-econômica. Para o autor, o termo política faz referência a politizado, crítico, dotado de criticidade, noções necessárias em um período no qual “[...] a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social” (SANTOS, 2008, p. 279).

Desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertencimento hierarquizado e/ou princípios de regulação, sendo a desigualdade um fenômeno socioeconômico e a exclusão um fenômeno cultural e social. Karl Marx é, segundo Santos, o grande teorizador do sistema da desigualdade, pelos seus estudos acerca da relação capital/trabalho, “uma desigualdade classista baseada na exploração” (SANTOS, 2008, p. 280). Por sua vez, Foucault é o grande nome quando se fala da exclusão, que “trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita” (SANTOS, 2008, p. 281).

Os direitos sociais e econômicos universais, o rendimento mínimo de inserção social e as políticas compensatórias (como os programas governamentais Fome Zero e Bolsa Família) são mecanismos modernos para manter a desigualdade em níveis toleráveis (SANTOS, 2008, p. 285). Boaventura de Sousa Santos propõe que o atual modelo de regulação social não é mais assegurado pelo Estado e o mercado, mas sim pelo Estado, o mercado e a comunidade. A somatória do mercado com a comunidade é o que constitui a atual sociedade civil. Assim, quando o Estado não consegue mais, por si só, dar conta de determinada área e necessita desregulamentá-la ou privatizá-la, não precisa necessariamente repassá-la ao mercado, pois há a possibilidade de ser repassado à comunidade, ou seja, ao Terceiro Setor, organizado segundo a lógica privada, mas não à lógica do lucro (SANTOS, 2008).

Contudo, o que ocorreu com as políticas sociais implantadas pelos Estados, como forma de uma gestão controlada da exclusão, foi gerar uma transferência do sistema de exclusão ao sistema de desigualdade. Isso se deu pelo fato de que estas políticas, “[...] programas de reeducação, de devolução à comunidade, de extensão da cidadania e, no caso das mulheres, com acesso ao mercado de trabalho [...]” (SANTOS, 2008, p. 293), não trataram de eliminar a exclusão, e sim apenas controlá-la.

Com as mudanças econômicas trazidas com a globalização hegemônica neoliberal, baseada em uma nova forma de divisão internacional do trabalho, houve uma mudança do sistema de diferença ao sistema de exclusão, e isto ocorre tanto em níveis nacionais como global. Dessa forma, completando o movimento acima descrito, o sistema de exclusão também está a se transformar em um sistema de desigualdade. Eis que surge, através dessas transformações nas relações de trabalho e do trabalho com os sistemas de desigualdade e exclusão, “formas de darwinismo social e de eugenismo tecnológico” (SANTOS, 2008, p. 299).

Sintetizando, temos que a globalização econômica nos leva à desigualdade, a qual gera uma forma de exclusão; ao mesmo tempo, a globalização cultural ocasiona a exclusão (sendo o racismo o exemplo ainda mais atual), o que concebe um movimento de desigualdade. Em meio a isso, os mais afetados são aqueles que já estavam próximos à linha que limita os que estão dentro e conseguem se adaptar e se manter atuantes no sistema, daqueles que não se ajustam, são desiguais e, por fim, excluídos. Esta parcela se junta aos que já eram marginalizados, o que resulta no atual cenário de pobreza e não cumprimento de direitos básicos (segurança, acesso à saúde, educação de qualidade, trabalho formal, moradia) a todos. No Brasil, conhecemos e definimos estes casos como comunidades ou periferias, que são pobres, inseguras, distantes (ou distanciadas), como é o caso das favelas cariocas.

Seguindo por esse viés do desenvolvimento que levou à segregação e à exclusão, Santos aponta o espaço eletrônico, por ele compreendido como

o avatar de uma nova metamorfose do sistema da desigualdade e do sistema da exclusão. A questão está em saber se a redópolis é uma cidade sem muralhas ou uma cidade em que as muralhas assumem novas formas e em que as auto-estradas da informação são marcas de um *apartheid* informático (SANTOS, 2008, p. 307).

Para começar, estas “auto-estradas da informação” não são capacitadas de chegar igualmente a todos os países, e dentro dos países a todos os cidadãos. Entendemos este posicionamento de Santos quanto ao ciberespaço em concordância com o que Antoun e Malini também propõem, ao analisarem os movimentos e as manifestações sociais na rede e a suposta liberdade que esta nos dá, fazendo uma relação entre o que os autores definem como uma “liberdade negativa” e uma “liberdade positiva” (2010).

No que converge ao desenvolvimento social (desde a década de 1980) em paralelo aos processos de desigualdade e de exclusão gerados pela maneira como a sociedade conduziu as transformações, surgem iniciativas e espaços que oportunizam uma inclusão de forma igualitária. Ao exemplo de projetos sociais e rádios comunitárias no espaço físico de convivência, no virtual também são encontrados sites de movimentos e organizações sociais com proposta de participação e atuação igualitárias. Todavia, como também estão sob a égide do capitalismo, que tem sua centralidade na hierarquia imposta pela força do capital/mercado, acabam por vezes sendo controlados e perdendo seu poder de resistência.

Surgem neste âmbito, o biopoder e a biopolítica, que aos moldes dos sistemas de desigualdade e de exclusão de Santos, trazem-nos as sociedades disciplinar e de controle à tona. São assim, esses projetos locais de resistência e de busca por mudanças, mas com o controle de organismos de “força estatal” e de “mercantilização do capital” (ANTOUN e MALINI, 2010).

Nesse contexto, é preciso, pois, questionarmo-nos, conforme propõem Antoun e Malini, sobre as chances que o sujeito tem “de desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito” (2010, p. 8). Em vias disso, encontramos na comunicação comunitária uma possibilidade, pois trata de emancipação, que permite às pessoas uma forma de determinarem as suas vidas e os seus futuros a partir do conhecimento e do reconhecimento, da crítica e da autocrítica, de sujeitos politizados e dotados de criticidade, do empoderamento. “A hipótese é que quando as pessoas entrarem em contato com suas fontes de opressão, bem como suas fontes de poder, então elas serão capazes de encontrar soluções” (MELKOTE e STEEVES, 2001, p. 39).

Sob todo este contexto apresentado e levado à discussão, entendemos a comunicação comunitária como perspectiva ideal à compreensão que intentamos. Esta forma de comunicação pode ser tratada também como, segundo Cicilia Peruzzo (2005), alternativa ou popular, e ainda, conforme John Dowing (2002), como mídia radical. A comunicação comunitária surge como um viés comunicacional que olha, de fato, para o entorno da esfera social, ou seja, para as margens e os marginalizados, mas sem a pretensão de deixar o centro de fora; ela propõe, justamente um olhar conjunto para a compreensão exata da situação e ação adequada.

Contudo, devido à desvalorização que o setor comunitário enfrenta perante a sociedade contemporânea, a comunicação comunitária vem se desenvolvendo e traçando um percurso difícil para a sua proliferação, através das mídias comunitárias. Acaba por fazer um movimento que se assemelha à comunitarização, fechando-se e reduzindo sua possibilidade de abrangência. “A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns” (PERUZZO, 2005, p. 22).

Esta atuação comunitária que Peruzzo nos alerta não é inadequada e nem deixa a desejar quanto aos anseios comunicacionais sob esta perspectiva, porém com a sua “abertura”, juntamente ao desenvolvimento das comunidades e periferias em direção a uma participação midiática mais igualitária, poderíamos estar avançando na teoria, e principalmente na prática comunitária comunicacional. Não sendo praticada de maneira fechada a pequenas realidades (qualitativamente falando), a comunicação comunitária tem muito a crescer e assim, auxiliar a sociedade num todo, devido às suas características democráticas e cidadãs.

E isso é possível quando atentamos às características que esse viés comunicacional abarca, trazidas por Cicilia Peruzzo como:

[...] opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de **novas fontes de informações** (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma **dinâmica de organização e mobilização social**; está imbuído de uma **proposta de transformação social** e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a **participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo** (PERUZZO, 2005, p. 20. Grifo nosso).

Assim, torna possível o surgimento de uma comunidade empoderada, que em sua unicidade de singularidades e produção de subjetividades resistentes (ou seja, atuando como multidão (NEGRI, 2004, 2013) consegue gestar um movimento contra hegemônico que reconheça os poderes e as resistências que permeiam sua experiência e lute pelos seus desejos e direitos preconizados pela política democrática e social que vigora, consciente também de

seus deveres para com a formação e manutenção da sociedade civil. Nesse âmbito, podemos falar também acerca dos movimentos sociais, que coexistem à comunicação comunitária. Esses movimentos, quando orientados por uma atuação organizada e crítica, conseguem “atravessar” a força imposta pela “cultura do silêncio das maiorias” e substituir a realidade de “cidadãos ausentes e sem voz” (PERUZZO, 2005) por um coletivo revolucionário que “busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida” (NEGRI, 2004, p. 19).

Corroborando nosso entendimento, Martin-Barbero (1999) também traz sua compreensão acerca da necessidade de uma articulação para a efetivação de vozes potenciais, porém subsumidas, em um processo que muito se assemelha à multidão e ao empoderamento.

Estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional (MARTIN-BARBERO, 1999, p. 78-79).

Nesse intuito é que nos esforçamos na conjugação do comunitário politizado com o empoderamento, para enriquecer a comunicação comunitária através do fortalecimento dos cidadãos, que precisam se tornar agentes autocríticos e críticos. Acreditamos que os espaços midiáticos comunitários têm forte presença e poder de atuação nesse sentido, sendo necessário, para isso, “[...] considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico” (KAPLÚN, 1999, p. 68). Isso se torna possível, quando a ação comunicacional é utilizada pelo homem e a seu favor, e não exclusivamente a favor do mercado, do capital.

Contudo, são necessários “[...] novos gigantes e novos monstros, capazes de articular natureza e história, trabalho e política, arte e invenção” (NEGRI, 2004, p. 18). A comunicação comunitária, aliada a uma orientação pelo empoderamento, tem os meios e as ferramentas para isso, através dos projetos e mídias comunitários. E essa necessidade é possível de se cumprir, uma vez que “[...] a comunicação comunitária vem se desenvolvendo no País através de múltiplas formas e linguagens, pois há uma convivência de formatos artesanais, modos grupais, de canais massivos de radiodifusão e de meios digitais de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 22). Exemplos como o projeto Viva Favela são uma tentativa de articulação entre poder e contrapoder, entre a comunidade e o “asfalto”, criando oportunidades para a constituição de um novo poder que surge com “as novas paixões abstratas e a atividade da multidão” (NEGRI, 2004, p. 18).

Sob esta perspectiva que compreendemos a comunicação, em seu viés comunitário e transformador, e entendemos os agentes desta ação como singularidades reunidas que formam um poder tão expressivo, que o poder da exploração, o lado hegemônico e opressor da sociedade, que exclui os desiguais, precisa se reconstituir (NEGRI, 2004). Nesse movimento de reconstituição, o novo poder que se baseia na força e na prática da vida, necessita encontrar espaço para se expressar e se tornar “comum”, constituindo a multidão, um coletivo empoderado.

No que diz respeito ao emprego de meios na educação, bem-vindos sejam, desde que sejam **aplicados crítica e criativamente**, a serviço de um projeto pedagógico, ultrapassando a mera racionalidade tecnológica; **como meios de comunicação** e não de simples transmissão; como **promotores do diálogo e da participação**; para gerar e potencializar novos emissores mais que para continuar fazendo crescer a multidão de receptores passivos. Enfim, **não meios que falam e sim meios para falar** (KAPLÚN, 1999, p. 74).

É preciso, então, estender este entendimento de ação contra hegemônica aos sujeitos “desempoderados”, o que acreditamos ser possível através de casos midiáticos comunitários com orientação educadora e conscientizadora.

3.2 Empoderamento e Biopotência da multidão: a conscientização dos sujeitos e o “corpo vital coletivo”

De acordo com a proposta da comunicação comunitária apresentada acima, que busca resultados e transformações necessárias a partir do trabalho coletivo de pessoas comprometidas com uma causa, nosso estudo segue sua fundamentação teórica na busca pela compreensão da perspectiva coletiva ideal ao contexto aqui exposto e proposto, de união social, de resistência diária, de transformação cultural. Conforme coloca Peruzzo, estamos tratando de uma comunicação que

se alicerça nos **princípios de comunidade**, quais sejam: implica a **participação ativa**, horizontal e democrática dos cidadãos; a **propriedade coletiva**; o **sentido de pertença** que desenvolve entre os membros; a **co-responsabilidade** pelos conteúdos emitidos; a gestão **partilhada**; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o **poder de contribuir** para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2005, p. 22. Grifo nosso).

Como podemos retirar das palavras da autora, estamos tratando de uma perspectiva comunicacional eminentemente coletiva, grupal, que se apoia nos “princípios de comunidade”, que precisa de “participação ativa”, “sentido de pertença” e “corresponsabilidade”. Todos esses

qualitativos são igualmente encontrados como característicos da comunidade empoderada que visualizamos em 2012, quando revisamos o conceito¹⁰. Porém, ao nos referirmos ao empoderamento, a que de fato estamos tratando e o que significa ser/estar empoderado no contexto midiático comunitário atual?

Falar sobre empoderamento nos coloca duas exigências. A primeira é deixar claro que nosso entendimento perpassa a palavra e o sentido de *empowerment*, conforme estabelecido nos Estados Unidos, ou seja, de dar o poder a alguém que passa a não necessitar de permissão para futuras realizações/ações. Compreendemos o empoderamento de acordo com a lógica proposta pelo educador Paulo Freire, nossa segunda exigência, pois o autor é referência no que se relaciona ao conceito e sua relevância social, principalmente por considerar contextos de opressão em seus estudos.

A partir dos estudos norte-americanos sobre *empowerment*, percebemos um conjunto expressivo de conceituações, que vão desde os cenários empresariais e os estudos com empregados e sua motivação, até abordagens ancoradas no ambiente dos trabalhos sociais, que mais se aproximam desse estudo. Este abrangente espectro de compreensões é, em grande parte, devido à associação do conceito à ideia e prática do poder que suscita diversos significados (WEISSBERG, 1999). Para alguns autores norte-americanos, o empoderamento está associado ao ato de alguém possibilitar o poder a outro; ou, à ideia de transformação interna das condições de opressão, como uma libertação.

Assim, é preciso pensar no poder e nas relações que ele estabelece para compreender a perspectiva trazida por esta visão norte-americana. Para tanto, são encontradas inúmeras possibilidades, das quais destacamos duas: compreender o empoderamento considerando o poder na sociedade como, 1) uma totalidade variável, ou 2) uma totalidade fixa. Na primeira, o poder não é estático, residindo nas pessoas a partir do todo. Sob esta lógica, “[...] o empoderamento dos impotentes poderia ser alcançado dentro da ordem social existente sem quaisquer efeitos negativos significativos sobre o poder dos poderosos¹¹” (CRAIG e MAYO, 2004, p. 05. Tradução nossa). As pessoas seriam, assim, empoderadas e participariam das mudanças, tornando-se agentes de seu próprio desenvolvimento, sem comprometimentos à ordem social do poder.

¹⁰ Verificar dissertação de mestrado PICHLER, 2012. Disponível no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM (www.ufsm.br/poscom).

¹¹ “[...] the ‘empowerment’ of the powerless could be achieved within the existing social order without any significant negative effects upon the power of the powerful”.

Já em uma segunda alternativa, o poder está fixo e envolve uma relação entre quem o tem, transformando o empoderamento em uma problemática ainda mais complexa, ao passo que dar poder a um grupo implicaria automaticamente retirar ou reduzir de algum outro. Assim, o empoderamento dos “impotentes” estaria vinculado a um ganho, que necessitaria ser permitido pelos “poderosos” (CRAIG e MAYO, 2004. Tradução nossa).

O primeiro cenário exposto pode ser considerado um ideal, enquanto o segundo trata do realismo vivenciado nas experiências sociais contemporâneas. Partindo dessa concepção, entra em jogo a negociação, que pode usar da força ou não. Sob esse panorama, está o conceito de *empowerment* que surge a partir do desnível,

[...] baseado em vários fatores, incluindo insegurança econômica, ausência de experiência na arena política, ausência de acesso à informação, falta de treinamento em pensamento crítico e abstrato, estresse físico e emocional, desamparo aprendido e os aspectos emocionais ou intelectuais de uma pessoa que as impeça de atualizar as possibilidades que existem¹² (LEE, 2000, p. 33. Tradução nossa).

Porém, observando o conceito por uma perspectiva que considere um processo político e crítico, com inclusão de objetivos pessoais e interpessoais, o empoderamento norte-americano percebe também a “[...] capacidade de usar os recursos disponíveis (se e quando eles estão disponíveis) que contribuem para um senso de poder que está diretamente ligado à autoestima”¹³ (LEE, 2000, p. 33. Tradução nossa). Atuando assim, esse processo que envolve relações de poder, pode permitir superar os desníveis expostos por Lee.

Judith Lee ressalta ainda, que o empoderamento não deve ser compreendido primeiramente como acesso e desenvolvimento do poder, mas antes como uma atividade reflexiva, ou seja, que está na pessoa que se empodera e não naquela ou naquilo que auxilia no processo de empoderamento. Para isso, envolve a identificação dos poderes bloqueadores que geram os problemas a serem enfrentados para posterior desenvolvimento de estratégias que atuarão na redução dos efeitos da situação/experiência opressora (LEE, 2000). Essa definição é consonante à nossa compreensão, uma vez que percebe o empoderamento como uma prática crítica inerente às pessoas e às suas ações.

Na mesma perspectiva de Judith Lee, estão os apontamentos de Robert White (2004) e Marjorie Mayo & Gary Craig (2004). Para esses autores, não só o empoderamento, como a

¹² “[...] based on several factors including economic insecurity, absence of experience em the political arena, absence of access to information, lack of training in critical and abstract thought, physical and emotional stress, learned helplessness, and the aspects of a person’s emotional or intelectual make-up that prevent them from actualizing possibilities that do exist”.

¹³ “[...] ability to use available resources (if and when they are available) contributes to a sense of power that is directly connected to self-esteem”.

participação comunitária, tornaram-se problemáticas relevantes no contexto global atual, como possibilidades aos cenários de pobreza vividos por muitos. Sob esta abordagem, o *empowerment* age “como um processo no qual indivíduos e organizações ganham controle e domínio sobre as condições econômicas sociais, sobre a participação democrática em suas comunidades e sobre suas próprias histórias¹⁴ (WHITE, 2004, p. 08. Tradução nossa).

Concordando com isso, ao contrário de “dar o poder”, o empoderamento em que nos baseamos é um processo no qual as próprias pessoas se autorizam a agir para se fortalecer e evoluir. Dessa forma, exige delas conquista, avanço e superação, sendo um movimento que ocorre de dentro para fora, solicitando a atuação como sujeitos, ativos e críticos. Mesmo Robert White, proveniente da vertente norte-americana, alerta que o conceito de empoderamento conforme vem sendo até o momento trabalhado é extremamente resumido e precisa estar mais orientado criticamente a serviço do social. “O empoderamento precisa estar explicitamente localizado dentro de um quadro mais amplo de parâmetros comumente acordados de equidade humana e social”¹⁵ (WHITE, 2004, p. 21. Tradução nossa).

Seguindo por este caminho e remetendo aos estudos de Freire, o empoderamento “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, [...] abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (SCHIAVO e MOREIRA, 2004, p. 59). O entendimento de Paulo Freire a respeito do empoderamento é resultado de suas teorias de “libertação dos oprimidos”, tema debatido em muitas de suas obras, que o autor visa propor como solução, ou seja, como forma de romper com esta opressão, o empoderamento por meio da educação. Seguindo os passos e o exemplo do educador e filósofo, intentamos esta compreensão a partir da comunicação e suas estratégias discursivas.

No tocante à linha freiriana, o empoderamento pode ser colocado como uma forma de conquista da liberdade por parte das pessoas subordinadas a uma determinada posição de dependência, seja econômica, social, política ou cultural. Para uma conquista plena, porém, é preciso que ocorra a conscientização, outro conceito trabalhado por Freire e que precisa ser conjuntamente pensado. Para o autor, o que realmente é preciso para a “libertação social” é a conscientização, cuja ideia foi interpretada e traduzida no Brasil como empoderamento.

¹⁴ “[...] as a process in which individuals and organizations gain control and mastery over social economic conditions, over democratic participation in their communities and over their own stories”.

¹⁵ “Empowerment needs to be explicitly located within a broader framework of commonly agreed upon parameters of human and social equity”.

A ideia de conscientização ultrapassa o ato de se empoderar, justamente porque se constitui muito mais no coletivo do que no individual. Para o autor, o empoderamento deve ser coletivo, mas por suas características acaba por se definir muito mais próximo de um processo individual, que alguns denominam de autolibertação. Porém, Freire não acredita na autolibertação, pois para ele a libertação é um **ato social** (FREIRE e SHOR, 1986, p. 134-135), que por isso, exige que seja algo que ocorra no **coletivo**, que se dê a partir da união, da reflexão e ação coletivas.

Ao ocorrer como um ato social e coletivo, o empoderamento, ou conforme Freire, a conscientização consegue fortalecer os sujeitos que, conscientes da realidade de opressão possibilitam vislumbrar e operacionar formas de ação condizentes à experiência, eficazes à situação. Podemos dizer que o processo inicia com o empoderamento, pois é necessária a ação primeira de decisão e a criticidade intrapessoal, mas é preciso evoluir a um ato social para ser de fato transformação. Em seus estudos na área da educação, com estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica, Paulo Freire colocou que “o desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes” (FREIRE e SHOR, 1986, p. 71).

Faz-se necessária, assim, a prática, a inserção dos oprimidos na realidade que oprime, ação esta que pode ser corroborada por propostas comunitárias da comunicação, que oportunizam a busca pelo envolvimento, a participação e a ação coletiva frente à comunidade e suas demandas. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2013, p. 52). Não se faz comunicação comunitária sem a comunidade envolvida, que precisa estar ciente criticamente da realidade de suas demandas, ou seja, mais que vivê-las, precisa senti-las e reproduzi-las, para poder atuar sobre ela. A superação exige a inserção crítica para realizar a transformação. Não se trata apenas de reconhecimento, mas de inserção crítica, senão não há transformação da realidade e libertação (FREIRE, 2013).

Outro ponto a respeito da superação da realidade de opressão é, segundo Freire, o fato de os oprimidos não poderem deixar de assim ser tornando-se opressores de outros. É preciso, justamente, vencer esta mentalidade, a qual é justificada pela conscientização dos oprimidos como **detentores da possibilidade de mudarem** a si mesmos, aceitando a liberdade, e também aos seus opressores. Essa é a verdadeira essência da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2013). É preciso transformar a situação de opressão e não apenas remediá-la, subsumi-la. Isso exige empoderamento/conscientização.

Contudo, o contexto que vivenciam, ao qual estão historicamente acostumados e acomodados, torna seu comportamento prescrito, ou seja, pautado por ordens aquém das suas decisões, não correspondendo ao seu devir, sendo-lhes estranho (FREIRE, 2013). Acabam por temer a liberdade, pois com ela passam a ser responsáveis por preencher o espaço que se abriu por eles mesmos, sem os opressores. É devido a isso que necessitamos superar a situação de opressão e não somente eliminá-la, pois isso “implica o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela que busca ser mais” (FREIRE, 2013, p. 46). Não basta eliminar, pois assim, abre-se nova lacuna. Nesse movimento, das pessoas procurando como serem sujeitos e superar, vencer, viver, há um movimento contrário, uma força que as interdita.

Sofrem uma dualidade que se instala na ‘interioridade’ do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como **consciência opressora**. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o **opressor de ‘dentro’ de si**. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, **castrados no seu poder de criar e recriar**, no seu poder de transformar o mundo (FREIRE, 2013, p. 48).

Nesse entendimento, fazemos relação à tensão que propomos investigar em nossa problemática, o biopoder e a biopolítica. No duelo entre ser e quem sou da dualidade descrita por Freire em que vivem os oprimidos, o biopoder está presente em sua forma mais genuína, introjetada nos sujeitos, que se tornam assujeitados. Esse elemento é percebido através da “consciência opressora”, quando o oprimido torna-se o “opressor dentro de si”, ficando “castrado no seu poder de criar e recriar”, limitando sua ação biopolítica, sua resistência, dificultando ações de mudança.

Com esse cenário, avançamos à biopotência, como uma rodovia na qual transitam possibilidades diferentes para se chegar ao destino da liberdade, da ação biopolítica e do ser plenamente. Para Peter Pelbart, “todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode se tornar vetor de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2011, p. 24).

Ao verificarmos referenciadas as palavras “valorização” e “autovalorização”, lembramos da conscientização pregada por Freire (1979), pois esta é necessária para que as anteriores ocorram. E a possibilidade desta ocorrência, conforme Freire e Perlbart expõem, está presente em todas as pessoas, sendo uma condição a crença pessoal na “força” que carregam

individualmente, amplificada coletivamente, por “esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas” (PELBART, 2011, p. 24).

Falamos assim, em uma “democracia biopolítica”, na qual se transfere o foco do poder como fator soberano para a vida, mudando seu sentido e também a compreensão acerca de biopolítica, conceito apresentado inicialmente por Foucault. Para esse autor, a biopolítica tratava de uma forma de incidência do poder sobre a vida, restando a esta resistir àquele. Nesse formato, biopolítica é essencialmente poder e racionalidade, sendo o corpo e a vida fragmentos passivos. Porém, o que é preciso para o avanço dessas teorias e, principalmente, de experiências promissoras de vida, é transformar a ordem do poder, que precisa deixar de “agir sobre a vida” para ser “força de vida”, como Deleuze rerepresentou o entendimento de Foucault. Dessa forma de compreensão do poder, emerge a potência de vida, a biopotência da multidão.

A multidão que não é povo, que não é público e nem privado, bem como se diferencia de massa. Não se trata aqui da concepção pejorativa de multidão, como agrupamento acéfalo e inconstante, que é regido e precisa ser dominado pelos desmandos de um soberano (PELBART, 2011). A multidão, como compreendida por nós e conforme necessária à proposta biopolítica contemporânea, é diferente do povo, pois não é unificada pela questão do Estado e do capital. É também distinta à massa, uma vez que não permite a neutralização de suas diferenças (SANTIAGO, [201-]). Tratamos então, de “um agente ou sujeito coletivo que pode agir em comum, unitariamente, com a simultânea manutenção de suas diferenças internas” (SANTIAGO, [201-], p. 30).

Esse entendimento “atualizado” de multidão surge de transformações como a passagem da produção centrada no material para a produção imaterial, quando a força intelectual passa a valer tanto quanto (senão mais) a força braçal, física. Por isso, vincula-se, a certo modo, à questão do capital e é, pois, um conceito de classe, ao passo que está vinculado ao trabalho. Antonio Negri ([201-]) expõe que se podemos falar que multidão é definida como um conjunto de singularidades, é justamente por estar se tratando de “um conjunto de **singularidades trabalhando**” (p. 38).

Ao tratar sobre a questão do trabalho, a proposta de multidão, segundo Hardt e Negri (2005), busca não gerar diferenciações, compreendendo que todo tipo de trabalho é produtivo justamente por entenderem que a sua essência está na capacidade criativa e produtiva humana, como projeto político, e não apenas vinculado à produção sob domínio do capital (HARDT e NEGRI, 2005). Tratam, assim, do trabalho imaterial, impondo a ele, nos séculos XX e XXI, tanta relevância quanto ao anterior, dito material, produtivo, gerador de riqueza, de capital. O

trabalho imaterial compreende duas formas fundamentais, que corroboram a proposta biopolítica inserida nesse estudo: o trabalho imaterial intelectual e o afetivo.

O primeiro, intelectual, é aquele que “produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 149). Está vinculado ao saber (teórico e prático) e à sua expressão, gerando como produto (ambiguidade do trabalho imaterial, pois mantém uma materialidade) um conhecimento que pode (e deve) ser compartilhado. Por sua vez o trabalho imaterial afetivo, “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 149), o qual demonstra a relação entre corpo e mente como resultado, atitudes, comportamentos, personalidades.

Dessa compreensão fica definido o trabalho imaterial, apresentado por Hardt e Negri, como a “nova forma hegemônica” de trabalho, como a união do intelectual e do afetivo, sendo a comunicação um relevante exemplo, ao passo que “todas as formas de comunicação combinam a produção de símbolos, linguagem e informação com a produção de afeto” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 150). É, pois, trabalho biopolítico, uma vez que produz relações e, assim, vida social.

Essa proposta traz à tona também o conceito de “comum” como elemento central da multidão, como seu eixo estrutural, pois se trata de uma unidade em meio à diversidade. É “vida comum na qual corpo e mente coincidem e são indistinguíveis (NEGRI, 2004, p. 19). A partir da comunhão das singularidades, das subjetividades, da produção que os sujeitos fazem de si mesmos (NEGRI, 2004), que a multidão se consiste, gerando o “corpo da multidão, um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 248).

Porém, assim como a multidão é constituída pela força de um corpo comum, ela também gera esse comum, pois sendo singular na diferença, não viabiliza desordem social. “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por sua vez produz o comum. A multidão é subjetividade que surge dessa dinâmica de **singularidade e partilha**” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 258. Grifo nosso). Singularidade e partilha formam, então, uma força que possibilita transformar “poder sobre a vida” em “poder de vida”, em conscientização e biopotência.

Porém, Hardt e Negri (2005) também pontuam o fato de vivenciarmos certa “expropriação do comum”, quando ocorre a privatização daquilo que é de todos, a exemplo da informação genética, da terra, e até mesmo das plantas e dos animais. Ao ser percebida a potencialidade, é buscado tornar o detentor do potencial algo controlável, privado, para que se

possa retirar dele o poder que representa. Eis um cuidado que a multidão, por sua constituição comum, deve ter, ao ser percebido o potencial que a produção e o produto do seu trabalho imaterial, intelectual e afetivo, representam. Eis um cuidado que os Sujeitos devem ter para se manterem detentores de sua força biopolítica em meio aos comandos do biopoder.

É possível que seja isso o que a presença do biopoder nos espaços biopolíticos da comunicação comunitária reproduza, quando na organização de sua atuação define procedimentos que controlam o potencial dos participantes. Isso pode ser percebido quando projetos sociais de cunho comunicacional invocam as pessoas a participarem por meio de um discurso que promove uma ação livre, mas impõem regras a elas e se tornam detentoras dos “direitos” sobre o que é produzido. Essa realidade ganha forma em outros casos de projetos sociais, como aqueles que trabalham com a fabricação de produtos, quando as definições sobre o que ser feito, onde, como e por quanto vender fica a encargo exclusivo dos detentores do poder de administração.

Ocorre assim a expropriação do comum, oposta à máxima dos projetos comunitários, voltada para o coletivo e para a geração de resultados para a sociedade. A partir do momento que a potencialidade das pessoas é controlada, privatiza-se o que é de todos. Porém, mantemo-nos otimistas na possibilidade de transformação, viável e necessária, justamente porque, assim como Hardt e Negri, visualizamos que

qualquer um pode tentar capturar o vento, o mar, a terra, mas eles sempre serão mais do que podemos apreender. Do ponto de vista da ordem e do controle políticos, assim, a carne elementar da multidão é desesperadoramente fugidia, pois não pode ser inteiramente enfeixada nos órgãos hierárquicos de um corpo político (HARDT e NEGRI, 2005, p. 251).

E são nessas brechas, na característica fugidia do corpo social comunitário, que vislumbramos uma teoria biopolítica da comunicação comunitária. Que identificamos a conscientização e a biopotência de um “corpo vital coletivo” como poder fundamental e transformador a realidades oprimidas.

Devido a isso, tratamos a comunicação comunitária aqui como uma proposta de conceito biopolítico, o que quer dizer que a investigação está centrada nas capacidades criativas dos Sujeitos envolvidos. Sob esse entendimento, a perspectiva comunicacional apresentada não existe em relação à exclusão ou distinção de formas hegemônicas de comunicação, mas sim por dever esta ser central. A comunicação comunitária, “[...] quando desenvolvida em bases orgânicas e participativas – concretiza um ponto de fusão com o desenvolvimento social local

e da cidadania. Pode favorecer a constituição de cidadãos ativos, emissores de conteúdos e gestores da comunicação” (PERUZZO, 2006, p. 119).

Ao ser orgânica e participativa e ao oportunizar às pessoas serem cidadãs ativas, esta perspectiva comunicacional possibilita também empoderamento, conscientização e biopotência. Esta última, por sua vez, “inclui o trabalho vital, o poder comum de agir, a potência de autovalorização que se ultrapassa a si mesma, a constituição de uma comunialidade expansiva” (PELBART, 2011, p. 86), e, somada à conscientização, permite a transformação da realidade social e cultural. Porém, ambas dependem da ação livre do homem e, principalmente sua ação coletiva.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um **sentimento social**, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para **ajudar os outros a se libertarem** através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE e SHOR, 1986, p. 71. Grifo nosso).

Nesse sentido, o objeto empírico aqui trazido como auxílio ao nosso entendimento, conforma-se como adequado. A exemplo do exposto pelos autores até aqui apresentados, verificamos no ideal de atuação do Viva Favela um espaço para que os moradores de comunidades e periferias sintam-se livres para falar aquilo que em outros espaços não é oportunizado ou “permitido”. Dessa forma, ajudam a outros a serem livres também, possibilitando essa liberdade tornar-se um “sentimento social”, como que em rede.

Concordando com Hardt e Negri, a questão não é catalogar diferenças no sentido de expor que estamos cientes da realidade do contexto que circunda nosso estudo, mas sim identificar onde e como está localizada a “resistência coletiva ao poder” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 144). Intercalar teoria e prática e buscar respostas em meio a novos questionamentos, para um contexto comunicacional comunitário que envolve teorias como biopoder, biopolítica, empoderamento e biopotência.

Assim como fizemos no final do Capítulo 2, esboçamos aqui também um resumo da teoria estudada no que tange à comunicação, ao empoderamento e à biopotência, com base nos conceitos e estudos de Freire, Peruzzo, Pelbart, Negri e Hardt (Quadro 3). Da organização das ideias dos autores, revelamos um entendimento sintetizado em palavras-chave, que como já exposto, auxiliar-nos-ão na sequência do estudo.

Observando o Quadro 3, verificamos o surgimento de palavras e expressões (coluna 3), que afirmam nosso entendimento de empoderamento como conscientização e de biopotência da multidão como um corpo coletivo movido pela força de vida, o que conjuga um corpo

coletivo conscientizado. Essas palavras e expressões serão cruciais à análise. Buscaremos visualizar, nos discursos dos correspondentes do Viva Favela e na própria atuação do projeto, marcas de **tomada de consciência**, de **coletividade**, de **transformação**, **luta** e **valorização da vida**, que nos remetam, ou não, a constituição de um **corpo coletivo conscientizado**.

Quadro 3 – Síntese dos estudos sobre Empoderamento e Biopotência da Multidão.

EMPODERAMENTO CONSCIENTIZAÇÃO

- As próprias pessoas se autorizam a agir para se fortalecer e evoluir;
- Implica obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual;
- Conquista da liberdade;
- Libertação a partir da união, da reflexão e ação coletivas;
- Necessária ação inicial de decisão e criticidade intrapessoal;
- Inserção dos oprimidos na realidade que oprime;
- Inserção crítica para transformação da realidade e libertação;
- Detentores da possibilidade de mudarem a si mesmos.

Reflexão
Ação
Coletividade
Tomada de consciência
Transformação
Mudança intra e
interpessoal

CONSCIENTIZAÇÃO DOS SUJEITOS

BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO

MULTIDÃO

- Sujeito coletivo em sua inteira positividade e amplitude;
- Luta pela construção de um mundo comum;
- Portadores do trabalho vivo;
- Ator social ativo;
- Sujeito coletivo que pode agir em comum com a simultânea manutenção de suas diferenças internas;
- Corpo da multidão, corpo comum, corpo democrático;
- Surge da dinâmica de singularidade e partilha;

BIOPOTÊNCIA

- Todos e qualquer um detêm a força-invenção, pode se tornar vetor de valorização e autovalorização;
- Economia imaterial = validade da força intelectual + força afetiva;
- Força da vida;
- Capacidade criativa e produtiva humana;
- Unidade em meio à diversidade;
- Transformar “poder sobre a vida” em “poder de vida”;
- Inclui o trabalho vital, o poder comum de agir; a potência de autovalorização;
- Resistência coletiva ao poder

CORPO COLETIVO CONSCIENTIZADO

CORPO VITAL COLETIVO

Coletividade
Comum
Transformação
Valorização da Vida
Ação
Força
Luta

Fonte: Elaborado pela autora.

CAPÍTULO 4 – COMUNICAÇÃO, BIOPODER E BIOPOLÍTICA: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE BIOPOTÊNCIA COMUNITÁRIA

Cumprida as etapas de revisões teórico-conceituais, que configuram nosso entendimento acerca da essência e da prática da comunicação comunitária frente ao reconhecimento de experienciar contextos de relações de força, que denominam em grande parte os modos de atuar de suas propostas comunitárias e de agir das pessoas envolvidas, chegamos ao passo final de verificação à prática. Temos como objetivo, dessa forma, compreender os espaços que oportunizam empoderamento no ambiente de tensionamento de poderes, por meio da análise do Portal Viva Favela e da ação de seus usuários, os correspondentes comunitários (CC).

Para tanto, valemo-nos da revisão teórica, do que definimos como conceitos fundadores desta tese: comunicação comunitária, como perspectiva comunicacional; biopoder e biopolítica, que apresentam e definem a conjuntura de poder que reconhecemos permear a relação teórica e prática pesquisada; e o empoderamento e a biopotência da multidão, como coletividade crítica e em ação de autovalorização e desenvolvimento. Conforme apresentado ao final dos capítulos 2 e 3, esboçamos dois quadros que configuram, de maneira sintetizada, nosso entendimento teórico crítico articulado com a proposta trazida.

De acordo com o transcorrer do estudo empírico, essas apreensões são desveladas e conjugadas. Ao passo que a prática vai sendo descrita e analisada, flexionamos nossos apontamentos teóricos em dois momentos. Primeiramente, observamos e destacamos os ambientes de ação do projeto Viva Favela, desvelando as relações de força atuantes por meio do nosso entendimento sobre as liberdades negativas e positivas, expondo os espaços de empoderamento disponibilizados. Na análise final, relacionamos criticamente, ação prática e discursiva, analisando as reportagens elaboradas pelos correspondentes comunitários em seus *blogs* e na página principal do portal, “produtos” da ação comunitária do projeto.

4.1 Estudo do biopoder e da biopolítica no portal Viva Favela

O projeto Viva Favela, com o propósito de dar voz aos moradores de periferias brasileiras, atua a partir da convocação dos moradores desses locais para que assumam o papel de representar seus espaços de vivência pelo viés diferenciado e real de quem os sente e vive

cotidianamente. Para tanto, configura um conjunto de ações na perspectiva comunitária de envolver os sujeitos, sendo a iniciativa do Portal Viva Favela com suas publicações o “carro chefe” desse projeto social.

O VF é um projeto do Viva Rio, que **tem como principal atuação o site**, que é vivafavela.com.br, que é um site nutrido pelos correspondentes comunitários, não só, mas a maioria das matérias que saem lá são dos CC e essas matérias são em geral conteúdos, é, relacionados a periferias e favelas do Brasil. [...] **Então o maior trabalho do VF é o site, de nutrir este site**, de manter este site funcionando com notícias relevantes sobre as periferias [...]. (Entrevistado A)

O VF pra mim é um site onde pessoas na comunidade chega lá e bota matéria pra outras pessoas da comunidade ou não, pra todo mundo em geral, pessoas que vivem com aquilo, protestando ou falando que é bom, pra jogar lá e mostrar também. (Entrevistado C)

Como podemos retirar das falas de dois entrevistados, um atuante na administração do VF e outro correspondente comunitário, a “principal atuação está no site”, sendo os CC peças fundamentais no trabalho de “nutrir este site”. É a partir da estrutura e dos espaços disponibilizados no portal do Viva Favela, que o projeto reúne moradores de favelas cariocas, profissionais e estudantes de comunicação e internautas interessados pelo mote da iniciativa, em prol do objetivo comum de divulgar sua realidade à sociedade.

Temos assim, um discurso sobre comunidade pelas comunidades, elaborando sua compreensão e representação a respeito destas coletividades e seus espaços, atuando em direção a modificar “a percepção que se tem do objeto” e que não traduzem “os elementos materiais que o significam” (SILVA, 2009, p. 17). O entendimento suscitado por este discurso enunciado pelos sujeitos não será discutido aqui, pois nosso foco está em observar em que medida o que é enunciado é de fato resultado de uma narração coletiva livre, e como forças externas e internas delineiam as estratégias discursivas utilizadas.

Nos últimos quinze anos, o projeto Viva Favela passou por transformações e assumiu o que seus idealizadores definem como uma “versão colaborativa”, na qual os internautas cadastrados podem contribuir com textos e outros produtos informativos de acordo com sua visão da favela/periferia/comunidade que conhecem. Contudo, para além desta proposta, existem noções básicas que os correspondentes precisam saber e normas que devem ser obedecidas. É claro que algumas regras são necessárias para a troca pacífica e respeitosa de informações, as quais serão divulgadas globalmente, mas até que ponto, determinadas sanções, estabelecidas pelos administradores do Portal, não limitam e (pré)conduzem o que e como os correspondentes escrevem?

Como explicitado no capítulo 1, o Viva Favela, para além das mudanças em sua proposta de ação, enfrenta desde o final de 2015 o risco de ser encerrado, estando com suas atividades e participação dos correspondentes comunitários suspensas. Dessa forma, visualizando sua trajetória a partir de uma das primeiras versões do site até a atual situação, percebemos como os poderes que cercam esses projetos delineiam consideravelmente seu *modus operandi*.

Iniciamos o estudo da sistemática de ação do projeto a partir de sua versão 2.0, em operação entre 2010 e 2013, quando completava 10 anos de história e iniciava sua atuação de forma digital, por meio do Portal Viva Favela. Nessa época, a participação era mais aberta, sendo que para se tornar um correspondente comunitário era preciso apenas efetuar cadastro no site do projeto com o preenchimento de um formulário. A partir disso, já estava possibilitada a opção por fazer publicações. Nesse formato, além de permitir a divulgação por parte de qualquer pessoa interessada e de assuntos mais gerais, o portal se configurava à semelhança de sites de redes sociais, pois havia uma proposta de interação diferente da última versão (2013 a 2016).

A atuação como CC iniciava a partir de um cadastro (Figura 7), que solicitava informações para identificação e contato, assim como para a organização e divulgação de um perfil, o qual podia ser visualizado por todos que acessavam o portal. Alguns campos para preenchimento eram: nome completo e nome de usuário (o qual era utilizado como identificação no site, tanto como autor ou comentador); a comunidade a qual pertencia; informações sobre trabalho e educação.

Figura 7 – Parte do cadastro no portal VF entre 2010-2013.

The screenshot displays the registration interface of the Viva Favela portal. At the top, there are three buttons: "Cadastre-se agora", "Entrar", and "Esqueceu sua senha?". Below these, a message states: "O nome do usuário é o nome pelo qual você vai ser conhecido dentro da comunidade do Viva Favela." The form is titled "Informações do perfil" and contains the following sections:

- Usuário:** A text input field with a red asterisk. Below it, a note says: "Espaços são permitidos. Pontuação não é permitida, com exceção de pontos, hífen e underscores (_)."
- Endereço de email:** A text input field with a red asterisk. Below it, a note says: "Um email de usuário válido. Todos os emails vindos do Viva Favela irão para esse email. Esse endereço de email não será visto pelo público e será somente usado se você deseja receber uma nova senha ou receber certas novidades ou notificações via e-mail."
- Senha:** A text input field with a red asterisk.
- Confirme a senha:** A text input field with a red asterisk. Below it, a note says: "Digite uma senha para a nova conta nos dois campos."

The "Foto" section includes:

- Enviar foto:** A button labeled "Escolher arquivo" and the text "Nenhum a...cionado".
- A note: "Sua foto ou avatar. As dimensões máximas são 85x85 px e o tamanho do arquivo máximo é de 1000 kB. Imagem deve ser um Jpg ou PNG".
- A prompt: "Se você não tem nenhuma foto disponível no momento, escolha temporariamente um dos Avatares abaixo::"
- Five avatar options, each with a red asterisk and the text "KD SUA FOTO?":
 - Avatar 1: A person with dark curly hair and sunglasses.
 - Avatar 2: A person with dark curly hair.
 - Avatar 3: A person with dark curly hair and sunglasses.
 - Avatar 4: A person with dark curly hair.
 - Avatar 5: A person with dark curly hair.

Fonte: Acervo pessoal.

Para completar o cadastro, havia também espaço para a elaboração de um tipo de “Biografia”, que possibilitava redação livre, sem limite de caracteres e aparecia definido como “Sobre mim”; a seleção de “Foto” (enviar uma imagem da unidade pessoal ou escolher um *avatar* disponível) e a vinculação com os *links* dos perfis no Facebook, Twitter, Orkut e divulgação de *blog* pessoal. Esse formato de participação confirmava a constituição de uma “comunidade”, como explicitado no próprio formulário de cadastro (vide Figura 7), pois além de possibilitar o envio de textos, permitia o acesso livre e a participação em outros espaços do portal, desvinculada da publicação como CC.

Com essa configuração, o portal do VF podia ser utilizado também por quem não queria necessariamente escrever sobre as favelas e seu dia-a-dia, mas estar em contato com outras

pessoas que compartilham de uma vivência próxima e ler às informações divulgadas. Os sujeitos ali cadastrados podiam não atuar de fato como CC e tinham a oportunidade de agir de outras formas, de participar, dar opinião. De certa maneira, podemos intuir que esta permissão de acesso mais ampla e facilitada poderia sensibilizar mais moradores de periferias a se tornarem “atores sociais ativos” em suas realidades, “autorizando-os a agirem”, abrindo caminhos e dando meios de se expressarem, tornarem-se mais críticos e promoverem a conscientização, necessária ao empoderamento e às transformações na prática.

Este modelo de ação que permite a construção de um perfil (Figura 8) possibilitava um modo de “gestão/administração” dos usuários perante o seu cadastro, dando-lhes a opção de se mostrarem além de seus textos. Essa apresentação pessoal configurava um espaço para a pessoa mostrar traços particulares de sua personalidade, que ela achasse conveniente compartilhar com os colegas de projeto e quem mais se interessasse e se cadastrasse no portal.

Figura 8 – Cadastro completo no portal VF 2010-2013.



Fonte: Acervo pessoal.

Disponibilizar esse cadastro, remete-nos a oportunizar também um espaço para que os sujeitos demonstrem efetivamente uma “tomada de consciência”, “valorização da vida” e disponibilidade à “ação”, uma vez que constroem suas próprias formas de se identificar no perfil. Além disso, esse espaço poderia ser utilizado para expor interesses e objetivos pessoais,

a fim de possibilitar a construção de laços através de especificidades com os outros integrantes da rede. No tocante à constituição de laços e de configurar de forma explícita uma “comunidade do Viva Favela”, também lança indícios factuais de “coletividade”, em um movimento positivo de “criar e participar coletivos”.

Nesta antiga versão do portal, as reportagens publicadas pelo usuário encontravam-se disponíveis no seu perfil criado no portal, no item “Últimas colaborações”, seguidas pelo respectivo número de comentários recebidos (Figura 8). Esses dados complementavam o perfil criado, quando o teor e o conteúdo das publicações confirmavam seu vínculo com as favelas e/ou seus assuntos de interesse, sendo compatíveis (ou não) às informações disponibilizadas pela biografia. O número de reportagens postadas e de comentários recebidos poderia representar o grau de participação do usuário e de seu envolvimento com outros membros da comunidade e com o objetivo do projeto.

Nesse sentido, remete-nos novamente a alguns traços que reivindicam à compreensão obtida acerca da liberdade positiva na rede, pelo sentido de “coletividade” evidenciado. Ainda, esses perfis expostos e acessíveis expõem a “produção” dos CC, que nos moldes da proposta do projeto, externam por meio de seus conteúdos, as “lutas” desses internautas-moradores e conformam o quadro de “resistência” desse “corpo coletivo”.

Outro recurso oferecido pelo modelo de cadastro no portal e elaboração de um perfil era o “Contato”, sendo possível corresponder-se pessoalmente por meio de uma caixa de diálogo online (Figura 9), via endereço de e-mail, com os membros da comunidade Viva Favela. Para esse contato estar disponível, era preciso autorizar ao criar a conta. Uma vez feito isso, cada membro cadastrado podia iniciar uma conversa particular com outro. Acreditamos que, por meio desse espaço de contato, era possível a ampliação dos laços dentro da rede, além da amplificação dessa para outros espaços virtuais, extrapolando o ambiente do projeto.

Figura 9 – Formulário para contato pessoal entre integrantes do projeto.

The image shows a web interface for sending a message. On the left, there is a profile card for 'patriciafpi' with a yellow border. The card includes a profile picture, a greeting 'Olá patriciafpi', and statistics: 'Você tem 0 colaborações e 0 comentários.' Below this are buttons for 'PUBLICAR CONTEÚDO', 'EDITAR PERFIL', and 'SAIR'. A section titled 'PERFIL PREENCHIDO' shows a progress bar at '67% Completo' and a note: 'Preenchendo o campo *Orkut* transformará seu perfil para 71% Completo'. Below that is a 'CORRESPONDENTES' section with a list of user avatars and buttons for '+ RECENTES' and '+ VOTADAS'. At the bottom left, there are two article teasers: 'A marcha das "vadias"' and 'Cursos levam auto-estima para mulheres da periferi...'. On the right, the recipient's profile 'claudioJKY' is shown with buttons for 'Ver', 'Twitter', and 'Contato'. Below the name, the message form fields are: 'De: patriciafpi', 'Para: claudioJKY', 'Assunto: *' (with an empty input box), and 'Mensagem: *' (with a large empty text area). At the bottom right of the form, there is a checkbox labeled 'Enviar uma cópia para você.' and a button labeled 'Enviar email'.

Fonte: Acervo pessoal.

Facilitar esse contato livre, sem a “supervisão” dos responsáveis do VF, garante uma prática biopolítica, pois oportuniza os recursos de “conhecimento, cooperação e comunicação”, que direcionam os CC à “coletividade”, à “produção” e à “gestão”, ao passo que intensificam as redes de contato e a troca de informações. Trata de uma iniciativa pessoal de cada sujeito expandir o relacionamento e buscar o contato, gerenciando sua forma de ação, administrando sua maneira de “lutar” por meio do Viva Favela. Essa “conexão entre as singularidades” incentiva a “mudança intra e interpessoal”, uma vez que as trocas simbólicas podem permitir, quando profícuas, a ampliação de conhecimento e a “dinâmica de singularidade e partilha”.

Ao encontro desses indícios de trocas simbólicas, ampliação de conhecimento e dinâmica de partilha, está também o espaço denominado “Fórum” (Figura 10), utilizado majoritariamente para a conversa sobre sugestão de temáticas e de forma de abordagem às publicações. Conforme podemos verificar na imagem, esse ambiente trazia novamente à tona a “conexão” entre os CC, que partilhavam seu conhecimento e auxiliavam uns aos outros.

Figura 10 – Discussão no espaço “Fórum” entre integrantes do projeto.

MATÉRIAS | VÍDEOS | IMAGENS | ÁUDIOS

CDD 2001/2011

Releitura de alguma galeria da CDD de dez anos atrás, comparando com a CDD de hoje. (Pensamos em focar na arquitetura). As fotos de dez anos atrás seriam do correspondente Tony Barros.

[viva favela , as mudanças urbanas dos últimos anos e webmilitancias >](#)

Palavras-chave: [Revista Multimídia #07 \(10 Anos do Viva Favela\)](#)

[VOLTAR PARA A PAGINA INICIAL DO FORUM](#)

Comentar

 **Galeria**

Don,

a primeira coisa a ser feita é encontrar galerias do Tony de 2001. O site 1.0 está disponível no Acervo, um link que fica no pé da página do nosso site. Beijós, Dani.

[DaniGuedes](#) | [Vila Valqueire](#) | [Rio de Janeiro \(RJ\)](#)

 **Refazer as fotos.**

Dany dentro disso será que seria uma boa idéia eu estar refazendo as fotos do Tony barros ? para mostra a diferença durante os anos ?

[Doncdd](#) | [Jacarepaguá](#) | [Rio de janeiro \(RJ\)](#)

Fonte: Acervo pessoal.

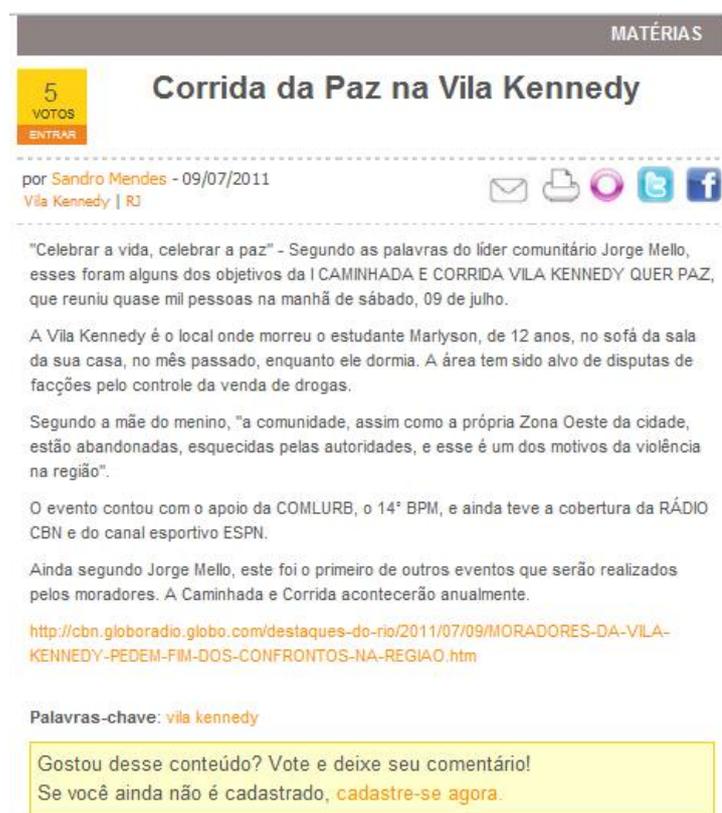
Na versão atual do projeto (2013-2016), o site não apresenta mais esses ambientes de Perfil, embora seja necessário o cadastro para publicação no *blog*, Contato e Fórum. O cadastro das reportagens e a manutenção das mesmas são feitos pela administração do projeto, como será apresentado na sequência do capítulo, bem como a participação com postagens está fortemente vinculada à “formação” como um correspondente comunitário, com participação na oficina ministrada pelo projeto. Na versão 2.0 (2010-2013), o cadastro ficava completo com o aceite das regras de uso, que precisavam ser validadas por um *click* do usuário antes de confirmar a participação. Estas normas exigidas para cadastro configuravam-se próximas às conhecidas de forma geral no ambiente virtual, expondo algumas regras básicas de respeito e de responsabilidade com o que está sendo divulgado¹⁶.

¹⁶ Não obtivemos acesso ao material, conteúdo e textos dessa versão 2.0 do portal Viva Favela, pois já haviam sido perdidos quando feito contato com equipe do projeto. As informações e imagens que são apresentadas, são decorrentes de contato com equipe atual e de artigo publicado em 2011 (PICHLER, P.F. e FOSSÁ, M.I.T.. Comunidades Virtuais e Redes Sociais: apontamentos a partir da experiência do projeto Viva Favela. 2011. p. 3427-3444. Disponível em: <http://sopcom2011.up.pt/media/SOPCOM_2011_Atas.pdf>.

No VF entre 2010-2013, as postagens podiam ser feitas optando pela publicação no *blog* pessoal ou na página principal. Contudo, assim como o cadastro era permitido a qualquer pessoa interessada, a publicação também era livre, sendo opção do CC para que seção iria seu texto no momento da postagem. Havia um sistema de ranqueamento das matérias publicadas na *home*, a partir da votação das pessoas cadastradas. Assim, as matérias eram organizadas automaticamente na página principal do portal conforme o número de votos.

Com esse formato, a página inicial não era atualizada necessariamente com postagens novas, mas sim de acordo com as matérias mais votadas. Na figura 11 visualizamos como era o portal neste período e como as reportagens e o número de votos eram exibidos quando se acessava uma postagem.

Figura 11 – Página com matéria e número de votos no portal VF versão 2011-2013.



The screenshot shows a news article page from the VF portal. At the top, there is a dark grey header with the word "MATÉRIAS" in white. Below the header, on the left, is a yellow box with the number "5" and the word "VOTOS" below it, and a red button labeled "ENTRAR". To the right of this box is the article title "Corrida da Paz na Vila Kennedy" in a large, bold, black font. Below the title, the author's name "por Sandro Mendes" and the date "- 09/07/2011" are displayed, along with the location "Vila Kennedy | RJ". To the right of the author information are icons for email, print, RSS, Twitter, and Facebook. The main body of the article contains several paragraphs of text, a URL link, and a "Palavras-chave" section. At the bottom of the article, there is a yellow box with the text "Gostou desse conteúdo? Vote e deixe seu comentário! Se você ainda não é cadastrado, [cadastre-se agora.](#)"

Fonte: Acervo pessoal.

A proposta de *ranking* funcionava como um incentivo para a publicação e busca por assuntos interessantes, necessitando para o bom desenvolvimento do ideal do projeto a “participação” e a “análise crítica” por parte dos “usuários-produtores”. Se utilizada

criticamente, essa sistemática possibilitava a “união” a partir do apoio do voto, a “reflexão” e “criticidade” para a distribuição de votos de forma responsável e aos textos realmente preferidos, e a “ação coletiva”, pois era a partir do conjunto que o VF funcionava, dependendo das publicações, mas também dos leitores e sua participação ativa, por meio dos votos.

Porém, de acordo com o relatado por representante do projeto, esse modelo de ação não estava funcionando adequadamente, pois não ocorria uma votação orientada de fato pela aprovação do conteúdo.

Este formato não estava mais funcionando, de qualquer um se cadastrar. Tinha uma coisa do *ranking*, das pessoas votarem na notícia que elas quisessem votar, e aí você tem um grupo grande de amigos, **todo mundo vai votar na sua matéria, a sua vai ficar na home.** (Entrevistado A)

Assim, apesar da proposta desta versão articular relevantes meios de uma atuação mais livre, sendo próxima à prática biopolítica da “liberdade de criar e recriar” pelo sistema de votos e de proporcionar a “conexão entre as singularidades da multidão” a partir dos perfis em rede, o formato não se sustentou. Mais do que o sistema de *ranking*, que fazia com que somente alguns CC tivessem suas reportagens destacadas, conforme expõe o entrevistado A, a possibilidade “de qualquer um se cadastrar” também “não estava mais funcionando”. O próprio conjunto de assuntos divulgados já estava sendo questionado.

E aí às vezes as pessoas colocavam propaganda política ou colocava alguma coisa difamatória sobre alguém e tal e começou a perder um pouco o controle. E aí, decidiu-se fazer desse jeito de passar por uma edição. (Entrevistado A)

Essas falhas no sistema fizeram com que os idealizadores do projeto optassem, a partir de então, por assumir o “controle” e garantir, por meio da “edição”, que o projeto atuasse com mais foco na ideia de ser um espaço de informação elaborada pela “força inventiva” das próprias periferias, mas conjugando uma apresentação que tivesse representatividade frente à mídia de massa. E, para isso, julgaram organizar uma estrutura mais fechada e “disciplinada” adequada ao cumprimento deste objetivo.

Essa mudança gerou relevante impacto no projeto, uma vez que movimentou toda sua estrutura e passou a trabalhar de forma diferente, sendo obrigatória a intervenção da redação e administração do VF para a divulgação do que os CC quisessem postar na *home* do portal. Com essa intervenção, percebemos uma transformação que fez o projeto se desvincular de uma proposta que se aproximava mais do ideal de “liberdade positiva” preconizado pelo funcionamento do ciberespaço, e se assegurar em uma versão nos moldes do que Antoun e Malini configuraram como uma “liberdade negativa”.

Contudo, esta alteração de um modelo mais biopolítico para a inserção de novos dispositivos de biopoder gerou um duplo resultado. Podemos dizer que o projeto, seus CC e os moradores das representadas periferias ganharam e perderam. O Viva Favela teve uma redução no número de CC que participavam do projeto, pois muitos deixaram de concordar e acreditar na proposta do mesmo.

Teve uma **mudança de um site pro outro** e aí a gente percebeu que **houve uma queda**, depois da mudança de um site pro outro, **na visualização**. Hoje eu acho que já está mais normal, mas na época quando estava reiniciando a gente teve uma queda [...] E **isso foi uma margem de discussão muito forte**. E aí fomos buscar porque as pessoas deixaram de acessar; algumas porque não gostou do novo modelo, outros porque achavam que o modelo era mais difícil, etc. (Entrevistado E)

Alguns **correspondentes não se sentiram mais a vontade** de escrever pro site por causa disso, mas em compensação **a gente conseguiu outros que chegaram**, que tem um **perfil um pouco diferenciado**, pessoas que **estudaram mais**, que tão **mais preocupadas com a apuração**, e aí eles chegaram e tomaram lugar desses outros que se perderam. E **a gente tentou muito resgatar essas pessoas que foram**. Alguns deles ficaram chateados, falando “ah, agora, isso não é coisa de favela eu passar por um crivo de alguém, na favela não é assim”, mas outras pessoas falaram, “ah não, **eu acho isso positivo, me ajuda, me estimula**, agora eu escrevo melhor”. (Entrevistado A)

Essa “queda” representou para o VF uma perda relevante, tanto quantitativamente, pelo número de CC atuando na publicação de conteúdo, como qualitativamente no sentido de uma história e experiência que havia sido construída e, de certa forma, perdeu-se no momento em que estas pessoas deixaram de pertencer ao projeto. No entanto, novos e diferentes sujeitos passaram a integrar a iniciativa. Podemos observar essas diferenças comparando dados referentes ao portal Viva Favela, suas publicações e CC cadastrados das versões 2.0, de 2010 a 2013, e 3.0, de 2013 a 2016 (Tabela 1):

Tabela 1 – Dados de publicações e cadastros do Portal VF versões 2.0 e 3.0.

	VF versão 2.0 (até 2013)	VF versão 3.0 (2013 a 11/2016)
Correspondentes	2440	56
Reportagens	1242	243
Blog	232	273
Vídeos	792	19
Fotos	790	61

Fonte: Elaborado pela autora (dados fornecidos pela administração do VF).

Os números são expressivos, principalmente quanto à quantidade de CC cadastrados, o que refletiu diretamente no volume de conteúdo compartilhado. Porém, o número de pessoas registradas no portal não representa necessariamente a efetividade do projeto, que tem o foco na produção de conteúdo que dissemine informações relevantes e desmistificadoras a respeito da favela e seus moradores. Assim como pontuaram acima os Entrevistados A e E, com a saída de alguns CC, outros começaram a participar, com perfis diferentes, concordando com a nova proposta do projeto.

Com isso, ficou reduzida a quantidade de publicações. Porém para o Viva Favela, estas passaram a ser mais qualificadas no sentido de proporem um conteúdo mais organizado e com assuntos pautados, a partir do apoio e da atuação de CC mais “preocupados com a apuração”. E isso também se configura como um movimento biopolítico da multidão, ao passo que demarca uma ação crítica, baseada em uma outra consciência, que agora não prima pela quantidade e livre participação, mas pelo discurso que passa a ser enunciado, o que demarca também “coletividade”, “comum”, “luta”. Apesar de diferente, constitui-se ainda como um sujeito coletivo que age em comum a partir da “dinâmica de singularidade”.

Nessa conjuntura de mudança percebemos a ação do poder na prática de vida das pessoas e de como a forma como essas forças vão agir depende da “tomada de consciência” dos sujeitos. No momento em que o projeto modificou sua forma de ação e propôs mecanismos de “poder sobre a vida”, estabelecendo regras e monitoramento, as pessoas “se autorizaram a agir”. Surgiu uma “resistência” que partiu do reconhecimento de que aquele não era mais o seu espaço, que “não é coisa de favela passar por um crivo de alguém”, o que resultou a mudança de CC.

Surgiu então uma nova “luta”, a partir de outros sujeitos que tiveram sua “tomada de consciência” despertada pelo atual modelo, sendo “positivo”, “estimulante”, como uma fonte de um outro e novo “conhecimento”. Em ambos os casos, acreditamos terem se conformado movimentos de “poder de vida”, de “inserção crítica”. Arriscamo-nos em dizer que, assim como Foucault expôs em suas conclusões acerca das relações de força, temos neste caso o surgimento de uma prática biopolítica a partir do poder controlador do biopoder.

Com a mudança ocorrida em 2013, o Viva Favela assumiu um novo posicionamento, tendo sua atuação mais pautada institucionalmente, com o envolvimento mais direto da administração no trabalho dos CC com suas reportagens. Anteriormente, a função desta equipe estava muito mais voltada ao acompanhamento dos CC e à manutenção do portal. As publicações e o volume de postagens ficavam mais a cargo dos usuários cadastrados, pois a

submissão de textos podia ser feita livremente pelo próprio CC, a partir de uma plataforma online, semelhante às que hospedam e formatam os *blogs* pessoais na rede WWW.

Em sua versão 3.0, em ação de 2013 a 2016, foram apresentadas mudanças que transformaram significativamente o formato do projeto. As diferenças iniciam com o *layout*, que se torna mais clássico, com a utilização de cores mais neutras. Nas figuras 12 e 13, podemos observar essa mudança, a partir da imagem dos topos das duas páginas.

Figura 12 – Topo da página inicial do VF versão 2011-2013, com sequência do texto do *banner*.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 13 – Topo da página inicial do VF versão 2013-2016.



Fonte: Acervo pessoal.

É pela página inicial do Portal Viva Favela 3.0 que iniciamos nossa observação da então nova sistemática do site. Sua formatação é simples e clara (Figura 14), sendo facilmente localizados os *links* aos quais se deseja ir e visualizadas as seções nas quais o projeto se organiza e as matérias recentemente postadas. Bem ao centro, estão localizadas as reportagens dos CC que são elaboradas a partir da conversa e da aprovação de pauta da redação do Viva Favela, passando por uma revisão antes da divulgação final. À direita das reportagens, está o menu

principal, que dá acesso aos demais espaços de publicação do site, como “Ensaaios” e “Vídeos”, nos quais estão divulgados trabalhos de fotografia e filmagens feitas por CC; “Revistas”, onde é possível ter acesso às edições da revista multimídia Viva Favela; “Agenda” e “Como participar”, dos quais trataremos na sequência; e, “Blogs”, onde os CC postam matérias livremente.

Figura 14 – Página inicial do site do projeto VF 2013-2016.

Acessibilidade
Viva Favela oferece leitor de tela para deficientes visuais

BR PETROBRAS

VIVA FAVELA
um projeto VIVÁRIO

Início
Reportagens
Ensaios
Vídeos
Revistas
Agenda
Como participar
Blogs

O que deseja procurar?
Buscar

Moradores preparam o réveillon na favela
O réveillon deste ano no Rio de Janeiro inicia as comemorações pelos 450 anos da cidade. Os moradores de muitas comunidades são espectadores privilegiados e festejam com a diversidade característica das lajes, ruas e vielas.
Alaizio Paçanha e William de Oliveira | Ysidral e Rocinha | RJ

Natal pop encanta Nova Iguaçu
Pela segunda vez, no mês do Natal, Nova Iguaçu recebe, em praças e ruas, o espetáculo Natal Encantado, com artistas da cidade: trenó, neve, duendes, personagens infantis e um Papai Noel muito diferente do tradicional bom velhinho.
Letícia Rocha | Nova Iguaçu | RJ

E nossa piscina? Ninguém sabe, ninguém viu
Depois de virar notícia por aparecer nadando numa poça de lama, um garoto de 13 anos, morador de Mangueiros, recebe do então presidente Lula a garantia de ter uma piscina na favela. Cinco anos depois, uma surpresa: o lazer é interrompido com a construção de um muro.
Framíngio Goulart | Mangueiros | RJ

Dependentes químicos lutam "só por hoje"
A cada ano, surgem novos grupos de mútua ajuda em comunidades carentes e na periferia das grandes cidades para pessoas em recuperação de vícios relacionados a álcool e drogas. Especialistas e pacientes falam sobre os benefícios do tratamento e da importância de compartilhar histórias e dores semelhantes.
Claudia Sanches | Perha | RJ

Evento reúne escritores da periferia de SP
Escritores da periferia de São Paulo discutem temas como o incentivo à produção literária e a literatura negra como forma de inclusão social. Eles realizaram seu primeiro congresso no último fim de semana, com atrações musicais e exposições de artes plásticas. O evento foi organizado pelos criadores do blog Desenrola e Não me Enrola, que divulga as manifestações culturais das periferias paulistas.
Leandro Fonseca | Jaçanã | São Paulo | SP

Os Descolados dão vida nova ao Fumacê
Com referências rítmicas de break, hip hop e funk, o grupo Os Descolados se destaca no cenário cultural do Fumacê e resgata o mais tradicional baile de Realengo, que não acontecia desde 2009. O trio se orgulha de cumprir também uma função social.
Juliana Portella | Nova Iguaçu | RJ

Um novembro para encrespar a consciência
Mapas do três setores da Brasil se reuniram através das redes sociais e formaram o

Revista
#21
COMUNICAÇÃO NA FAVELA
Editoria convidada: Raquel Paiva

Blogs
Zion promove parceria de lançamento com DVD de Thalles Roberto
Miano George
Lenine participa de evento na Vila Kennedy
Redação Viva Favela
Evento com artes e debate celebra o Dia da Consciência Negra
Redação Viva Favela
Caravana Viva Favela leva diversão à Cidade de Deus
Redação Viva Favela

Login
Nome de Usuário

Fonte: Acervo pessoal.

Esse formato estrutural é similar ao da versão anterior, no qual constavam também os *links* para divulgação de “vídeos” e “fotos”, além de “áudios” (vide Figura 12), espaço extinto atualmente. Outros destaques que fazemos com relação à nova *home* são o local onde disponibilizam o *box* para *login*, a utilização da logomarca da ONG Viva Rio e a substituição do *banner* com palavras temáticas do projeto pela logomarca do patrocinador Petrobrás (vide Figuras 12, 13 e 14).

Essas alterações, em específico, remetem-nos mais uma vez ao novo posicionamento adotado pelo projeto após mudanças realizadas, configurando um perfil comunitário que transparece ser mais institucionalizado, uma vez que podem ser visualizadas duas importantes organizações “assinando” o projeto, a Viva Rio, ONG a quem o projeto pertence, e a Petrobras, empresa nacional que auxilia a iniciativa desde 2009, juntamente com outras instituições, que ainda serão apresentadas. Trazer estas duas marcas vinculadas à sua, impõe um respeito perante a sociedade, sobre ser um projeto legítimo e reconhecido; ao mesmo tempo, transpõe uma nova responsabilidade à sua atuação, a partir de um certo “monitoramento” que as suas legitimações representam.

Já a alteração do *login* para o final da página, deve estar vinculado ao fato de preencher cadastro e estar logado não ser mais necessário para participação com publicações especiais, que compõem a página inicial, ação e “produtos” principais do VF desde 2013. Desse modo, precisa efetuar *login* apenas o CC que quiser realizar uma postagem em seu *blog* pessoal no Portal.

À esquerda da página, verificamos um destaque, com fotos e *links*, aos espaços “Ensaio”, “Agenda” e “Vídeos”; e à direita, à “Revista” e aos “Blogs”. Podemos dizer que a proposta visual do site é prática e facilitadora, possibilitando o acesso rápido aos diversos espaços pelos internautas. Isso se configura como um ponto positivo, pois contribui ao objetivo do projeto de levar informações sobre as favelas às mais diversas pessoas, até mesmo àquelas com deficiência visual, pois o site possui leitor de tela, conforme verificamos no topo da *home*, à esquerda (Figura 14).

Quanto à sistemática de funcionamento, iniciamos com o *link* “Como participar”, onde estão explicadas a dinâmica do projeto e a forma de postagem. Em um primeiro momento, conforme trecho destacado abaixo, é feito um convite de participação a moradores de comunidades e periferias, o que ratifica o fato do projeto ser voltado ao envolvimento desses sujeitos, para “contribuir com a produção de conteúdo”. Ao fazer este convite, o projeto, de certa maneira, convoca as pessoas que vivenciam a realidade considerada a cooperar com a

iniciativa, o que impõe um movimento de ação, que necessita que o primeiro passo seja dado por esses sujeitos.

*O projeto Viva Favela convida moradores de periferias e comunidades para **contribuir com a produção de conteúdo** do portal. Os correspondentes, mesmo sem formação em jornalismo, podem participar de duas formas: na seção de blogs, com **conteúdos independentes**, ou **em parceria com a Redação**, realizando reportagens remuneradas.*
(Link “Como participar”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)

Nesse sentido, o projeto está buscando “o ponto de vista das experiências de subjetivação” através do recurso da cooperação, um dos requisitados pela biopolítica. Além disso, a solicitação feita é para que seja “produzido conteúdo”, novamente remetendo à ação, ao envolvimento prático das pessoas, à “capacidade criativa e produtiva humana”, utilizando seus conhecimentos através da comunicação, outros dois recursos biopolíticos. Dessa forma, vinculando-se a aspectos que indiciam uma liberdade positiva, este convite inicial vincula-se à ideia de “produção/transformação”, juntamente com a “gestão” por parte da organização do projeto, entendimentos-chaves presentes nos Quadros 2 e 3. Ao final deste trecho, são apresentadas as duas formas principais de participação como correspondente comunitário: através de “conteúdos independentes” nos *blogs* ou em “parceria com a Redação”.

Para participar como CC é preciso preencher um cadastro (Figura 15), que solicita apenas informar nome, nome que deseja utilizar como usuário do sistema, um endereço de e-mail e uma senha, sendo o espaço “Sobre mim” retirado. Esse formulário simples e sucinto facilita a participação. Nessa etapa de cadastro, não é solicitado o aceite de termos de uso colocados pelo site, o que se diferencia da maioria dos casos na internet, e da versão 2.0 do VF. Porém, na sequência, ainda na página “Como participar”, é indicado verificar a Política Editorial do projeto.

Figura 15 – Página de cadastro como Correspondente Comunitário do projeto VF 2013-2016.

The image shows a web page for user registration. On the left, there is a logo for 'VIVA FAVELA' with the tagline 'um projeto VIVARIO'. The main content area is titled 'Registro de Usuário' and contains a form with the following fields: 'Nome: *', 'Nome de usuário: *', 'Senha: *', 'Confirmar senha: *', 'Endereço de e-mail: *', and 'Confirme o endereço de e-mail: *'. Below the form are two buttons: 'Registrado' and 'Cancelar'. To the right, there is a navigation menu with links: 'Início', 'Reportagens', 'Ensaios', 'Vídeos', 'Revistas', 'Agenda', 'Como participar', and 'Blogs'. Below the menu is a search bar with the text 'O que deseja procurar?' and a 'Buscar' button. Further down is a 'Login' section with fields for 'Nome de Usuário' and 'Senha', a 'Lembrar-me' checkbox, and an 'Entrar' button. At the bottom right, there are three links: 'Esqueceu sua senha?', 'Esqueceu seu usuário?', and 'Criar uma conta'.

Fonte: Acervo pessoal.

A participação no espaço *blog* é independente, sendo que os textos são postados sem a revisão e o acompanhamento por parte da redação do projeto. Como consta no próprio site, é um “espaço livre de expressão”, novamente indiciando a crença por parte do projeto na capacidade de produção dos correspondentes, sendo reivindicada sua biopotência. Porém, este é um ambiente de ação do projeto que acaba por ficar em segundo plano, pois o foco principal é dado às reportagens e matérias trabalhadas em parceria com a redação. Ao olharmos para a formatação da *home*, já temos indícios disso, sendo que o destaque a esses textos elaborados pelos CC é reduzido (Figura 14).

Esse apontamento é ratificado pela afirmação de representante do projeto, que em entrevista, comentou sobre o fato de os *blogs* serem mantidos por uma questão de geração de *link* para compartilhamento em outros ambientes online. Complementando esse sentido, apresentamos também trechos de falas de dois CC entrevistados, quando questionados sobre a publicação no blog.

É, às vezes fica ali do lado esquerdo [direito], quando tem muitos cliques ele aparece ali do lado esquerdo, às vezes. [...] **O blog a gente fala é mais pra gerar um link**, assim. A pessoa vê importância num link, tipo: “Aí, olha minha matéria”. Bota um link já dá outra cara. Então o blog funciona mais pra isso, gerar um link **pra pessoa compartilhar o que ela tá pensando**. (Entrevistado A)

Eu acho que **os blogs são para aquelas matérias não tão desenvolvidas** quanto às matérias em parceria com a redação, porque **no blog você pode postar o que você quiser**. (Entrevistado C)

O blog é o **tempo real**, eu escrevi, pronto, **publiquei; aí eu compartilho**. Mas não vai só meu nome, vai o nome do VF também, a notícia vem da onde, do Viva Favela. (Entrevistado E).

Essa relação do “Blog” com a oportunidade de compartilhamento é trazida também pelos CC, que relatam em suas falas o interesse em ter suas ideias e seus textos divulgados e lidos. Assim, o espaço livre dos *blogs* funciona para isso, uma vez que permite “postar o que você quiser” e em “tempo real”. O interesse dos sujeitos atuantes do VF na divulgação daquilo que pensam e escrevem sobre suas comunidades remonta a características que destacamos ao compreendermos os conceitos de empoderamento e de biopotência. Remonta à “ação” e à “criticidade” ao agirem movidos pela decisão de “compartilhar” e “lutar”; remete à “força-invenção” que detêm e à “valorização da vida”, acreditando que o que têm a divulgar sobre suas favelas pode gerar “transformação”, sentimento de pertencimento e coletividade, que podem conduzir a novas “resistências produtivas”.

Esse movimento a certo modo “libertador” é possível por não ser preciso a revisão da redação, deixando permear na sistemática do projeto a “liberdade de criar e recriar”. Isso é destacado pelo próprio VF, em texto no portal que explica sobre publicar no *blog*. É, concordando com o revelado pelos entrevistados, um “espaço livre para expressão”.

Para publicar no blog, basta criar o seu cadastro. A ideia é que esta plataforma seja um espaço livre para expressão de assuntos relacionados, direta ou indiretamente, ao local de moradia do autor ou a sua própria manifestação intelectual.
(Link “Como participar”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)

Ainda, no trecho destacado acima, verificamos uma observação quanto à temática para as matérias e publicações, cuja orientação é ser relacionada “ao local de moradia do autor”. Essa questão é devido ao próprio mote do projeto, que tem como um de seus objetivos, divulgar conteúdo diferenciado sobre as favelas cariocas e periferias brasileiras, mas também reforça um ponto trazido em nossa teoria a respeito da conscientização e da biopotência, a “valorização” e “autovalorização”.

Ao incentivar os moradores a escrever sobre seus espaços de vida e dar destaque a materiais informativos que narram de maneira exclusiva a experiência diária desses locais, o VF possibilita e potencializa o que Peter Pelbart coloca como o “trabalho vital” dos CC. Tendo como um de seus objetivos “refletir a vida das populações do universo das favelas” (PORTAL VF, 2016), o projeto valoriza e enaltece esse lugar de vivência e de experiências cotidianas

muitas vezes mal representadas. Por meio do trabalho de seus correspondentes, sua proposta comunitária organiza meios que oportunizam o “poder comum de agir”, mesmo quando condicionado à revisão e sendo uma produção aparentemente individual.

O “sujeito coletivo” surge justamente dessa ação e representação social compartilhadas, desde o projeto, passando pelos CC e chegando aos demais moradores que podem se “ver” nas reportagens e matérias compartilhadas. Isso é “falar do seu local” e representar as favelas e periferias com intimidade. Nas entrevistas realizadas, os participantes do VF expuseram esses aspectos, conforme vemos na sequência.

Tratar as favelas com intimidade é justamente isto, o cara que **tá lá dentro, que sabe o que que é**, quem é que são as pessoas, se é bom falar, se não é bom falar, é o correspondente, então tem essa **aproximação com a comunidade** através dos correspondentes, sempre. [...] Então eu acho que isso tem essa diferença, que a gente sabe, **dentro das favelas a gente sabe** apontar quem é o cara que realmente tá fazendo ou se não tá. [...] Então, tem esse lado assim das pessoas, na realidade, apontarem o que se tá vendendo e **qual que é a realidade**. (Entrevistado A)

Minha irmã trabalha em algumas comunidades aqui do RJ e aí às vezes eu pergunto “E aí, como é que tá. Tá tranquilo?” e ela fala: **“Pra quem tá de fora”**. [...] **Pra quem mora a intimidade é outra. A percepção do território é completamente diferente**, então você consegue entender melhor. [...] Porque quando você escreve o outro, quando você tá lá, você faz parte desta fatia, **com certeza uma galera imensa vai ser representada e que não é representada ultimamente**. (Entrevistado B)

Porque as pessoas querem mostrar algo de bom ou algo de ruim, pra não ficar só naquilo, pra elas sempre buscarem soluções [...] Eu acho que **a pessoa quer mostrar porque elas sempre querem o melhor** no seu dia-a-dia, **na sua vida**, e elas querem mostrar aquilo. [...] Para as pessoas também conhecerem a realidade dela, entendeu? [...] É uma intimidade, que **é mais próximo**, a aflição de um CC em sua comunidade ou ajudar sua comunidade, porque **é uma realidade que ele vive**. Então **pra ele é mais fácil ter este afeto**. (Entrevistado C)

É a verdade, o negócio **tá acontecendo**, **as pessoas estão fazendo**; e essa experiência do VF se enquadra nisso, **as coisas estão acontecendo e você tá lá** na Vila Cruzeiro onde morreu o Tim Lopes, você tá pisando naquela terra, vendo que os caras tão fazendo um projeto de economia solidária, você tá vendo que eles estão ali plantando. (Entrevistado D)

Como podemos retirar das passagens apresentadas das entrevistas dos participantes do Viva Favela, o mote do projeto, de trazer conteúdo sobre “seus locais”, destacado no espaço do site de “como funciona”, tem uma força significativa, que é compreendida e desejada pelos sujeitos que atuam, expondo cada um à sua maneira o que significa “mostrar a comunidade pela própria comunidade”. Dos trechos trazidos acima, conseguimos retirar palavras e expressões que conformam as apreensões teórico-práticas trabalhadas neste estudo, sintetizadas nos quadros 2 e 3.

Demonstram que esses CC são conscientizados a respeito das realidades que vivenciam, pois reconhecem que é diferente “estar dentro” ou estar de fora. Ao ficarem cientes e fazerem este reconhecimento, demonstram pensar criticamente as diferenças vividas e refletir sobre o que e como poderia ser diferente. Pensando desse modo, não só “a percepção do território é diferente”, mas também modifica a percepção de que as pessoas podem agir de modos diferentes ao verem que são representadas de outra maneira.

Evidenciamos uma relação com o conceito de biopolítica e de biopotência pelo envolvimento que se estabelece da prática pela prática. O que visualizamos é que a ação autorizada pelo VF, em especial no espaço independente dos *blogs*, permite representar, pela prática dos CC, as favelas e suas pessoas pelas práticas que constituem o seu cotidiano, colocando “os meios de comunicação a serviço dos interesses populares” (PERUZZO, 2005, p. 20). É relatada a “verdade”, é narrado o que “está acontecendo”, o que “as pessoas estão fazendo”, é representada a “realidade” por quem “sabe o que é”.

Este não é um processo automático e simples como pode parecer descrito aqui. Esta transformação é construída paulatinamente, a partir da ação coletiva da proposta comunitária, e provavelmente carrega a contradição de ser inconscientemente um ato consciente de “luta pela construção de um mundo comum” para e com as minorias representadas por este caso de comunicação comunitária. Assim, conforma uma prática biopolítica ao trazer à tona a “participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo”, sendo “produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns” (PERUZZO, 2005, p. 22).

Ainda sobre a sistemática de “como participar”, há também a explanação sobre como fazer parte do projeto escrevendo em parceria com a Redação, quando os CC devem enviar sugestões de pauta para a produção de reportagens publicadas na *home* do site. Para esta participação, também é necessário o cadastro no Portal, como forma de ter o registro com dados pessoais e de contato.

Para as seções Reportagens e Vídeos, cujo conteúdo é remunerado, o interessado também deve se cadastrar no site e enviar uma sugestão de matéria para pautas@vivafavela.com.br. As pautas devem abordar o cotidiano de sua localidade e podem ser realizadas em texto, vídeo ou foto. Se a sugestão de conteúdo for aprovada pela equipe, o correspondente terá todo o apoio e supervisão da Redação até a conclusão do trabalho. Ele também poderá participar, a cada três meses, da confecção da Revista Multimídia, publicação eletrônica, temática e trimestral, que funciona com a mesma dinâmica do portal (trabalhos remunerados e com supervisão da Redação).

(Link “Como participar”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)

Nessa seção, um primeiro destaque que fazemos é quanto a este conteúdo ser remunerado, ação que faz relação à liberdade negativa, uma liberdade mascarada em alguns espaços da internet, por algumas instituições. Trata-se da liberdade de criar que vai sendo travada pelo “poder de pagar para criar em rede” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 5), que se soma aos demais atos de comando e disciplina, como sistemas de controle. Ao pagar pela publicação, há um desvio da proposta no que se refere aos princípios da biopolítica, pois esta força alternativa de luta deve fazer resistência “às tentativas do biopoder de modular e neutralizar as redes de cooperação” (TRINDADE, 2008, p. 06).

Assim, o fato de pagar quando a publicação é realizada pelo CC impõe, mesmo que inconscientemente, um vínculo que se constitui por meio de uma “dominação” imposta pelo capital, historicamente estabelecida em nossa sociedade, que define um tipo de relação de trabalho onde quem paga é detentor do poder de controlar e quem recebe, do dever de obedecer, de seguir as regras. Se esta relação se estabelece em experiências comunitárias, a perda está na impossibilidade do surgimento de “novas formas de gestão da vida” e da “potência de transformação”, transformando-se em um mecanismo de “limitação”.

Percebemos um indício disso ao olharmos para a produção do projeto de forma quantitativa. O fato de as publicações serem remuneradas estabelece também uma limitação quanto ao número de textos postados a cada mês, o que pode ratificar nossa opinião acerca do “pagar para criar” se apresentar como um mecanismo de “modular e neutralizar”. Observando as postagens realizadas no decorrer do ano de 2015, contabilizamos um número médio de seis publicações a cada mês. Esse limite está vinculado ao valor mensal que o projeto tem para cumprir com estes pagamentos e a manutenção administrativa do mesmo, dentro do montante que disponibilizam.

Tabela 2 – Número de publicações mensais em 2015 no *link* Reportagens.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
07	08	07	05	05	06	07	06	06	06	10	07

Fonte: Elaborado pela autora (dados retirados do Portal VF).

Com isso, diferentemente do que ocorria na sistemática de ação da versão 2.0 do VF (2010 - 2013), os CC precisam estar atentos se o número de participações do mês já foi completado, além de verificar se sua sugestão de pauta é adequada e aceita. A proposta de pagar

pelo trabalho dos CC nos sugere uma iniciativa de preocupação e incentivo por parte do projeto Viva Favela com seus correspondentes. Contudo, frente à sua centralidade de comunicação comunitária, a forma como esse mecanismo atua nos indica a abreviação do seu espaço de poder e prática biopolítica. Ao invés de amplificarem os modos de se explorar os recursos do conhecimento, da cooperação e da comunicação promovidos pela força-invenção dos atores sociais ativos do projeto, acabam por disciplinar e ajustar suas ações por meio dessa arquitetura e seus protocolos.

Essa questão da remuneração remete ainda ao que Hardt e Negri apontam como a “expropriação do comum”, sendo privatizado aquilo que não pertence a ninguém, mas é de todos, a potência criativa, o conhecimento dos sujeitos. Esse ato de pagar as publicações, embora tenha como objetivo valorizar e incentivar o trabalho dos CC, pode conduzir a uma participação menos crítica, não direcionada exclusivamente pelo “processo de reflexão e tomada de consciência”.

Eu vejo duas formas de oportunidade, para aquele voluntário que **gosta de escrever e não quer responsabilidade** nenhuma, mas gosta de escrever e tal; e aquela pessoa que realmente gosta de escrever e quer uma responsabilidade, **quer uma “remuneraçãozinha”** que ele tá fazendo. (Entrevistado E)

Dessa forma, parece-nos que a necessária “ação inicial de decisão e criticidade intrapessoal” pode ser motivada e substituída pela necessidade econômica (que consideramos ponto importante e necessário também) ou interesse em trabalhar para receber, interferindo o processo de “liberdade de criar e recriar”. Contudo, precisamos ponderar que este dispositivo de biopoder não é exclusivamente unidirecional, sendo executado por um poder dominante e automaticamente acatado pelas pessoas. Se os sujeitos estiverem cientes de serem “portadores do trabalho vivo”, donos de suas “força-invenção” e “capacidade criativa e produtiva”, guiados pelo “agir em comum” como um “corpo da multidão”, um “corpo democrático”, podem manter a força da resistência e permanecer no comando de suas forças intelectual e afetiva, administrando sua força de vida.

Em conversa com representante do projeto, foram relatadas experiências diferentes de atuação e envolvimento. Vejamos no trecho da entrevista:

Tem um cara, Sandro Mendes, que ele escreve super bem, e ele só escreve no blog. A gente insiste muito pra ele fazer matéria pra *home*, só que ele: “ah não, não tenho tempo de ficar indo e voltando, então eu escrevo no blog”. (Entrevistado A)

No caso acima, temos um CC que demonstra ser conscientizado de sua realidade e da importância de agir com responsabilidade com o projeto e as pessoas que acessam seus

conteúdos, uma vez que reconhece “não ter tempo” para a elaboração das reportagens conforme impõe a parceria com a Redação. Com esta atitude, ele se “autoriza a agir” pela “tomada de consciência quanto a sua condição atual”, mas permanece produzindo no espaço que lhe é possível. Constitui uma certa “resistência produtiva” pela manutenção de sua “liberdade positiva”, que o mantém no comando de suas vontades, sua vida e luta, não permitindo expropriarem o seu comum.

Ao contrário desta ação conscientizada e empoderada, o fato de pagar para produzir acaba por restringir as capacidades de cooperação e de comunicação dos sujeitos, o que refletirá em não inovação e não transformação, uma vez que, como é o caso do VF, estamos tratando de uma “economia em que o valor se concentra na qualidade imaterial do trabalho, ou seja, na competência de incorporar nos processos e nos produtos informação, cultura e afeto” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 5). Essa sistemática acaba por se configurar como uma liberdade negativa, igualando-se a um “mecanismo de controle”, que busca o “ajuste dos corpos aos modos de produção determinados”.

De forma similar, entendemos a sistemática de participação que exige “enviar uma sugestão de pauta”, que precisa ser “aprovada pela equipe”. Para escrever a reportagem sobre sua experiência em uma comunidade de forma a constar na página inicial do site, ou como vídeo ou ensaio fotográfico, é preciso anteriormente sugerir o assunto à redação. Assim, o processo de tomada de consciência, que iniciou com a reflexão do sujeito e o reconhecimento de alguma realidade incômoda em seu espaço de vida, fazendo-o chegar até o VF e querer expô-la, é abreviada e interferida pelo mecanismo de controle imposto pelo projeto, a necessidade de discussão e aprovação da pauta. Dessa forma, é bloqueada a ação de criar e participar pelo mecanismo de biopoder do monitoramento. Vejamos abaixo a exposição do representante do VF:

É uma relação quase de amizade assim, porque uma vez que a pessoa quer escrever e **eles não são jornalistas, eles precisam ter alguém de confiança com quem eles possam falar, trocar ideias**, tudo. Então, pra uma matéria acontecer é um processo assim, que leva às vezes semanas, assim. **O correspondente liga ou manda e-mail falando da sugestão de pauta dele, a gente responde esta sugestão dando algumas ideias, tipo caminhos onde ele pode seguir. A gente nunca fala “não, não faz”, no máximo a gente fala “olha, tenta este outro caminho”,** mas a gente nunca desestimula [...] ele manda a sugestão, a gente responde, aí ele manda uma pré-apuração, e aí a gente responde de novo e fica nessa troca, que acontece via e-mail, telefone ou Facebook ou Whatsapp hoje em dia também, e a gente fica fazendo isso e ai depois quando ele envia a matéria, com as fotos, a gente posta no site. (Entrevistado A)

Então, tem, tipo **a palavra final agora da edição da matéria é minha**, eu que **vou dizer tá certo ou tá errado**, mas sempre tem isso de vamos negociar pra ver o que a gente pode fazer. (Entrevistado A)

Encontramos nas falas acima referências ao acompanhamento e revisão dos jornalistas do projeto e sua interferência na produção dos CC, o que torna o processo longo pelo fato de “ir e vir” à redação do projeto. Nesse ato de “dar algumas ideias” e “caminhos onde seguir”, e “dizer tá certo ou tá errado”, entendemos ser dificultada a “liberdade de criar”, sendo a produção do texto que conta uma experiência de vida, modificada por meio da interferência do saber e do fazer dos profissionais do projeto, que apresentam forte tendência à “rotinização mecânica” devido à necessidade de respeitar algumas “arquiteturas e protocolos”. Ao “tentar outro caminho”, o CC precisa modificar sua “força invenção”, e a autorização a agir que ele próprio havia se concedido é abreviada por uma cultura sobre determinada, pelo “controle/formatação”, pelo “domínio sobre”, fazendo com que a elaboração destas matérias, o principal conteúdo do site, seja resultado de ações automáticas, não apresentando a criticidade e atuação conscientizada da experiência do correspondente que a escreveu.

Também podemos identificar esse posicionamento quando retiramos das entrevistas feitas com os CC trechos que deixam transparecer, mesmo que de maneira sutil, essa interferência em seus atos de criar. Ao conduzir a mudanças na “linguagem” e no “padrão de escrita”, despontam traços que remetem o “ajuste dos corpos aos modos de produção determinados”. Ao necessitar de “uma certa aprovação pra publicar”, o CC deixa de contar os fatos e causos de sua morada de acordo com “o que quiser”, sendo suas forças intelectual e afetiva abreviadas por este monitoramento. Vejamos como isso ocorre nos trechos:

Eu ia falar a questão da linguagem, **mas a linguagem ela tem que ter um padrão de escrita**, né, você **não pode usar muita gíria**. (Entrevistado B)

Na outra você já **precisa ter uma certa aprovação pra publicar**. [...] De qualquer forma, não sendo um trabalho mal elaborado você vai ter visualizações, da mesma forma que as duas vão ter. Só que aquela vai ter mais credibilidade do que a outra, **a outra vai só lá, chegou, postou, pode postar o que quiser**. Entendeu? Você vai mais pelo seu consentimento, **a outra não, você precisa mais de aprovação**. (Entrevistado C)

O sistema de acompanhamento e revisão é também, conscientemente, reconhecido pelos CC como uma oportunidade de aprender, sendo que eles acham ser “legitimador” e “agregador de valor”. Dessa forma, o papel do profissional que sugere e revisa os textos tem um poder disciplinador e administrador que parece configurar um sentimento de segurança e confiança aos correspondentes, ao mesmo tempo em que repassa “credibilidade” ao projeto e, assim, ao trabalho e produção dos correspondentes das periferias.

Eu acho que agrega valor, legítima. É bom quando tem **um profissional do teu lado te direcionando**, tipo “oh, desse jeito que você fez acho que não fica tão legal, talvez se fizer desta maneira, o que você acha?”, né? **Eu acho que só agrega valor, só aumenta o aprendizado.** (Entrevistado B)

Então **eu acho que ajuda muito, dá mais credibilidade** ao site, ajuda bastante, além de você **ver um texto mais elaborado** do correspondente, mas não perde, **tem a mesma essência, apesar de o conteúdo ser um pouquinho mais profissional**, tem a mesma essência e valoriza mais o site. (Entrevistado C)

A gente escreve as matérias, eles editam, às vezes um pouquinho mais, um pouquinho menos, às vezes pede “ah eu queria isso, eu queria aquilo mais”, faz uma exigência mais, mas **em todas as exigências que me pediram, todas foram pertinentes.** Eu não tenho que me queixar, **é uma troca mesmo.** [...] É muito conversado, **tem isso de bom é muito dialogado.** Eu acho que faz parte do projeto, né? (Entrevistado D)

A partir disso, percebemos que esse dispositivo de biopoder, quando inserido nesse ambiente de comunicação comunitária de produção de conteúdo do Viva favela, consegue ser trabalhado como que moldado às exigências desse espaço social e cultural de ação comunitária, que convoca “compartilhamento”, “transformação”, “coletividade”. Pode ser devido a isso que os CC afirmam escrever um texto “mais profissional”, mas com “a mesma essência”, e a redação do projeto fazer “exigências”, mas como “uma troca mesmo”, sendo “muito dialogado”. Mais uma vez desvelamos indícios de um tensionamento de fato, quando biopoder e biopolítica não atuam unicamente como forças opostas ou como uma oposição negativa.

A publicação na Revista multimídia Viva Favela também passa pelo processo de sugestão de pauta, dentro de uma temática pré-selecionada, e supervisão da redação do projeto, porém apresenta ainda a oportunidade de “ação de criar e participar coletivos”. É, pois, preparada pelos participantes do projeto, seguindo o viés preconizado pela participação coletiva de mídias sociais deste cunho e pela versão colaborativa proposta pelo Viva Favela. No caso da Revista, a reunião de pauta é coletiva e ocorre por meio de um ambiente *online* de *web* conferência, em data e horário pré-determinados e informados aos CC.

*A Revista Viva Favela oferece a correspondentes de todo o Brasil a oportunidade de **conhecer melhor** não apenas o tema trabalhado em cada edição, mas também o **processual jornalístico, que envolve prática de apuração, reportagem, entrevista e pesquisa.** Os correspondentes selecionados para terem seus conteúdos publicados na revista são **remunerados** para tanto e **participam de reuniões de pauta virtuais, em que a experiência de troca e compartilhamento de informações ocorre entre editores e colaboradores de forma livre e espontânea.** (Link “Oficinas/Revista Viva Favela”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)*

Nesse sentido da participação e criação coletivos, visualizamos novamente um espaço de liberdade positiva, preconizada pela produção e transformação geradas pela coletividade.

Percebemos mais uma vez os recursos do conhecimento, da cooperação e da comunicação, remetendo à partilha de informação e ao comum. Além disso, é oportunizado, a partir desta sistemática coletiva, o “desenvolvimento de relações sociais por meio de trocas simbólicas”, características todas pertencentes às práticas biopolíticas.

Porém, assim como nas reportagens do site, na elaboração da revista Viva Favela também encontramos indícios de dispositivos de biopoder, como a orientação de editores, além das já citadas remuneração das reportagens e supervisão da redação. No trecho apresentado acima, verificamos uma referência direta ao fazer jornalístico, sendo explicado ao sujeito que busca informações sobre como produzir para o projeto, que deverá não somente escrever como e sobre o que quiser, mas primeiro “apurar, entrevistar, pesquisar” para então elaborar sua reportagem.

Há, assim, um crivo anterior e um posterior à elaboração da reportagem. Nas falas em destaque, notamos esse fazer jornalístico presente nos meandros do processo de produção.

A gente liga pro correspondente, a gente já **sabe qual é o perfil de cada um**, então, por exemplo, não vai dar uma pauta super difícil pra uma pessoa que demora um mês pra fazer uma matéria. Então a gente já sabe isso, uma hora a gente aprende. E **a gente sugere a pauta**: “Olha, vai ter tal coisa, em tal lugar, você não quer ir lá cobrir?”. Aí, em geral eles topam e fazem a matéria. E, **a gente também dá um deadline**: “Olha, isso tem que sair até tal dia porque **senão não vai fazer mais sentido**”. (Entrevistado A)

A gente vai lá, chega **na redação** e diz: “A gente têm essa e essa informação”. Aí eles chegam lá: “Vocês têm que falar com isso, isso e isso”. Então a gente chega lá, fala com o pessoal, depois pega tudo, **escreve a matéria** toda. Entrega pra ela e **ela vai e publica**. [...] Depois que você tem tudo, aí **faz o lide** e depois do lide você constrói o resto da matéria. (Entrevistado C)

Destacamos no exposto pelos entrevistados, a necessidade de uma rotina de produção, que inicia com a seleção dos CC de acordo com o enfoque pretendido nos textos e segue com sugestão de pauta, prazo para execução, relação com a redação, revisões e correções. Essas situações, como expusemos anteriormente, vêm ao encontro do que tratam os estudos sobre o biopoder, pois atuam como sistemas de “controle e de monitoramento”, limitando a independência e vigiando, estabelecendo uma “rotinização”. Contudo, da mesma forma como compreendido na produção do site, a participação de jornalistas convidados e a similaridade a rotinas jornalísticas são positivamente interpretadas pelos sujeitos atuantes do projeto.

A revista é uma coisa especial, remuneração é maior, o conteúdo é mais específico, **o CC vai ter que falar sobre aquilo** e não só sobre o que ele quer, **a gente que vai pautar eles** em geral. Então a gente procura **alguém de fora pra dar essa valorizada**, tipo assim: “Oh, tem alguém que veio editar sua matéria, olha como ela é importante”. [...] Pro jornalista de fora a gente procura **uma pessoa que seja especialista no tema**. Por exemplo sustentabilidade. O que eu sei sobre sustentabilidade, quase nada, entendeu? Então pra eu

editar uma matéria sobre créditos de carbono, eu vou editar os erros de português, sabe, agora as informações não vou saber. **Ter uma pessoa que é especializada** nisso pra fazer isso, **é muito melhor, tanto pra gente quanto pro correspondente.** (Entrevistado A)

Da revista, esta última não, mas a penúltima foi sobre sustentabilidade, então **uma jornalista de ponta**, né, falou, **estava na reunião de pauta**, então **eu acho que você estar na fonte buscando isso, incrível.** (Entrevistado B)

Mas a **relação de contribuir** eu acho que **ajuda muito**, dá **valorização mais ao site**, uma **pessoa que já é formada, trabalha na Globo.** (Entrevistado C)

Transparece novamente a ideia de esse dispositivo de biopoder gerar uma segurança para a atuação das pessoas. Ter uma “pessoa especializada”, um “jornalista de ponta”, “que já é formado” e “trabalha na Globo”, é algo que contribui e representa “valorização”; “é muito melhor”, é “incrível”.

Seguindo nossa observação e análise, destacamos o funcionamento das oficinas ofertadas para os correspondentes pelo projeto Viva Favela. Em um primeiro momento, o seu funcionamento nos traz referências a uma das centralidades do biopoder, a ampliação das aptidões para que o corpo atue como máquina (FOUCAULT, 1988). Nesse sentido, o Viva Favela “oferece também oficinas para a formação de correspondentes”, através de uma metodologia própria e premiada (VIVA FAVELA, 2014). No que tange a esta prática, Antoun e Malini apontam que, com isso, certos espaços tornam-se “capazes de mobilizar um biopoder que produz discursos, práticas cotidianas, atitudes e processos de aprendizagem que são constituídas nas máquinas participativas da internet” (2010, p. 4).

Tratamos assim, de certo “ajuste dos corpos aos modos de produção determinados e dominantes”; determinados por um saber já estabelecido e dominante por parte de um fazer institucionalizado. Esses ajustes, de certo modo, garantem também “disciplina” e “ordem”, pois o poder do saber e do fazer instituídos por um poder soberano é coordenador, atuando como um “regime geral de dominação da vida”, remetendo-nos aos entendimentos de “controle/formatação” e “domínio sobre”, que vinculamos à ideia de liberdade negativa. O trecho abaixo descreve este sistema de oficinas como um “Programa de Formação”, expressão que nos infere também o universo militar e/ou educacional, instituições disciplinares que conduzem a “arquiteturas e protocolos” (FOUCAULT, 1981).

As oficinas integram o Programa de Formação de Correspondentes do Viva Favela, que oferece cursos de jornalismo, com aproveitamento de tecnologias multimídia. O objetivo é formar comunicadores aptos a se expressarem livremente sobre temas de seu interesse e a utilizarem ferramentas como câmeras compactas de vídeo, telefones celulares, câmeras digitais de fotografia, gravadores digitais de áudio e software livre, além de explorarem o potencial das mídias sociais e da internet. (Link “Oficinas”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)

A formação permite ao projeto dar “forma” aos correspondentes, tornando-os “comunicadores aptos” a falarem sobre os temas de seu interesse, sobre os assuntos e casos de seu espaço, da sua vida. Questionamo-nos quanto à necessidade de preparação desses sujeitos para que consigam falar sobre aquilo que mais conhecem e compreendem, a sua vida. Além disso, pontuamos o fato de que para que sejam aptos a se expressarem, precisem de formação. Com isso, parece-nos que o VF acaba por permutar a oportunidade de “gestão” por “formatação”, a possibilidade de “produção” por reprodução, “ação automática”.

Apesar desse nosso entendimento acerca da configuração do programa de formação de CC, percebemos também outro caminho possibilitado pelas oficinas, que remete à liberdade positiva da coletividade e da transformação. Com as oficinas são oportunizados também o compartilhamento de conhecimento e a força da economia imaterial, pois se trata de um espaço que, ao conjugar sujeitos diferentes com distintas “forças de vida”, acaba por somar suas forças intelectual e afetiva.

O programa de oficinas é uma atividade composta por nove encontros de 4 horas cada, realizados em diferentes comunidades, conforme o interesse ou a disponibilidade de local, com uma média de 20 alunos, sem uma periodicidade estabelecida. As oficinas podem ocorrer também em parceria com outras organizações sociais ou até mesmo com profissionais da comunicação (VIVA FAVELA, 2014). A participação das pessoas é gratuita e livre a todas as idades, embora o cartaz de divulgação apresente “Basta ter entre 15 e 29 anos”. Porém, ao ser perguntado à equipe do projeto, foi-nos explicado que a limitação da idade no cartaz vinculava-se somente ao interesse de se selecionar pessoas mais acostumadas com o ambiente da internet, embora já se tenha tido a participação de pessoas mais velhas, como um senhor de 65 anos, que não atua como CC.

De acordo com o exposto pelo representante do projeto VF, a didática das oficinas é organizada da seguinte forma:

São seis aulas de **conteúdo teórico de jornalismo**, com a **linha de fundo dos direitos humanos sempre**, e três **aulas de fotografia**, que é mais educação do olhar do que fotografia técnica, o que é foto. É mais aprender a olhar a fotografia de um modo mais artístico. E aí na primeira aula é uma introdução geral do que é jornalismo e tal, na segunda aula é mais o que é lide, o que é notícia, o que é título e assim sucessivamente, cada aula

é um tópico e aí tem uma aula, que é a quarta aula, que **a gente lê a cartilha dos direitos humanos, a Declaração Universal**, tópico a tópico, e eles fazem uma matéria depois sobre um pequeno recorte, assim: “Ah, você aprendeu o que é lide, aprendeu o que é título, o que é subtítulo, **agora que você leu a cartilha, escreve um lide sobre isso** que você leu hoje”, a gente tenta intercalar assim. E aí na última aula, a sexta aula, é fotografia na teoria, como que começou, quem trouxe a fotografia pro Brasil, qual é a importância da foto pra uma matéria, tudo isso a gente discute também. **E aí, essa aula dos direitos humanos é sempre super polêmica, porque tem a galera dos “Direitos humanos para humanos direitos”, redução da maioria penal, é sempre uma aula que rende muita coisa, mas sempre é a mais legal de discutir.**

(Entrevistado A)

Com esse formato, a sistemática em questão, ao passo que demonstra traços que nos levam aos dispositivos de biopoder, também se configura como um ambiente de “valorização da vida”, de “mudança intra e interpessoal”, de “coletividade”, de “ação”, de “tomada de consciência”, de “reflexão” e de “transformação”, conforme pauta nossa teoria a respeito da conscientização dos sujeitos, seu empoderamento e sua biopotência. Ao trabalharem com o conteúdo “com a linha de fundo dos direitos humanos sempre”, as oficinas propõem aos futuros CC um olhar jornalístico, mas também biopolítico, pois está baseado nas pessoas e na vida, em uma perspectiva coletiva e crítica. Esse imbricamento pode ser visualizado nos trechos relatados pelos correspondentes entrevistados, quando solicitado falarem sobre a participação nas oficinas.

Na verdade, o que eles queriam dizer com a **fotografia** é de **modificar o nosso olhar** diante da fotografia e **que a técnica ela ficava secundária**. Então é como a gente vai olhar, sei lá. [...] Então é esse olhar de repente pro que a gente olhe e ache desnecessário, passa despercebido, então focar nisso. [...] Eu acho que **essencialmente é mudar o olhar, apesar das técnicas jornalísticas**, eu acho que é a gente **ser mais sensível pra olhar a comunidade**, então o que mudou foi isso, uma maneira mais delicada, mais suave, mais pontual talvez. **Desconstruir algumas coisas e construir outras** através do curso. (Entrevistado B)

Pra mim foi bem interessante, de bastante **crescimento na minha vida**, porque eu nem sabia o que era **pauta**. A gente aprendeu sobre várias formas de **comunicação**, sobre como **escrever um texto**, como **fazer fotos**, então a gente aprendeu **o básico de como ser um jornalista** e os meios de comunicação que a gente pode usar e **que tudo pode estar a favor da gente se saber usar**. [...] Eu aprendi bastante, eu aprendi, **fiz amigos** ótimos, **pessoas com os mesmos interesses** que eu. [...] Eu sempre gostei de ação social, depois do VF eu conheci o Favela Criativa, onde **agora eu tô fazendo o curso de formação** de agente de cultura. (Entrevistado C)

Mudou o horizonte, por que muitas das vezes **a gente sai escrevendo**, escrevendo, escrevendo e a gente às vezes **não imagina que não pode responder por aquilo**; e aí a gente passa a aprender coisa que você...**eu aprendi** muita coisa que eu não sabia, **a responsabilidade de você escrever**, a questão do **lide** da matéria; você tem uma visão, um olhar, né, porque você às vezes tá num lado, você não tá ali só para **cobrir**, mas também **pegar um furo, porque um furo de reportagem que você pega você pode se tornar**,

né? [...] O curso então nos ensina **áudio, vídeo, fotografia**, a questão da escritura, as **pautas** da matéria, como você prepara as pautas, **como você escreve a sua matéria**, as pessoas que você tem que ouvir, que **é importante ouvir todo mundo** pra que ninguém seja prejudicado. Então **a gente passa a ter ciência da responsabilidade que tem um repórter, um correspondente**. (Entrevistado E)

O que os CC nos apresentam nas suas falas é justamente esta sobreposição entre liberdade positiva e negativa, não sendo possível definirmos quando termina a questão técnica, a rotinização do fazer jornalístico repassado a eles, e onde inicia a transformação, os seus trabalhos vitais. Em meio aos aprendizados sobre fotografia, vídeo, áudio, pauta, lide, como escrever uma matéria, ou seja, “o básico de como ser um jornalista”, são desvelados outros conhecimentos, pertencentes ao “comum”, à luta e à vida desses sujeitos, “um olhar mais sensível”, “fazer amigos”, uma “mudança no horizonte”.

Ao trazermos nossos apontamentos acerca do que a prática do Programa de Formação de Correspondentes nos suscita no que tange às forças do biopoder e da biopolítica no contexto comunitário do Viva Favela, lembramos dos ensinamentos de Paulo Freire e de sua crença na importância da conscientização para o desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. Ter acesso a fontes de informação e, mais do que isso, aprender a partir de um processo de reflexão é crucial para o autor, pois é o desenvolvimento crítico das pessoas que poderá gerar transformação na sociedade. Esse é o primeiro movimento necessário ao empoderamento freiriano, que para estar completo, depende da prática.

Avançando pelos espaços promovidos pelo Portal VF, destacamos sua Política Editorial, que nos revela novos traços que suscitam à nossa compreensão certa autoridade no fazer da proposta do projeto, segundo texto do site exposto a seguir. Como já declarado, entendemos a necessidade de algumas diretrizes para que o espaço de colaboração e de troca de informações não seja invadido por meros oportunistas ou textos que, mais do que auxiliar na promoção de melhorias às comunidades apresentadas, denigram sua imagem e firam sua gente. Contudo, inquieta-nos o fato de os correspondentes não poderem expressar seus pensamentos e/ou suas experiências abertamente com um discurso que venha totalmente ao encontro de suas práticas sociais e culturais, sem interferências que possam reduzir o poder de expressão e de luta, que permeiam as estratégias discursivas destes sujeitos.

Para colaborar com o Viva Favela, por favor, atente para as diretrizes abaixo. Elas servem para orientar novos e antigos correspondentes e tornar os conteúdos do site mais úteis e direcionados à linha editorial e à abordagem que as favelas e periferias urbanas merecem! (Link “Política Editorial”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)

Estes espaços acabam por congregam uma mistura de liberdade sujeita a condições; um imbricado de biopoder e biopolítica. Uma conjugação que transita entre a tradição do como escrever imposta por instituições que seguem o padrão da mídia massiva e o alternativo criado pela força do “livre” compartilhamento na internet. Segundo reforça o trecho abaixo, o conteúdo elaborado pelos CC, moradores das comunidades e periferias retratadas pelo projeto, precisa seguir, além de alguns padrões jornalísticos, certas orientações editoriais, estando sujeito a sugestões de alteração no enfoque.

Se a sua colaboração não se relaciona diretamente com o foco do Viva Favela, pense se não seria melhor publicá-la em outro lugar. Cabe à equipe editorial do Viva Favela, nos casos omissos, a decisão final sobre se uma colaboração se encaixa ou não na política editorial. Para manter um conjunto coerente de colaborações com o tema proposto, nossa equipe pode entrar em contato com o autor de conteúdos sobre temas não relacionados e sugerir que seja feita alguma alteração no enfoque.
(Link “Política editorial”, 2014. Arquivo pessoal. Grifo nosso)

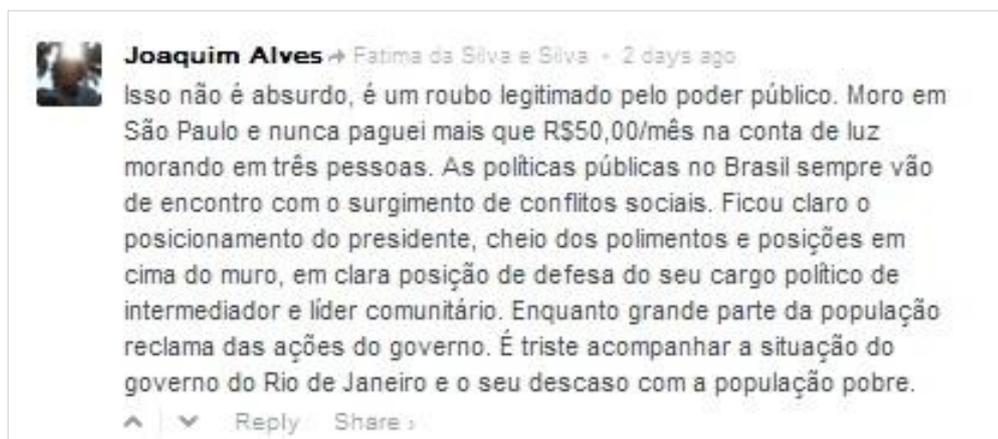
Esse controle a respeito do “encaixe” da colaboração explicitado nesses textos do portal recai também sobre os textos feitos para os *Blogs*, que não passam pela revisão anterior à postagem, mas têm suas publicações diariamente acompanhadas pela Redação do projeto, que verifica o que é divulgado para monitorar os conteúdos e seu teor. A ideia é não permitir que este espaço de participação se torne local para divulgação de questões meramente de interesse pessoal. Mesmo assim, ao ter a “decisão final sobre se uma colaboração se encaixa ou não”, impõe um “poder sobre a vida” como forma de garantir disciplina e ordem. Com isso, além de poder frustrar ou inibir (devido às exigências técnicas) a participação de algumas pessoas — como exemplo já trazido de CC que deixaram de participar após a mudança do projeto —, essas ações de monitoramento limitam a liberdade de criar e descaracterizam o espaço de usuários-produtores.

Outro ambiente do portal que precisamos considerar é o espaço permitido aos “Comentários”. A cada reportagem, foto ou vídeo enviado por algum correspondente, os demais cadastrados no site podem deixar sua opinião, crítica ou sugestão. Para Antoun e Malini, o comentário é “um dos maiores temores do biopoder online [...]. Este geralmente tem a função de revelar não somente omissões, mas as posições políticas, históricas e de classe do poder em rede” (2010, p. 10).

Os internautas usuários do Viva Favela utilizam este espaço (Figuras 16 e 17) para parabenizar e compartilhar alguns posicionamentos a respeito do que está sendo proposto pelos colegas correspondentes, configurando-se como um “terreno de resistências produtivas”, uma

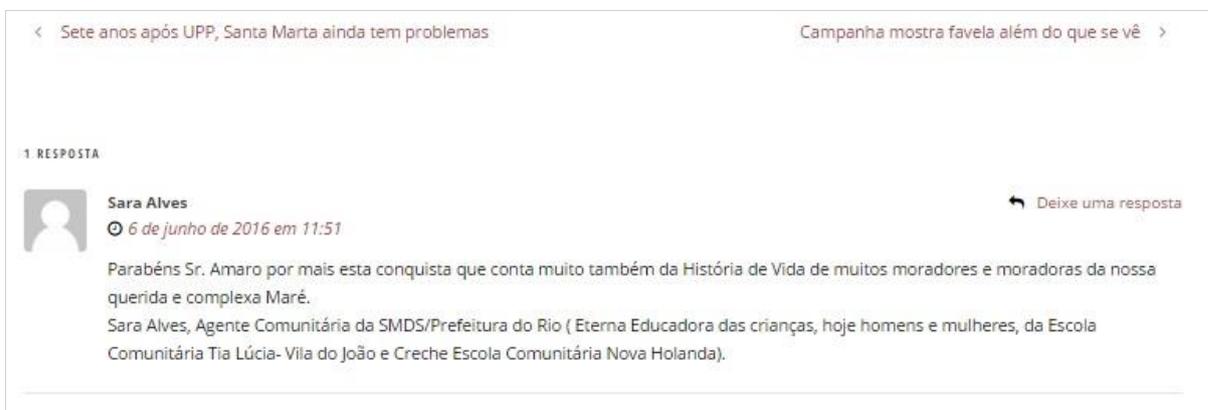
vez que ao exporem suas opiniões, os sujeitos que ali se expressam recriam e ampliam o conteúdo, amplificando também sua luta e seu reconhecimento.

Figura 16 – Comentário reportagem: “Santa Marta rejeita título de favela modelo”.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 17 – Comentário reportagem: “História de líder comunitário da Maré vira livro”.



Fonte: (Portal VF, 2016).

O ambiente para comentários abre um espaço para o envolvimento de pessoas que não atuam como CC, mas são moradores ou compartilham de alguma experiência comum e querem participar e contribuir de alguma forma. Observamos isso na Figura 18:

Figura 18 – Comentários reportagem: “Encontro mensal presta tributo a Dj na Rocinha”.



Fonte: (Portal VF, 2016).

Nos comentários expostos, localizamos um exemplo de como o trabalho promovido pelo VF gera a “produção da própria vida social”, quando Thatyanne relata vivências e práticas de seu cotidiano, sugerindo novas formas de ação a partir de sua experiência, e revela um “processo de reflexão e tomada de consciência”, quando propõe uma solução ao problema do lixo gerado.

Fica evidenciada também, a relação do conteúdo abordado pelo projeto com a realidade e o dia-a-dia das periferias e sua gente. O texto de Flávio revela seu envolvimento direto com o que é narrado e o poder da união das forças intelectual e afetiva, presentes na escrita postada, em tocar as pessoas e as autorizarem a agir. Ainda percebemos traços de coletividade, comum, luta e valorização da vida no comentário de Denise Roque, que não é moradora da referida comunidade, mas partilha sua experiência de vida em uma dinâmica de singularidade, remetendo-nos novamente ao poder comum de agir promovido por iniciativas comunitárias.

Além disso, nos comentários é possível escrever à sua maneira, como visualizamos na Figura 19, com a expressão “mlks tmj smp”, que significa “moleques estamos juntos sempre”. Este ambiente de participação não passa pelo crivo dos editores e administradores do Portal e seu conteúdo é postado no momento em que é enviado, sendo, de fato, a possibilidade de livre expressão na rede em questão.

Figura 19 – Comentários reportagem: “Os Descolados dão vida nova ao Fumacê”.



Fonte: Acervo pessoal.

Porém, este espaço de livre expressão e de ampliação das experiências contadas não é muito explorado pelos usuários do Viva Favela, correspondentes comunitários ou leitores do portal. A partir da observação nas notícias publicadas no *link* “Reportagens” durante os meses de junho a dezembro de 2015 (quando o projeto ainda estava em plena atuação), registramos 41 reportagens e apenas oito com algum comentário. Esses dados nos fazem pensar no papel dos próprios sujeitos no processo de conscientização e empoderamento que propostas de projetos de comunicação comunitária oportunizam. Não basta o trabalho dessas iniciativas sociais se não existir a participação conscientizada e crítica das pessoas envolvidas.

Então, para que possamos vislumbrar a ocorrência de uma prática biopolítica no ambiente que investigamos, é necessário que todas as forças de resistência e luta atuem juntas e na mesma direção. É preciso que todos os lados reconheçam os seus contextos de prática social e de vida e estejam cientes sobre a realidade que vivenciam e as relações de poder que sobre elas e com elas atuam, para conseguirem resistir, unir sua coletividade, e assim transformar a partir do cumprimento coletivo dos objetivos dos projetos. Estaremos, pois, constituindo um “corpo coletivo conscientizado” e atuando como tal.

No que concerne ao pouco aproveitamento do espaço de comentários para o compartilhamento de ideias e ampliação do conhecimento partilhado na ambiência do portal Viva Favela, ponderamos que esse pode, devido à sua configuração de ação, de alguma forma inibir a participação de seus usuários-produtores, ou ainda, não proporcionar suficiente alcance e, assim, acesso e visibilidade aos conteúdos produzidos e publicados. Com a mudança do formato do projeto e a redução na participação que isso gerou, o VF pode ter deixado de ser o ambiente preferido ou adequado para se tornar o “vetor de valorização e autovalorização”.

Como relatado em algumas falas dos CC entrevistados, a questão da visibilidade é destacada com certa relevância no sentido de reconhecimento e valorização:

Teve uma **mudança de um site pro outro** e aí a gente percebeu que **houve uma queda**, depois da mudança de um site pro outro, na **visualização**. Hoje eu acho que já está mais normal, mas na época quando estava reiniciando a gente teve uma queda. [...] E aí fomos buscar porque as pessoas deixaram de acessar; algumas **porque não gostou do novo modelo**, outros porque acham este outro modelo mais difícil, etc. (Entrevistado E)

E essa parte que vai **dar visualização**, essa parte que vai **mostrar** os moradores em si, **mostrar como** os moradores vivem, **pode ajudar muitas coisas**, pode ajudar no dia da gente. (Entrevistado C)

Ai tudo que eu **compartilho na fanpage do Facebook** do VF, às vezes eu compartilho lá no grupo, falo: “Oh, a foto de vocês aqui na reunião”. Aí todo mundo, enfim, isso dá um pouco de **visibilidade**. As **pessoas se sentem valorizadas**. [...] Eu acho que o blog, ultimamente ele **perdeu um pouco a visibilidade**, isso que eu falei de gerar um link, **as pessoas querem gerar um link**, mas por que eu vou falar no blog do Viva Favela se eu posso falar direto no meu Facebook? [...] Porque o blog tem **visibilidade**, ele **tá dentro do site do VF, mas se a pessoa não conhece ela não vai ter interesse em participar**. [...] Porque tem Twitter, tem Tumblr, tem Blogspot, então se eu posso fazer um Blogspot meu pra divulgar meu post porque eu vou botar dentro do blog do VF, sabe? (Entrevistado A)

No sentido de valorizar a produção do VF e, principalmente, disseminar o conteúdo acerca das favelas e sua gente, percebemos haver uma preocupação e um interesse dos CC em compartilhar e tornar suas publicações mais visualizadas. Apesar das mudanças ocorridas em sua sistemática de ação, que comprometeram o volume de participação no projeto, as pessoas participantes compreendem que ter visibilidade é necessário para ajudar na proposta de mostrar as comunidades a partir do seu próprio viés, que “mostrar como os moradores vivem pode ajudar muitas coisas”, mas que talvez o ambiente do Portal não seja o mais adequado por não ser tão (re)conhecido. Porém esse posicionamento em suas declarações lança indícios da vontade de participar pelo ideal compartilhado, almejando irem além da ação de criar, mas também ampliar a participação coletiva e desenvolver as relações sociais pelas trocas simbólicas geradas pelo VF.

Essa interação e troca não é obtida no Portal VF, mas desse movimento de compartilhamento e visibilidade exposto pelos CC, somos encaminhados para outros espaços na ambiência da internet, em especial a rede social Facebook, que conjuga um ambiente que partilha e recria o trabalho do projeto e seus colaboradores. Em sua *fanpage* (Figura 20), utiliza-se como foto de capa uma imagem que traz referência ao mote de “dar voz às comunidades” e não apresenta nenhuma relação direta de vínculo à ONG Viva Rio, relação só constatada ao ler as informações apresentadas na seção “Sobre”.

Figura 20 – Fanpage do Viva Favela na rede social Facebook, 2016.



Fonte: (Fanpage VF, 2016).

Se apontamos que o espaço de Comentários é pouco utilizado pelo público do portal VF e que ter visibilidade parece ser um ponto importante no trabalho dos CC, precisamos compreender se o compartilhamento e a amplificação de sua luta para ser vista e reconhecida pela sociedade se dá em algum outro espaço. Lançamos então, um breve olhar analítico à participação do projeto Viva Favelas e das pessoas na rede social Facebook.

Um primeiro destaque que fazemos é quanto às publicações atuais, que divulgam ações e *links* de acesso de atividades da Viva Rio ou de outras instituições e projetos sociais. Isso se deve pelo fato de o projeto Viva Favela estar com a atividade dos CC suspensa, sendo publicadas no portal algumas poucas reportagens elaboradas pelos funcionários que ainda permanecem trabalhando junto à ONG.

Visualizamos que estas publicações recentes na página do Facebook contém reduzido número de curtidas¹⁷ e nenhum compartilhamento¹⁸, com exceção de uma publicação, a única que divulga um trabalho proveniente do Portal Viva Favela. Para melhor demonstrar essa informação, trazemos na Tabela 3 dados referentes às publicações do mês de novembro de 2016.

Tabela 3 – Publicações na *fanpage* do VF no Facebook.

Data	Referência	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários
01/11	Contos da Maré	1	0	0
03/11	Campanha SOS Haiti	1	0	0
03/11	Viva Rio	0	0	0
04/11	Viva Rio	1	0	0
05/11	Vídeo no Youtube	1	0	0
09/11	Viva Rio	1	0	0
17/11	Viva Favela	7	5	1
18/11	Oficina Funk Verde	1	0	0
19/11	Viva Rio	2	0	0
20/11	Voz das Comunidades	1	0	0
20/11	Viva Rio	3	0	0
21/11	Viva Rio	0	0	0
22/11	Viva Rio	2	0	0
23/11	Favela tem Memória	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (dados retirados da *fanpage* do VF no Facebook).

Esses dados indiciam, no que tange à nossa pesquisa, que o Viva Favela tem relevante atuação frente à representação das favelas e periferias brasileiras, uma vez que o conteúdo que produz gera interesse entre os internautas vinculados à causa. Isso se confirma quando comparado o alcance de sua produção a de outras iniciativas de mesmo cunho, cujo conteúdo das referidas publicações é muito próximo ao do Viva Favela.

Essa divulgação em específico na *fanpage* gerou mais disseminação do conteúdo que grande parte das reportagens publicadas em seu Portal. Foram sete curtidas em seu próprio *feed*

¹⁷ Opção de interação disponibilizada pelo Facebook. “Clicar em Curtir embaixo de uma publicação no Facebook é um modo fácil de dizer às pessoas que você gostou, sem deixar comentários. Assim como um comentário, o fato de você ter curtido fica visível embaixo da publicação” (FACEBOOK, 2016).

¹⁸ Opção de interação disponibilizada pelo Facebook. “As pessoas podem compartilhar seus anúncios ou publicações na própria Linha do Tempo ou na dos amigos delas, em grupos ou em suas próprias Páginas” (FACEBOOK, 2016).

de notícia¹⁹; cinco compartilhamentos em diferentes *feeds* (sendo um da ONG Viva Rio), que geraram outras 28 curtidas e dois comentários; e, um comentário, que convida outros cinco usuários a verem o *link* e gera mais três curtidas. Essa repercussão pode ser observada em outras publicações no Facebook do projeto, que em quase sua totalidade, divulga as reportagens trabalhadas pelos CC.

Pegamos como exemplo a reportagem “Os Descolados dão vida nova ao Fumacê”, cujos comentários no portal VF fizemos referência, conforme Figura 19. Na página do projeto ela constava com dois comentários (em 2014, com a mudança do portal em 2016 os comentários antigos foram perdidos); no *feed* da *fanpage* são 26 curtidas e seis compartilhamentos, que promoveram mais 44 curtidas e um comentário (da CC autora da reportagem), que convida outros três perfis para conferir o *link*. Outro exemplo que trazemos é o da reportagem “Encontro mensal presta tributo a Dj na Rocinha” (referente a Figura 18), que no portal VF tem três comentários; no Facebook aparece com oito curtidas, 6 compartilhamentos (geram 79 curtidas) e um comentário (convida um perfil para ler). A Figura 21 expõe as duas publicações.

¹⁹ Espaço principal de navegação na rede social Facebook, o qual é “preenchido com atualizações de pessoas e Páginas” (FACEBOOK, 2016) que o perfil cadastrado segue.

Figura 21 – Publicações na *fanpage* do VF na rede social Facebook, 2016.



Fonte: (Fanpage VF, 2016).

Essa repercussão percebida a partir da *fanpage* demonstra uma nova forma que os usuários-produtores utilizam para gerir suas experiências a partir do seu trabalho vital no Viva Favela; configura uma prática de biopolítica ao suscitar “potência de transformação”, “conexão”, “partilha do comum”. Porém, apesar de observarmos um resultado positivo quanto ao compartilhamento dos conteúdos, no ambiente do Facebook também não ocorrem comentários, como observado no Portal VF. Dessa forma, não é exclusivamente a ambiência do projeto que interfere na atuação crítica de quem escreve e lê seus textos, conforme apontamos acima.

Talvez sejam outros fatores, relacionados a outras relações de poder, que atuem no sentido de limitar a participação, o que faz com que essas pessoas não se autorizem plenamente a agir. Ou ainda, esta repercussão mais crítica de troca simbólicas a partir das reportagens do VF se dê num nível que transpõe o ciberespaço, conformando-se em prática social nas casas e

ruas desses sujeitos. Contudo, isso é algo que necessita de nova pesquisa para ser compreendido.

Outro ponto, que demonstra relação com dispositivos de biopoder, é o grupo de instituições que auxiliam na manutenção do projeto. É um conjunto extenso de organizações (Figura 22), entre patrocinadoras e apoiadoras. Verificamos a presença de instituições vinculadas ao Governo Federal e ao campo da mídia, como a rede Globo.

Sabemos que a presença de patrocinadores e apoiadores é crucial para que organizações sociais sem fins econômicos consigam manter sua estrutura, como aquisição de materiais, pagamento de pessoal administrativo e realização de ações, e comprovamos a relevância desta relação com o exemplo do próprio projeto estudado, que desde início de 2016 está inoperante devido à não renovação de contrato de patrocínio. Contudo, pode ocorrer por meio da assinatura de contratos e/ou participação em editais de seleção, um direcionamento prático e/ou ideológico da iniciativa como forma de encaixe para obtenção do benefício.

Figura 22 – Patrocinadores e apoiadores do projeto VF 2013-2016.



Fonte: Acervo pessoal.

Essa questão fica evidenciada quando se verificam os meandros de ação do projeto e se percebe em detalhes da fala como o envolvimento de outras organizações exerce um poder, mesmo que sutil, por vezes não percebido como interferência. Vejamos as falas dos entrevistados:

Então, isso aconteceu uma vez assim, do cara **querer falar mal** da UPA do Alemão e a gente **negociou** pra ele conversar com alguém de lá, mas **a matéria saiu**. Não, não teve censura, não, **mas a gente procura ter esse cuidado** assim, se o assunto **se relaciona diretamente com o Viva Rio ter um pouco mais de cautela**. (Entrevistado A)

Aconteceu uma vez que eu escrevi uma matéria falando que, **mas eu falei diretamente também né**, era uma matéria pro blog, que o Globo e a Band tinham dado informações erradas sobre uma comunidade, que eles falaram assim: “Os primeiros prédios foram construídos [...]”, só que a comunidade nunca teve prédio, aí eu escrevi uma materinha no blog assim: “ah, tá tudo errado, nunca teve prédio, não tem nada, não tem isso”, e aí, o Xico na época falou: “**A gente é jornalista, a gente não pode ficar batendo em jornalista, ou você troca ou você tira**”; então vou tirar, sabe, não vou tipo, não vou não escrever. (Entrevistado A)

Talvez pra quem trabalhe dentro do VF, talvez eles possam falar melhor do que eu a questão do prejuízo, não sei. **Óbvio** que **quem tá patrocinando** um projeto desses **tem algumas delimitações, você não pode fazer tudo o tempo todo** porque você tem, **tá levando ali o nome de uma Petrobrás**, enfim. (Entrevistado B)

Teve uma matéria que **era uma denúncia** que eu fui fazer e não deu pra fazer **por causa das eleições**, né, que era das pedreiras. Ah, agora me lembrei, [...] era uma matéria assim de denúncia sobre as pedreiras que acabou **não podendo acontecer por conta da política**. A gente **acabou mudando o rumo da pauta**. (Entrevistado D)

Como vimos nos casos relatados, alguns temas e enfoques acabam por serem delineados de maneira diferente à proposta pelo CC e até mesmo abandonados, em função da intervenção, por vezes indireta, de instituições que “assinam” seus nomes junto ao projeto. Ao “querer falar mal da UPA” ou fazer “uma denúncia” sobre as pedreiras na cidade, os moradores estão se autorizando a agir e se dando a liberdade de criar, expressando-se a seus modos, conforme suas forças vitais sugerem. Embora seja preciso atentar às implicações que tais declarações livres possam ocasionar, um relevante resultado adquirido pode ser uma libertação pessoal e social quanto àquelas realidades vividas. Além disso, faz-se valer o princípio da democracia comunicacional encarnado pela comunicação comunitária, segundo defendem Kaplún, Beltrán e outros (PERUZZO, 2006).

Em paralelo a esse cenário, temos um contexto que nos remonta a práticas biopolíticas: parcerias comunitárias. Além das organizações que auxiliam os projetos sociais com suporte financeiro e apoio institucional, iniciativas como o Viva Favela necessitam ainda da ajuda

pontual de pessoas e associações locais. Essas parcerias proporcionam um auxílio mais imediato de realização das ações voltadas às comunidades.

A gente resolveu priorizar mais turmas com moradores das comunidades, e aí, **pra chegar na comunidade**, embora a gente seja um projeto que tenha super inserção dentro das comunidades, **a gente precisava de alguma ajuda**, né? Então **a gente fechou algumas parcerias**. [...] A gente **contratou o Eli**, que **foi nosso aluno**, no ano passado, no Complexo do Alemão. A gente percebia que era **super articulado** e tal, e aí ele **veio pra ajudar** a gente pra **encontrar estas organizações dentro das comunidades pra ajudar** a gente nesse contato. [...] E aí essas **parcerias tem ajudado** muito a gente em outras coisas assim, eles sempre tão **mandando conteúdo**. (Entrevistado A)

Como destacamos no exposto pelo representante do projeto, essas parcerias ajudam na articulação entre iniciativa e comunidades/pessoas atendidas pela sua ação. Conforma-se como outro exemplo de partilha do comum, de gestão e produção coletivas, remetendo-nos a algumas das práticas que entendemos como biopolíticas no ambiente comunitário. Com esse exercício coletivo, os sujeitos “libertam” a ação do VF a partir da união e de sua inserção para a “transformação da realidade”, facilitada ou possibilitada pela “resistência coletiva ao poder”, pela constituição de uma “unidade em meio à diversidade”.

É a partir dessa estruturação apresentada que os correspondentes comunitários são motivados a contar suas vidas a partir do que acontece em suas comunidades. Pela narração coletiva, que culmina em um acervo repleto de experiências diferentes, mas singulares, constituem um discurso sobre esses locais que proporciona aos demais conhecerem como são de fato, pela “voz” dos moradores. O que verificamos ao olharmos criticamente para essa estrutura é uma tensão entre controle e liberdade, domínio e resistência, monitoramento e produção.

O projeto Viva Favela, seus correspondentes comunitários e, até mesmo, os sujeitos moradores das periferias, atuam em meio aos tensionamentos dos dispositivos de biopoder e das práticas de biopolítica. Apesar de apresentar características que delineiam sua atuação dentro de um padrão controlado, também viabiliza oportunidades às manifestações por mudanças, às queixas por melhor infraestrutura, aos relatos de vida e às narrações de conquistas.

Sua ação colaborativa, iniciada em 2001 e readaptada em 2010 e 2013, está marcada por mudanças, as quais perpassam a estrutura técnica do projeto. Além das alterações feitas no *layout* e na forma de participação em seu Portal, o VF também modificou a forma como se apresenta. Vejamos nos textos retirados dos *links* “Quem somos”, como a iniciativa se denomina nas três versões consideradas em nosso estudo.

Assim como apontamos diferentes posicionamentos em sua sistemática de funcionamento, desde a versão 2.0 até seu último ano de ação em 2015, a maneira como o Viva Favela expõe e explica a sua iniciativa social e sua prática também sofreu modificações. Podemos antecipar que a alteração no texto de apresentação do projeto acompanha as mudanças feitas no seu modelo de atuação. Observemos o texto de apresentação do projeto, na sua primeira versão:

*O Viva Favela atua como uma **ponte virtual** entre o "asfalto" e a "favela". O site **mostra a cultura, a criatividade** das estratégias para vencer os desafios diários, o **potencial** para propor e operar mudanças sociais positivas. **Os correspondentes são moradores de favelas que atuam como repórteres, fotógrafos e produtores de conteúdo multimídia. O trabalho é feito em parceria**, e o resultado mostra que há muito mais para se contar sobre as favelas do que histórias de violência e narcotráfico. [...] Ao **estimular** que moradores de favelas e periferias **se tornem comunicadores e produzam** conteúdo retratando essas regiões de forma não estigmatizada, o Viva Favela **provoca uma visão crítica sobre a realidade vivenciada por cada um** (Link "Quem somos", 2010. Arquivo pessoal. Grifos nossos).*

No texto utilizado entre 2010-2013, o destaque está no mote do projeto de mostrar as comunidades a partir da perspectiva diferenciada de seus moradores e do que elas possuem. Na sequência, evidenciam os "correspondentes", explicando quem são e como "atuam" na produção de conteúdos informativos sobre as favelas. Essa definição, apesar de não ser mais utilizada, mantém presente a essência do projeto, como podemos observar nas falas trazidas abaixo. Os CC revelam, quando questionados sobre a relevância do VF, a participação do projeto no desejo das pessoas de "mostrar a realidade", "integrar a favela", "retratar as pessoas" e "mostrar as coisas boas que tem também", por isso "querem ser CC".

O VF é **um conteúdo**, uma ferramenta ótima pra **ajudar o pessoal da comunidade**, pra **integrar a favela com a sociedade**, pra **mostrar a realidade do pessoal que mora em comunidade**, ou **denunciar** ou melhorar a questão de vida das pessoas, **mostrando a favela em si**. [...] Eu acho que **muita gente chega** por que **quer mostrar a sua realidade** [...]. Eu acho que as pessoas **querem ser CC pra mostrar a sua realidade**, sendo boa ou ruim, pra dizer para as outras pessoas. (Entrevistado C)

Eu acho que na **autoestima das pessoas**, de **mostrar a realidade**, "o que está acontecendo aqui, olha que legal", **um lugar que só divulga na grande imprensa o que tem de ruim e você vai lá e faz uma denúncia**. [...] Se tá **retratando** que existem **pessoas que estão fazendo**, que existe uma rede social que estamos juntos, que **articula** e que consegue as coisas, e **que tem o morador da comunidade** tal e que é um artista, que é um grafiteiro, que é um pintor...é só ganho, né? Eu acho que o VF tem este mérito. [...] **Mostrar as coisas boas que tem também, denunciar as injustiças**. (Entrevistado D)

Além disso, em seu "Quem somos" de 2010, traz-se à tona palavras e expressões que concordam com o panorama da biopolítica e da biopotência (e com as falas dos CC acima),

uma vez que ao escreverem sobre a atuação dos CC afirmam que os “estimulam” a se “tornarem” e a “produzirem”, a partir do que provocam “**uma visão crítica sobre a realidade vivenciada**”, traços vinculados também aos conceitos de empoderamento e conscientização.

Após a revisão de sua forma de ação, em 2013, o projeto VF modificou seu portal e propôs relevantes mudanças ao trabalho dos CC. Como descrevemos, o projeto optou pela presença mais atuante perante os textos dos CC, tanto pelo acompanhamento de sua própria Redação, como pelo convite de profissionais do jornalismo em algumas publicações. Essa mudança é destacada também no texto que expressa o que é o projeto, sendo trazida a participação de “jornalistas”, seguida pela atuação dos correspondentes.

*Na internet, é um site cujo conteúdo é **produzido por jornalistas e correspondentes comunitários**, que são comunicadores moradores de favelas e periferias urbanas. Além do resultado de sua produção na web, o projeto oferece também **oficinas para a formação de correspondentes**. [...] **O Viva Favela é um portal de notícias** voltado para o **universo das comunidades de baixa renda e periferias urbanas**, cujo conteúdo é **produzido por correspondentes comunitários**, moradores destas áreas. Além do site, o projeto oferece um **programa de formação de correspondentes comunitários através de oficinas de capacitação para o trabalho**, com diferentes ferramentas de mídia (Link “Quem somos”, 2014. Arquivo pessoal. Grifos nossos).*

São introduzidas as “oficinas de formação”, que “capacitam” para a contribuição em seu “portal de notícias”. Diferente do exposto em 2010, a atenção está mais voltada ao que o projeto oferece em sua versão 3.0, como “notícias” e “oficinas”, do que em sua contribuição pelo trabalho com e dos CC.

Chegamos, pois, a 2016 e ao fato de o projeto ter sido suspenso. Contudo, antes ainda de sua paralização devido à saída de patrocinador e problemas na manutenção financeira, o projeto já havia passado por mais uma modificação, desta vez somente no *layout* do Portal (2015), mantendo a forma de atuação quase inalterada. Com essa mudança, é modificada novamente a apresentação do projeto, trazida no *link* agora denominado “O Viva Favela”:

***Viva Favela é um projeto do Viva Rio**, cuja experiência com atividades e propostas relacionadas ao jornalismo tem mais de uma década de história. Sua proposta central visa à **integração social**, à **inclusão digital** e a **refletir a vida das populações do universo das favelas**. Na internet, é um site cujo conteúdo é produzido por jornalistas e correspondentes comunitários, que são comunicadores moradores de favelas e periferias urbanas. Além do resultado de sua produção na web, **o projeto oferece também oficinas para a formação de correspondentes**. O portal Viva Favela é referência nacional. Criado em 2001, foi pioneiro na produção e oferta de conteúdo temático sobre favelas e periferias urbanas na internet. Ainda antes do surgimento das atuais mídias sociais, o projeto desenvolveu metodologia própria para a formação de comunicadores locais e já recebeu diversos prêmios (Link “O Viva Favela”, 2016. Grifos nossos).*

O texto foi reduzido, em comparação às versões anteriores, e a referência ao trabalho dos correspondentes comunitários só aparece mais ao final e após citada a participação de jornalistas, como era na versão 2013-2015. A apresentação inicia destacando o vínculo com a ONG Viva Rio, a relação com o jornalismo e sua história de “mais de uma década”. São expostos os objetivos centrais de **“integração social, inclusão digital e refletir a vida das populações do universo das favelas”**, única menção ao antigo mote de **“uma ponte virtual entre o ‘asfalto’ e a ‘favela’”**. Ao final, são citadas as oficinas, que formam os referidos correspondentes.

Essa apresentação mais enxuta não revela, a quem acessa pela primeira vez a ambiência do projeto e desconhece sua proposta, a abrangência de sua ação, principalmente no que tange ao envolvimento efetivo, transformador e fundamental dos sujeitos moradores das periferias como correspondentes comunitários. O destaque fica aos méritos do projeto e, por relação, à Viva Rio, bem como ao “produto” disponível por meio do *site*, as reportagens e informações sobre “favelas e periferias urbanas”. Dessa forma, não expõe no seu texto de apresentação efetivamente a resistência, a luta e a transformação; práticas que de certa forma permeiam as reportagens divulgadas.

Porém, o contexto do projeto Viva Favela em 2016 é justamente esse, de não efetivação de suas práticas de lutas e transformação, uma vez que está inoperante. As oficinas de formação de correspondentes não foram mais realizadas desde 2015, assim como a Revista Multimídia. Essa última foi substituída pela organização de eventos denominados “Diálogos”, que reuniam moradores das favelas e intelectuais convidados para discutir temas considerados relevantes.

Assim como a Revista, esses espaços oportunizavam o acesso a informações novas a partir de diferentes pontos de vistas, tendo sido discutidos assuntos como: “Drogas e Favela”, “Unidades de Polícia Pacificadora”, “Coletivos e Juventudes”, “Redução da Maioridade Penal” e “Baía de Guanabara”. Funcionando como pequenos seminários, os “Diálogos” configuravam o acesso ao “conhecimento” e à “comunicação”, proporcionando por meio da “conexão entre as singularidades”, a “reflexão” e a “inserção crítica” que são “libertadoras”.

Por meio dessa iniciativa, o VF criava um ambiente capaz de provocar “uma visão crítica sobre a realidade vivenciada por cada um”, como preconizava em 2010-2013. Além disso, esses eventos, que ocorriam na sede da Viva Rio, eram transmitidos ao vivo via Youtube, expandindo a possibilidade de informação a mais pessoas. Estamos, então, diante de um novo exemplo de prática de biopolítica na ambiência do projeto. Contudo, assim como a Revista Multimídia e as oficinas, não foi mais realizado nenhum evento desse tipo no ano de 2016.

Frente ao atual cenário, consideramos o fato de não haver mais a atuação plena dos correspondentes a sua principal perda. Ainda que não ocorressem a formação de novos CC, a promoção de outros ambientes de troca de informações e interação entre os sujeitos, a “liberdade de criar e recriar” estaria mantida e os “usuários-produtores” do ambiente virtual do Viva Favela permaneceriam atuando, continuariam seu movimento de “resistência”. Sem a participação dos CC na elaboração de reportagens para o site ou para os *blogs*, a prática biopolítica vislumbrada na experiência estudada é reduzida, deixando o espaço até então conquistado para as práticas formatadas e rotinizadoras do biopoder.

Com relação ao biopoder, compreendemos a situação enfrentada pelo projeto comunitário vinculada a um de seus dispositivos, já evidenciado na análise: o poder de pagar para poder criar. Com esse caso, constatamos o risco que iniciativas comunitárias enfrentam ao vincularem a ação de sua proposta a um dispositivo de biopoder. Com sua atuação “sobre determinada a um biopoder”, à “formatação” de “arquiteturas e protocolos”, ao “controle e administração do corpo social”, os funcionários e CC do Viva Favela não puderam permanecer atuando quando o sistema foi surpreendido por uma mudança em sua estrutura.

Conforme fomos revelando, o projeto, que responde a uma instituição organizadora e a outras mantenedoras, não era plenamente “autorizado a agir”, não sendo assim também, “detentor da possibilidade de mudar a si mesmo”. Atrevemo-nos a ponderar que talvez seus sujeitos não estivessem “inseridos criticamente” e como um “corpo coletivo” munido de suas “forças de vida”, conforme necessário ao empoderamento e à biopotência. Dessa forma, sua atuação foi bloqueada, pois o sistema de forças vinculado às “liberdades negativas” no ciberespaço do projeto de comunicação comunitária Viva Favela detinha o “controle tecnológico” e o “poder sobre a vida”.

Ao lembrarmos de sua versão 2.0, entre os anos de 2010 e 2013, na qual a atuação dos sujeitos não estava condicionada a “mecanismos e tecnologias de controle”, imaginamos que a continuidade da produção de reportagens não poderia ser interrompida pela falta de orçamento. Naquele modelo, a ação dos CC era movida por suas “capacidades criativas e produtivas humanas” e suas “potências de transformação”, inseridas em um ambiente constituidor de “liberdades positivas”.

Para completar nossa investigação e mais bem encaminhar nossos apontamentos finais, seguimos a segunda etapa da análise, quando verificamos os textos produzidos pelos correspondentes comunitários nos dois ambientes de criação disponibilizados no portal Viva Favela. A partir da análise das práticas discursivas realizadas pelos CC, buscamos reforçar nossa compreensão sobre como a ação comunitária pode se conformar de acordo com os

poderes imbricados e sobre como as forças da biopolítica e do biopoder agem sobre as práticas sociais.

4.2. Estudo da ação do tensionamento entre biopoder e biopolítica no portal Viva Favela a partir das estratégias discursivas nas publicações dos Correspondentes Comunitários

Para esta etapa da análise, voltamos nosso olhar analítico ao estudo das práticas discursivas dos correspondentes comunitários em seus textos elaborados para publicação nas seções “Reportagem” e “Blog” do portal Viva Favela. Optamos por associar esse procedimento metodológico como forma de complementar nossa investigação acerca das possibilidades de empoderamento em um ambiente comunicacional comunitário, reconhecendo que este atua no tensionamento de forças entre disciplina e resistência.

De acordo com o que observamos no item 4.1, a proposta de ação do projeto VF conforma um imbricado de práticas biopolíticas e dispositivos de biopoder. A partir do estudo da ação do tensionamento entre biopoder e biopolítica nas estratégias discursivas em reportagens dos CC, entendemos ser possível reforçarmos nossa compreensão a respeito das mudanças na atuação dos sujeitos de acordo com as relações de poder presentes. Por isso a análise da participação nos dois espaços: seção Reportagem, que conjuga aspectos mais voltados a uma “liberdade negativa”; e, seção Blog, que se apresenta mais nos moldes de uma “liberdade positiva”.

Verificando registros de postagens no portal (Anexos 1 e 2), no período de janeiro de 2014 a novembro de 2016, evidenciamos que a participação dos CC nos dois ambientes de ação do projeto se dá diferentemente. De modo geral, há correspondentes que publicam somente na página principal, com textos revisados pela redação e remunerados, e há alguns que postam exclusivamente no *blog*. O número de publicações na seção Reportagem (176) é superior que na seção Blog (121), bem como o número de correspondentes comunitários atuantes, que é também mais diversificado no primeiro espaço citado²⁰.

Essa diferença pode vir associada a diversas questões, como já apresentamos na análise da sistemática de ação do projeto. O fato de a seção Reportagem ser o foco principal do projeto

²⁰ Pontuamos estar cientes das diferenças técnicas entre os termos “reportagem” e “matéria”, frente ao gênero jornalístico. Contudo, optamos pela utilização dos dois termos, incluindo ainda “textos”, como forma de não se tornar repetitivo na elaboração de nossa escrita, bem como não gerar confusão quando feita referência à seção do portal “Reportagem”. Além disso, o próprio Viva Favela faz uso dos três termos quando em se tratando do conteúdo disponibilizado na ambiência do projeto.

na versão 2013-2016, do acompanhamento da Redação do VF na produção das matérias e do pagamento por publicação realizada, são os principais fatores para esses números mais altos. O espaço Blog acaba por ser utilizado apenas por CC que não têm disponibilidade de tempo para realização de reportagens mais apuradas, para postagens com temáticas mais gerais ou não aprovadas como pauta pela Redação, ou ainda, para participação de alguns CC que não aceitam o formato estabelecido a partir de 2013.

A maior parte dos textos divulgados é produzida pela própria Redação do projeto ou por CC que trabalha em sua administração/redação, isso tanto no *link* Reportagem, como *Blog*. Porém no *blog* há registro de duas postagens recentes feitas por CC, em novembro de 2016, enquanto na página principal, a última publicação de correspondente externo à administração do VF foi em março de 2016.

Para que seja possível observarmos como podem atuar os poderes estudados na participação dos sujeitos do projeto, julgamos adequada a análise comparativa de publicações de mesmo correspondente comunitário nas duas ambiências que promovem sua prática. Como a maioria dos CC posta ou só na página principal, ou só no *blog*, são encontrados apenas dois correspondentes com participação em ambos ambientes. A análise deteve-se, então, em estudar quatro textos de cada um. Como um dos correspondentes selecionados (CC2) tem apenas uma reportagem publicada na seção Reportagem e as demais na seção Blog, totalizaram-se sete textos à investigação.

Com a observação desses exemplos, apontamos semelhanças e diferenças em suas práticas discursivas e como essas concordam ou não, com as práticas sociais compreendidas no estudo da proposta de ação do projeto. No quadro 4, apresentamos os textos investigados, que foram escolhidos aleatoriamente entre as publicações dos dois CC selecionados, no período considerado de janeiro de 2014 a novembro de 2016.

Quadro 4 – Textos dos CC analisados discursivamente.

	REPORTAGEM	BLOG
CC 1	Rocinha vive rotina da violência (TR1-CC1) Publicado em 14/11/14	Bala perdida acha jovem de 21 anos na Rocinha. Ela deixa marido e dois filhos (TB1-CC1) Publicado em 27/01/15
	Hip hop como instrumento para a redução de danos (TR2-CC1) Publicado em 29/09/15	Amanhã na ALERJ, será votado o projeto de lei que põe fim à revista íntima manual nas visitas dos presos no estado do Rio (TB2-CC1) Publicado em 09/03/15
CC 2	Corrida homenageia Martin Luther King (TR1-CC2) Publicado em 29/11/15	Complexo do Alemão pede paz (TB1-CC2) Publicado em 14/04/15
		Família Cohab City grava primeiro DVD na Zona Norte (TB2-CC2) Publicado em 17/11/15

Fonte: Elaborado pela autora.

Utilizamos as abreviaturas TR-CC como forma de identificação dos textos estudados no decorrer da análise. Dessa forma, TR1-CC1 significa “Texto Reportagem 1 do correspondente comunitário 1”, e TB2-CC2 “Texto Blog 2 do correspondente comunitário 2” e assim por diante. Os textos podem ser conferidos na íntegra nos Anexos 3 a 9.

Os dois correspondentes autores dos textos analisados estão entre os que atuam no projeto há mais tempo. A maioria dos CC têm poucas participações, concentradas de dois a três meses (provavelmente seguintes à participação nas oficinas de formação), com exceção daqueles que são também integrantes da administração do projeto e que publicam quase que exclusivamente na seção “Reportagem” (vide tabelas dos anexos 1 e 2).

O CC1 atua no VF desde 2011, inicialmente com postagens apenas para o *blog*. Quando passou a integrar a equipe de comunicação na ONG Viva Rio e, mais tarde, a trabalhar na administração do Viva Favela, começou sua participação com reportagens em parceria com a redação, em 2013. Por sua vez, o CC2 integra o projeto desde 2013, com postagens apenas para a seção Blog e escreveu um único texto à seção Reportagem em novembro de 2015, após dois anos de participação no projeto. Há tanto tempo quanto esses dois CC (desde 2013) e que permaneceu atuando até março de 2015, encontramos apenas mais um caso, que escreveu exclusivamente no espaço *blog*.

4.2.1 Estudo das estratégias discursivas na seção “Reportagem”

Iniciamos essa etapa do estudo com a análise dos textos do CC1, que pelo tempo que atua no projeto, presenciou algumas das transformações no decorrer dos anos. Sua maior incidência de textos recentes está nas reportagens pagas, que são veiculadas com orientação e correção da Redação do VF, mas ele também apresenta relevante atuação com postagens independentes à seção Blog.

A reportagem “Rocinha vive rotina da violência” (TR1-CC1. Anexo 3) foi publicada no dia 14 de novembro de 2014, na seção Reportagem do portal Viva Favela. Trata de um texto bem elaborado, com boa correção ortográfica e com certo tom poético, que conta um pouco da realidade de perigo e violência que os moradores de favelas como a Rocinha enfrentam, desde o processo de pacificação. O texto não é extenso e não apresenta depoimentos e referência direta a outros moradores. Na reportagem são utilizadas duas fotografias de apoio, uma de autoria do próprio CC1 e outra reproduzida a partir de publicação na rede social *Facebook*.

O segundo texto (TR2-CC1. Anexo 4) na seção Reportagem foi publicado em 29 de setembro de 2015, intitulado “Hip hop como instrumento para redução de danos”. Assim como o anterior, está escrito com adequada correção da ortografia, não é extenso e apresenta quatro fotos que compõem a reportagem. Essa publicação feita quase um ano depois do TR1-CC1 conforma um formato mais jornalístico, com percebida impessoalidade e não apresentando diretamente a opinião do enunciador. Traz depoimentos à construção do fato relatado e está organizado em duas seções. A diferença entre os dois textos é percebida já no primeiro parágrafo de cada um.

EXEMPLO 01

Moro na Rocinha há 43 anos e nunca **ouvi** tantos tiros diários desde a guerra vivenciada em 2004, com a disputa de facções rivais. O tiroteio voltou a fazer parte da rotina de uma das maiores favelas do Brasil. **Sei que isso não acontece só na Rocinha, porque leio os jornais e acompanho os relatos de moradores da Maré, do Alemão e de outras comunidades** consideradas “pacificadas”. (TR1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 02

O evento “Hip Hop é Redução de Danos” teve sua 6ª edição no último sábado, dia 26, na Rocinha. Um dos objetivos do encontro, que é encabeçado pela Secretaria Municipal de Saúde, é desmistificar a questão do uso excessivo de drogas dentro das comunidades e ainda apresentar os serviços disponíveis para moradores que estejam passando por este problema. Esta mostra contou com mais de 200 participantes. (TR2-CC1)

Como observamos, a primeira reportagem inicia com o posicionamento do enunciador, que se coloca como pertencente ao contexto vivido e contado. Na segunda, é apresentado de

forma resumida o evento que compõe o fato que é noticiado na reportagem, funcionando como um lide, conforme os moldes do jornalismo.²¹ Essa diferença pode estar vinculada aos temas que são tratados em cada reportagem, sendo o TR1-CC1 não relacionado a um fato em específico, mas sim à realidade vivenciada pelos moradores da Rocinha, enquanto o texto dois expõe um evento que aconteceu na favela. Esse modo diferente de escrever vai permear toda a extensão de ambos textos.

Iniciamos destacando os tipos de processos escolhidos pelos enunciadores para significar o processo real que é contado, analisando o aspecto da transitividade. Conforme Fairclough (2001) expõe na obra “Discurso e mudança social”, ao percebermos os tipos de processos presentes nos textos enunciados, podemos localizar casos de ação, de relação, de evento ou mentais. “Existem processos e participantes na realidade, animados e inanimados, e existem processos e participantes na linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 223).

Nesse sentido, percebemos em TR1-CC1 a utilização predominante de processos de ação dirigida, quando é possível identificar o agente que realiza algo em direção a um objetivo. Colocando-se de forma direta, o enunciador posiciona-se claramente como alguém que vivencia o que está sendo relatado, ao passo que utiliza como sujeito de suas orações a primeira pessoa do singular (eu) em grande parte das frases, com referências também à primeira pessoa do plural (nós), ampliando a experiência a mais pessoas, mas se mantendo incluído.

Verificamos esta forma de discurso voltando ao exemplo 01, quando o CC1 é agente (‘eu’) de “morar”, “ouvir”, “ler”, “acompanhar”. Na sequência da reportagem, o CC1 posiciona-se também como agente de “acordar”, “querer”, “aprender”, “ver”, “presenciar”, “dormir”, “tentar”. Essas ocorrências do correspondente comunitário “participando” da reportagem como agente integrante dos processos de ação remetem-nos à revisão teórica e aos traços que verificamos à possibilidade de conscientização e empoderamento (Quadros 2 e 3) no ambiente comunicacional comunitário, como “ação”, “tomada de consciência”, “coletividade”, “comum”.

Ao optar por este tipo de processo no que se refere ao aspecto da transitividade no discurso, o sujeito/enunciador/CC posiciona-se e deixa marcas de uma orientação ativa, pois sua reportagem significa o processo real “como ações com agentes responsáveis” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 225). Além disso, essa estratégia discursiva coloca o correspondente

²¹ O lide (*lead* no original inglês) trata de termo técnico do jornalismo que faz referência à primeira parte de uma notícia e fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo da mesma. É considerado elemento indispensável à funcionalidade do texto jornalístico e deve responder às perguntas clássicas quanto ao acontecimento noticiado, o quê, quem, quando, onde, como e por que.

comunitário e os moradores da Rocinha em posição de “voz ativa”, o que marca a sua presença no discurso e não um ofuscamento, conforme certos posicionamentos ideológicos e políticos e gêneros discursivos exigem. Não há neste caso, a transformação do agente em objeto (FAIRCLOUGH, 2001).

E esse posicionamento é aprovado e apoiado pelo projeto Viva Favela, uma vez que a matéria elaborada pelo CC1 passou pela revisão e correção da redação, que publicou o texto com essas características. Delineiam, assim, marcas de “liberdade positiva”, pois é permitida a “gestão/administração”, a “produção/transformação” e a “resistência”. No conjunto, “essas alternativas podem ser um foco de luta política e ideológica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 225), sendo ratificadas tanto pelos correspondentes, como pelo projeto comunitário.

Ainda referente ao exemplo 01, destacamos a forma como é feita a abertura do texto, “Moro na Rocinha há 43 anos [...]”. O CC1 inicia seu discurso com uma oração de ação dirigida que anuncia explicitamente uma identificação, “eu sou morador da Rocinha”, fortalecendo desde o princípio o vínculo do enunciador com a realidade ali expressa. Esse tipo de referência é novamente percebida na reportagem, quando o CC1 traz: “[...] helicópteros dando voos rasantes pelas **nossas lajes**”; “Ao andar pelas ruas da **minha comunidade** [...]” (TR1-CC1). Com essas estratégias discursivas são reafirmadas as marcas de “tomada de consciência”, “coletividade” e “valorização da vida”, que dão pistas à constituição de um “corpo coletivo conscientizado”, oportunizado pelo ambiente do projeto mesmo com uma ação sob coordenação.

Outro tipo de processo presente no discurso que narra a experiência do CC1 e demais moradores das comunidades no TR1-CC1 é o processo mental, que pode ser expresso como cognitivo, perceptivo ou afetivo, trazendo à tona no discurso “aquele que sente” e um fenômeno que é sentido (FAIRCLOUGH, 2001, p. 224). No exemplo exposto acima (Exemplo 01), o CC1 mostra estar ciente da realidade e de que esta não é exclusiva de sua comunidade, ao utilizar o verbo “saber”, que remete a um processo mental cognitivo amparado pelas ações críticas de “ler jornal” e “acompanhar os relatos de moradores”. Com isso, percebemos sentidos de “libertação a partir da reflexão e da ação coletiva”, bem como de “inserção crítica para transformação da realidade”. Abaixo, estão mais exemplos de processos mentais enunciados na reportagem.

EXEMPLO 03

Sinto minha casa tremer com a passagem dos helicópteros dando seus voos rasantes pelas nossas lajes. Graças a Deus não houve uma tragédia maior. **Não quero imaginar** o que aconteceria se um deles caísse em cima das casas. (TR1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 04

Eu presenciei uma cena que **me lembrou** as imagens da guerra no Iraque: uma moto pegando fogo no centro da Rua 2. (TR1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 05

O medo se instaurou na Rocinha e os moradores estão indignados com a falta de paz. **Só nós sabemos** os riscos que convivemos todos os dias. (TR1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 06

Fico me perguntando o porquê de tanta desigualdade. Durmo sem luz e acordo sem água no meio do tiroteio. **Tento entender** o motivo da violência. (TR1-CC1. Grifo nosso)

Verificamos a recorrência ao uso do processo mental na elaboração da reportagem. Essa estratégia discursiva pode estar vinculada ao tom “poético” dado ao texto, uma vez que se trata de um relato pessoal sobre o que o CC1 vive diariamente. Entendemos a utilização do processo mental como relevante marca de que práticas biopolíticas são possíveis em meio a dispositivos de biopoder e estão sendo articuladas pelos correspondentes comunitários e projeto estudado, pois demonstram “poder de resistência”, uma “forma de gestão da vida”, “análise crítica do ponto de vista das experiências de subjetivação”, “resistências produtivas”, entre outros aspectos já estudados.

Por seu turno, o TR2-CC1, que apresenta um evento de *hip hop* ocorrido em setembro de 2015 na favela do CC1, a Rocinha, trabalha o aspecto da transitividade de forma diferente, modificando o agente das ações expostas. Nesse texto são verificados também estratégias linguageiras de ações dirigidas, porém com uso da voz passiva sem agente, sendo o objeto colocado como sujeito e assim, ofuscando de certa maneira os agentes.

EXEMPLO 07

O grafiteiro Wark, que grafitou o painel durante o evento, conta que esta é **uma ação** que ele tem muito carinho, já que o hip hop **contribui para o resgate dos usuários de drogas**. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 08

Ainda para Wark, **estes encontros** deveriam se estender também a outras comunidades, já que **muitas delas ainda são carentes de mobilizações** deste tipo. “São **eventos como este que conscientizam a juventude**. O envolvimento dos jovens com as drogas infelizmente tem crescido, mas não devemos parar de tentar **resgatá-los**, pois a cultura é o que conscientiza e salva. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 09

Já o cantor Luiz Rodrigues da Silva, conhecido como OZ, diz que para ele é fundamental fazer **este trabalho social** e apoiar o Grupo Break Consciente da Rocinha (GBCR) que há mais de 15 anos **trabalha com este apelo**. “Eu sei que **as coisas só mudam se a gente conscientizar**, pois todos sabem que a cocaína, o álcool e as demais drogas fazem mal, mas as pessoas têm curiosidade e, depois que entram ficam com dificuldades para sair. Mas **isso**

não acontece só na Rocinha, essa é a realidade de qualquer comunidade do Brasil e do mundo”. (TRP2-CC1. Grifo nosso)

É utilizada uma forma de transitividade categórica de voz passiva, quando ela não é expressa explicitamente (FAIRCLOUGH, 2001), tanto na elaboração do CC1, como nas falas selecionadas de entrevistados. Nos exemplos trazidos acima notamos o fato de o evento de *hip hop* ser destacado como agente, definido como “ação”, “encontros”, “eventos” e “trabalho social”, por meio do qual os moradores da favela Rocinha “podem ser resgatados” e “conscientizados”. Com o uso dessa estratégia discursiva, o foco da reportagem não é direcionado às pessoas e suas ações, mas sim ao evento que é relatado. Essa estratégia discursiva faz com que o evento relatado seja utilizado como agente no processo de transitividade utilizado, o que o coloca no lugar de atuar em direção ao objetivo de “contribuir”, “mobilizar”, “resgatar”.

Os sujeitos da comunidade são referenciados e a informação de relevância é disponibilizada a quem acessa o texto, mas a forma como isso é exposto demonstra não estar sendo retratada a voz da comunidade ou a perspectiva de seus moradores, e sim a voz de alguém que apenas informa sobre. Além da escolha por esse tipo de processo, outra estratégia linguageira que deixa traços de uma voz diferente ser referenciada, é o uso de nominalizações, ou seja, quando os processos são tornados “nomes”, fazendo com que o enunciador fique em segundo plano devido a um afastamento estabelecido (FAIRCLOUGH, 2001).

EXEMPLO 10

“É interessante passar uma mensagem e é legal porque o evento é gratuito e mostra um pouco do trabalho do **CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)**, além de apresentar melhor o que é a **redução de danos**”, diz ele, referindo-se ao **programa de políticas** cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de **drogas psicoativas** em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas. Este programa vem sendo desenvolvido no CAPS da Rocinha há cinco anos. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 11

O CAPSAD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) Centra Rio, que **opera no âmbito estadual**, também esteve no evento com apresentação do teatro de bonecos e participação nos debates e **ações de promoção da saúde**. Segundo a psicóloga Carmen Lúcia Feitosa, que é **Articuladora de Saúde Mental da Coordenação de Área Programática 2.1 (CAP 2.1)**, o evento significa também a **integração da rede** que trabalha com o tema. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 12

“Hoje esse evento é a consolidação da unidade de todos estes parceiros, demonstrando que a **saúde mental** não é mais dividida. Nós orientamos sobre o que fazer quando a pessoa busca um auxílio, quando ela não consegue mais ter controle de sua vida após ser **usuária de drogas**”, explica. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 13

Ela fala também que este trabalho ajuda a **ver o paciente em sua integralidade**. “Os CAPS são unidades especializadas em **saúde mental** para tratamento e **reinserção social** de pessoas com **transtorno mental grave e persistente**. Os centros oferecem **atendimento interdisciplinar** composto por **equipes multi profissionais** que reúnem médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas”, **enumera**. (TR2-CC1. Grifo nosso)

Nos exemplos 10 a 13 observamos o uso da nominalização com frequência, quando são utilizados os termos “redução de danos”, “drogas psicoativas”, “integração da rede”, “saúde mental”, “transtorno mental grave e persistente”, “equipes multi profissionais”, entre outros. Eles remetem ao contexto médico e científico, afastando o universo da vivência na qual o evento de *hip hop* ocorre.

Essas estratégias revelam traços de uma significação que segue “arquiteturas e protocolos” no momento da escolha do tipo de processo, indicando que este texto reproduz uma voz que informa mais do que envolve e sensibiliza a agir e refletir, uma voz jornalística em detrimento da voz da comunidade. As referenciadas arquiteturas seguidas são percebidas também quando observada a estruturação dos textos da seção Reportagem, que no caso do TR2-CC1 e do TR-CC2 apresentam um subtítulo, que reorganiza as informações trabalhadas, o que não ocorre em nenhum dos textos da seção *Blog* analisados.

Além disso, nas reportagens revisadas pela redação do VF as imagens são centralizadas, todas acompanhadas de legenda e informada fonte quando não do próprio autor; enquanto nos *blogs* as imagens aparecem sem padrozinagem, legendas ou fontes. Essa questão nos remete ao ponto de mudança na atuação dos CC a partir dos mecanismos de monitoramento e correção, que no caso estudado podem explicar essas diferenças de escrita e posicionamento entre os textos de ambas seções.

Conduzido por esses “ajustes” e “determinações”, o CC1 propõe em sua reportagem uma inserção dos sujeitos, mas não uma “inserção crítica” de fato. Revela mais o “poder sobre a vida” frente às questões discutidas pela reportagem, que o “poder de vida” das pessoas envolvidas. Os sujeitos são trazidos ao texto para “dizer”, “explicar”, “enumerar” as questões que são levantadas a partir do pano de fundo da ação realizada na comunidade, com exceção à exposição da fala de uma moradora, que relata sua experiência e agradece por ser atendida pelos profissionais e serviços do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O destaque, assim, fica à atuação do CAPS e, por consequência, à Secretaria Municipal de Saúde e à Prefeitura do Rio, conforme o último parágrafo da reportagem ratifica.

EXEMPLO 14

A **Prefeitura do Rio** conta com 13 Centros de Atenção Psicossocial, seis Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e sete Centros de Atenção Psicossocial Infantis (CAPSi), totalizando 26 unidades especializadas próprias. Outras três sob gestão estadual e federal completam a rede de 29 CAPS dentro do município do Rio de Janeiro. (TR2-CC1. Grifo nosso)

O que o estudo da transitividade nesses primeiros textos observados nos evidenciou é novamente o tensionamento entre biopoder e biopolítica. Enquanto o primeiro texto da seção Reportagem do CC1 trouxe as pessoas envolvidas com a narração e o próprio enunciador referido como agente dos processos, o segundo os omite, dando maior relevância ao fato e às instituições envolvidas. Contudo, por se tratar do espaço no qual a produção dos CC é submetida à sugestão de pauta e à revisão da redação, é compreensível a utilização de estratégias linguageiras com certo nível de omissão e afastamento dos agentes, uma vez que existe uma relação estabelecida com o fazer jornalístico.

No que tange ao estudo do tema, de acordo com a proposta de análise crítica de Fairclough (2001), buscamos inferir qual estrutura é dada à informação apresentada para compreensão dos possíveis sentidos ideacionais. Como já exposto no capítulo metodológico, esta categoria é analisada a partir da observação do que é posto no começo e no final das orações, demarcando pressupostos que por vezes não são deixados explícitos e revelando marcas de sentido do que o enunciador quis dizer (FAIRCLOUGH, 2001).

Assim como já observado no TR1-CC1 com relação à transitividade, a questão do uso da primeira pessoa (eu, nós) no começo das frases demarca também uma estratégia retórica que aproxima os leitores da realidade contada por meio de uma estrutura temática que expressa acolhimento, envolvimento, conhecimento e compartilhamento de sentimentos em meio aos relatos (Exemplos 01, 03, 04, 05 e 06). Essa estrutura transforma a reportagem em um depoimento convincente, deixando leve o tom de denúncia que há nela, o que nos revela “resistência”, “luta”, “conexão entre as singularidades da multidão” em sua prática biopolítica de “criar, recriar e participar”.

“Fazer dos elementos temas marcados é uma forma de pô-los em primeiro plano” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 228), desvendando-nos ser posto em primeiro plano aqui o sujeito da oração que age, as pessoas, o “eu” em sua coletividade de vivência, que experiencia o “comum”, um “poder comum de agir”. Ao utilizar essa estratégia discursiva, o correspondente comunitário não está somente aproximando-se dos leitores que compartilham com ele essa realidade, mas também dos enunciatários “do asfalto” ao colocar como informação dada o fato

de que nas comunidades das quais quase só se conhece violência e criminalidade, também existem pessoas, brasileiros. Estamos tratando de biopotência, do “poder de vida”.

Contudo, violência, criminalidade e perigo também entram em jogo quanto às estruturas temáticas da reportagem, iniciando pelo título “Rocinha vive rotina da violência”, que enfatiza certa relação do local (favela da Rocinha) à situação de risco constante (violência). E esse tema permeia por todo texto, sendo intercalado à temática pessoal (eu/nós), num imbricado de pessoas e medo, vida e morte.

EXEMPLO 15

Esta semana fez três anos que a Rocinha foi ocupada pelas forças de pacificação ao mesmo tempo em que completa uma semana de **violência**. **Todos os dias** foram marcados pelo medo dos intensos **tiroteios**. **Não é fácil** viver no meio de uma **guerra travada como essa**. (TR1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 16

Eu aprendi que quando os tiros diminuem, o **perigo aumenta**. **Essa é a hora** em que o morador da favela sai de sua cama, ou de seu abrigo, achando que a situação acalmou... mas quando se está despreocupado, o **piores acontece**. Já vi conhecidos serem atingidos por causa dessa falsa sensação de paz. **Para se andar** pelos becos e vielas da favela é preciso estar com o alerta ligado todo tempo, independente de o céu estar repleto de estrelas ou infestado de **balas traçantes**. (TR1-CC1. Grifo nosso)

Acima, encontramos exemplos do que expomos quanto à estrutura temática que apresenta a violência diária como característica ao contexto narrado, de “guerra travada”, “perigo”, “balas traçantes”, onde o “piores acontece”. Além disso, percebemos também referências ao tempo como tematização, reforçando o sentido dado à “rotina” vivida, apresentada já no título. O CC1 expõe que a realidade da Rocinha, por ele representada, é de persistente tensão entre polícia e criminosos, entre moradores e seu dia-a-dia. Isso fica ratificado pelos temas que utilizam marcadores temporais do presente e de continuidade de ação, como “esta semana”, “todos os dias”, “essa é a hora”.

Essa estrutura temática marcada pela violência ocorre também no texto do CC1, publicado em seu *blog* no site do VF, que será analisado na sequência, intitulado “Bala perdida acha jovem de 21 anos na Rocinha. Ela deixa marido e dois filhos”, além de ser tema recorrente em reportagens e publicações de outros CC. Já a segunda reportagem analisada do CC1, que aborda sobre evento de *hip hop* realizado na comunidade da Rocinha, revela um outro contexto de violência, não o demarcado como uma guerra e com balas, mas dependente de certa forma dele, a drogadição, o “uso excessivo de drogas dentro das comunidades” (TR2-CC1).

Concordando com a estratégia discursiva da transitividade, a estrutura temática desvendada nessa reportagem do CC1 também evidencia o fato narrado, trazendo ele como

informação dada no começo das estruturas frasais e confirmando a aproximação com o fazer jornalístico. Ao tematizar o evento, os enunciadores demarcam a maneira como será estruturada a informação, colocando-o como agente dos processos de ação enunciados e assim, apresentando os objetivos e as responsabilidades vinculados a ele.

EXEMPLO 17

O evento “**Hip Hop é Redução de Danos**” teve sua 6ª edição no último sábado, dia 26, na Rocinha. Um dos objetivos **do encontro**, que é encabeçado pela Secretaria Municipal de Saúde, é desmistificar a questão do **uso excessivo de drogas dentro das comunidades** e ainda apresentar os serviços disponíveis para **moradores** que estejam **passando por este problema**. Esta mostra contou com mais de 200 participantes. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 18

Tendo o hip hop como pano de fundo, **o evento** teve batalhas de break, participação de MCs, além de apresentações de teatro e cinema abordando temas relacionados à saúde. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 19

Ainda para Wark, **estes encontros** deveriam se estender também a outras comunidades, já que muitas delas ainda são **carentes** de mobilizações deste tipo. “São **eventos como este** que conscientizam a juventude. [...]”. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 20

“Hoje **esse evento** é a consolidação da unidade de todos estes parceiros, demonstrando que a saúde mental não é mais dividida. [...]”. (TR2-CC1. Grifo nosso)

Conforme os exemplos 17 a 20 destacam, a referência ao evento é recorrente e, com isso, torna inerente abordar sobre seus motivos e objetivos de realização, que remetem ao contexto de carências e de problemas que os moradores enfrentam. Quando não tematiza o evento em si, traz em primeira instância o CAPS ou os profissionais que participaram da sua realização, o que também leva a informação trazida na reportagem a uma estrutura que aborda as necessidades da comunidade, especialmente no que tange às drogas e à saúde mental dos moradores.

A ocorrência dessas tematizações nos traz dois apontamentos: um que nos remete ao biopoder, e outro, à biopolítica. Ao pensarmos em espaços que possibilitam falar sobre determinada realidade a partir do ponto de vista de quem de fato a vive, como é um dos objetivos do projeto Viva Favela, imaginamos inicialmente ocorrerem relatos, em sua maioria, positivos e otimistas, que enalteçam qualidades únicas e convidem o leitor a “experimentar” a realidade do que está sendo contado.

Contudo, no caso do Viva Favela e seus correspondentes, percebemos a existência de forças de biopoder que precedem as verificadas na atuação do projeto, em sua estrutura

administrativa e de ação. Tratam de dispositivos de biopoder impostos pela própria realidade vivida, pela condição diária de vida a que são historicamente colocados. Parece-nos que falar da violência e da carência e associá-las ao local tornou-se tão presente que exerce um “poder sobre a vida” desses moradores, que em paralelo a vivê-la e manter a força de transformá-la, ainda sobrepõe-se um peso do sobreviver, “um regime geral de dominação da vida” imposto econômica, social e culturalmente.

Porém, em meio a essas constatações, não devemos abortar as marcas biopolíticas que são deixadas justamente pela expressão dos sentimentos na busca por “libertação”, tornando assim, “poder de resistência com base no poder exercido”. Ou seja, apesar de certa predominância da violência enquanto tema discursivo, o que a torna temática aos correspondentes comunitários, o ato de externá-la a partir de uma visão de dentro, de quem convive com ela e entende o que de fato representa demonstra também “uma resistência coletiva ao poder”, uma vez que mostram serem “oprimidos que reconhecem a realidade opressora”.

Ao agirem em direção ao enfrentamento, transformam-se em “portadores do trabalho vivo”, possibilitando, a partir da expressão, da luta e ação, modificar o “poder sobre a vida” que pressiona historicamente, em “potência de autovalorização” por meio da comunicação comunitária, do projeto Viva Favela. São percebidas marcas, por menores que possam ser, de transformação, de valorização da vida, de mudança intra e interpessoal, de formação de um “corpo coletivo conscientizado” (Quadro 3), que pela força do comum presente na ação comunicativa podem, quem sabe, ser uma nova fonte de informação e agir em prol de interesses populares, como objetiva a comunicação comunitária (PERUZZO, 2005).

Algo que pode nos dar mais pistas do quanto realmente essas iniciativas auxiliam na mudança social e cultural, promovendo ambientes e atuações que oportunizam empoderamento e ação das pessoas para o enfrentamento de suas realidades é o grau de afinidade dos produtores com o ato realizado. Em nosso estudo, trata-se de investigar o grau de envolvimento do enunciador, o correspondente comunitário, com o seu discurso, as matérias sobre as comunidades nos espaços oportunizados pelo Viva Favela – os *blogs* e a seção reportagens. Observaremos, então, aspectos vinculados à modalidade, de acordo com a ACD de Norman Fairclough.

Orientada para os significados interpessoais, que dão conta da construção das relações sociais, a modalidade nos dá indícios do grau de afinidade e do comprometimento, ou não, do enunciador com a proposição enunciada. Vimos que pelo tipo de processo mais utilizado no TR1-CC1, o correspondente se coloca com frequência no texto, tornando-o próximo do leitor, a ponto de a utilização da primeira pessoa ser também uma estrutura temática, que sinaliza

envolvimento e partilha do comum. Entretanto, ao analisarmos sob o viés da modalidade, revelamos distintos graus de afinidade. Nos exemplos abaixo, são revelados alguns indícios do que estamos tratando:

EXEMPLO 21

O medo se instaurou na Rocinha e **os moradores estão indignados** com a falta de paz. **Só nós sabemos** os riscos que convivemos todos os dias. (TR1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 22

O tiroteio voltou a fazer parte da rotina de uma das maiores favelas do Brasil. **Sei que isso não acontece só na Rocinha, porque leio os jornais e acompanho os relatos de moradores da Maré, do Alemão e de outras comunidades** consideradas “pacificadas”. (TR1-CC1. Grifo nosso)

Ao analisarmos as proposições no exemplo 21, verificamos na expressão “só nós sabemos” uma estratégia discursiva que modaliza um grau de afinidade do enunciador com o que é afirmado, ao se incluir utilizando a primeira pessoa do plural. Apesar de iniciar colocando-se à parte do fato de “estar indignado” (pois utilizou a terceira pessoa do plural), o enunciador compartilha, em seguida, a reafirmação dos riscos vivenciados. Além disso, o enunciador da reportagem expressa também uma solidariedade para com aqueles que têm essa mesma experiência, enunciando que apenas eles de fato têm conhecimento desta realidade, partilhando de um “corpo comum”.

Ao passo que mostra ter conhecimento tácito do vivido e enunciado, no exemplo 22, o CC1 também demarca um grau de solidariedade com os demais moradores da Rocinha, ao compartilhar que esta realidade negativa não é exclusiva do seu local; e, com outras comunidades, externando que estes problemas acontecem também com outras pessoas e favelas. Porém, a já citada ação crítica de buscar a informação por meio dos jornais e de outros relatos deixa sentidos de redução do grau de comprometimento com o que está sendo afirmado, pois divide o peso da proposição com outros profissionais (jornalistas) e moradores.

Esse afastamento com relação ao enunciado é percebido também em outra proposição, que apresenta relatos do perigo e de como é difícil ali viver. Conforme o exemplo 23, o correspondente utiliza da estratégia da modalidade objetiva (“eu aprendi”) para distribuir o peso da declaração com outras pessoas, ou até mesmo com as experiências que teve, que o ensinaram o que é afirmado. No mesmo exemplo, o CC1 deixa outros indícios de uma possível baixa afinidade ao utilizar novamente “o morador”, ao invés de se incluir explicitamente.

EXEMPLO 23

Eu aprendi que quando os tiros diminuem, o perigo aumenta. Essa é a hora em que o **morador** da favela sai de sua cama, ou de seu abrigo, achando que a situação acalmou... mas quando se está despreocupado, o pior acontece. (TR1-CC1. Grifo nosso)

Assim, apesar do CC1 se posicionar como quem também vive os fatos relatados e questionados após a pacificação, utilizando de uma modalidade subjetiva, transita constantemente entre diferentes níveis de afinidade, que suscita certa inconstância no ato de escrever, deixando ser guiado pela emoção em alguns trechos, mas sendo reposicionado para distintas formas de envolvimento em outros. É demarcada com isso uma tendência à modalidade objetiva, que fica mais evidente quando verificado o TR2-CC1, no qual é feito um relato informativo, que não evidencia o nível de afinidade entre enunciador e enunciado.

Os títulos das duas reportagens analisadas já apontam esta diferença e destacam os distintos níveis de modalização. No TR1-CC1, o título “Rocinha vive rotina da violência” demarca uma modalidade categorizada pelo verbo no tempo presente, definindo um sentido de veracidade. Embora não se perceba exclusivamente pela leitura do título, o enunciador do enunciado está envolvido.

A opção pelo processo de ação dirigida com Rocinha demarcada como agente frente à ação do ato de “viver” revela traços de envolvimento e solidariedade. O uso do local como agente do enunciado, desperta-nos ainda, uma ideia de personalização e personificação como estratégias de aproximação entre enunciador, enunciado e enunciatários. Porém, é mantido um distanciamento ao ser optado pelo espaço vivido como agente e não as pessoas.

O título “Hip hop como instrumento para a redução de danos”, do TR2-CC1 também não explicita uma relação entre enunciador e enunciado. Como podemos perceber no decorrer de toda a reportagem, o foco é dado ao evento noticiado como principal agente no discurso. É a partir do encontro de hip hop que são feitas as relações de envolvimento entre pessoas e prática social, ou seja, não são as pessoas diretamente ligadas à “transformação da realidade” enunciada, demarcando o afastamento citado.

De acordo com os exemplos trazidos na sequência, percebemos o distanciamento provocado pelo CC1 ao optar pelo uso de falas de pessoas entrevistadas. Ao utilizar essa estratégia discursiva, o enunciador modaliza seu texto pela perspectiva do não envolvimento direto, uma vez que atribui a outros agentes a responsabilidade do que é reportado. Mesmo sendo um correspondente comunitário do local citado, a favela da Rocinha, esse sujeito assume uma postura cautelosa ao se posicionar aquém do fato. O texto não deixa transparecer que é escrito por alguém que conhece ou enfrenta os problemas apresentados.

EXEMPLO 24

Um dos objetivos do encontro, **que é encabeçado pela Secretaria Municipal de Saúde**, é desmistificar a questão do uso excessivo de drogas dentro das comunidades e ainda apresentar os serviços disponíveis para moradores que estejam passando por este problema. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 25

Ainda para Wark, estes encontros deveriam se estender também a outras comunidades, **já que muitas delas ainda são carentes de mobilizações deste tipo**. (TR2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 26

Maria do Carmo Souza Ferreira, 54 anos, **relata que** com a ajuda dos serviços oferecidos pelo CAPS da Rocinha tem feito trabalhos de pintura, de imagens, hidroterapia, educação física e quer ampliar ainda mais seu campo de trabalho. (TR2-CC1. Grifo nosso)

No exemplo 24 percebemos o afastamento até mesmo sem a utilização direta de falas de entrevistados. O enunciador divide a responsabilidade da informação, expondo que trata de algo “encabeçado” por outras pessoas, vinculadas a uma Secretaria Municipal. Nos trechos 25 e 26, estão exemplos do uso de falas de pessoas entrevistadas, sendo seus nomes enunciados já no início das frases. Com isso, o texto não perde no sentido de informação repassada aos enunciatários, mas reduz a força possibilitada ao CC1 de realizar uma “inserção crítica” direta, tornando ele próprio o “vetor de valorização e autovalorização” a partir de sua ação, seu discurso.

Na reportagem anterior o CC1 afirma: “Eu presenciei uma cena que me lembrou as imagens da guerra [...]” (TR1-CC1), evidenciando o fato de estar escrevendo a partir de uma análise crítica de sua perspectiva da vida. De modo distinto, em TR2-CC1 ele utiliza a estratégia discursiva de expor uma moradora, destacando a emoção ao relatar sua experiência (exemplo 27), mas não desenvolve a partir disso uma própria “autorização a agir”. Além disso, seguindo pela perspectiva da representação da comunidade como objetiva o VF, poderia ter sido mais bem trabalhada a autovalorização, a partilha e a dinâmica de singularidade se mais pessoas atendidas fossem evidenciadas, trazendo o evento sob o ponto de vista do seu “trabalho vivo” e da “resistência ao poder”.

EXEMPLO 27

“Pretendo ocupar mais minha cabeça, fui dependente química, mas hoje estou me superando através deste trabalho. Sou muito agradecida a todos os profissionais que me atendem”, **emociona-se**. (TR2-CC1. Grifo nosso)

A presença desses indícios de baixa afinidade, segundo expõe Fairclough (2001), não necessariamente representa falta de convicção ou de conhecimento por parte do enunciador. A

modalização consegue revelar também a possibilidade de falta de poder e “aquilo que pode ser reivindicado como conhecimento [...] depende de relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 201).

Como analisado na observação da estrutura de funcionamento do projeto VF, os textos postados na seção Reportagem passam pela correção da redação do mesmo, estando sujeitas a alterações textuais. Essa prática, que já está convencionada e atrelada à publicação e ao subsequente recebimento do pagamento, delinea uma relação de poder entre projeto e CC, que pode interferir nos sentidos expressos pelos enunciadores do texto original e resultar em baixa afinidade no enunciado final, de forma consciente ou até mesmo inconsciente, quando já internalizada essa forma de processo.

Ainda, precisamos reforçar que a proposta comunitária do Viva Favela tem forte ligação com o fazer jornalístico, sendo inclusive administrado por profissionais formados na área. Com isso, durante o processo de revisão, os textos elaborados pelos correspondentes comunitários podem mudar de sentido ao incorporarem princípios do discurso jornalístico como a imparcialidade, a objetividade, etc.

Ao colocar como exemplo o caso da mídia e de como esta se utiliza de modalidades categóricas, Norman Fairclough esclarece que com essa prática o discurso “[...] posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e a reprodução social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 202). O que se desvela na análise das reportagens do VF são traços de tratar de um caso comunitário que ao mesmo tempo em que dá espaço a “expressões de luta, de criação e de participação democrática”, também é “constituidor de mecanismos de controle”, interferindo nas “resistências produtivas” dos CC.

E o que nos desvelam as estratégias discursivas estudadas no texto do CC2 não está distante do averiguado até então. A reportagem do CC2 foi publicada em 29 de novembro de 2015 e é intitulada “Corrida homenageia Martin Luther King” (TR1-CC2. Anexo 05). É seu único texto escrito para a seção Reportagem. Apresenta uma escrita ortograficamente correta, com parágrafos bem organizados e seguidos de imagens, todas com legendas explicativas. Assim como verificado no TR2-CC1, essa reportagem do CC2 também é subdividida, contendo o subitem “Personalidades participaram do evento”. Esse tipo de estrutura é comum nas reportagens mas não se repete em nenhum de seus textos escritos na seção *Blog*.

A reportagem inicia com informações gerais a respeito do evento referenciado no título, no formato de lide para a compreensão geral do que trata. O texto segue o padrão informativo, não sendo revelado o enunciador do mesmo como agente das ações expostas. O CC2 está

atuando como informante e não se posiciona junto ao que é relatado, característica que percebemos também em suas publicações no *blog*. Vejamos no exemplo 28:

EXEMPLO 28

O mês de novembro foi marcado por **muitos eventos** comemorativos ao **Dia da Consciência Negra**, que se tornou feriado no Rio de Janeiro em 2012. Além de debates e festas, algumas organizações **promoveram ações diferentes, como a ONG Rongo** (Região Nacional de Grafite Organizado), que resolveu organizar uma corrida e caminhada justamente na Avenida Martin Luther King Jr, nome do líder negro que lutou pelos **direitos dos negros** nos Estados Unidos. **O evento ocorreu** no dia 20 de novembro e foi batizado de Corrida e Caminhada Martin Luther King, para frisar bem que **o evento, além de promover a saúde, visava também lutar contra o preconceito racial**. (TR1-CC2. Grifo nosso)

Assim como no TR2-CC1, essa reportagem do CC2 é enunciada a partir da estratégia linguageira do processo de evento, que envolve o fato informado a um objetivo. O agente revelado neste exemplo é a própria corrida comemorativa ao Dia da Consciência Negra, que objetiva “lutar contra o preconceito racial”, além de “promover a saúde”. Com isso, o enunciador do texto não se posiciona explicitamente, colocando a responsabilidade sobre outro agente. Compreendemos que esta estratégia não apaga a função do trabalho realizado pelo CC2 de representar as comunidades e seus moradores, porém entendemos não serem esmiuçadas as possibilidades de prática biopolítica ao não se efetivar, por exemplo, o “desenvolvimento das relações sociais por meio de trocas simbólicas”.

Se o CC autor dos textos posiciona-se de maneira mais direta em seu discurso e opta pela estratégia discursiva de alta modalização, ele reforça o que entendemos como “produção biopolítica”, ou seja, a “produção da própria vida social”. No caso comunitário do projeto Viva Favela, que é mais virtual que presencial, essa vida social que pode ser produzida e reforçada se dá por meio dos discursos enunciados, que se conjugam por trocas simbólicas. Seria, pois, interessante à proposta do VF e à almejada valorização da vida e das pessoas envolvidas, se fosse mais bem aproveitado o seu espaço de compartilhamento de informação para o desenvolvimento das características e ações que compreendemos como de empoderamento e biopotência como maior autorização a agir, tomada de consciência, ampliação da resistência coletiva ao poder, entre outros.

Apesar desse baixo envolvimento do enunciador, as pessoas e suas práticas estão presentes no texto, uma vez que é constituído majoritariamente por falas relatadas de participantes. Assim, conseguimos perceber ao olhar para os depoimentos destacados na reportagem espaços para o “processo de reflexão” e a “tomada de consciência” que o evento

proporcionou e que, ao ser representado e reproduzido pelo “usuário-produtor” CC2, foi amplificado a novos níveis de “conhecimento, cooperação e comunicação”.

EXEMPLO 29

Pessoas de vários lugares da cidade **participaram** do evento e **aderiram à luta** contra o preconceito – e a maioria delas ficou sabendo do evento através das redes sociais [...]. (TR1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 30

O morador de Ricardo de Albuquerque acabou conquistando o quarto lugar da corrida. “**A luta contra** o racismo é importante, porque o povo que mais sofre perseguição no mundo são os negros. Infelizmente a raça humana consegue fazer coisas absurdas, principalmente em relação à cor da pele. Os seres humanos são todos iguais independente da cor, da raça, credo, opção sexual”, **acredita**. (TR1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 31

O artista relatou sua satisfação em participar do evento. “Para mim é uma satisfação imensa participar de um evento tão maravilhoso e mais ainda como vice-campeão da competição. Esse evento **luta contra** o preconceito que não deveria existir já que todo mundo é igual diante de Deus, independente de cor ou raça, isso aqui é um movimento forte onde precisamos de mais incentivos, que cada um faça um pouquinho para mudarmos a realidade do Brasil, sempre **lutando contra** o preconceito”. (TR1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 32

O evento terminou com um discurso de **André Rongo, idealizador** da ação. “A minha satisfação é proporcional à alegria de plantar uma semente e saber que um dia ela dará frutos, assim como Martin Luther King reuniu mais de duzentas mil pessoas para proferir seu discurso do ‘I have a dream’. **Eu espero dar** a visibilidade para essa região da Pavuna e adjacências **e luto por** um complexo, que possa proporcionar a população um calçadão esportivo entre as estações do metrô Pavuna e Rubens Paiva, funcionando aos domingos e feriados com uma corrida e caminhada, não só uma vez no ano em que os governantes possam ver que é possível que isso aconteça também numa região que está crescendo como a Pavuna”, **concluiu**. (TR1-CC2. Grifo nosso)

Assim, mesmo não se posicionando como agente das ações presentes na reportagem, o CC2, bem como o projeto VF, contribui com a ampliação das “capacidades criativas e produtivas” ao oportunizar espaços para que as pessoas participem e compartilhem do conhecimento produzido, como o fez também o CC1 no TR2-CC1. São revelados traços de uma possível “dinâmica de singularidade e partilha”, mesmo em se tratando do ambiente monitorado da Reportagem. São as brechas que a prática biopolítica encontra para a sua “gestão da vida”, sendo manifestado um “poder de resistência com base no poder exercido”. Com isso, “pessoas de vários lugares” foram representadas e tiveram, de alguma forma, sua voz e suas práticas ouvidas/lidas.

Ao terem este espaço de participação, os sujeitos se posicionaram e mostraram também “aderir à luta”, objetivo destacado pelo agente do enunciado. São moradores, artistas, pessoas

simples e personalidades, que “acreditam”, “esperam dar”, “relatam”, “concluem”, sensibilizados e unidos pela “luta”. Uma luta que foi batalhada por Martin Luther King e é lembrada e comemorada nos dias de hoje. Os depoimentos valorizados pelo CC2 e que compõem quase que exclusivamente a sua reportagem, desvelam o imbricado de práticas sociais e práticas discursivas que remetem à “conexão entre as singularidades da multidão” e a uma forma de “análise crítica do comando do ponto de vista das experiências de subjetivação”.

Ao recorrer às pessoas e seus depoimentos na elaboração da reportagem, o enunciador também as selecionou como tema, colocando-as como ponto de partida em suas proposições. Essa estratégia discursiva de tematização também foi observada nas reportagens do CC1, de forma mais ou menos evidente que no caso do CC2. Demonstramos essa estratégia aos verificarmos os exemplos 29 a 32, bem como os trazidos a seguir.

EXEMPLO 33

Já Marlene Cavalcante, doméstica de 64 anos, soube do evento na academia que frequenta, na Pavuna. “Eu faço ginástica em frente ao posto de saúde e divulgaram o evento lá. Foi algo muito rápido, poderiam ter chamado mais gente de outros horários como das 8 e das 9h, mas estamos aí pra participar”, afirmou Marlene que participou da caminhada. (TR1-CC2)

EXEMPLO 34

O presidente da associação de moradores da comunidade do Lagartixa, participou da ação por meio de um convite feito pelo idealizador da corrida, André Rongo. “Eu estou aqui não só para participar da corrida, mas também para dar uma força a este trabalho, a gente sempre procura apoiar iniciativas como essa nas comunidades, e principalmente levar conscientização ao povo”, garantiu. (TR1-CC2)

EXEMPLO 35

O ex-boxeador Fernando de Oliveira (Fera de Acari) atentou para a importância da mobilização e destacou a atitude de André Rongo. “Eu só aprendo cada vez mais quando eu vejo pessoas como ele que são solidárias com a causa do povo. Talento é o que não falta nas favelas e morros, o que falta é incentivo, eu fui pentacampeão de boxe amador, tricampeão carioca, duas vezes campeão brasileiro e nunca tive patrocinador”, afirmou o lutador. (TR1-CC2)

Ao tematizar seus enunciados a partir do que revelam na abertura das frases, os enunciadores deixam manifestar aquilo que consideram relevantes, expondo “os pressupostos de senso comum a respeito da ordem social e das estratégias retóricas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 228). Dessa forma, verificamos no caso do projeto Viva Favela, por meio da divulgação da produção textual de seus correspondentes comunitários, que as pessoas e suas ações e realizações são consideradas o ponto de partida para a realização do trabalho do projeto em seu portal. E essa prática corrobora o objetivo do VF de “dar voz e vez às comunidades”, bem como vem ao encontro do entendimento sobre comunicação comunitária.

Embora se tratando de um ambiente no qual reconhecemos existir “regras de integração e exclusão” por meio de “arquiteturas e protocolos” convencionados por seu modo de fazer, o Viva Favela direciona sua prática a ações de comunicação comunitária e os CC encontram caminhos para a “produção da sua própria vida social”. Ao valorizar as pessoas e direcionar seu trabalho a partir de suas vivências e ações, tornam-se mais que meios e mensagem, mas sim uma dinâmica de organização e de proposta de transformação, empreendendo novas fontes de informações, conforme definiu Cicilia Peruzzo (2005, p. 20) ao conceituar a comunicação comunitária.

Com o agente direcionando a ação do evento e tematizando as pessoas e suas experiências, a reportagem destaca também a “luta contra o preconceito” e “contra o racismo”. A palavra “luta” é recorrente no texto, sendo utilizada na abertura do mesmo, vinculando a luta do líder negro referenciado ao objetivo do evento noticiado, e aparecendo em meio aos depoimentos enunciados.

Ainda, ao colocar em evidência o fato relatado, os moradores e as pessoas envolvidas com a luta almejada, o CC2 modaliza seu discurso com um grau de comprometimento pessoal com o projeto menos categórico. Como já destacamos, nossa compreensão a respeito desse afastamento está vinculada ao envolvimento da ação do projeto com o jornalismo e suas premissas, uma vez que buscam visibilidade frente ao tema das favelas e comunidades perante a mídia massiva. Correspondendo à função interpessoal da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001), essa estratégia discursiva posta em prática enfraquece a proposta do projeto de mostrar a vida das comunidades a partir do ponto de vista de quem as vive.

Embora seja um morador da favela, ao assumir o papel de CC e seguir as orientações de produção ditadas pela redação do VF, o sujeito obriga-se a “deixar de lado” algumas características discursivas e práticas que tornariam o texto mais próximo de sua comunidade e “vivo”. Ao lermos as reportagens TR2-CC1 e TR1-CC2, ficamos cientes dos fatos e das experiências que a comunidade está vivenciando, porém não com o mesmo sentimento e sentido de realidade que o TR1-CC1 nos transparece. Neste caso específico, diferentemente dos outros, evidencia-se que o enunciador tem o conhecimento tácito do que é narrado, uma vez que modaliza “morar na Rocinha” e “sentir sua casa tremer”. Estabelece-se, então, uma outra relação do enunciador com seu interlocutor, que perpassa o universo da emoção e da experiência de modo mais marcante, em detrimento do universo da informação.

Com as estratégias de transitividade e modalização, as reportagens analisadas apresentam uma impessoalidade, fazendo com que os sentidos de “reflexão”, “coletividade”, “comum” e “valorização da vida” sejam enfraquecidos, contribuindo ao não fortalecimento do

“corpo coletivo conscientizado”. A prática biopolítica acaba subjugada pela ação dos dispositivos de biopoder e nessa inversão das liberdades. Nesse sentido, são reprimidas as oportunidades de empoderamento e de biopotência.

4.2.2 Estudo das estratégias discursivas na seção “Blog”

A presença e participação da redação do VF na produção das reportagens dos CC, acarretando em possíveis modificações nas estratégias discursivas ficam ratificadas ao olharmos para as outras produções destes atores sociais, elaboradas para publicação sem sugestão de pauta e revisão da redação, nos ambientes de seus *blogs* no portal VF. Iniciamos pelas postagens do CC1, com os *posts* publicados em 27 de janeiro de 2015, intitulado “Bala perdida acha jovem de 21 anos na Rocinha. Ela deixa marido e dois filhos” (TB1-CC1); e, em nove de março de 2015, com o título “Amanhã na ALERJ, será votado o projeto de lei que põe fim à revista íntima manual nas visitas dos presos no estado do Rio” (TB2-CC1).

Iniciamos a partir dos títulos, que apresentam diferenças em relação às reportagens anteriormente analisadas. Os títulos dos *blogs* são mais extensos e abandonam alguns padrões jornalísticos. No caso do TB1-CC1, configura-se quase um subtítulo, com a presença de duas frases, e no TB2-CC1 é utilizada uma marca temporal, “amanhã”, o que pode gerar confusão aos leitores que acessam o portal e buscam por informações sem se atentar às datas. Além disso, esses enunciados expõem o posicionamento do enunciador que convoca desde o início um comprometimento. Os títulos na seção Reportagem são majoritariamente curtos e generalistas, destacando sucintamente o assunto abordado no referido texto

Outro destaque é quanto ao tom, que passa de poético com leve denúncia e de uma narração direta e distante – característica das reportagens – à indignação com forte apelo emocional e evocativo. Ainda, são percebidas, em ambos os textos dos *blogs* diferenças quanto à estrutura e padronização textual. Inexiste um padrão de separação de parágrafos, as fotografias não estão seguidas de legenda ou fonte/autoria e há constantes erros de digitação nos textos (“na barriga **se** sua mãe”, “troca de **trios**”, “Adriene/**Adrielle**”, “**Alerj**” (sigla em minúsculo), “pelo **o** fim da vasculhação”). O CC1 faz uso de pontos de exclamação e do padrão de texto em

caixa alta, que explicitam o fato de não ter passado por revisão (por parte da redação do projeto VF) e ter sido escrito livremente com suas características discursivas (exemplos 36 e 37).²²

De acordo com o estudo das estratégias de modalidade, o que percebemos quando analisamos os textos do *blog* é que esses trazem traços de um forte envolvimento do enunciador, que se expõe como participante, não sendo velada a emoção ao expor os fatos e tornando a imparcialidade inexistente. Isso pode ser observado no exemplo 36:

EXEMPLO 36

Acompanhando a família de **Adriene** Solan do Nascimento, 21 anos, moradora, nascida e criada na comunidade, **não falo aqui como jornalista e sim como amigo de muitos anos. Posso afirmar** que vi Adriene na barriga **se** sua mãe!! **Adriene** Solon era muito querida. Casada e mãe de dois filhos, **ela nos deixou** na madrugada de domingo, por causa de uma bala perdida em meio a mais uma **troca de trios** dentro da Favela da Rocinha. Lamento o ocorrido e venho prestar meus sentimentos a todos, diante de um fato irreparável e inaceitável!!!! Deixo um relato de Fábio Lau, que não mora na comunidade, mas teve o prazer de conhecer **Adrielle**. Ele fez questão de expor sua indignação, lembrando o amor que **Adrielle** sentia pela família e sua honestidade. Ela era uma pessoa cheia de vida. Agora, essa é mais uma família destruída por causa de uma **MALDITA BALA PERDIDA**, que **sempre** encontra uma vida inocente.
(TB1-CC1. Grifo nosso)

Ao iniciar o seu relato com o verbo “acompanhar” no tempo verbal de gerúndio, o enunciador dá o sentido de aproximação, moldando a ação de estar junto com a família, como morador da Rocinha, como amigo. Na sequência desta oração, o CC1 ratifica esta aproximação, revelando que não está escrevendo profissionalmente, mas “como amigo de muitos anos” e utilizando o verbo auxiliar modal “poder” para expressar que tem condições de fazer esta afirmação. Com relação à utilização desse verbo modal, destacamos seu duplo sentido, pois pode significar permissão ou capacidade (FAIRCLOUGH, 2001).

Ainda no que tange ao exemplo 36 e à modalidade, encontramos outro reforço do grau de afinidade do autor com o discurso nas proposições “ela nos deixou” e “uma MALDITA BALA PERDIDA”. A primeira novamente inclui o CC1, que faz questão de se colocar como se fosse parte da família da vítima, sendo também “deixado” por ela. Na segunda, o sentido de afinidade e de aproximação é colocado em um grau elevado, ao ser utilizada a opção de escrita em caixa alta. Isso ocorre também em seu segundo texto (Exemplo 37):

²² A questão da não utilização do padrão CAIXA ALTA surgiu, na internet, como uma ‘regra de etiqueta’, que “esbarra na convenção: escrever tudo em maiúsculas é como gritar com a pessoa a quem nos dirigimos” (PINTO, 2002, p. 52).

EXEMPLO 37

Em nome da segurança dos presídios, horrores são cometidos contra os familiares. Estupidez achar que só os familiares – visitantes do preso – são os que levam coisas ilícitas para os interiores da prisão. **PELO O FIM DA VASCULHAÇÃO NO CORPO DO VISITANTE DO PRESO. RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA DOS VISITANTES E DE TODOS! PAREM DE FAZER CADEIAS E COMPREM APARELHOS!!!** Amanhã as 15:00 hs na ALERJ!!!! (TB2-CC1. Grifo nosso)

Essa forma de expressão deixa traços de um desabafo, como um último grito contra algo que “sempre” resulta em tragédia, como se o enunciador estivesse implorando para ser ouvido. No exemplo 37, além do uso da caixa alta, percebemos ser feita uma convocação, tanto aos poderes públicos e administrativos responsáveis pelo projeto que será votado, como às pessoas, aos cidadãos, que compareçam à votação.

Essas estratégias discursivas verificadas remetem-nos mais uma vez à utilização dos “recursos conhecimento, cooperação e comunicação” como forma de externar o sentimento e o movimento de “partilha” e de “comum”, que nestes textos em questão não são abreviados ou modificados pelo “monitoramento” ou por “regras de integração” do projeto. O espaço do *blog* pode representar, no caso comunitário Viva Favela, um ambiente mais propício de liberdade positiva se comparado ao espaço das reportagens, pelas práticas biopolíticas mais demarcadas que verificamos.

Encontramos outras referências a essas práticas, que nos sinalizam sentidos de “luta” e de “coletividade”. No exemplo 38, vislumbramos certa “luta pela construção de um mundo comum”, quando o CC1 convida os leitores a se tornarem “portadores do trabalho vivo” ao utilizar da modalização por meio do imperativo “me diga agora” e da sequência de indagações. Os exemplos 39 e 40 também revelam marcas da busca pelo “sujeito coletivo” e pelo seu “agir em comum”.

EXEMPLO 38

Me diga agora: quem vai cuidar dos dois filhos de Adriene Solan? Ela tinha apenas 21 anos. Seu marido chorava todo o tempo, dizendo que ela era sua coluna. **Como ficará a estrutura dessa família?** Hoje é muito fácil criticar quem mora na favela, mas ao ligar a televisão e abrir os jornais, todos vêem que **a violência já desceu para o asfalto** há muito tempo. **Está na hora de unir asfalto e favela, para, juntos, discutir a tão almejada PAZ!** (TB1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 39

Se não pressionarmos os deputados, Bolsonaro poderá ganhar mais uma vez. **Não podemos permitir** que milhares de mães, avós, esposas, filhas e parentes que formam as filas de visita nos presídios do Rio continuem vivendo com a violência diária da revista vexatória! (TB2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 40

Agora, temos pouquíssimo tempo para mostrar aos deputados do Rio **que não toleraremos mais** esse tipo de abuso e violência contra os cidadãos cariocas e fluminenses. **Juntos, vamos** enviar milhares de emails e fazer milhares de ligações pedindo o fim da revista vexatória. Afinal, se Bolsonaro vai continuar pressionando de um lado, **temos que começar a pressionar** do outro. (TB2-CC1. Grifo nosso)

Nos exemplos 39 e 40, o CC1 utiliza o espaço proporcionado pelo projeto Viva Favela para informar os moradores das comunidades e de todo Rio de Janeiro sobre a votação que ocorrerá quanto à continuação ou não das revistas em presídios, bem como acerca da necessidade de união e de luta. Ele utiliza-se da negação como uma demarcação de força em suas proposições, quando escreve que “se não pressionarem” não será possível mudar algo, e que “não podem permitir” e “não tolerarão” isso. No exemplo 40, verificamos o uso do advérbio de tempo “agora”, que modaliza sua afirmação com alto nível de afinidade, pois demonstra a urgência necessária no agir das pessoas para que “comecem a pressionar”.

Nesses exemplos, encontramos a tentativa do correspondente comunitário em envolver e, quem sabe, sensibilizar àqueles que leem seus textos a se comprometer com o que é relatado, mas também com a proposta de mudança. O CC1 não indaga somente o leitor que compartilha factualmente do que está sendo contado. Invoca também os que parecem estar longe e não pertencerem ao mesmo espaço, os moradores das cidades, quando referencia que a “violência já desceu para o asfalto” e pelo uso dos processos de ação dirigida na 1ª pessoa do plural, pois são todos os que leem sua reportagem que “juntos vão” “começar a pressionar”.

Há uma convocação do “corpo da multidão”, “da unidade em meio à diversidade” para “juntos discutir a tão almejada paz” e formar uma “resistência coletiva ao poder” imposto pela violência. Nesses trechos destacados, verificamos a vontade do sujeito comunitário em constituir o que definimos como um “corpo vital coletivo”, pois percebemos em sua estratégia discursiva marcas de “coletividade”, “comum”, “ação”, “força”, “luta”, “transformação” e “valorização da vida”, que foram externadas e possibilitadas de serem lidas e percebidas por meio do espaço da comunicação comunitária implicada no projeto Viva Favela.

Essa vontade de ser ouvido para lutar contra a violência e conseguir a mudança é reforçada quando verificamos os aspectos linguísticos vinculados à temática nos textos. Ao encontro do que visualizamos na primeira reportagem do CC1, a denúncia quanto aos perigos a que estão expostos os moradores da Rocinha é reafirmada por repetidas vezes nos textos analisados dos *blogs*, ao iniciar e finalizar muitas orações com palavras e expressões que tematizam a violência. Mais uma vez, esta percepção faz-se possível já no título do TB1-CC1, que situa o contexto geográfico (Rocinha) e o vincula ao risco de “bala perdida” (Exemplo 41),

que são “frequentes” a ponto de se tornarem normais, como o “sofrimento das famílias”, “tanta violência” que já não permite mais viver (exemplos 41 a 43).

EXEMPLO 41

Bala perdida acha jovem de 21 anos na **Rocinha**. Ela deixa marido e dois filhos. (TB1-CC1, Título. Grifo nosso)

EXEMPLO 42

Os frequentes tiroteios já viraram rotina e até são considerados **normais**. **As famílias** voltaram a **sofrer**. (TB1-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 43

Na favelas ouve-se vários relatos de que ninguém mais aguenta viver no meio de **tanta violência**. (TB1-CC1. Grifo nosso)

Outra forma de tematização praticada pelo CC1 em seu relato sobre a morte de uma moradora e amiga envolve também o reforço de participação e envolvimento do enunciador do texto com o enunciado, pois trata da utilização da primeira pessoa do singular ou plural. Assim como já observado na análise da reportagem TR1-CC1, em seus escritos para o *Blog* o enunciador apresenta-se constantemente, declarando seu pertencimento a essa comunidade (exemplos 36 e 38).

Com isso, utiliza como estratégia de transitividade o tipo de processo da ação dirigida, sendo dessa forma, o agente que “fala”, que “pode afirmar”, que “lamenta”, que “deixa”, que “precisa”, que “percebe”, que “vê”, que “pressiona”, que “mostra”, que “não tolera”. Com essa estratégia discursiva o CC se coloca como tema, ou seja, valoriza o seu conhecimento ao relatar o acontecimento, ao passo que praticamente só utiliza como estratégia de transitividade o processo de ação dirigida, posicionando-se como agente.

Em seu segundo texto analisado (TB2-CC1), o CC1 faz uso também de outras estratégias discursivas de tematização e transitividade. Enquanto o primeiro exagera e deixa visceral a revolta e o desabafo, nesse último são percebidos traços da tentativa de escrever com uma certa isenção e afastamento. Como vemos nos exemplos 44 e 45, o correspondente utiliza em alguns momentos uma redação mais impessoal, buscando deixá-la mais informativa que opinativa ou de denúncia.

EXEMPLO 44

Amanhã, terça-feira dia 10/03, a Alerj votará o projeto de lei que põe fim à revista íntima manual nas visitas dos presos no estado do Rio. Mas o **deputado Flávio Bolsonaro** está tentando evitar que ele seja aprovado. [...] **Talvez se um familiar dele** sofrer alguma fatalidade e **passar pelas mesmas covardias** que passa os familiares de presos talvez ele mudaria de ideia... (TB2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 45

Existem métodos muito mais eficazes de controle de entrada de objetos ilícitos em presídios, como a revista mecânica ou a revista do preso, não da família. **Detectores de metais**, por exemplo, são usados em agências bancárias e até mesmo no acesso ao parlamento. (TB2-CC1. Grifo nosso)

EXEMPLO 46

Chamado de revista vexatória, o tratamento que o projeto quer proibir é extremamente humilhante, brutal e violento: o agente pode exigir que roupas sejam tiradas e órgãos genitais manipulados e revistados, mesmo sabendo que existem métodos alternativos eficazes para prevenir a humilhação de pessoas inocentes. Em alguns casos a pessoa pode ser obrigada a se abaixar sem roupa, **abrir a vagina e as nádegas**, e até **ficar de quatro**. E quem vive essa violência, na grande maioria, são mulheres. (TB2-CC1. Grifo nosso)

Esses exemplos apontam a produção de estratégias que se aproximam do texto TR2-CC1, que coloca o evento informado como tema e como agente, afastando o enunciador da centralidade do enunciado. Nesse caso do *blog*, no entanto, percebemos que essas estratégias linguageiras não se sustentam e o CC1 deixa transparecer o seu modo de escrever e relatar (Exemplo 46).

No decorrer de todo *post*, os parágrafos iniciam tematizando a votação na ALERJ ou a “revista íntima”, a “revista vexatória”, os “métodos” utilizados, o “tratamento”, porém no transcorrer do texto dos parágrafos, esse posicionamento muda. Com esta mudança, o CC1 não realiza a imparcialidade que parece ser pretendida, como notamos em: “[...] Talvez se um familiar dele sofrer alguma fatalidade e passar pelas mesmas covardias que passa os familiares de presos [...]”, “Em alguns casos a pessoa pode ser obrigada a se abaixar sem roupa, abrir a vagina e as nádegas, e até ficar de quatro”, além do uso de adjetivos ao apresentar a revista íntima como um tratamento “extremamente humilhante, brutal e violento”.

Com isso, ficam também traços de que a postagem não passou por um processo de revisão, pois o CC1 faz um “ataque” ao deputado Bolsonaro; utiliza a sigla ALERJ em fonte minúscula; faz uso dos três pontos; traz informações relevantes sobre a forma de revista questionada, mas não apresenta dados oficiais ou fontes para confirmar seus argumentos; revela termos fortes como “ficar de quatro” e “abrir a vagina e as nádegas”, nessa última inclusive com erro de acentuação. Dessa forma, deixa transparecer por meio de sua “capacidade criativa e produtiva” a sua forma de “força intelectual” e sua “força afetiva”. Por mais que tente conduzir o seu texto dentro do padrão considerado adequado ao projeto, quando escreve “sozinho” para seu *blog*, parece-nos ser exaltada a “liberdade de criar e recriar”.

De certa maneira, os textos analisados do CC1 na seção de reportagens e no *blog* considerados apresentam semelhanças, o que pontuamos ser coerente uma vez que o sujeito

normalmente possui uma linha pessoal de escrita, que não perde seus traços mais fortes de personalidade apesar dos processos de revisão e correção. Contudo, no texto independente do *blog* percebemos marcas de proximidade, de envolvimento, de conscientização, de autovalorização mais delineadas, nos aspectos discursivos que observamos. O CC1 transparece redigir de forma mais natural, deixando a emoção penetrar por entre as palavras e frases, descuidando-se do “afastamento” pessoal que um texto informativo por vezes exige.

Essa liberdade de criar e de se expressar é reiterada no texto TB1-CC1 quando o enunciador expõe um relato opinativo sobre a ação policial nas comunidades pacificadas, que novamente traz o sentido de desabafo, de esperança de ser “ouvido”. Conforme vemos no exemplo 47, trata-se de um texto que não está diretamente ligado ao caso relatado na matéria, mas que explicita, explica e conclui o pronunciamento que se iniciou com a “MALDITA BALA PERDIDA”.

EXEMPLO 47

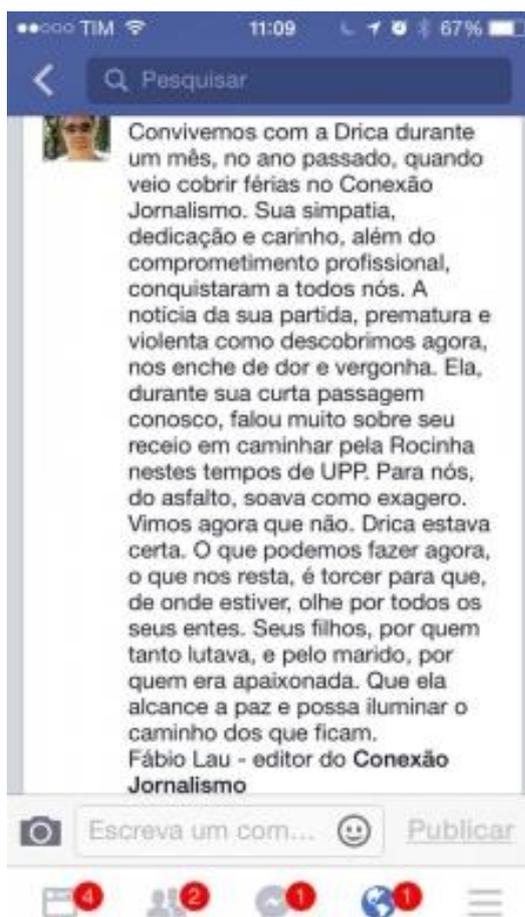
Na favelas ouve-se vários relatos de que ninguém mais aguenta viver no meio de tanta violência. Precisamos aprender como resolver isso... Hoje estamos no meio de dois exércitos armados e, é claro, totalmente despreparados. Da mesma forma que vemos um jovem sem experiência nenhuma entrar para o trafico e receber uma arma de fogo, que pode tirar a vida de alguém, percebemos que não é diferente na segurança publica do Rio, onde policiaes são formados em seis meses. Os próprios policiaes apelidaram o treinamento de "formação pipoca". O Estado *pega* esses novos policiaes, na maioria jovens, *diz* que eles são heróis (e eles acreditam), *dá* uma formação relâmpago e um fuzil e *coloca* todos dentro das favelas, mesmo eles não queiram (uma simples pesquisa poderia revelar quantos desses policiaes não gostariam de estar longe dessas comunidades). O pior é que esses jovens acreditam no "treinamento" e fazem das favelas um território de guerra. Não é possível que, com todas essas ocupações desordenadas e sem planejamento, esse projeto dê certo! (TB1-CC1. Grifos do autor)

O correspondente comunitário, juntamente com os moradores das comunidades pacificadas, busca entender o porquê de tanta insegurança, achando uma resposta na forma de atuação da polícia. Ao optar por expor essas informações e opiniões, o enunciador deixa pistas de um possível processo de “inserção crítica”, de “reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual” e de “inserção dos oprimidos na realidade que oprime”, permitindo que se inicie uma transformação, aos moldes do que defende Paulo Freire.

A comunidade mais que viver, sente e reproduz a realidade que vivencia. Isso se torna explícito por meio dos CC, que se transformam em “vetores de valorização e autovalorização”. Além disso, ocorre em muitos textos e reportagens do VF a valorização da expressão de outras pessoas. Apesar de não apresentar nenhum depoimento de moradores entrevistados nos enunciados TB1-CC1 e TB2-CC1, o CC1 apresenta o relato que outra pessoa fez na rede social

Facebook sobre o que aconteceu à vítima da Rocinha, tema de seu *post* (Figura 23). Ao dar voz ao outro, o enunciador oportuniza a “ação de criar e participar coletivos” e o “desenvolvimento de relações sociais por meio de trocas simbólicas”, o que entendemos como práticas biopolíticas no ciberespaço.

Figura 23 – Relato no Facebook, utilizado no texto do CC1.



Fonte: (Portal VF, 2016).

Outro apontamento no que se refere aos enunciados estudados nesta etapa da análise empírica crítica faz referência ao que os autores Antoun e Malini (2010, 2013) destacam como sendo o espaço genuíno de biopolítica na internet, os comentários. Nos textos do CC1 e do CC2, não há a participação popular por meio deste ambiente virtual de troca de opiniões. Isso nos remete a uma redução no poder de resistência oportunizado pela atuação dos correspondentes comunitários por meio do Viva Favela. Ao participar nos comentários, os

demais moradores das favelas e brasileiros poderiam amplificar a força do sujeito coletivo e da luta iniciada pelos CC.

Contudo, assim como verificamos ao estudar a sistemática de ação do projeto, identificamos nos *posts* e reportagens analisados o compartilhamento por meio da rede social Facebook. Apesar de esse registro só ser possível nos textos publicados após a renovação do *layout* do portal, no segundo semestre de 2015, já são evidenciados relevantes números de ampliação do conteúdo. Conforme consta no Portal, as reportagens TR2-CC1 e TR-CC2 foram compartilhadas 89 e 29 vezes respectivamente, enquanto a postagem TB2-CC2 81 vezes.

No conjunto, as publicações totalizaram 199 compartilhamentos, demonstrando o encontro de “novas formas de gestão” e de “conexão” por parte das pessoas que atuam e acompanham, ampliando a “ação” e o “comum” e amplificando a “conexão entre as singularidades”. O sistema do portal VF não permite acompanhar os perfis virtuais que compartilharam seu conteúdo, não podendo ser verificado se surgiram comentários nessa outra ambiência.

Voltando nossa análise aos textos independentes do CC2 postadas em seu *Blog*, verificamos similaridades com sua publicação na página principal do portal VF. Os dois *posts* relatam eventos ocorridos. Um aborda uma manifestação organizada por moradores do Complexo do Alemão, com o título “Complexo do Alemão pede Paz” (TB1-CC2); o outro, fala do show para gravação do trabalho de grupo de pagode comandado por Netinho de Paula, “Família Cohab City grava primeiro DVD na Zona Norte” (TB2-CC2).

Como verificamos no caso do CC1, as publicações para o *blog* do CC2 também revelam alguns indícios de que não são revisados e corrigidos antes da postagem. São verificados alguns erros de digitação e de acentuação, além da organização dos parágrafos, que são mais extensos, conformando grandes blocos de texto, e do uso de imagens não seguidas por legendas e fontes. Ainda, assim como o fez o CC1 no texto TB1-CC1, o CC2 em sua publicação do TB1-CC2 sai do assunto em foco para trazer outras informações (Exemplo 48). Ele utiliza a fala de um entrevistado, que expõe aspectos positivos sobre a comunidade em questão.

EXEMPLO 48

As iniciativas que trabalham pelo social na comunidade com crianças, e a utilização de um dos transportes mais usados pelos moradores na região, também foram destacados pelo morador. “**No Complexo do Alemão tem muita coisa positiva, tem muita atitude bacana**, desde aquela senhorinha que cuida de diversas crianças pros pais trabalharem, como o moto táxi, que é uma iniciativa de favela primordial na nossa vida. Colocaram apenas **a secretaria de segurança e ela sozinha ficou provado que é falha, faltam outras secretarias e outros trabalhos** chegando junto, dialogando e trabalhando com as organizações existentes na favela”, lembrou Raul. **Além disso, existem** na comunidade

organizações que trabalham com a cultura e a comunicação comunitária, como é o caso do coletivo Papo Reto, que é um canal que trabalha com o audiovisual na internet através do You Tube. Esses trabalhos começam a se expandir em rede de diálogo com outras comunidades, ajudando e contribuindo com os trabalhos de umas as outras. (TB1-CC2. Grifo nosso)

Esse trecho presente em seu *post* desvela também um certo desabafo, que o CC2 poderia não divulgar. Em meio ao escrever sobre o evento em questão, parece ter sido envolvido pela afirmação do morador, conduzindo-o a um “processo de reflexão” que o “autorizou a agir”, transformando seu texto, mesmo que brevemente. Dessa forma, deixou de lado o cuidado em manter o texto dentro de uma linha mais informativa acerca da manifestação, e enunciou um relato sobre a vida no Complexo do Alemão, suas coisas boas e as nem tão boas assim.

Porém, para além desse episódio, os textos do CC2 são redigidos em tom mais impessoal, utilizando do processo de ação de evento, conformando novamente os fatos narrados como agentes selecionados em direção ao objetivo do enunciado. Esses textos iniciam com apresentação de parágrafos introdutórios, que atuam como os lides jornalísticos (Exemplos 49 e 50). Esse estilo é mantido nos dois textos, com a localização de leves traços que remontam a algum grau de afinidade e comprometimento de certa forma mais delineados se comparado a seu TR-CC2.

EXEMPLO 49

Em **manifestação realizada** no dia 4/4, cerca de **quinhentas pessoas se reuniram** em frente à comunidade do Complexo do Alemão em repúdio a morte do menino Eduardo de Jesus, atingido com um tiro de fuzil por um policial militar, que confessou o disparo. **A criança** de apenas 10 anos foi atingida na cabeça, por um tiro de arma calibre 762, após incursão da PM na comunidade, no dia 2 de abril. **Pessoas de diversas comunidades se uniram** ao Complexo do Alemão na manhã do dia 4, pra **pedir paz**, após ato pacífico realizado pelos moradores no dia 3/4, **acenando** com panos brancos **em suas lajes e janelas**. (TB1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 50

A madrugada do dia 9 de novembro marcou um novo recomeço na vida de Netinho de Paula e seu grupo de pagode, depois de mais de 15 anos. **A Família Cohab City, grava** o seu primeiro trabalho ao vivo na nova casa de show do Campinho, local que abrigava o GRES Tradição, na zona Norte do Rio. Todo **o show se resumiu** a uma noite de festa abençoada, com muita alegria através dos manos da Cohab (Wagninho, Lino, Fabinho e Netinho). O público de aproximadamente 3.000 (três mil) pessoas encheu a casa e teve a oportunidade de cantar e dançar os sucessos da carreira dos músicos como “Tanajura”, “Beijo Geladinho”, além dos clássicos “Cohab City” e “Gente da gente” entre outras músicas inéditas. (TB2-CC2. Grifo nosso)

De acordo com os exemplos, percebemos que mesmo escrevendo no espaço que não necessita a revisão do projeto, o CC2 escreve dentro de um padrão definido. Seus textos seguem

um mesmo modelo de expor a informação sobre os eventos relatados e utilizar o depoimento de pessoas presentes para compor a reportagem, em contraposição ao CC1 que deixa mais evidente se posicionar de forma diferente quando elabora textos para a seção Reportagem ou para o *Blog*. Essa atuação do CC2 pode ser característica de sua forma de escrever, mas também revelar indícios de um certo “ajuste dos corpos aos modos de produção determinados e dominantes”, querendo participar e contar sobre o que acontece em sua comunidade, mas condicionado por uma “rotinização mecânica” de como fazer.

Esse fato não deve ser compreendido exclusivamente como vinculado a uma possível “liberdade negativa”, pois de certa forma o processo de pretender se assemelhar ao discurso jornalístico pode auxiliar o correspondente em participar da iniciativa a partir da geração de segurança sobre como escrever. Porém, mais uma vez ponderamos sobre relatar de fato quem são e como são as favelas e periferias representadas no VF pelos seus correspondentes. Em se tratando de um projeto comunitário que tem seu resultado vinculado à comunicação, a forma de expressão é aspecto relevante para o reconhecimento das “comunidades pelas próprias comunidades”. A adoção de formas de escrita mais formais pode, neste sentido, afastar o correspondente da sua comunidade, a qual pode não se identificar com esses escritos.

Seguindo este mesmo formato de texto, o CC2 acaba por tematizar e modalizar também de forma semelhante, mantendo a impessoalidade e um distanciamento entre enunciador e o que é enunciado. Assim, mais uma vez os próprios eventos informados e o envolvimento das pessoas e dos moradores tornam-se temas, reforçando seu cuidado em não se posicionar e assumir a responsabilidade sobre o que é enunciado. Nos exemplos a seguir, destacamos alguns trechos das duas publicações que demonstram o referenciado acima.

EXEMPLO 51

O dia 4 de abril ficou marcado na comunidade com a **participação de boa parte do Complexo**, artistas da cultura Hip Hop, igrejas e demais religiões, além da presença do deputado estadual Marcelo Freixo e do ator Paulo Betti. **Durante o evento o grafiteiro Rodrigo Mais Alto da BF** fez uma tela com o desenho da comunidade e a palavra Paz em letras garrafais, com destaque, em cima da tela. **Diversas pessoas discursaram** a respeito da violência nas comunidades e favelas do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, e todos pediam mais amor, menos violência, e paz pra toda comunidade. (TB1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 52

Já **o deputado Marcelo Freixo**, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) **disse**, “existe um caminho importante a ser construído, a história do Complexo do Alemão envolve a vida de muita gente e essas pessoas precisam ser ouvidas, não há outro caminho se não ouvir os moradores [...]”. (TB1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 53

Um show a parte foi a performance do grupo cantando e dançando cada música e tudo isso junto a alguns **ícones da música brasileira**, como **Mumuzinho, Xande de Pilares, Molejo e Naldo Benny ao lado de Netinho de Paula** numa participação dos cantores no repertório da gravação do DVD *Cohab City*, só abrilhantou ainda mais toda a celebração que marcou o retorno do grupo em grande estilo. (TB2-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 54

Netinho lembrou ainda de sua satisfação em poder gravar no **Guetto (para o povo das comunidades)** de onde veio, “cantar pro nosso povo, pra quem gosta de verdade aqui na cidade do Rio de Janeiro foi muito bom... A casa estava lotada, a gente não esperava que viria tanta gente, ficamos muito felizes, foram três horas de show, gravamos muitas músicas. **A gente está** emocionado, de fato o Rio é a nossa casa”. (TB2-CC2. Grifo nosso)

Apesar de não se colocar no texto como quem também vivencia e compartilha dos fatos que divulga e optar por uma escrita com marcas de objetividade e impessoalidade, o CC2 demonstra valorizar o envolvimento das pessoas, elaborando sua forma de narrar o cotidiano das comunidades a partir dos sujeitos e suas práticas e opiniões. No exemplo 53 desvelamos um breve sinal de envolvimento quando afirma “um show a parte foi a performance do grupo [...]”, indicando que o CC2 esteve presente e que gostou do show relatado, considerando os cantores participantes “ícones da música brasileira”. Outro sinal de aproximação está quando o enunciador traz uma explicação para “Guetto” (Exemplo 54), como a compreensão tida pelo “povo das comunidades”. Ao trazer esta explicação demonstra ter conhecimento sobre o que é falado e ainda, presume que o enunciado será lido por pessoas de fora das comunidades, que podem desconhecer o significado desta expressão. Dessa forma, o enunciador contribui para a aproximação entre “o morro e o asfalto”.

Um destaque que julgamos relevante e que ressalta uma “liberdade” nas publicações do CC2 é seu envolvimento com a religião, tema presente em seus textos na seção *Blog*, por vezes mais aparente, outras mais discreta. Nos textos analisados observamos essa recorrência, conforme exemplificamos:

EXEMPLO 55

A igreja Marca de Cristo participou do evento com os pastores Leonardo Apicelo e Valsonir Canabarro. O Pr. Leonardo **discursou em prol do amor de Jesus na comunidade** e ressaltou a importância do Hip Hop como um instrumento de conscientização no Complexo do Alemão. **A igreja ainda deu suporte para que a mensagem de paz fosse registrada** no ato pelos integrantes da cultura que participaram no local. (TB1-CC2. Grifo nosso)

EXEMPLO 56

Uma das maiores dificuldades segundo Netinho, foi unir o grupo para outra vez cantarem juntos depois da banda ficar um bom tempo sem se falar. “É o Fabinho, que é o cara **mais espiritual** de todos, que **é evangélico, veio com a palavra e através do evangelho** e do amor, tocou o coração de todos e quebrou o ódio dessa galera que tá aqui no grupo hoje”. (TB2-CC2. Grifo nosso)

A referência à religião é uma marca do CC2, sendo inclusive o principal tema que motiva sua participação como correspondente. Além dos TB1-CC2 e TB2-CC2, verificamos essa relação em todas as suas outras cinco postagens em seu *blog* no portal VF (período considerado conforme Anexo 2), sendo na maioria o foco do texto, como vemos a partir dos seus títulos: “Marcha para Jesus Rio 2014 revela grandes campeões” (08/07/2014); “Zion promove parceria de lançamento com DVD de Thalles Roberto” (27/12/2014, sobre cantor gospel); “Festa The Kingdom faz sucesso na baixada em sua 1ª edição” (01/04/2015, festa sobre valorização dos negros e louvor a Deus); “Diversas comunidades marcam presença na Marcha para Jesus na Sapucaí” (13/06/2015); “DVD do cantor Eli Soares gera expectativas no meio Gospel” (01/09/2015).

Essa questão nos remete a traços que indicam alguns aspectos levantados em nosso estudo no que tange a espaços para o empoderamento e à biopotência. Ao marcar sua atuação relacionada a um único tema, o CC2 deixa indícios de sua “tomada de consciência” sobre o que é relevante e motivador a sua ação, encaminhando-o a uma “conquista da liberdade” que direciona sua “força-invenção” a se “tornar vetor de valorização” do que acredita.

De modo distinto, em sua única publicação na seção Reportagem, que tratou sobre um evento em homenagem ao Dia da Consciência Negra, não é constatada nenhuma menção à religião ou a Deus. Esse fato pode estar vinculado com a necessidade de aprovação de pauta e revisão da redação do projeto VF, que opta por um texto menos personalizado, e ser um motivo para a não participação do CC2 na seção Reportagem.

Isso nos revela o primeiro exemplo que faz lembrar que relações de poder e processos de empoderamento e conscientização existem, mas dependem em grande maneira dos sujeitos para que se efetivem ou não. Ou seja, independente de como o ambiente se configura, mais constituidor de liberdade negativa ou positiva, é a tomada de consciência, a ação, a mudança intra e interpessoal, a coletividade, a força, a luta, a valorização da vida por parte das pessoas que vai conduzir para uma experiência de maior “domínio sobre” ou “resistência”.

A atuação das pessoas é o ponto crucial à transformação no cenário que propomos refletir. Nessa etapa do estudo, objetivamos destacar marcas que demonstram como se configuram as práticas sociais dos sujeitos que participam do projeto Viva Favela, expondo

como as relações de poder e as forças implicadas nos ambientes “Reportagem” e “Blog” atuam em suas produções. Percebemos que, assim como verificamos na primeira parte da análise, relações de força estão demarcadas, por vezes mais evidentes, outras mais sutis.

4.3 Reflexões acerca de uma biopotência comunitária a partir das práticas e estratégias no Viva Favela

Propomos pensar a comunicação comunitária a partir da perspectiva das relações de poder. Estudar seu ambiente de ação cientes que, apesar de ter uma proposta integradora e democrática, também está inserida em um contexto institucional constituidor de relações de força. Investigamos o caso comunitário Viva Favela, situado na cidade do Rio de Janeiro-RJ. No decorrer do desenvolvimento desse estudo, o projeto passou por transformações e enfrentou a perda de relevantes organizações mantenedoras da iniciativa. Já por esse panorama, percebemos o contexto comunitário inserido em tramas de poder vinculadas à possibilidade, ou não, do seu fazer.

A respeito dessas relações de poder/força, optamos por discuti-las sob a abordagem introduzida por Foucault, apresentando os conceitos de biopoder e biopolítica articulados à revisão teórica proposta. Essa perspectiva nos oportunizou pensar o poder pelo viés social em consonância ao institucional, uma vez que parte da compreensão de que é a sociedade, ou seja, são as pessoas em suas relações sociais, políticas, econômicas, culturais que instituem o poder. Por vezes mais disciplinador, outras mais controlador e libertário, mas sempre agindo sobre a vida dos sujeitos, e assim, a partir da prática desses.

Nossa observação considerou três versões do projeto. As relações de poder que vislumbramos iniciam em seu contexto histórico de surgimento perante uma organização maior, a ONG Viva Rio, que “responde” a um poder municipal. A partir disso, passa então, pelas hierarquias institucionais da ONG, avança ainda pela organização administrativa do projeto e chega ao conjunto de correspondentes comunitários e seu resultado, com a divulgação de conteúdo informativo sobre periferias brasileiras.

Na versão que funcionou entre 2010 e 2013, embora não tenhamos tido acesso a dados completos sobre sua arquitetura de funcionamento e *layout* do portal, vislumbramos um ambiente com características mais leves em sua forma de atuar e solicitar a ação dos correspondentes comunitários. A participação era de fato aberta a quem tivesse o interesse em

escrever e contribuir com o conteúdo do portal, sendo exigido o preenchimento de um cadastro, mas que não impunha representativas barreiras.

Esse modelo culminou com um número vasto de participações, tanto com o envio de textos, como de fotos e vídeos, todos publicados na página principal do portal. Desvenda com isso traços que remetem a processos biopolíticos, pois a gestão do conteúdo e de como participar era deixada a cargo dos CC, que contribuía com seus pontos de vista a respeito de suas experiências de vida. O conjunto de publicações se configurava a partir da liberdade de criar e recriar possibilidades por essa versão 2.0, que permitia o desenvolvimento de relações sociais e a conexão entre as singularidades.

Contudo, conforme repassado pela administração do projeto, esse formato não estava mais funcionando por dois motivos: a votação das notícias e os conteúdos postados. A votação gerava um ranqueamento que fazia com que quem tinha um círculo maior de relações no portal tivesse sua publicação mais visível na *home* do mesmo, o que gerava certa desmotivação em alguns CC. Os conteúdos eram abrangentes, incluindo propaganda política ou informações difamatórias sem a devida apuração ou senso crítico.

Frente a isso, os idealizadores do projeto optaram pela mudança. Surge, em 2013-2014, a versão 3.0 do portal Viva Favela, que além do cadastro, vinculava os textos publicados na página principal à revisão de uma equipe de redação do projeto. Foram “perdidos” alguns CC com a mudança, que não concordaram com o novo modelo, mas novos foram surgindo, muitos a partir das oficinas de formação, realizadas em diferentes comunidades. Essa proposta do projeto o tornou mais “fechado”, com mais indícios da presença de dispositivos de biopoder, limitando a participação e dificultando mais em alguns aspectos, como nossa observação destacou.

O projeto se transformou, sua atuação modificou e as pessoas mudaram, mas continuaram participando. Algumas por interesses pessoais, e outras sensibilizadas pelo ideal de valorização e autovalorização, como podemos perceber nas falas de entrevistas com correspondentes atuais que concordam com o preconizado pelo VF e pelos CC de quase uma década atrás. É o “mostrar a realidade”, “ajudar o pessoal da comunidade” e “denunciar as injustiças” que move, não importando majoritariamente o como.

Acho que **acima de tudo é o saber, quando você empodera esta galera do saber você inclui** automaticamente, digitalmente, socialmente, porque **ela sabe dos direitos e dos deveres, sabe o que tá acontecendo**, se tá vasando esgoto não pode [--], vai **ter uma consciência maior** na hora de votar, de cobrar, de fazer. [...] Uma pessoa que está a par dos direitos dela, Nossa Senhora né, **a gente se torna uma força gigantesca** e é isso que a sociedade às vezes impede esta galera [...]. **Então quando se deixa rolar, deixa a ignorância tomar conta, acho que é interesse social e político de manter as pessoas numa escuridão mesmo, porque aí é muito mais fácil pra manipular.** Porque **você não manipula uma pessoa que tem o saber** [...]. (Entrevistado B)

Eu **conheci mais e mais conhecimento** é mais um **degrauzinho subindo**. (Entrevistado C)

Essa menina da periferia tá **resgatando** agora **coisas que são da realidade dela, da minha realidade**, embora eu não seja criada na favela eu, enfim, já morei em comunidade na época em que morar na comunidade não era negócio, agora é negócio, né? [...] Então é um resgate pra mim, da minha origem. Uma pessoa que era da periferia e que sonhou uma vida, que idealizou uma vida e o caminho não é reto [...]. Então eu fico muito contente de estar **voltando pra minha origem**, voltando pra Penha, **podendo falar do lugar que eu venho; tem esta coisa emocional** também, esta **ligação emocional**. (Entrevistado D)

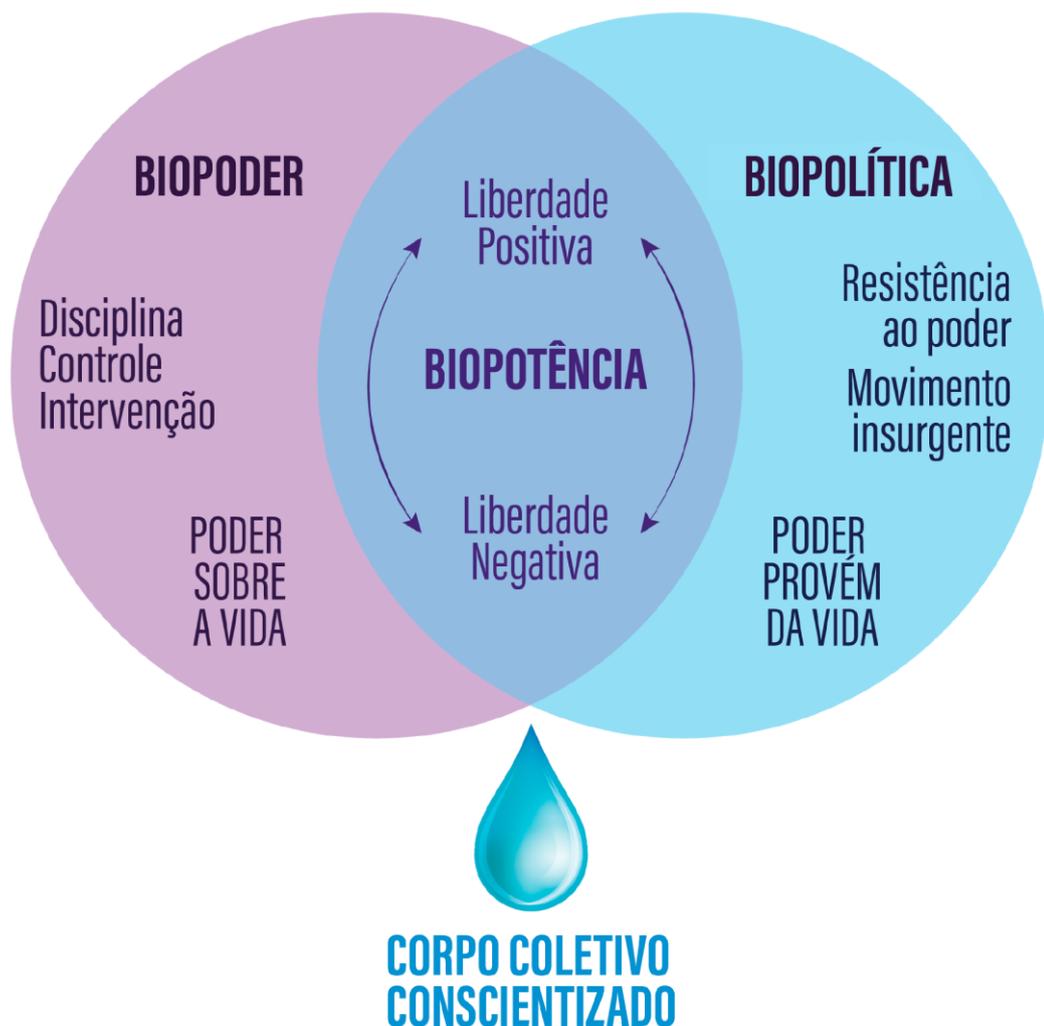
Nesse sentindo, a possibilidade do conhecimento e o acesso e a promoção do saber acabam sendo centrais. Independente do tensionamento entre liberdade positiva e negativa, é o poder de se autorizar, de valorizar, de se inserir criticamente e conseguir gerar transformação que se sobrepõe. Apesar de reconhecerem os limites impostos pelo projeto, é o pensar no “comum” que parece conduzir os sujeitos do VF a direcionarem suas forças-invenção como vetores de valorização e autovalorização. Assim, possibilitam o “saber” que “inclui” e que dá “uma consciência maior”; oportunizam ter o “conhecimento” que os faz subir um “degrauzinho”; permite o “resgate” e “voltar pra origem”, “falar do lugar que vem”.

Nosso estudo não alcança e nem objetiva compreender o resultado de todo esse movimento nas pessoas, mas essas afirmações dos CC traduzem ações críticas e o processo de reflexão e tomada de consciência, que chegam aos demais moradores de periferias por meio da “ligação emocional”, oportunizando a união e sua constituição como sujeito coletivo. O que acontece a partir dali, quantos são “atingidos” e como as pessoas agem, não sabemos, contudo percebemos que o ambiente investigado possibilita o empoderamento, a partir da conscientização e da autorização a agir dos próprios CC.

Embora fortemente envolvido a sistemas que imbricam dispositivos de biopoder, o trabalho do Viva Favela transmitia e compartilhava conhecimento, amplificando as realidades, experiências, conquistas e dificuldades que vivenciam os brasileiros moradores das comunidades e periferias do país. Uma atuação permeada por biopoder e biopolítica, que transitava entre espaços de liberdade negativa e liberdade positiva.

E é justamente neste “entre” que vislumbramos a força que compreendemos obrigatória à prática da comunicação comunitária, ou seja, as pessoas que ali perpetuam o projeto. Configuram-se como a multidão em sua biopotência, que assim como expõem as teorias que estudamos, atuam como um “caldo biopolítico”, uma composição que permite preencher as brechas e ocupar o ambiente impositivo com a força de vida, com sua resistência coletiva ao poder. A figura 24 traz a representação do nosso entendimento acerca dessas relações de poder e da força dos sujeitos no ambiente da comunicação comunitária estudado.

Figura 24 – Biopoder, biopolítica e empoderamento no ambiente comunitário



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar das mudanças ocorridas em seus 15 anos de existência, com acordos e desacordos, idas e vindas de CC, foram os sujeitos que permaneceram, reconhecendo o projeto como um ambiente possível à luta pela construção de um mundo comum, exercendo seus direitos de liberdade nos espaços do projeto, exigindo à sua maneira seu “poder de vida”. “Na verdade, quando dizemos ‘liberdade’ entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 2).

E esse poder de vida reclamado pelos sujeitos faz referência a novos movimentos de poder, os quais convocam a autonomia, a cooperação, a produção social e os afetos, conforme nossos apontamentos teóricos, pressupostos que vêm ao encontro da proposta de pensamento acerca da biopotência, ou força de vida. Para isso, é preciso que esses sujeitos se constituam em multidão, na perspectiva biopolítica, como uma multiplicidade que é plural e centrífuga. Essa multidão é complexa e virtual e só possível em um espaço constituído a partir da produção e do coletivo humano em ação. O VF, pois, apesar do imbricado de forças em sua atuação, possibilita a formação desse coletivo múltiplo e dinâmico, composto pelos correspondentes comunitários e todas as pessoas que representam, em graus de menor ou maior envolvimento.

E destacamos isso a partir da análise dos textos por eles produzidos. Mesmo quando participando no ambiente de maior controle pelo projeto, percebemos certa essência permeando por entre suas estratégias discursivas. Os textos apresentam diferenças que demarcam um “outro” enunciador, mas o correspondente comunitário se mantém vivo e perceptível, por vezes de forma mais ou menos explícita. Essas marcas discursivas vislumbram a realidade social que é construída, bem como o “eu” constituído, que transitam no discurso dos CC, independente se escrevendo sozinhos ou se tiveram seus textos revisados. É como se sua força-invenção e seu trabalho vital fossem convocados.

Suscita-nos, apesar de termos identificado no ambiente do VF mais dispositivos de biopoder, uma certa prática biopolítica que emerge das próprias pessoas. Segundo Foucault isso é possível, pois “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (FOUCAULT, 2012, p. 232).

Dessa forma, quando tratamos sobre biopolítica ainda estamos tratando de poder, mas ele se torna dinâmico em sua relação com os indivíduos. Atua de forma diferente daquele poder instituído disciplinarmente, como o biopoder, que é rígido, estático (PELBART, 2011). Assim, falar de um contexto de biopolítica e de biopotência é tratar sobre relações de poder e domínio que não são lineares, “pois ao invés de unificar tudo, cria um meio de pluralidade e de

singularização não domesticáveis” (PELBART, 2011, p. 83). E, considerando o ambiente do ciberespaço “encontraríamos os pequenos grupos diferenciados que se multiplicam e se diversificam sem cessar” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 132), a multidão.

Lembramos ainda, o cenário atual vivenciado pelo projeto Viva Favela, que está com sua atuação comunitária paralisada por tempo indeterminado. Voltamos com isso, ao biopoder, que apesar de impor algumas regras e delimitar de certa forma a atuação dos CC, é necessário. No contexto investigado, a falta dele trouxe um resultado pior, que é a paralização da ação do projeto. Sem o investimento das instituições mantenedoras, o projeto não pode mais permanecer atuante. Funcionários foram demitidos, não sendo mais realizadas as oficinas, publicadas as revistas VF e possibilitado o trabalho frequente de acompanhamento dos CC.

Sem o “poder de pagar para criar”, o projeto está sem a atuação dos CC. A publicação de algumas reportagens no portal é realizada, de forma esporádica, por um reduzido número de funcionários que foram realocados junto à equipe de comunicação da ONG Viva Rio. Por determinação do projeto, a atuação dos CC está paralisada, incluindo a postagem independente na seção *Blog*. Esse fato, motivado por circunstâncias de dependência econômica, demonstra como o poder dominante funciona como um “regime geral de dominação da vida”.

O projeto está à mercê do interesse e da dedicação da organização realizadora para prosseguir com sua atuação social e comunitária e o trabalho dos CC interessados em continuar “dando voz às suas comunidades”. A mudança foi de difícil enfrentamento “[...] e o processo de saída não foi muito bem articulado pelo Viva Rio, deixando muitas falhas e falta de informação pelo caminho”, informou representante do projeto em resposta à questionário, completando: “sinceramente não acredito mais em um resgate do Viva Favela nos moldes que ele era antes” (ex-Redação do projeto em resposta à questionário, 2016).

Em contrapartida, eis que são revelados novos traços de prática biopolítica, do poder de resistência para buscar “novas formas de gestão da vida”, de biopotência da multidão para transformar o “poder sobre a vida” em “poder de vida”. Uma organização paralela à espera pela solução do VF foi articulada, e como uma “resistência produtiva”, alguns funcionários demitidos e CC buscaram outros meios de continuar, como uma “potência de transformação”. Conforme expõe a ex-funcionária do projeto, “muitos correspondentes tornaram-se nossos amigos pessoais e continuamos nos encontrando e atuando em coisas pela cidade”.

Além disso, ex-integrantes do Viva Favela deram início a um novo projeto comunitário, o “Di Favela”. A partir da experiência adquirida e inspirados pelo mote do projeto anterior, a nova ação comunitária atua de forma similar, utilizando os “recursos do conhecimento, cooperação e comunicação” para dar sequência ao propósito desejado. “Estou apostando

minhas fichas no Di Favela e acho que ele irá rapidamente suprir essa lacuna que o Viva Favela deixou na comunicação comunitária no Rio de Janeiro (ex-Redação do projeto em resposta à questionário, 2016).

Esse movimento demonstra que “todos e qualquer um detêm a força-invenção e pode se tornar vetor de valorização e autovalorização”. Produzem dessa forma, o valor gerado e trocado pela biopotência, uma economia imaterial, resultado da soma das forças intelectual e afetiva. “No lugar da força repetitiva e autômata, as lutas antidisciplinares forçaram a adoção de novos mecanismos de produção. O cérebro inventivo, cooperativo e colaborativo passa a comandar o valor do trabalho, mesmo dentro das novas estruturas de poder [...] (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 30).

Apontamos em nosso entendimento que a comunicação comunitária, quando atuante nos inovadores e crescentes ambientes no ciberespaço, precisa ter sua ação guiada pelo reconhecimento das relações de poder a que está imposta, a que liberdades negativas e positivas está relacionada, e operar a partir do envolvimento das pessoas como um corpo coletivo conscientizado, que parte do seu empoderamento e da sua biopotência como multidão para transformar. Esses movimentos considerados pequenos precisam atentar cada vez mais ao seu entorno e atuar cientes da realidade que vivenciam para sua inserção crítica frente à sociedade, nos moldes do empoderamento e da conscientização pregados por Paulo Freire.

Dessa forma, vão em direção aos princípios, elencados nesse estudo (Quadro 3), da reflexão, tomada de consciência, ação, coletividade, comum, força, luta, transformação e outros e constituem um corpo coletivo conscientizado. Esse, dispõe da potência necessária à criação de uma subjetividade livre e autônoma, para atuar no reconhecimento dos ambientes de liberdade positiva e negativa no ciberespaço (Quadro 2).

Então, como um ambiente midiático comunitário, em meio a estratégias de biopoder e práticas de biopolítica, oportuniza o empoderamento das pessoas envolvidas? Quando a atuação está baseada em uma biopotência, no poder de vida dos sujeitos, fazendo com que esta força vital varie, transforme-se e reinvente sua forma de atuar, recrie caminhos e os modos de se enunciar. Assim, não importam as relações de força, os tensionamentos de poder, pois atuando amparados na ação do comum, vislumbram a liberdade de criar e recriar de suas capacidades criativas e produtivas humanas. Permitem sua ação, empoderam-se e se tornam “biopotentes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprir um percurso investigativo não é fácil. Depende da realização adequada e conjunta de inúmeros procedimentos, que encaminham a reflexão acerca de uma problemática levantada. Encerramos nosso estudo apresentando alguns fechamentos, na expectativa de termos cumprido o objetivo que incentivou o investimento transcrito nas páginas desta tese.

O caminho teórico perpassou as contribuições de relevantes pesquisadores, que deixam inspirações ao surgimento de novos esforços investigativos. Inspiramo-nos em muitos autores para articular nosso conhecimento em comunicação a novos olhares. Desvelamos entendimentos acerca do poder no contexto midiático. Repensamos o biopoder e a biopolítica em vistas da perspectiva comunitária da comunicação.

A comunicação é nosso foco, concentrados naquela que permeia uma ambiência midiática para se realizar. Pensamos uma ação comunicacional utilizada pelo homem e a seu favor e não exclusivamente do mercado, do capital. Desejamos uma comunicação como componente pedagógico e não mero instrumento midiático; promotora de participação e não de transmissão de informações.

Alocamos nossa linha comunicacional investigativa na seara da ambiência da internet como mídia interativa, com seu modelo multimídia que privilegia a coordenação da ação coletiva. Esse ambiente em constante desvelamento, torna os processos dinâmicos da comunicação ainda mais complexos. É nesse panorama que encaixamos a perspectiva comunitária, interessada também na atuação coletiva e na produção de subjetividades e transformações.

Juntando esse emaranhado teórico, chegamos a compreensões que configuramos de forma resumida em dois quadros, apresentados nas páginas 59 e 82. Assim como esses auxiliaram o nosso percurso investigativo, deixamo-los a disposição para outros estudos interessados no contexto. Articulamos conceitos que permeiam a comunicação, conjugada ao entendimento das relações de poder frente à atuação necessária dos sujeitos.

Tratando acerca do poder, chegamos à discussão sobre as liberdades nos ambientes da internet. Conjugamos os contextos de liberdade positiva e negativa na análise do caso estudado. Após feito isso, compreendemos que independente de como atua, a liberdade está presente. O ponto de partida são as pessoas e suas ações. A liberdade negativa trata de uma “liberdade controlada”, enquanto a liberdade positiva se molda como uma “liberdade livre”, contudo, ambas têm a gênese da liberdade, dependendo de como é trabalhada e encarada para ser mais controlada ou mais livre.

Ao encontro disso, está o trabalho do objeto empírico investigado. O projeto e portal Viva Favela é uma reconhecida ação social desenvolvida pela ONG Viva Rio, no Rio de Janeiro-RJ. Sua atuação é premiada, como um dos pioneiros a colocar as pessoas de periferias a representar seus espaços de vida em uma experiência na internet. Sua proposta passou por mudanças estruturais, mas o foco da sua atuação se manteve em retratar as comunidades a partir de seu próprio ponto de vista, aproximando-as da sociedade.

Entendemos que o Viva Favela trabalha com espaços que oportunizam o empoderamento, superando a ação crítica individual e promovendo atos sociais que geram transformações a partir do que expressam os correspondentes comunitários. Apesar de relevantes espaços de poder controlador, os CC e o VF fazem sim, comunicação comunitária, pois têm em sua proposta e em sua ação a comunidade envolvida, as pessoas, auxiliando estas na compreensão crítica de sua realidade e despertando para cada vez mais lutar e buscar superar a situação de opressão vivida. Agenciam, pelos seus discursos, novos modelos de interação.

O VF oportuniza espaços para o reconhecimento da realidade das periferias e o empoderamento dos sujeitos que dele participam. Auxilia na ação de decisão, no desenvolvimento de um olhar e pensamento críticos, evoluindo para o ato social de ser um CC e agir movido pela crença de que podem gerar transformação. No fim, o que fica como caminhos ao empoderamento é o conhecimento, proporcionar o saber, trazer novas formas de gestão e de experiência, novos aprendizados e modos de “olhar”.

O projeto conjuga uma experiência comunitária que funciona no tensionamento entre biopoder e biopolítica. Concluímos isso com a análise de sua sistemática de ação, ao observarmos a proposta de práticas que objetivavam motivar e auxiliar os CC a escreverem sobre as favelas e periferias em que vivem, mas também o desvelamento de métodos que os impunham uma padronização. Esse tensionamento é percebido igualmente quando analisadas as estratégias discursivas nas publicações do Portal, que se conformam em detrimento das práticas sociais perpetradas pelo projeto.

Um exemplo disso é a impessoalidade praticada discursivamente nas reportagens e postagens. Escrevendo com ou sem o acompanhamento da redação do projeto, percebemos um certo afastamento dos CC quando enunciadores de suas próprias realidades, como que uma constante intenção em deixar seus textos mais jornalísticos e de acordo com o viés de ação do Viva Favela na versão entre 2013 e 2016. Sob nosso ponto de vista e perspectiva teórica, se a proposta é mostrar as comunidades a partir das próprias comunidades, sem as distorções e limitações praticadas pela mídia tradicional, seria mais adequado um posicionamento mais comunitário, pessoal, com os enunciadores mais demarcados em seus discursos.

Contudo, o Viva Favela conjuga também o trabalho imaterial e afetivo, que pode superar relações de poder impostas e alavancar o empoderamento. Entendemos que o trabalho imaterial intelectual gera como “produto” o conhecimento, enquanto o trabalho imaterial afetivo gera as relações e os afetos. Conhecimento no conjunto de relações e afetos é comunicação. Comunicação no ambiente midiático do portal Viva Favela é comunitária.

Chegamos, pois, a comunicação comunitária como um conceito biopolítico, pois parte de um certo controle instituído, mas que atua como uma nova forma de gestão; tem o peso da necessária organização institucional, porém orientada por uma proposta que prima pelo democrático e alternativo. Isso se deve pela centralidade na capacidade criativa dos sujeitos. Por sua base ser orgânica e participativa, e assim, viva, atua na direção dos poderes de vida, com cidadãos ativos e gestores de suas relações e ações sociais.

No caso do Viva Favela, percebemos essa capacidade criativa e sujeitos gestores já no momento em que decidem demonstrar a realidade de suas vidas e denunciar determinadas questões, participando do projeto. Enfrentam, com isso, a necessidade de reconhecerem sua condição de vida e de que ela é subjugada. Indiciam sua tomada de consciência e, assim, a sua capacidade de mudarem a si mesmos na busca por transformarem suas vivências coletivas.

Ao aceitarem as condições do projeto para seguir na intenção de falar sobre suas comunidades à sociedade, constituem uma espécie de contrapoder ao conjugarem suas próprias forças de vida em detrimento do agir em comum. Mesmo condicionados à rotinização e ao monitoramento sobre seu “como falar”, mantêm-se autorizados a escrever, pois vislumbram um espaço de compartilhamento de conhecimento, de resistência produtiva, de transformação pela comunicação. Tratamos de uma forma de comunicação como uma biopotência comunitária, como uma forma de colocar “entre”, em comum, em comunicação.

Essa biopotência comunitária se manifesta no reconhecimento e na crença dos correspondentes comunitários de que detém a força-invenção e que podem atuar como vetores de valorização das comunidades e suas pessoas. Quando vivenciam uma experiência na favela e percebem a possibilidade de uma luta por meio da exposição disso no Viva Favela, deixam emergir suas capacidades criativa e produtiva. Quando aceitam discutir e defender essas questões como possibilidades de pauta junto à redação do projeto, demonstram uma inserção crítica e sua potência em querer transformar a realidade.

Mesmo quando o Viva Favela mudou sua forma de ação em 2014 e CC optaram por sair, esses demonstraram um empoderamento, pois se autorizaram a agir conscientizados de que aquela não era mais sua forma de lutar. Também com a paralização do projeto em meados de 2016, alguns participantes decidiram continuar a transformação iniciada e como um sujeito

coletivo criaram uma nova proposta para perpetuarem sua dinâmica de singularidade, partilha e luta. Em todos esses casos estamos falando de biopotência da multidão, da comunicação comunitária, de movimentos biopolíticos.

Pensar casos de comunicação comunitária no ciberespaço e frente às relações de biopoder e biopolítica instiga a vislumbrar uma abertura da comunicação em seu viés comunitário, pois deixa de ser gestada e produzida no âmbito exclusivo da comunidade, do contexto atendido. Práticas comunitárias de comunicação no ciberespaço são um caminho a esta abertura, pois possibilitam um acesso mais amplo de suas práticas e a disseminação mais facilitada, abrangente e rápida de seus resultados. Dá maior visibilidade e com isso, alcança e pode sensibilizar e envolver mais pessoas.

Nossa investigação propôs olhar para o ambiente da comunicação comunitária e a ambiência do ciberespaço na perspectiva de compreender as relações de poder e visualizar espaços de empoderamento. Ao estudarmos os conceitos foucaultianos e verificá-los na prática, realizamos a não existência da demarcação onde termina um e inicia o outro.

Como a própria expressão relações de poder antecipa, biopoder e biopolítica configuram um movimento sem caminho predeterminado. No contexto comunitário investigado, uma reunião de pauta suscita controle e protocolos, mas também a oportunidade de análise crítica e conhecimento; as oficinas de formação de CC evidenciam ajuste dos corpos e tecnologia de adestramento, mas também nova forma de gestão da vida e desenvolvimento de relações sociais; as instituições patrocinadoras e apoiadoras impõem certa administração e dominação, mas também possibilitam a atuação do projeto e, com isso, a existência deste terreno de lutas e resistências produtivas.

Tratamos de fato do tensionamento de poderes e do imbricado de biopoder e biopolítica no ambiente de ação. É por isso que a biopotência surge como possibilidade de resposta, uma vez que propõe a conjugação de forças e de capacidades à resistência coletiva ao poder. Verificamos nas pessoas, aos moldes do próprio conceito de empoderamento, a força para a ação e libertação, orientadas pela consciência de reconhecerem a sua realidade e os poderes a ela envolvidos.

Por tudo isso, vislumbramos um corpo coletivo conscientizado, que pode atuar frente às liberdades negativas e positivas, com menos ou mais ganhos e perdas de acordo com as complexidades de cada caso. Aos projetos comunitários, constituídos de poderes e contrapoderes, cabe o papel de ambiente facilitador à construção de um mundo comum, partilhado, dinâmico e democrático.

A cada capítulo apresentado nesse estudo de tese, cumprimos com uma etapa necessária aos resultados e às reflexões propostos. Assim como apontamos em nossos objetivos, caracterizamos os dispositivos de biopoder e as práticas de biopolítica presentes nas estratégias comunicacionais no ciberespaço e articulamos teórica e criticamente os conceitos de comunicação, empoderamento e biopotência da multidão, nos capítulos 2 e 3. Por fim, e como já exposto, reconhecemos o papel da comunicação comunitária na oportunidade de espaços de empoderamento perante os tensionamentos entre biopolítica e biopoder.

Estamos cientes que, apesar dos esforços investidos e da responsabilidade aplicada no percurso da pesquisa, algumas deficiências sempre ocorrem. O fato do projeto ter sido suspenso no início de 2016, gerou questionamentos a respeito da sequência do estudo. Porém, consideramos adequada sua finalização com o mesmo objeto empírico, visto que o Portal Viva Favela permanece acessível, mantendo as publicações da versão 2013-2016. Um ponto que poderia ter sido mais bem trabalhado sem esta interferência é o contato com correspondentes comunitários e representantes do projeto, com a ampliação e/ou aprofundamento das entrevistas. Foram feitas tentativas, mas não obtido o retorno favorável quanto a isso, apesar de os questionários enviados terem sido respondidos.

Apesar disso, julgamos cumpridos os objetivos colocados quanto ao reconhecimento dos dispositivos de biopoder e das práticas de biopolítica na estrutura de ação do projeto Viva Favela e seu envolvimento com espaços de empoderamento. Ao nos ampararmos na linha investigativa da mídia e suas estratégias, entendemos nosso percurso metodológico e nossas técnicas de pesquisa adequados. As entrevistas e a observação não participante foram complementos adotados por estarmos tratando de uma questão que perpassa as interações interpessoais e a ação das pessoas, ou seja, as relações de força.

Para trabalhos futuros, pensamos ser interessante investigar as relações de liberdades positivas e negativas e a reflexão acerca da comunicação comunitária como conceito biopolítico no contexto de projetos fora da ambiência da internet. Nesses espaços de participação e comunicação presenciais, a atuação coletiva, a ação de criar e recriar, o controle e o monitoramento também estão presentes e suscitam a curiosidade em melhor compreendê-los sob a perspectiva das relações de poder no processo de empoderamento. Ainda, julgamos profícuo aprofundar a compreensão acerca da identidade dos sujeitos constituída a partir desse viés de projeto e, nesse sentido, como se dá o processo de empoderamento na formação dessas identidades, ou o processo inverso.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE JR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/o7FUw>>. Acesso em: jan. 2015.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cibercultura, do XIX Encontro da Compós. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1_henrique_%20antoun_%20f%E1bio_malini.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

BARBALHO, Alexandre. **O jogo das diferenças: refluxos midiáticos e afluxos biopolíticos**. Trabalho apresentado no Núcleo de Comunicação e Cultura das Minorias, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP13_barbalho.pdf>. Acesso em: maio 2014.

_____. **Minorias, Biopolítica e Mídia**. Trabalho apresentado no NP 13 - Comunicação e Cultura das Minorias no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre RS, 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/109624170405151775373157590113964793942.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

BUBER, Martin. **Sobre Comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. Coleção Debates.

BULIK, Linda. **Biopolíticas da Comunicação: Contribuições foucaultianas para os estudos de mídia no Brasil**. Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1490-1.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Coleção Estudos Foucaultianos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CRAIG, Gary e MAYO, Marjorie (Orgs.). **Community empowerment: a reader in participation and development**. Zed Books: New Jersey, 2004. 2 ed. Livro online. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=oRIL6kHLVgoC&pg=PA1&dq=empowerment&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwirl-Twpq3QAhXMf5AKHVrpCk8Q6AEIMTAC#v=onepage&q=empowerment&f=true>>. Acesso em: out. 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2002.

DUARTE, André. **Foucault no século 21**. Dossiê A herança de Michel Foucault. CULT nº 134. Abril 2009. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/foucault-no-seculo-21/>>. Acesso em: maio 2014.

ESPOSITO, Roberto. **Nihilismo e Comunidade**. In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da Comunidade: os novos caminhos do social. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FANPAGE VF. **Página do projeto Viva Favela na rede social Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/VivaFavela/?fref=ts>>. Acesso em: dez. 2016.

FONSECA, T. e COCCO, G.. **Na volta a Espinosa, a construção do comum**. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 38 – 48, [201-].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 13ª ed.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Ditos e Escritos: estratégia, poder-saber**. Volume IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 2ª ed., 464p. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-estratr3a9gia-poder-saber-ditos-_escritos-iv.pdf>. Acesso em: maio 2016.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª ed. revisada e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____ e SHOR, I.. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.

_____. **Império**. Tradução de Berilo Varga. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Commonwealth**. The Belknap press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, 2009.

HERSCHMANN, Micael. **Espetacularização e alta visibilidade**: a politização da cultura hiphop no Brasil contemporâneo. In: FREIRE, João; HERSCHMAN, Micael (org.). Comunicação, cultura e consumo. A (des)construção do espetáculo contemporâneo. Rio de Janeiro: EPapers, 2005, p. 153-168. Disponível em: < http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/micael_espetacularizacao.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados subnormais. Censo demogr., Rio de Janeiro, 2010. p. 01-251. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

KAPLÚN, Mário. **Processos educativos e canais de comunicação**. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/ECA-USP, jan.-abr. 1999, p. 68-75. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846/39568>>. Acesso em: abr. 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **Para uma definição do conceito de “bio-política”**. Lugar comum, n. 5-6, 2003. P. 81 – 96. Disponível em: < <http://migre.me/jb7AX>>. Acesso em: abr. 2014.

LEÃO, Lucia. **Questões biopolíticas nos processos de criação transmidiáticos**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 20, p. 95-107, dez. 2010.

LECC-UFRJ. **Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária**. Disponível em: <<https://leccufrj.wordpress.com/>>. Acesso em: dez. 2013.

LEE, Judith A. B.. **The empowerment approach to social work practice**: building the beloved community. Columbia University Press: Nova Iorque, 2000. Livro online. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=mG_oNVQU8cAC&pg=PA30&dq=empowerment&hl=pt-R&sa=X&ved=0ahUKEwis37Wcp63QAhWTPpAKHU20AmA4FBD0AQgnMAI#v=onepage&q=empowerment&f=true>. Acesso em: out. 2016.

LÉVY, Pierre. **A Revolução contemporânea em matéria de comunicação**. Revista FAMECOS, nº 9. Traduzido por Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/File/3009/2287>. Acesso em: maio 2013.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. revisada. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Disponível em Google Books: <<http://migre.me/nOpuj>>. Acesso em: out. 2014.

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.; (Coleção Cibercultura).

MANYOZO, Linje. **Manifesto for development communication: Nora Quebral and the Los Baños School of Development Communication**. Asian Journal of Communication, 2006. 16 (1), p.79-99.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Sujeito, comunicação e cultura**. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/Eca-Usp, maio-ago. 1999, n. 15. - Entrevista concedida a Roseli Fígaro e Maria Aparecida Baccega.

MCCALL, Elizabeth et al. **Communication for Development: Strengthening the effectiveness of the United Nations**. United Nations Development Programme, 2011. Disponível em: <http://www.unicef.org/cbsc/files/Inter-agency_C4D_Book_2011.pdf>. Acesso em: maio 2014.

MELKOTE, Srinivas R. e STEEVES, H. Leslie. **Communication for Development in the Third World**. Londres, SAGE Publications, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

_____. **Para uma definição ontológica da multidão**. Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://migre.me/jwE8u>>. Acesso em: maio 2014.

_____. **A constituição do comum**. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Rio de Janeiro, RJ, 2005. Disponível em: <<http://www.fabiomalini.files.wordpress.com/2007/03/a-constituicao-do-comum-traducao.doc>>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Entrevista concedida a FONSECA, Thiago; COCCO, Giuseppe. **Na volta a Espinosa, a construção do comum**. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 38 – 41, 2014.

OLIVEIRA, Cláudio. **A herança foucaultiana de Agamben**. Dossiê A herança de Michel Foucault. CULT n° 134. Abril 2009. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-heranca-foucaultiana-de-agamben/>>. Acesso em: maio 2014.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PELBART, Peter P.. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. K.. **Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias**. Revista FAMECOS, n. 30, Porto Alegre-RS, 2006. p. 115 – 125.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación – ALAIC, ano III, n. 3, julho/dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145/166>>. Acesso em: mar. 2014.

_____. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 651-668. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1427/1358>>. Acesso em: maio 2014.

_____. **Mídia comunitária**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 30, 1998, pp. 141-156.

PICHLER, P.F.. **De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros**. 2012. 169p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

PINTO, J. B.. **Relações Públicas na internet: técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse**. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

PORTAL VF. **Site oficial do projeto Viva Favela**. Informações retiradas de diversos links do portal Viva Favela. Disponível em: <vivafavela.com.br>. Acesso em: dez. 2016.

QUEBRAL, Nora. **Devcom Los Baños style**. Palestra proferida em Honorary Doctorate Celebration Seminar, LSE, University of London, Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/media@lse/events/pdf/Professor%20Nora%20Cruz%20Quebral%20Dec%202011%20lecture.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. **Reflections on Development Communication (25 years after)**. Filipinas, College of Development Communication, University of the Philippines Los Baños, 2002.

QUEIROZ FILHO, A. P.. **Sobre a origem das favelas**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/download/651/365>>. Acesso em: set. 2016.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: uma perspectiva transdisciplinar entre a linguística sistêmica funcional e a ciência social crítica**. 33rd International Systemic Functional Congress, 2006. p. 1069-1081. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/53cda_resende_1069a1081.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico**. Revista Psicologia e Saber Social, 3(1), p. 83-95, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/12203/9505>>. Acesso em: nov.2014.

RUDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores.** Porto Alegre: Sulina, 2011. 311 p.

SANSON, Cesar. **A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo.** Liinc em Revista, v.5, n.2, setembro 2009, Rio de Janeiro, p.206-214. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/308/214>>. Acesso em: maio 2014.

SANTIAGO, Homero. **O que é, quem é a multidão.** Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 28 – 31, [201-].

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 – (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N.. **Glossário Social.** Publicação Comunicarte, 2004.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 104p. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

SILVEIRA, Isabel Orestes. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire.** Revista Trama Interdisciplinar, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/download/5019/3831>>. Acesso em: jun. 2014.

SRAMPICKAL, Jacob. **Development and participatory communication.** Quarterly Review of Communication Research, 25 (2), Roma, Itália, Centre for the Study of Communication and Culture, 2006. p. 1-43.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Society.** Translated and edited by Charles P. Loomis. East Lansing: Michigan State University Press, 1957. Disponível em: <<http://migre.me/bXb0B>>. Acesso em: nov. 2011.

TRINDADE, C. R. C. **Biopoder, biopolítica e o Overmundo.** Trabalho apresentado no II Simpósio da ABCiber. Painel temático Política, Poder e Informação na era digital. PUC-SP, 2008. Disponível em: <<http://www.cencib.org/simposioabciber/PDFs/CC/Carlos%20Roberto%20Calenti%20Trindade.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

VIVA RIO. **Página Inicial.** Site oficial da Organização Não-Governamental Viva Rio. Disponível em: <vivario.org.br>. Acesso em: abr. 2014.

_____. **Terceira geração do portal Viva Favela entra no ar.** Reportagem publicada no site institucional da ONG Viva Rio, em 08 de julho de 2013. Disponível em: <<http://vivario.org.br/novo-viva-favela-esta-no-ar/>>. Acesso em: abr. 2014.

UNESCO. **Many Voices, One World: Communication and Society Today and Tomorrow,** Kogan Page, Londres/Unipub, Nova Iorque/UNESCO, Paris, 1980. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/macbride-report.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos**: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, p. 581-597. Disponível em: < http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_1994_corticicos_favelas_edificios_apartamentos_modernizacao_moradia_Rio_Janeiro.pdf >. Acesso em: set. 2016.

WEISSBERG, Robert. **The politics of empowerment**. Praeger Publishers: London, 1999. Livro online. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=LNuSHQBLAC&printsec=frontcover&dq=empowerment&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjOwPaLp63QAhVJkZAKHZ9-ASU4ChDoAQgjMAE#v=onepage&q=empowerment&f=true>>. Acesso em: out. 2016.

ANEXOS

Anexo 1 – Registros de publicação na seção REPORTAGEM

MÊS/ANO	DATA DA REPORTAGEM	AUTOR
Nov 2016	---	---
Out 2016	---	---
Set 2016	06/09	Deborah Athila
Ago 2016	26/08	Thaís Cavalcante
Jul 2016	---	---
Jun 2016	---	---
Mai 2016	25/05	Deborah Athila
	17/05	Thaís Cavalcante
Abr 2016	---	---
Mar 2016	02/03	Nemora Lisboa
	25/02	Redação VF
Fev 2016	04/02	Debora Pio/RVF
	15/01	Marília Felipe
Jan 2016	11/01	Redação VF
	07/01	Juliana Portela
	23/12	Redação VF
Dez 2015	22/12	Eli Geovane
	18/12	Andressa Cabral/RVF
	11/12	Debora Pio/RVF
	09/12	Viviane Ribeiro
	06/12	Nemora Lisboa
	01/12	Letícia Rocha
	29/11	Mano George
Nov 2015	26/11	Walter Mesquita
	24/11	Marília Felipe
	20/11	Andressa Cabral/Debora Pio/RVF
	17/11	Thaís Cavalcante
	16/11	Landa Araújo
	12/11	Marília Felipe
	12/11	Sol Mendonça/RVF
	09/11	Leticia Rocha
	03/11	Edu Casaes
Out 2015	27/10	Juliana Portela
	23/10	Andressa Cabral/RVF
	22/10	Aline melo
	20/10	Cecília Vasconcellos
	15/10	Walter Mesquita
Set 2015	06/10	Marciano Man
	29/09	Viviane Ribeiro
	20/09	William de Oliveira
	14/09	Debora Pio/RVF
	11/09	Viviane Ribeiro
	08/09	Aline Melo

	01/09	Sol Mendonça/Andressa Cabral/RVF
Ago 2015	27/08	Cecília Vasconcellos
	26/08	Redação VF
	20/08	Andressa Cabral/RVF
	19/08	Viviane Oliveira
	17/08	Debora Pio/RVF
	11/08	Juliana Portella
Jul 2015	31/07	Debora Pio/RVF
	28/07	Damian Platt
	24/07	Flávia Ferreira
	21/07	Thaís Cavalcante
	15/07	Andressa Cabral/RVF
	10/07	Vinícius Pierre Souza
Jun 2015	07/07	Eli Geovane
	30/06	Juliana Portella
	26/06	Sol Mendonça/RVF
	23/06	Debora Pio/RVF
	19/06	Redação VF
	11/06	William de Oliveira
Mai 2015	09/06	Debora Pio/Eli Geovane/RVF
	29/05	Andressa Cabral/RVF
	21/05	William de Oliveira/RVF
	13/05	Andressa Cabral/RVF
	08/05	Sol Mendonça/William de Oliveira/RVF
	04/05	Andressa Cabral/Deborah Athila/Viviane Ribeiro
Abr 2015	30/04	Debora Pio/RVF
	22/04	Deborah Athila/Rodrigues Moura/RVF
	17/04	Sol Mendonça/RVF
	10/04	Debora Pio/RVF
	02/04	Eli Geovane/RVF
Mar 2015	23/03	Sol Mendonça/RVF
	19/03	Deborah Athila/RVF
	17/03	Sol Mendonça/RVF
	13/03	Deborah Athila/RVF
	12/03	Juliana Portella
	11/03	Sol Mendonça/RVF
Fev 2015	02/03	Deborah Athila/RVF
	25/02	Juliana Portella
	20/02	Letícia Rocha
	13/02	Raphael Khaleb
	11/02	Cecília Vasconcellos
	11/02	Cláudia Sanches
Jan 2015	10/02	Redação VF
	05/02	Juliana Portella
	04/02	Cláudia Sanches
	30/01	Andressa Cabral/RVF
	22/01	Viviane Oliveira

	19/01	Letícia da Rocha
	19/01	Fransérgio Goulart
	16/01	Redação VF
	13/01	Juliana Portella
	07/01	Sol Mendonça/RVF
Dez 2014	30/12	Aluizio Peçanha/William de Oliveira
	18/12	Letícia Rocha
	16/12	Fransérgio Goulart
	03/12	Cláudia Sanches
Nov 2014	27/11	Leandro Fonseca/SP
	24/11	Juliana Portella
	19/11	Karina Vieira
	18/11	Raphael Khaleb/Sol Mendonça
	14/11	William de Oliveira/RVF
	11/11	Debora Pio/RVF
	11/11	Raphael Khaleb/Thaís Mara
Out 2014	03/11	Andressa cabral/RVF
	29/10	Deborah Athila/RVF
	22/10	Clarisse Werneck/Ricardo Costa
	17/10	Aluizio Peçanha
	14/10	Sol Mendonça
	09/10	Raphael Khaleb
	06/10	Andressa cabral/RVF
Set 2014	01/10	Debora Pio/RVF
	30/09	Eli Geovane/Rodolfo Menezes
	25/09	Raphael Khaleb
	22/09	Cláudia Sanches
	16/09	Juliana Portella
Ago 2014	03/09	Eli Geovane
	26/08	Lina Soares
	22/08	Clarisse Werneck/Daniela Pereira/Ricardo Costa
	13/08	Leandro Fonseca/SP
	08/08	Claudia Sanches
	07/08	Deborah Athila/RVF
Jul 2014	02/08	Deborah Athila/RVF
	25/07	Clarisse Werneck/Daniela Pereira/Ricardo Costa
	22/07	Lina Soares
	18/07	Claudia Sanches
	16/07	Telma Lopes
	14/07	Junior Almeida
	10/07	Lina Soares
Jun 2014	09/07	Rosana Mendes
	27/06	Rosilene Miliotti
	20/06	Deborah Athila/RVF
	13/06	Andressa Cabral/RVF
	12/06	Lina Soares

	10/06	Guilherme Junior
	09/06	Rosilene Miliotti
	06/06	Leandro Fonseca/SP
	02/06	Redação VF
Mai 2014	30/05	Demerson Couto
	27/05	Debora Pio/Isabel Aguiar
	23/05	Letícia Rocha
	21/05	Andressa Cabral/RVF
	19/05	Letícia Rocha
	12/05	Deborah Athila/RVF
	05/05	Junior Almeida
Abr 2014	25/04	Mariana Alvim/RVF
	17/04	Andressa Cabral/Rodrigues Moura
	10/04	Demerson Couto
	03/04	Deborah Athila/William de Oliveira
	02/04	Andressa Cabral/RVF
Mar 2014	31/03	Mariana Alvim
	31/03	Mariana Alvim
	28/03	Paula Brito
	25/03	Guilherme Junior
	20/03	Letícia Rocha
	13/03	Debora Pio/Isabele Aguiar
	07/03	Cintia Lima
	05/03	Guilherme Junior/Rosilene Miliotti
Fev 2014	27/02	Virginia Rigot-Muller
	25/02	Rosilene Miliotti
	23/02	Andressa Cabral/Rodrigues Moura
	20/02	Guilherme Junior
	18/02	Paula Brito
	14/02	Juliana Portella
	11/02	Rosilene Miliotti
	10/02	Guilherme Junior
	05/02	Debora Pio/Isabele Aguiar
	04/02	Juliana Portella
Jan 2014	30/01	Francili Costa/Lilian Barbosa
	28/01	Guilherme Junior
	21/01	Debora Pio/RVF
	13/01	Mariana Alvim
	03/01	Juliana Portella

Anexo 2 – Registros de postagem na seção BLOG

MÊS/ANO	DATA DA REPORTAGEM	AUTOR
Nov 2015	17/11	Mano George
	04/11	Debora Pio
Out 2015	06/10	Mayra Pessoa
Set 2015	01/09	Mano George
Ago 2015	03/08	Redação VF
Jul 2015	20/07	Nilson Ribeiro da Silva
	02/07	Nilson Ribeiro da Silva
Jun 2015	30/06	Anne Caroline Silva
	19/06	Jonnathan Loreno
	18/06	Redação VF
	13/06	Mano George
Mai 2015	05/06	Complexão da Penha
	19/05	Joca Vidal
Abr 2015	29/04	Redação VF
	23/04	Nilson Ribeiro da Silva
	15/04	Redação VF
	14/04	Mano George
Mar 2015	01/04	Mano George
	30/03	Beatriz Cruz
	11/03	Sandro Mendes
	09/03	William de Oliveira
Fev 2015	08/03	Sandro Mendes
	25/02	Sandro Mendes
Jan 2015	03/02	Eli Geovane
	30/01	Jean Mello
	30/01	Jean Mello
	30/01	Sandro Mendes
Dez 2014	27/01	William de Oliveira
	19/01	Anyvi
Nov 2014	27/12	Mano George
	01/12	Redação VF
Out 2014	12/11	Redação VF
	03/11	Redação VF
Set 2014	27/10	William de Oliveira
	25/10	Sandro Mendes
	23/10	Ze Mendonça
	23/10	Sandro Mendes
	21/10	Sandro Mendes
Ago 2014	20/10	Redação VF
	25/09	Bruna Souza
	18/09	Redação VF
	17/09	Joca Vidal
	04/09	Redação VF
01/09	Eli Geovane	

Ago 2014	15/08	Redação VF
	11/08	Redação VF
	08/08	Redação VF
	03/08	Eli Geovane
	01/08	Redação VF
Jul 2014	29/07	Darther
	25/07	Redação VF
	23/07	Redação VF
	22/07	Eli Geovane
	16/07	Redação VF
	14/07	Eli Geovane
	14/07	Joca Vidal
	11/07	Redação VF
	08/07	Mano George
	03/07	Redação VF
	03/07	Redação VF
	03/07	Redação VF
	02/07	Ze Mendonça
	02/07	Ze Mendonça
Jun 2014	28/06	Paula Brito
	27/06	Redação VF
	27/06	Ze Mendonça
	24/06	Redação VF
	16/06	William de Oliveira
	11/06	Joca Vidal
Mai 2014	04/06	Katbranco
	19/05	Redação VF
	14/05	Redação VF
	13/05	Redação VF
	08/05	Nilson Ribeiro da Silva
	02/05	TC Araujo
	30/04	Redação VF
Abr 2014	29/04	William de Oliveira
	29/04	William de Oliveira
	29/04	Redação VF
	28/04	Redação VF
	28/04	Redação VF
	16/04	William de Oliveira
	14/04	Redação VF
	11/04	Redação VF
	10/04	Projeto Paralelo
	07/04	Paula Brito
	01/04	William de Oliveira
	01/04	Redação VF
Mar 2014	26/03	Rafael Souza
	26/03	Redação VF
	25/03	Redação VF
	23/03	William de Oliveira

	19/03	Redação VF
	18/03	Redação VF
	13/03	Projeto Paralelo
	13/03	William de Oliveira
	12/03	Redação VF
	08/03	Marcos Nascimento
	08/03	Sandro Mendes
	06/03	Admin
	01/03	Magalhaesbastos
Fev 2014	21/02	Redação VF
	20/02	Leculia
	18/02	Andressa Lacerda
	10/02	Redação VF
	04/02	Redação VF
Jan 2014	31/01	Redação VF
	31/01	Redação VF
	29/01	Redação VF
	29/01	Sandro Mendes
	23/01	Sandro Mendes
	23/01	Redação VF
	22/01	Redação VF
	21/01	Redação VF
	17/01	Redação VF
	15/01	Vivagora
	15/01	Vivagora
	15/01	Vivagora
	14/01	Admin
	10/01	Redação VF
	06/01	Redação VF

Rocinha vive rotina da violência

William de Oliveira | Redação Viva Favela | RJ

Reportagem



Moro na Rocinha há 43 anos e nunca ouvi tantos tiros diários desde a guerra vivenciada em 2004, com a disputa de facções rivais. O tiroteio voltou a fazer parte da rotina de uma das maiores favelas do Brasil. Sei que isso não acontece só na Rocinha, porque leio os jornais e acompanho os relatos de moradores da Maré, do Alemão e de outras comunidades consideradas “pacificadas”.



Esta semana fez três anos que a Rocinha foi ocupada pelas forças de pacificação ao mesmo tempo em que completa uma semana de violência. Todos os dias foram marcados pelo medo dos intensos tiroteios. Não é fácil viver no meio de uma guerra travada como essa. O que devemos fazer para levar nossos filhos à escola? O que devemos fazer pra ter mais segurança? Como vamos sair para trabalhar? Escolas e creches não abrem. Equipamentos comunitários, comércio e instituições públicas também não.

É difícil acordar com o som do helicóptero, logo após os tiros e os fogos. A trilha sonora do horror ainda inclui os latidos de cachorros, a gritaria das crianças e, às vezes, alguns gritos de adultos. Sinto minha casa tremer com a passagem dos helicópteros dando seus voos rasantes pelas nossas lajes. Graças a Deus não houve uma tragédia maior. Não quero imaginar o que aconteceria se um deles caísse em cima das casas.

Eu aprendi que quando os tiros diminuem, o perigo aumenta. Essa é a hora em que o morador da favela sai de sua cama, ou de seu abrigo, achando que a situação acalmou... mas quando se está despreocupado, o pior acontece. Já vi conhecidos serem atingidos por causa dessa falsa sensação de paz. Para se andar pelos becos e vielas da favela é preciso estar com o alerta

ligado todo tempo, independente de o céu estar repleto de estrelas ou infestado de balas traçantes.



Depois do tiroteio, se ninguém foi alvejado por uma bala perdida, chega a hora de calcular os prejuízos, de contar os furos nas paredes, nas portas e nos produtos expostos dentro das lojas, que foram destruídos. Até hoje, ninguém pagou esse prejuízo. Eu presenciei uma cena que me lembrou as imagens da guerra no Iraque: uma moto pegando fogo no centro da Rua 2. O morador ficou no prejuízo, aliviado por estar ileso. Mas outro morador não teve essa mesma sorte... ele foi morto quando saiu para jogar seu lixo fora, há cerca de dois meses.

O medo se instaurou na Rocinha e os moradores estão indignados com a falta de paz. Só nós sabemos os riscos que convivemos todos os dias. É impossível resgatar a cidadania e trazer a paz para lugares abandonados por décadas apenas usando a força policial.

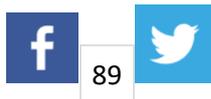
Ao andar pelas ruas da minha comunidade, ainda fico assustado com as dificuldades da vida do morador de favela. Fico me perguntando o porquê de tanta desigualdade. Durmo sem luz e acordo sem água no meio do tiroteio. Tento entender o motivo da violência. Por que as pessoas escolhem a vida da violência e da marginalização?

Depois da experiência de três anos de ocupação, fica claro que a pacificação não é apenas uma questão de polícia. Ela deveria englobar também a presença do Estado e o lado social. O trabalho precisa ir mais além para chegar na base. Precisa incluir investimentos na educação, em saneamento, moradia e na criação de oportunidades para a transformação social.

Hip hop como instrumento para redução de danos

William de Oliveira | Rocinha | RJ

Reportagem



O evento contou com batalha de B-Boys e várias outras atividades

O evento “Hip Hop é Redução de Danos” teve sua 6ª edição no último sábado, dia 26, na Rocinha. Um dos objetivos do encontro, que é encabeçado pela Secretaria Municipal de Saúde, é desmistificar a questão do uso excessivo de drogas dentro das comunidades e ainda apresentar os serviços disponíveis para moradores que estejam passando por este problema. Esta mostra contou com mais de 200 participantes.

Tendo o hip hop como pano de fundo, o evento teve batalhas de break, participação de MCs, além de apresentações de teatro e cinema abordando temas relacionados à saúde.

O grafiteiro Wark, que grafitou o painel durante o evento, conta que esta é uma ação que ele tem muito carinho, já que o hip hop contribui para o resgate dos usuários de drogas. “É interessante passar uma mensagem e é legal porque o evento é gratuito e mostra um pouco do trabalho do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), além de apresentar melhor o que é a redução de danos”, diz ele, referindo-se ao programa de políticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas. Este programa vem sendo desenvolvido no CAPS da Rocinha há cinco anos.



Wark acredita que o evento deveria acontecer em outras comunidades

Ainda para Wark, estes encontros deveriam se estender também a outras comunidades, já que muitas delas ainda são carentes de mobilizações deste tipo. “São eventos como este que conscientizam a juventude. O envolvimento dos jovens com as drogas infelizmente tem crescido, mas não devemos parar de tentar resgatá-los, pois a cultura é o que conscientiza e salva. Aqui eu sou apenas formiguinha fazendo a minha parte e espero que as demais pessoas façam as delas também”, acredita.

Diálogo com outras áreas aumenta alternativas de tratamento

O CAPSAD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) Centra Rio, que opera no âmbito estadual, também esteve no evento com apresentação do teatro de bonecos e participação nos debates e ações de promoção da saúde. Segundo a psicóloga Carmen Lúcia Feitosa, que é Articuladora de Saúde Mental da Coordenação de Área Programática 2.1 (CAP 2.1), o evento significa também a integração da rede que trabalha com o tema. “Hoje esse evento é a consolidação da unidade de todos estes parceiros, demonstrando que a saúde mental não é mais dividida. Nós orientamos sobre o que fazer quando a pessoa busca um auxílio, quando ela não consegue mais ter controle de sua vida após ser usuária de drogas”, explica.



Maria do Carmo está superando o vício participando das atividades do CAPS

Ela fala também que este trabalho ajuda a ver o paciente em sua integralidade. “Os CAPS são unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Os centros oferecem atendimento interdisciplinar composto por equipes multi profissionais que reúnem médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas”, enumera.

Maria do Carmo Souza Ferreira, 54 anos, relata que com a ajuda dos serviços oferecidos pelo CAPS da Rocinha tem feito trabalhos de pintura, de imagens, hidroterapia, educação física e quer ampliar ainda mais seu campo de trabalho. “Pretendo ocupar mais minha cabeça, fui dependente química, mas hoje estou me superando através deste trabalho. Sou muito agradecida a todos os profissionais que me atendem”, emociona-se.



OZ fala que a curiosidade é o que muitas vezes leva ao vício

Já o cantor Luiz Rodrigues da Silva, conhecido como OZ, diz que para ele é fundamental fazer este trabalho social e apoiar o Grupo Break Consciente da Rocinha (GBCR) que há mais de 15 anos trabalha com este apelo. “Eu sei que as coisas só mudam se a gente conscientizar, pois todos sabem que a cocaína, o álcool e as demais drogas fazem mal, mas as pessoas têm curiosidade e, depois que entram ficam com dificuldades para sair. Mas isso não acontece só na Rocinha, essa é a realidade de qualquer comunidade do Brasil e do mundo”.

A Prefeitura do Rio conta com 13 Centros de Atenção Psicossocial, seis Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e sete Centros de Atenção Psicossocial Infantis (CAPSi), totalizando 26 unidades especializadas próprias. Outras três sob gestão estadual e federal completam a rede de 29 CAPS dentro do município do Rio de Janeiro.

[CAPS drogas](#) [evento](#) [Gincana de Notícias](#) [Hip Hop](#) [Redução de Danos](#) [Rocinha](#)

[Filme Kabela homenageia todas as mulheres negras](#)

[Profissionais de áreas de risco recebem dia de cuidados](#)

1 RESPOSTA

Anexo 5 - Reportagem analisada TR1-CC2

Corrida homenageia Martin Luther King

Mano George | Costa Barros | Rj

Reportagem



Amigos, apoiadores e corredores se reuniram para praticar esportes e abordar a questão racial
(Fotos: Mano George)

O mês de novembro foi marcado por muitos eventos comemorativos ao Dia da Consciência Negra, que se tornou feriado no Rio de Janeiro em 2012. Além de debates e festas, algumas organizações promoveram ações diferentes, como a ONG Rongo (Região Nacional de Grafite Organizado), que resolveu organizar uma corrida e caminhada justamente na Avenida Martin Luther King Jr, nome do líder negro que lutou pelos direitos dos negros nos Estados Unidos. O evento ocorreu no dia 20 de novembro e foi batizado de Corrida e Caminhada Martin Luther King, para frisar bem que o evento, além de promover a saúde, visava também lutar contra o preconceito racial.

Pessoas de vários lugares da cidade participaram do evento e aderiram à luta contra o preconceito – e a maioria delas ficou sabendo do evento através das redes sociais, como foi o caso de Lucas Gil. O morador de Ricardo de Albuquerque acabou conquistando o quarto lugar da corrida. “A luta contra o racismo é importante, porque o povo que mais sofre perseguição no mundo são os negros. Infelizmente a raça humana consegue fazer coisas absurdas, principalmente em relação à cor da pele. Os seres humanos são todos iguais independente da cor, da raça, credo, opção sexual”, acredita.



Pessoas de diversas idades e de diferentes localidades da cidade aderiram à mobilização Já Marlene Cavalcante, doméstica de 64 anos, soube do evento na academia que frequenta, na Pavuna. “Eu faço ginástica em frente ao posto de saúde e divulgaram o evento lá. Foi algo muito rápido, poderiam ter chamado mais gente de outros horários como das 8 e das 9h, mas estamos aí pra participar”, afirmou Marlene que participou da caminhada.

Personalidades participaram do evento

A corrida contou também com a presença de personalidades como atletas, políticos e músicos. Fernando de Oliveira (ex-boxeador Fera de Acari), vereador Jorge Mauro, Thiago Mendes, que trabalha como sócia do Neymar Jr. no RJ, WG (Wanderson Geremias, Basquete de rua – projeto Cultura na Cesta), jornalista Renan Shuindt (Outro Lado Produções), grafiteiro Fael (Professor de grafite do projeto Rongo e representante da marca Tu já viu), Joseandro Freire (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Lagartixa), Renatinho (ex-vocalista do grupo Kiloucura), como também o líder comunitário do Quitanda em Costa Barros, Sergio Lapa (Lapinha).

O vereador Jorge Mauro disse que uma ação como esta deveria acontecer mais vezes. “Nós não tínhamos que ter apenas um dia de consciência, mas sim todos os dias, já que vivemos em um país racista, onde o negro não pode ser bom, ele tem que ser ótimo. É fundamental prestigiarmos um evento como esse”, afirmou.



Thiago Mendes (sócia do Neymar) ficou com o troféu de segundo lugar

O presidente da associação de moradores da comunidade do Lagartixa, participou da ação por meio de um convite feito pelo idealizador da corrida, André Rongo. “Eu estou aqui não só para participar da corrida, mas também para dar uma força a este trabalho, a gente sempre procura apoiar iniciativas como essa nas comunidades, e principalmente levar conscientização ao povo”, garantiu.

Já Thiago Mendes (sócia do Neymar no RJ) participou do evento e conquistou o segundo lugar na corrida, brilhando no pódio do evento assim como costuma fazer o seu parceiro de trabalho Neymar Jr no futebol. O

artista relatou sua satisfação em participar do evento. “Para mim é uma satisfação imensa participar de um evento tão maravilhoso e mais ainda como vice-campeão da competição. Esse evento luta contra o preconceito que não deveria existir já que todo mundo é igual diante de Deus, independente de cor ou raça, isso aqui é um movimento forte onde precisamos de mais incentivos, que cada um faça um pouquinho para mudarmos a realidade do Brasil, sempre lutando contra o preconceito”.



Lucas Gil ganhou a medalha de 4º lugar da competição

O ex-boxeador Fernando de Oliveira (Fera de Acari) atentou para a importância da mobilização e destacou a atitude de André Rongo. “Eu só aprendo cada vez mais quando eu vejo pessoas como ele que são solidárias com a causa do povo. Talento é o que não falta nas favelas e morros, o que falta é incentivo, eu fui pentacampeão de boxe amador, tricampeão carioca, duas vezes campeão brasileiro e nunca tive patrocinador”, afirmou o lutador.

O evento terminou com um discurso de André Rongo, idealizador da ação. “A minha satisfação é proporcional à alegria de plantar uma semente e saber que um dia ela dará frutos, assim como Martin Luther King reuniu mais de duzentas mil pessoas para proferir seu discurso do ‘I have a dream’. Eu espero dar a visibilidade para essa região da Pavuna e adjacências e luto por um complexo, que possa proporcionar a população um calçadão esportivo entre as estações do metrô Pavuna e Rubens Paiva, funcionando aos domingos e feriados com uma corrida e caminhada, não só uma vez no ano em que os governantes possam ver que é possível que isso aconteça também numa região que está crescendo como a Pavuna”, concluiu.

Consciência negra esporte zona norte

[Concurso irá eleger a Miss Baixada 2015](#)

[Iguacine se consolida como referência de Festival](#)

DEIXE UMA RESPOSTA

Bala perdida acha jovem de 21 anos na Rocinha. Ela deixa marido e dois filhos

william de oliveira

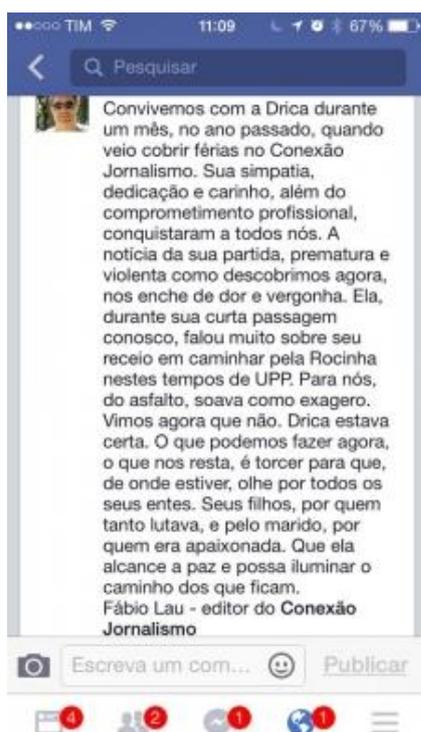
Blog



Nas últimas semanas voltamos a viver dias violentos na Rocinha. Os frequentes tiroteios já viraram rotina e até são considerados normais. As famílias voltaram a sofrer.

Acompanhando a família de Adriene Solan do Nascimento, 21 anos, moradora, nascida e criada na comunidade, não falo aqui como jornalista e sim como amigo de muitos anos. Posso afirmar que vi Adriene na barriga de sua mãe!! Adriene Solon era muito querida. Casada e mãe de dois filhos, ela nos deixou na madrugada de domingo, por causa de uma bala perdida em meio a mais uma troca de trios dentro da Favela da Rocinha. Lamento o ocorrido e venho prestar meus sentimentos a todos, diante de um fato irreparável e inaceitável!!!!

Deixo um relato de Fábio Lau, que não mora na comunidade, mas teve o prazer de conhecer Adriele. Ele fez questão de expor sua indignação, lembrando o amor que Adriele sentia pela família e sua honestidade. Ela era uma pessoa cheia de vida. Agora, essa é mais uma família destruída por causa de uma MALDITA BALA PERDIDA, que sempre encontra uma vida inocente.



Na favelas ouve-se vários relatos de que ninguém mais aguenta viver no meio de tanta violência. Precisamos aprender como resolver isso... Hoje estamos no meio de dois exércitos armados e, é claro, totalmente despreparados. Da mesma forma que vemos um jovem sem experiência nenhuma entrar para o trafico e receber uma arma de fogo, que pode tirar a vida de alguém, percebemos que não é diferente na segurança publica do Rio, onde policiaes são formados em seis meses. Os próprios policiaes apelidaram o treinamento de “formação pipoca”. O Estado *pega* esses novos policiaes, na maioria jovens, *diz* que eles são heróis (e eles acreditam), *dá* uma formação relâmpago e um fuzil e *coloca* todos dentro das favelas, mesmo eles não queiram (uma simples pesquisa poderia revelar quantos desses policiaes não gostariam de estar longe dessas comunidades). O pior é que esses jovens acreditam no “treinamento” e fazem das favelas um território de guerra. Não é possível que, com todas essas ocupações desordenadas e sem planejamento, esse projeto dê certo!

Me diga agora: quem vai cuidar dos dois filhos de Adriene Solan? Ela tinha apenas 21 anos. Seu marido chorava todo o tempo, dizendo que ela era sua coluna. Como ficará a estrutura dessa família? Hoje é muito fácil criticar quem mora na favela, mas ao ligar a televisão e abrir os jornais, todos vêem que a violência já desceu para o asfalto há muito tempo. Está na hora de unir asfalto e favela, para, juntos, discutir a tão almejada PAZ! Enquanto isso, só nos resta pedir a DEUS que não tenhamos uma próxima vitima de balas perdidas...



Amanhã na ALERJ, será votado o projeto de lei que põe fim à revista íntima manual nas visitas dos presos no estado do Rio

william de oliveira

Blog



Amanhã, terça-feira dia 10/03, a Alerj votará o projeto de lei que põe fim à revista íntima manual nas visitas dos presos no estado do Rio. Mas o deputado Flávio Bolsonaro está tentando evitar que ele seja aprovado.

Em nome da segurança dos presídios, horrores são cometidos contra os familiares. Estupidez achar que só os familiares – visitantes do preso – são os que levam coisas ilícitas para os interiores da prisão. PELO O FIM DA VASCULHAÇÃO NO CORPO DO VISITANTE DO PRESO. RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA DOS VISITANTES E DE TODOS! PAREM DE FAZER CADEIAS E COMPREM APARELHOS!!! Amanhã as 15:00 hs na ALERJ!!!!

Talvez se um familiar dele sofrer alguma fatalidade e passar pelas mesmas covardias que passa os familiares de presos talvez ele mudaria de ideia...

Chamado de revista vexatória, o tratamento que o projeto quer proibir é extremamente humilhante, brutal e violento: o agente pode exigir que roupas sejam tiradas e órgãos genitais manipulados e revistados, mesmo sabendo que existem métodos alternativos eficazes para prevenir a humilhação de pessoas inocentes. Em alguns casos a pessoa pode ser obrigada a se abaixar sem roupa, abrir a vagina e as nádegas, e até ficar de quatro. E quem vive essa violência, na grande maioria, são mulheres.

Na última quinta, dia 05, o projeto de lei que proíbe a revista vexatória entrou em pauta mas teve que ser retirado da votação por uma manobra do deputado Flávio Bolsonaro, que não quer sua aprovação. Se não pressionarmos os deputados, Bolsonaro poderá ganhar mais uma vez. Não podemos permitir que milhares de mães, avós, esposas, filhas e parentes que formam as filas de visita nos presídios do Rio continuem vivendo com a violência diária da revista vexatória!

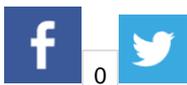
Existem métodos muito mais eficazes de controle de entrada de objetos ilícitos em presídios, como a revista mecânica ou a revista do preso, não da família. Detectores de metais, por exemplo, são usados em agências bancárias e até mesmo no acesso ao parlamento.

A chamada revista vexatória é desumana, e já foi abolida em outros estados brasileiros. Agora, temos pouquíssimo tempo para mostrar aos deputados do Rio que não toleraremos mais esse tipo de abuso e violência contra os cidadãos cariocas e fluminenses. Juntos, vamos enviar milhares de emails e fazer milhares de ligações pedindo o fim da revista vexatória. Afinal, se Bolsonaro vai continuar pressionando de um lado, temos que começar a pressionar do outro.

Complexo do Alemão pede Paz

Mano George

Blog



Em manifestação realizada no dia 4/4, cerca de quinhentas pessoas se reuniram em frente à comunidade do Complexo do Alemão em repúdio a morte do menino Eduardo de Jesus, atingido com um tiro de fuzil por um policial militar, que confessou o disparo. A criança de apenas 10 anos foi atingida na cabeça, por um tiro de arma calibre 762, após incursão da PM na comunidade, no dia 2 de abril. Pessoas de diversas comunidades se uniram ao Complexo do Alemão na manhã do dia 4, pra pedir paz, após ato pacífico realizado pelos moradores no dia 3/4, acenando com panos brancos em suas lajes e janelas.



O dia 4 de abril ficou marcado na comunidade com a participação de boa parte do Complexo, artistas da cultura Hip Hop, igrejas e demais religiões, além da presença do deputado estadual Marcelo Freixo e do ator Paulo Betti. Durante o evento o grafiteiro Rodrigo Mais Alto da BF

fez uma tela com o desenho da comunidade e a palavra Paz em letras garrafas, com destaque, em cima da tela. Diversas pessoas discursaram a respeito da violência nas comunidades e favelas do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, e todos pediam mais amor, menos violência, e paz pra toda comunidade. Os rappers Sérgio Batista (Gim Reflexões) e Deco Rappista fizeram free style (rap improvisado na hora), e discursaram a paz em forma de rap, exaltando a Jesus em seus versos.



Raul Santiago, morador da comunidade há 26 anos, expressou sua indignação ao caso da morte de Eduardo. “Uma bala disparada na favela não é bala perdida. O sangue derramado não será esquecido, mas os mortos serão eternizados na nossa mente, no nosso coração. Hoje eles serão lembrados aqui na rua. Lutamos por todos nós, pelo futuro da favela, pela nossa sobrevivência”, disse Raul. As iniciativas que trabalham pelo social na comunidade com crianças, e a utilização de um dos transportes mais usados pelos moradores na região, também foram destacados pelo morador. “No Complexo do Alemão tem muita coisa positiva, tem muita atitude bacana, desde aquela senhorinha que cuida de diversas crianças pros pais trabalharem, como o moto táxi, que é uma iniciativa de favela primordial na nossa vida. Colocaram apenas a secretaria de segurança e ela sozinha ficou provado que é falha, faltam outras secretarias e outros trabalhos chegando junto, dialogando e trabalhando com as organizações existentes na favela”, lembrou Raul. Além disso, existem na comunidade organizações que trabalham com a cultura e a comunicação comunitária, como é o caso do coletivo Papo Reto, que é um canal que trabalha com o audiovisual na internet através do YouTube. Esses trabalhos começam a se expandir em rede de diálogo com outras comunidades, ajudando e contribuindo com os trabalhos de umas as outras.



A igreja Marca de Cristo participou do evento com os pastores Leonardo Apicelo e Valsonir Canabarro. O Pr. Leonardo discursou em prol do amor de Jesus na comunidade e ressaltou a importância do Hip Hop como um instrumento de conscientização no Complexo do Alemão. A igreja ainda deu suporte para que a mensagem de paz fosse registrada no ato pelos integrantes da cultura que participaram no local. O pr. lembrou, “o processo de pacificação não é feito com balas, não é feito de armas, ele é feito com ações que visam uma vida melhor, pra aqueles que não tiveram uma oportunidade na sua vida inteira. Eles precisam dessa oportunidade porque quando o jovem coloca uma arma na mão pra entrar em conflito com um policial é porque ele não tem o que perder. E ele não tem o que perder porque não deram nada a ele. Nós estamos aqui como povo de Deus, dizendo que o cidadão precisa ocupar os espaços que o estado deixou e nós somos esse povo que está gritando por paz”.



Já o deputado Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) disse, “existe um caminho importante a ser construído, a história do Complexo do Alemão envolve a vida de muita gente e essas pessoas precisam ser ouvidas, não há outro caminho se não ouvir os moradores, a CDDHC está acompanhando e nós vamos preparar uma audiência pública junto com os moradores para que o resultado dela seja o desejo desse coletivo. Está faltando diálogo em que o estado venha entender o que a comunidade está dizendo, porque não há nenhuma possibilidade de qualquer projeto de pacificação se não for a partir do que existe, e quem conhece isso aqui, vive aqui, então um modelo de polícia... tudo isso, precisa ser feito a partir da realidade dessas pessoas”.

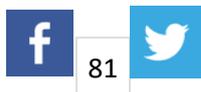


Ao final da manifestação dezenas de moto táxis se uniram à população e saíram em passeata pela principal avenida que cruza a comunidade do Alemão pedindo paz.

Família Cohab City grava primeiro DVD na Zona Norte

Mano George

Blog



Depois de mais de quinze anos separados, grupo “Amigos da Cohab” se reuniu no dia 9 para gravação de DVD

A madrugada do dia 9 de novembro marcou um novo recomeço na vida de Netinho de Paula e seu grupo de pagode, depois de mais de 15 anos. A Família Cohab City, grava o seu primeiro trabalho ao vivo na nova casa de show do Campinho, local que abrigava o GRES Tradição, na zona Norte do Rio. Todo o show se resumiu a uma noite de festa abençoada, com muita alegria através dos manos da Cohab (Wagninho, Lino, Fabinho e Netinho). O público de aproximadamente 3.000 (três mil) pessoas encheu a casa e teve a oportunidade de cantar e dançar os sucessos da carreira dos músicos como “Tanajura”, “Beijo Geladinho”, além dos clássicos “Cohab City” e “Gente da gente” entre outras músicas inéditas.



Um show a parte foi a performance do grupo cantando e dançando cada música e tudo isso junto a alguns ícones da música brasileira, como Mumuzinho, Xande de Pilares, Molejo e Naldo Benny ao lado de Netinho de Paula numa participação dos cantores no repertório da gravação do DVD Cohab City, só abrilhantou ainda mais toda a celebração que marcou o retorno do grupo em grande estilo. O que resultou na presença dessa galera segundo Netinho, foi a cumplicidade e a amizade firmada entre eles ao longo da carreira. “Os caras são nossos amigos de verdade, sabe? Foi uma coisa de irmão mesmo, não teve frescura, em uma ligação eles já falaram: “Opa... já tô””, o vocalista da Cohab lembrou também da identificação de vida e da amizade com Naldo Benny, “o Naldo veio do Guetto igual a gente, nós acompanhamos a história de luta, de batalha, de sonho dele, e ele reconhece isso na gente. Ele e o irmão eram fãs e ficavam imitando as nossas coreografias na televisão”. Uma das maiores dificuldades segundo Netinho, foi unir o grupo para outra vez cantarem juntos depois da banda ficar um bom tempo sem se falar. E o Fabinho, que é o cara mais espiritual de todos, que é evangélico, veio com a palavra e através do evangelho e do amor, tocou o coração de todos e quebrou o ódio dessa galera que tá aqui no grupo hoje. Netinho lembrou ainda de sua satisfação em poder gravar no Guetto (para o povo das comunidades) de onde veio, “cantar pro nosso povo, pra quem gosta de verdade aqui na cidade do Rio de Janeiro foi muito bom... A casa estava lotada, a gente não esperava que viria tanta gente, ficamos muito felizes, foram três horas de show, gravamos muitas músicas. A gente está emocionado, de fato o Rio é a nossa casa”.

Diálogos Viva Favela discute a Baía de Guanabara além da poluição

DEIXE UMA RESPOSTA

Entrevista projeto Viva Favela

Rio de Janeiro, _____ de outubro de 2014.

Entrevista: _____ **Correspondente comunitário:** _____

- ✓ Apresentação: menção do interesse da pesquisa: discorrer resumidamente sobre o trabalho, dizendo em o depoimento poderá contribuir.

1. Fale-me um pouco sobre você, quem é XXXXXXXXX, como vive, onde vive, o que faz?
2. O que é e como funciona o projeto Viva Favela?
3. Por que e como você se tornou um correspondente comunitário (CC)?
4. Fale-me sobre os correspondentes comunitários do PVF. (Quem são, como são selecionados, treinados, desligados, as relações com as comunidades cariocas, etc.)
5. Comente sobre o dia a dia dos CC. (Atividades desenvolvidas, participação nas etapas e rotinas do projeto, poder nas decisões, quais decisões os CC podem tomar, a quem consultam, quando consultam, o que consultam, como ajudam nas decisões e ideias sobre o que o projeto fará, mudará, atuará, etc.)
6. Explique sobre seu processo de elaboração das notícias e materiais para o PVF. (O processo de construção das notícias, como você opta ou decide pelo assunto, busca as informações, define as fontes, quais suas referências)
7. Fale sobre o que significam as expressões “produção e oferta de conteúdo temático sobre favelas e periferias urbanas”, “retrata as comunidades com intimidade”, que estão no site do PVF.
8. O que você tem a falar sobre os objetivos do PVF, como “visa à integração social, à inclusão digital e a refletir a vida das populações do universo das favelas”, que estão no site do Projeto?
9. Fale sobre poder e as relações de poder no PVF. (Quem exerce o poder, de que forma ele é exercido, em que ocasiões, por quem, de que modo, sanções, punições).
10. Que contribuições/prejuízos questões como aprovação das sugestões de conteúdo, reuniões de pautas, participação de jornalistas como editores, patrocinadores, apoiadores e parceiros oferecem ao Projeto?
11. No PVF há duas formas de participar, conforme explicado no site, “na seção de blogs, com conteúdos independentes, ou em parceria com a Redação, realizando reportagens remuneradas”. Fale sobre o funcionamento destes dois “espaços”. (Há liberdade, “independência” na seção Blogs, diferença entre escrever em um ou em outro espaço)
12. Como você gostaria que fosse o PVF? (O que falta para chegar lá, quais os entraves, o que você poderia fazer para chegar lá)
13. Fale sobre os resultados do PVF sobre as comunidades, seus moradores, suas vidas. Você tem exemplos? (você vê e como percebe transformação social, cultural, qual o envolvimento, o conhecimento e reconhecimento do PVF perante as comunidades, seus moradores, etc.)

Entrevista projeto Viva Favela

Rio de Janeiro, _____ de outubro de 2014.

Entrevista: _____ **Representante Viva Favela:** _____

- ✓ Apresentação: menção do interesse da pesquisa: discorrer resumidamente sobre o trabalho, dizendo em o depoimento poderá contribuir.
- 1. Por favor, apresente-se falando sua formação, o que faz, função no PVF.
- 2. Por que você trabalha e faz parte do PVF?
- 3. O que é e como funciona o projeto Viva Favela?
- 4. Comente sobre o dia a dia do PVF.
- 5. Fale-me sobre os correspondentes comunitários do PVF. (Quem são, como são selecionados, treinados, desligados, as relações com as comunidades cariocas, etc.)
- 6. Explique sobre o processo de elaboração das notícias e materiais para o PVF.
- 7. Fale sobre o que significam as expressões “produção e oferta de conteúdo temático sobre favelas e periferias urbanas”, “retrata as comunidades com intimidade”, que estão no site do PVF.
- 8. O que você tem a falar sobre os objetivos do PVF, como “visa à integração social, à inclusão digital e a refletir a vida das populações do universo das favelas”, que estão no site do Projeto?
- 9. Fale sobre poder e as relações de poder no PVF. (Quem exerce o poder, de que forma ele é exercido, em que ocasiões, por quem, de que modo, sanções, punições).
- 10. Que contribuições/prejuízos questões como aprovação das sugestões de conteúdo, reuniões de pautas, participação de jornalistas como editores, patrocinadores, apoiadores e parceiros oferecem ao Projeto?
- 11. No PVF há duas formas de participar, conforme explicado no site, “na seção de blogs, com conteúdos independentes, ou em parceria com a Redação, realizando reportagens remuneradas”. Fale sobre o funcionamento destes dois “espaços”. (Há liberdade, “independência” na seção Blogs, diferença entre escrever em um ou em outro espaço)
- 12. Como você gostaria que fosse o PVF? (O que falta para chegar lá, quais os entraves, o que você poderia fazer para chegar lá)
- 13. Fale sobre os resultados do PVF sobre as comunidades, seus moradores, suas vidas. Se tiver exemplos.
(você vê e como percebe transformação social, cultural, qual o envolvimento, o conhecimento e reconhecimento do PVF perante as comunidades, seus moradores, etc.)

Questionário sobre atual situação do projeto Viva Favela – Junho/2016

- 1) Até 2014/2015 o VF declarava estar em sua 3ª fase (versão 3.0), com as alterações ocorridas desde 2001. Como que o projeto está atualmente? Em que fase se encontra?
- 2) O que de fato aconteceu ao projeto? Que patrocinador saiu? Vocês sabem exatamente o porquê de sua saída?
- 3) Que prejuízos a saída deste patrocinador trouxe para o projeto VF?
- 4) Como vocês pensam em dar continuidade ao projeto com a saída do maior patrocinador?
- 5) Tem mais patrocinadores ou era somente este que financiava o VF? Salários e pagamento dos CC que publicavam eram verbas vindas deste patrocinador?
- 6) Quem é o/a atual coordenador(a) editorial, após a morte do Sr. Xico Vargas?
- 7) Como o projeto está atuando neste momento? O que ainda é realizado dentro da proposta anterior? Foram alteradas e criadas novas sistemáticas a partir da atual situação?
- 8) As oficinas de formação de correspondentes permanecem sendo realizadas? Se sim, como?
- 9) Por que o layout do site foi modificado e quando exatamente? Como estão as sessões Foto/Ensaio, Vídeo, Acervo e Revista?
- 10) E o setor administrativo do projeto, passou por uma reorganização? Você pode me dizer se houve demissões?
- 11) Com estas mudanças, como está o envolvimento dos correspondentes comunitários (CC)? Eles permanecem em contato? De que forma?
- 12) Algum CC ainda está produzindo conteúdo?
- 13) Os CC ainda podem escrever livremente nos “Blogs”?
- 14) Há uma razão para não se conseguir mais acessar o blog de cada CC como era na versão anterior do site? Agora as matérias do “Blog” estão disponibilizadas da mesma forma que em “Reportagem”, não se conseguindo acessar de forma coletiva todas as notícias do mesmo CC.
- 15) Há algo mais que você gostaria de informar sobre o momento que o projeto enfrenta?